GABRIELA LEANDRO PEREIRA

corpo discurso & território

a cidade em disputa nas dobras da narrativa de **Carolina Maria de Jesus**



corpo, discurso & território

GABRIELA LEANDRO PEREIRA

corpo, discurso & território

a cidade em disputa nas dobras da narrativa de **Carolina Maria de Jesus**

prefácio
Ana Fernandes

ANPUR . PPGAU-UFBA . 2019

© 2019 ANPUR/ PPGAU-UFBA/ Gabriela Leandro Pereira

capa e projeto gráfico Paula Custódio de Oliveira

impressão LPG - FAUUSP | Coord. André Luis Ferreira

1ª edição: maio de 2019

P436

Pereira, Gabriela Leandro
Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus / Gabriela Leandro Pereira - 1º ed. - São Paulo: ANPUR e PPGAU-UFBA, 2019.

306 p. : il; 25x17cm

ISBN: 978-65-80485-01-7

1. Narrativa 2. Corpo. 3. Cidade. 4. Território. 5. Favela. 6. Literatura. 7. Arte. 8. Urbanização. I. Pereira, Gabriela Leandro. II. Título.

O seguinte texto é reprodução integral da tese de doutoramento de Gabriela Leandro Pereira, defendida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e premiada, em 2017, com o I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado (ANPUR).

Todas as imagens desse livro também são reprodução integral das presentes na teses e têm suas respectivas fontes indicadas, se não ao seu lado ao longo do livro, no *índice de figuras*, ao final do texto.

É autorizada a divulgação e reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Júri do I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado

Almir Francisco Reis . PGAU-Cidade/UFSC
Ana Cláudia Duarte Cardoso . PPGAU/UFPA
Heloísa Soares de Moura Costa . PPGC-IGC/UFMG
Lúcia Leitão Santos . MDU/UFPE
Márcio Moraes Valença . PPGAU/UFRN
Maria Cristina da Silva Leme . PPGAU/FAUUSP
Orlando Alves dos Santos Júnior . IPPUR/UFRJ

ANPUR Diretoria 2017-2019

Presidente Eduardo Alberto Cusce Nobre . PPGAU/FAUUSP
Secretário-Executivo Tomás Antônio Moreira . PPGAU/IAUUSP
Secretário-Adjunto Humberto Miranda do Nascimento . CEDE-IE/UNICAMP

Diretoria Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski . PRPPG/UFPR
Hipólita Siqueira de Oliveira . IPPUR/UFRJ
José Júlio Ferreira Lima . PPGAU/UFPA
Márcio Moraes Valença . PPGAU/UFRN

Conselho Fiscal Fernanda Ester Sanchez Garcia . PPGAU/UFF
Rogério Leandro Lima da Silveira . DHG/UNISC
Glória Cecília dos Santos Figueiredo . PPGAU/UFBA

Suplentes Benny Schvarsberg . PPG FAU/UnB
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano . PPGAU/FAUUSP
Pedro Vasconcelos Maia do Amaral . Cedeplar/UFMG

ANPUR Diretoria 2015-2017

Presidente Geraldo Magela Costa . PPGC-IGC/UFMG
Secretário-Executivo Pedro Vasconcelos Maia do Amaral . Cedeplar/UFMG
Secretário-Adjunto Jupira Gomes de Mendonça . NPGAU/UFMG

Diretoria Ana Cláudia Duarte Cardoso . PPGAU/UFPA
Fabrício Leal de Oliveira . IPPUR/UFRJ
João Farias Rovati . PROPUR/UFRGS
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano . PPGAU/FAUUSP

Conselho Fiscal Cidoval Morais de Sousa . PPGDR/UEPB
Flaviana Barreto Lira . FAU/UnB
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski . PRPPG/UFPR

Suplentes Rita de Cássia Lucena Velloso . PPG FAU/UnB
Ivo Marcos Theis . PPGDR/FURB
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva . PPEUR/UFRN

agradecimentos

Este livro é resultado da pesquisa desenvolvida para a tese de doutorado defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, cuja tecitura se realizou a partir de distintos e generosos encontros durante sua feitura. Nestes quatro anos que separam a tese do livro, novas e também generosas outras interlocuções brotaram, acionadas pelo texto, que agora, neste novo formato, ganha ainda mais autonomia, rumo a construir seus próprios arranjos e lugares de acolhimento.

Neste sentido, inicio meus agradecimentos direcionando-os aos meus mais velhos, por todo apoio, carinho, suporte e confiança nas escolhas e riscos que assumi nessa empreitada acadêmica, nem sempre serena, pautada pela aprendizagem da distância geográfica, mas nunca no esvaziamento do afeto. À minha mãe, minha primeira leitora e crítica, por todo companheirismo, amor, presença e cumplicidade. Ao meu pai, pela confiança incondicional. À Sofia, que foi crescendo junto com esse trabalho, acompanhando e afetando a forma com que ele se desdobrou e nasceu. Sua presença amável e inquieta, ativa um desejo de futuro que move, com carinho, dia-a-dia, minha maneira de pensar, viver e estar no mundo.

Agradeço à professora Ana Fernandes, orientadora, amiga e parceira de tantos projetos, pela receptividade do trabalho e pela compreensão da urgência dos temas aqui abordados.

Agradeço ao professor Carlos Fortuna pelo acolhimento durante minha estadia no Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra, durante a realização do doutorado sanduiche, tão crucial para o avanço nas reflexões sobre as questões étnico-raciais contidas neste livro. Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa para realização dos estudos do doutorado no Brasil e no exterior (PDSE), em Portugal. Ironicamente, no além-mar pude confrontar-me com uma série de descobertas atlânticas, assim como vivenciar a experiência do trânsito - quase nunca tranquila - enquanto pesquisadora negra em diáspora, habitando terras imperiais. Não tenho como mensurar a radicalidade dessa experiência e o quanto ela impactou e continua a impactar meu mundo, tanto quanto cotidianamente me afeta a opção por residir e realizar os estudos de pós-graduação em Salvador, cidade "mais negra fora de África".

Agradeço também à Paola Berenstein Jacques e Nabil Bonduki pelas ricas contribuições e considerações realizadas durante as bancas de avaliação da tese e o zelo com o qual se dedicaram à leitura deste trabalho.

Direciono um agradecimento muito especial à Sueli Carneiro, referência e inspiração tanto acadêmica quanto militante, pela honra que foi tê-la entre as leitoras e avaliadoras desta pesquisa. Foi um privilégio receber seus questionamentos e cuidadosas contribuições, que não só auxiliaram na definição dos caminhos para conclusão do trabalho como continuam reverberando nas novas frentes de estudo, conexões e prosseguimentos em direção à uma academia menos embranquecida.

Meus sinceros agradecimentos aos pesquisadores que já passaram pelo do grupo de pesquisa Lugar Comum/FAUFBA, ao qual estou vinculada a quase uma década, dos quais destaco: Marina Teixeira, André Araujo, Adriana Lima, Francine Cavalcanti, Thais Rebouças, Glória Figueiredo, Sanane Sampaio, Leandro Cruz, Laila Mourad, Wagner Moreira e Anete Araujo. Obrigada por constituírem essa rede de suporte não só intelectual, mas, também cotidiana e afetiva.

Agradeço aos amigos que se mantiveram firmes nos incentivos, assim como aqueles que me foram presenteados pela tese, tão hábil em promover aproximações com pessoas que me são muito caras e com quem conto e desejo ao meu lado, nos enfrentamentos e nos momentos de celebração: Ivana Marques, Janaina Schmidel, Cidinha da Silva, Cibele Bonfim, Malu de Barros, entre tantos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (PPGAU/UFBA) e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) pela possibilidade de publicação dessa tese-livro, agraciada com o Prêmio Rodrigo Simões de melhor tese de doutorado em sua edição de 2017.

E, finalmente, um viva ao encontro com Carolina, seu desejo de existir e suas inquietudes. **Salve ela!**

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

Vozes-mulheres
Conceição Evaristo

Às **mulheres negras** das gerações passadas;
às que **lutam cotidianamente** pela
legitimação de sua **existência no presente**;
e a **todas aquelas que ainda virão**.

À Carolina, à Jandira, às minhas avós, às
minhas tias, à minha mãe, à minha irmã, à
minha querida Sofia e sua continuidade.

SUMÁRIO

14 **PREFÁCIO**

19 uma carta para Carolina
24 primeiras considerações
26 Carolina e as cidades
37 estrutura do livro

39 CAPÍTULO UM
. ACESSO

42 ENCONTRAR CAROLINA
46 Literatura Marginal
50 A questão editorial
55 Carolina e sua obra
64 DESDOBRAR PALAVRAS EM GESTOS
65 Corpo, discurso e território
74 Apropriação dos registros
86 ESPIRAL DO TEMPO
87 Nas dobras de Carolina
96 Conexões seguras
100 Conceição Evaristo e "Becos da Memória"
103 Marcus Vinicius Faustini e "Guia Afetivo da Periferia"
105 Mães de Maio e "A Periferia Grita"
108 Yasmin Thayná e "MC K-Bela"

113 CAPÍTULO DOIS
. CORPOS, PRESENÇAS E AUSÊNCIAS

121 ASSENTAMENTO E DEGENERAÇÃO
142 INSERÇÃO E REGENERAÇÃO
154 APROPRIAÇÃO, DESMONTE E CRIAÇÃO

165 CAPÍTULO TRÊS
. TENSIONANDO O LUGAR DO DISCURSO

168 DOUTORES DE COIMBRA
175 A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR
214 REINVENTANDO O DISCURSO

239 CAPÍTULO QUATRO
. TRAJETÓRIAS E FRAGMENTOS:
DAS NARRATIVAS À CIDADE - DESLOCAMENTOS E FIXAÇÕES

251 DESLOCAMENTO CAMPO-CIDADE
260 DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CORPO
À FINANCEIRIZAÇÃO DA TERRA E DA MORADIA
276 FAVELA/ (DES)FAVELA

290 CONCLUSÃO

296 BIBLIOGRAFIA

303 SOBRE A AUTORA

304 índice de figuras

PREFÁCIO

Cidade que aflora, cidade que aquece: enegrecendo nossa história

131 anos nos separam da declaração da abolição da escravatura no Brasil. Um nada, na temporalidade longa da história. Um universo, na vida e nas experiências das várias gerações que se sucedem desde então. A liberdade jurídica concedida se fez acompanhar por literal retirada do chão. Liberdade de movimento, mas captura da existência através da privação. Liberdade da cidade?

"O ar da cidade liberta", rezava um ditado popular alemão na baixa Idade Média, indicando a passagem da ordem senhorial à ordem burguesa. Mas, para além da metáfora, torna as pessoas livres? A experiência brasileira congrega dimensões e abrangências muito distintas. Liberdade e cidadania profundamente desiguais, enraizadas em nossa história de assujeitamento, privilégio e preconceito, e atualizadas sob diversas formas luminosas de opressão. (SANTOS, 1996).

Se a crítica deve situar a natureza de nossa urgência, como afirma Sorkin (2014), a partir dela delineia-se o mundo teórico-prático sobre o qual nos movemos e sobre o qual atuamos. Assim, importa pensar a cidade, o urbanismo, o urbano a partir de trincheiras.

Adentrar, portanto, esse universo, complexo e multifacetado, e problematizá-lo de forma consistente são desafios que indagam diretamente as possibilidades de construção do conhecimento. A escolha de partir de um imenso e profundo mundo negro, mantido no mais das vezes opaco e submerso, e de nele chegar, em repetidas idas e vindas, partidas e chegadas, invocam liberdade e maturidade de pensamento, tomada de posição e potencialização de lógicas democráticas de transformação social.

"Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus", de Gabriela Leandro Pereira, se embrenha de forma corajosa, surpreendente e delicada nessas questões. Considerada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) como a melhor tese de doutorado em sua edição de 2017, ela foi agraciada com o Prêmio Rodrigo Simões e é aqui agora publicada.

Através de Carolina de Jesus e outros arcontes derridianos, agora plebeus, somos continuamente confrontados com a inscrição, através da escrita, de experiências e expectativas desconcertantes, exatamente porque fora do lugar. Ou melhor, num lugar inesperado, construído em intensa, longa e permanente labuta, apesar das diversas formas de epistemicídio (SANTOS, 2007) – ou mesmo genocídio – que buscam anular existências e modos de existir. Um levante de invisibilizados, sem hagiografia, mas com a grandeza que os constitui em seu cultivo, resistência, criação e transmissão de saberes e de vida.

Essa complexidade se torna perceptível pela construção metodológica primorosa e perspicaz da autora, na qual os gestos-fio de Ana Clara Torres Ribeiro (2005) são acompanhados pela proposição dos textos-nós (textos que também podem ser visuais ou sonoros, analógicos ou digitais, produto ou processo), combinando sociabilidade com elaboração de discurso e argumento, num tempo histórico constantemente perspectivado pela busca incessante do direito à existência.

Contar a própria história como processo social instituinte: eis o grande desafio a que se propõe Gabriela Leandro, ao buscar conformar o que ela denomina "um arquivo periférico", dando voz, visibilidade, eco e guarida a autoras e autores, em sua maioria negros, emaranhados em contextos, situações e lugares diversos, espraiados e imantados no tempo e no espaço. Necessário então descobrir fontes e constituir acervos: para tanto, a autora perambula e mapeia, circula

e atenta, navega e inquire, juntando fios e suas expressões em teias diversas de significados. Não é à toa que a metáfora do tecer, com suas tramas e urdiduras, com seus campos de forças e campos de lutas, permeia toda a construção e o desenvolvimento do trabalho.

Assim, ao lado de Carolina, unidos pela condição em que se inscrevem, estão as "conexões seguras" de Conceição Evaristo, Yasmin Thayna, as Mães de Maio, Marcus Faustini. Mas para além deles, comparecem Rosana Paulino, Enderson, Milton Santos, Abdias do Nascimento, Ondjaki e incontáveis outras e outros, que os nutrem ou deles derivam, com eles germinados, habitantes dos velhos espaços de memória e daqueles que se processam agora.

Percorremos assim o final do século XIX, o século XX e os albores do XXI através de uma temporalidade densa e irregular, contínua e fragmentada. Sempre atenta ao lugar estigmatizado do negro e do pobre na sociedade e na cidade, a autora mostra que, em relação aos seres, se opera uma dupla condenação: aquela que os desqualifica de forma geral na vida pública, tornando-os indesejáveis, embora necessários; e aquela que os invisibiliza para a ação e a política pública, tornando-os "transparentes". Esse golpe profundo – a um só tempo alvo e ocultamento – é sentido nos vários registros garimpados e acumulados, em suas diferentes expressões e gerações: poemas, relatos, instalações, gravações, revoltas. Os territórios ocupados pelos negros e pobres são o desdobramento dessa condenação arrogante, vertical e antidemocrática, advinda das relações estabelecidas entre grupos sociais no Brasil.

Mas não apenas. Se utilizadas outras chaves de leitura para esses corpos, discursos e territórios, objeto do livro, é possível ver emergir uma potência em grande parte ignorada. Ao invés de falta, excesso. Ao invés de ignorância, saberes e ancestralidade. Ao invés de tempo raso, conjugação de presente, passado e futuro. É o cultivo de comuns em seu sentido próprio: práticas coletivas de confronto e de práxis instituinte frente à tragédia do mundo (LAVAL; DARDOT, 2016).

O desejo categórico e corajoso de existir, individual e coletivamente, produz um mundo de experiências e expressões que perpassam dimensões distintas, espetaculares, rotineiras, excepcionais. Nem sempre insurgências, não necessariamente capturas. Novas formas de visibilidade se constituem, com diferentes extensões, nas quais discursos calcados na denúncia, na criação, na emancipação dos corpos e saberes são elaborados. Escancara-se a existência pujante de outra cidade, de outra esfera pública, de outro mundo comum, entranhada no agora e promissora de outros devires.

Trata-se de um imperativo utópico imantando a ação, em que insatisfação e esperança vão de par, pois ambas "brotam do não à carência" (BLOCH, 2005, p. 16). Posto que esse imperativo transpassa a realidade social em sua totalidade plural, ele problematiza também os processos de construção de conhecimento.

O presente livro, ao ampliar o horizonte para outros agentes sociais, dando-lhes voz e presença, integra-os nessa construção, fugindo do saber habitual, seja em sua forma contemplativa ou técnica. Se faz necessário elaborar um saber que ampare a decisão, o qual está "conjurado ativa e partidariamente para o bem que vem abrindo caminho, isto é, com o que é digno do ser humano no processo" (BLOCH, 2005, p. 196). Ou seja, contrapor ao arrasamento em ato – dessa vez em seu registro cognitivo, acentuadamente técnico-instrumental – o reconhecimento e cultivo da pluralidade de existências, em suas variadas expressões e saberes. Essa co-presença radicalmente igualitária, diversa e porosa aponta para a ampliação democrática do cerne mesmo dos processos de produção e legitimação do conhecimento.

Acredito que Carolina Maria de Jesus adoraria ler este livro... Afinal, a liberdade é a doçura da vida, como diziam os revolucionários alfaiates, republicanos e abolicionistas, na Salvador já quase oitocentista. Vamos com ela e com eles?

Ana Fernandes

Salvador, abril de 2019










TV



uma carta para Carolina

Salvador, 25 de outubro de 2014

Carolina,

Escrevo daqui distante cem (100) anos de seu nascimento. Tão longe e tão perto. Escrevo para trazer notícias do futuro que você não viu e também para tentar entender um pouco das coisas que eu não vi. Trago notícias boas, e outras nem tanto assim. Mas primeiro preciso dizer que você está voltando a ser destaque. Já não era sem tempo! De forma tímida, vimos surgir homenagens, eventos, celebrações nas quais você tem sido a figura principal. Aos poucos seus textos estão voltando a ser lidos, seus diários recuperados, e seus poemas declamados. Você está ressurgindo modestamente, diferente da primeira vez, quando o estrondoso sucesso de "Quarto de Despejo" levou Clarice Lispector a lhe prestigiar em sua estreia em 1960 em uma livraria de São Paulo. Naquele lançamento, você bateu o recorde de livros vendidos, que era do já famoso escritor Jorge Amado. Hoje você voltou a ser notícia nos jornais e a desfilar por entre os saraus dos poetas. Na academia, você começa a aparecer com mais frequência. Eu mesma lhe sigo, nesta tese que desliza por entre seus textos, tentando atravessar com eles, a cidade. As cidades...

Tenho que confessar que, no auge dos meus 30 anos, não a conhecia. Cheguei até você através da meninada que anda falando seu nome nas letras de rap e dos escritores das "quebradas", para quem você tem sido referência: "a primeira escritora favelada". Alguns deles trazem você até tatuada no braço. Curioso não?! Você foi eleita a precursora de uma literatura que tem ganhado força nos últimos dez anos no país: a "Literatura Marginal". Acho que essa geração de moradores das favelas, dos bairros populares, das

periferias, tem se apropriado com grande mérito de toda uma história, uma herança acumulada e marginalizada por tanto tempo e transformando-a em potência. Aos poucos esses jovens, apesar de seus limites, estão conseguindo conquistar espaço e alcançar uma visibilidade inimaginável em sua época, e utilizando-se não só da literatura, mas também de outras expressões estéticas com as quais se identificam e produzem novos discursos. Eles agora estão conectados virtualmente, comunicam-se com facilidade, pulverizam narrativas em suas redes sociais, experimentam, criam e disputam a cidade. "A rua é noiz!", dizem eles.

Mas nem tudo foi mudança. Seus textos, em muitos momentos, parecem mesmo que foram escritos hoje. A pobreza tem diminuído, mas continua criminalizada. "A fome é amarela", você escreveu depois de tê-la experimentado diversas vezes. Em seus diários, você relatou que em alguns momentos catou do lixo e comeu, mesmo temendo morrer envenenada. Em outros, deixou de comer para partilhar a comida entre seus filhos, e teve medo. Eu sinto muito que você tenha passado por isso..., mas a boa notícia é que muito menos gente hoje morre de fome. O país conseguiu finalmente sair do mapa da fome da ONU e isso é uma grande vitória.

Mas o preconceito racial ainda é forte e dissimulado. Os negros continuam morrendo aos montes, presos aos montes, e a polícia coage mais do que nunca. Segundo dados da Anistia Internacional, dos 30 mil jovens que morrem assassinados todo ano no Brasil, 77% são negros! Ser jovem, negro, pobre e morar na periferia, é estar ali, colado com a morte. Todo dia cai um. Todo dia alguém some. Apesar de alguns sumiços terem tido visibilidade na mídia, como foi

o caso recente do pedreiro Amarildo, na Rocinha (Rio de Janeiro), a maioria desaparece sem que qualquer investigação seja feita e nunca mais se tem notícias. Às vezes, some-se mesmo estando vivo, tipo o Odonato, personagem que de tão miserável foi ficando transparente no romance do angolano Ondjaki. Eu, quando leio você, me lembro da Jandira, que na minha infância catava papéis nas ruas do meu bairro. Sempre sorridente, passava lá em casa no meio do expediente e apanhava uma vasilha de comida. Nos mudamos, mas sempre que estávamos por perto, avistávamos a Jandira com seu carrinho carregado. Até que um dia ela não apareceu mais. Carolina, que bom que você não sumiu.

Por aqui tem muita gente lutando, brigando, exigindo que os direitos sejam cumpridos. Lentamente as políticas públicas avançam em algumas áreas, como as ações afirmativas que reservam cotas em diversos setores para os afrodescendentes. Uma medida compensatória, tardia, mas que tem tornado possível, principalmente, o acesso à universidade por parte da população que até então não chegava lá. Imagine Carolina, hoje você poderia ser doutora! Enfrentar de "igual para igual" os "doutores de Coimbra" que tanto a humilharam na infância, lá em Sacramento, Minas Gerais. Você, que foi neta de negros escravizados, ridicularizada na escola, injustiçada na prisão, diminuída na rua, poderia hoje, se quisesse, ir estudar em Coimbra. Ou ainda melhor, poderia ter seu saber reconhecido e receber o título de doutora honoris causa, pelo importante papel social, político e cultural que sua literatura teve na nossa sociedade. Você se tornaria a própria "doutora de Coimbra"! Eu estive lá, e lembrei muito de você. Aliás, levei-a comigo. Seus textos, suas histórias, eles chegaram. Você chegou lá.

Quanto às cidades, elas cresceram muito desde "Quarto de Despejo", e as favelas também. A favela do Canindé, onde você morava quando o jornalista a descobriu já não existe mais. Foi "desfavelada". Assim como outras. Levaram os moradores para longe, para fora do centro, dos seus trabalhos. Acho que complicaram mais a vida dos pobres. Ah, construíram um Estádio no lugar da sua favela, veja só! As remoções não pararam ainda, consegue acreditar? A urbanização das favelas quase sempre perde a guerra contra as grandiosas operações imobiliárias. O mercado da construção civil é voraz, e a máquina pública conivente, salvo raríssimas exceções. Então o direito à cidade ainda não é pleno, ainda não foi alcançado em sua totalidade. Temos um caminho longo pela frente.

Mas gostaria de falar um pouco sobre esse seu enunciado "a favela é o quarto de despejo da cidade". Me incomoda o modo como ele foi apropriado pelos defensores da erradicação das favelas, quase sempre sem capacidade de assegurar verdadeiramente melhorias na condição de vida do ex-favelado. Me incomoda pensar que a favela se resumiria a isso: um monte de coisas amontoadas que ninguém quer e que precisa ser eliminada. Esse incômodo me moveu a procurar outros textos, outras histórias, outras memórias e encontrei você, lá no início do século XX, transitando por tantos lugares e sonhando com a cidade grande. "São Paulo é a sucursal do céu", você dizia antes de lá estar. Quanto esforço você depositou nessa cidade utópica! E quanto da sua vida mobilizou para alcança-la! Examinei seus textos Carolina, e a vi maior ainda. Vi seu enunciado sendo construído em um período muito anterior ao que foi pronunciado, e cujo alcance se estende para muito além dele. Ele já estava lá nas lavouras de café; na cozinha das casas dos senhores; nos vinte e três

deslocamentos realizados por você antes mesmo do final dos anos 30; e nas ruas da capital paulista por onde transitava enquanto catava papel. Ele se territorializou no barraco número 9, da Rua A, da favela do Canindé, e foi lançado assim, deslocado, para a sala de visitas: "a favela é o quarto de despejo da cidade". Espetacularizaram sua história, e depois descartaram.

Revisitar sua narrativa Carolina, e deslocá-la da condição espetacular e estática de um passado glorioso, mas superado, tem sido um exercício muito rico. Ela consegue se infiltrar entre novos arranjos carregando os antigos; desestabiliza conjunturas e aponta potencialidades; demonstra ser ainda grande e ainda forte. Nela a cidade se embaralha em movimentos que aproximam o tempo e trazem à tona a lembrança como presença. Seus episódios mobilizam, contaminam e conectam territórios e sujeitos, fazendo transbordar urgências ordinárias.

Por isso tudo Carolina, trouxe você nessa tese. Você conseguiu trazer para o campo do dizível, enunciados muito potentes, necessários e incômodos e que não se encerram neles. Ainda existe uma luta grande a ser travada pelo direito à cidade. Ele precisa chegar a todos. Ainda se reproduzem e se naturalizam no urbano, processos secularmente injustos e perversos. Acredito que trazer você de volta é trazer para o visível uma discussão iniciada com seus diários e com sua polêmica presença. Foi incrível conhecê-la. Despeço-me assim, carregando-a comigo nessas páginas e lhe lançando à solta pela cidade. Aproveite o passeio e volte sempre que quiser. A cidade é sua!

Abraços afetuosos,

Gabriela

primeiras considerações

Esta pesquisa realiza-se por entre as narrativas da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977)[1] para, a partir daí problematizar a cidade. O diálogo com a autora conduz o rumo dos assuntos explorados nos capítulos que se seguem através da formulação de conexões e questionamentos que não se encerram em Carolina, mas atravessam e transbordam o debate sobre o urbano até os dias atuais.

A escolha da escritora e suas narrativas, em torno das quais gravitam os principais motes que aqui se desenrolam, se deu por entender que, embora a cidade seja concebida discursivamente por múltiplos agentes, essa construção se dá de forma assimétrica e hegemônica, pautada na "legitimação" de determinados saberes e narradores autorizados a delimitar, marginalizar, deslegitimar e subjugar narrativas, territórios e sujeitos que não ocupem lugares privilegiados na hierarquia social.

Essa estratégia opera através da tentativa de desconstrução secular de determinados sujeitos- cidadãos e da criminalização de seus territórios, concebidos discursivamente como ilegítimos, malditos, demonizados, *lócus* da reprodução de "gente inútil" e da violência e cuja pobreza foi racializada e criminalizada. No caso da sociedade brasileira, ainda pesa a herança do sistema colonial português hierarquizado, racionalmente estratificado, paternalista, pautado na exploração do trabalho escravo, ao qual vieram se somar outros tantos processos – quase sempre incompletos – baseados no paradigma desenvolvimentista, na modernização e na urbanização. Comum a todos eles, a não realização de reformas que tivessem como meta a superação das desigualdades no país[2].

[1] Seu livro mais conhecido é "Quarto de Despejo, diário de uma favelada", publicado em 1960 pela editora Francisco Alves.

[2] No decorrer do texto este processo será detalhado.

Enquanto mulher, negra, pobre, moradora de favela, a escritora Carolina Maria de Jesus poderia ter sido mais uma dentre os tantos indivíduos invisibilizados que de tão "desqualificados" pela sociedade sequer poderiam ser "considerados" cidadãos. Um corpo-sujeito tão "ilegal" quanto o território que habitava. Pois Carolina escapa e inventa um outro lugar. Essa invenção se expressa pela construção de um discurso que, redigido como diário e publicado em fragmentos - ao qual se segue uma produção ainda pouco conhecida –, provoca um deslocamento no enunciante e nos enunciados sobre o urbano produzidos até então. Uma narradora imprevista, de um lugar improvável, cujo discurso soa estranho. Em suas escrevivências (EVARISTO, 2006) a cidade é rasurada. Em trecho de seu livro póstumo *Meu Estranho Diário* (1996), a autora descreve o estranhamento e o incômodo gerados pela sua presença no meio literário:

> Contei-lhes que um dia uma jovem bem vistida vinha na minha frente, um senhor disse:
>
> - Olha a escritora!
>
> O outro agêitou a gravata e olhou a loira. Assim que eu passei fui apresentada. - Ele olhou-me e disse-me: É isto?
>
> E olhou-me com cara de nojo. Sorri, achando graça. Os passageiros sorriram. E repetiam. Escritora vira-lata.

Carolina reverte a expropriação de sua existência, recupera sua condição de cidadania, e através de seu discurso traz para o visível não só o território da favela, mas articula inesperadas – e por isso incômodas – ideias de cidade, portanto, de sociedade. Esse movimento nem de longe se realiza sem conflitos, contradições e ambiguidades. Ele acumulou sobre si incontáveis investidas em direção ao não reconhecimento e à invalidação de um discurso que ultrapassaram o próprio objeto-livro. O indivíduo, sua ascensão econômica e política e seu território foram combatidos. Ainda que tenham transmutado ao longo de décadas, esses movimentos permanecem presentes nas disputas atuais e revelam-se em outras feições e formatos.

Carolina e as cidades

Nascida em março de 1914, na cidade de Sacramento, Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus, se viva, teria completado cem anos em 2014. Esse fato fez com que Carolina "ressurgisse", depois de relativo esquecimento, enquanto assunto de interesse em eventos culturais, como saraus - que a cada dia conquistam mais espaços nas periferias brasileiras -, ainda que na academia ocupe tímidos lugares.

Neta de negros escravizados, com pouca escolaridade, Carolina passou boa parte de sua adolescência e juventude deslocando-se entre pequenas cidades e fazendas de café de Minas Gerais e São Paulo na tentativa de encontrar um lugar no qual pudesse trabalhar e viver dignamente, quase sempre na companhia de sua mãe. A escritora trabalhou como empregada doméstica de doutores, babá dos filhos das senhoras, meeira de fazendeiros, trabalhadora rural com os colonos, em comércio dos imigrantes, cozinheira da Santa Casa de Misericórdia, acompanhante de doentes, dentre outros. Também mendigou, devido às enfermidades que a impossibilitavam temporariamente de trabalhar.

Por vezes, sem condições de pagar aluguel, morou na rua. Em seu livro póstumo, *Diário de Bitita* (1986), pode-se contabilizar vinte e três movimentos de mudança de cidade vivenciados pela escritora entre 1914 e o final da década de 1930, quando finalmente alcança a capital paulista. Ainda criança, ouve falar sobre São Paulo, que a cidade seria moderna, industrializada, onde até os pobres poderiam trabalhar, abrir conta no banco e morar com dignidade. Alcançar São Paulo passa então a ser seu objetivo, sua obsessão. No entanto, diferentemente do que idealizou, a cidade grande não foi tão generosa e, nela, a favela se concretizava como um dos poucos territórios acessíveis ao pobre.

Em seu primeiro livro, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicado em 1960, a escritora constrói um discurso aparentemente ambíguo e contraditório, no qual a favela aparece ora como um

lugar sem solidariedade, perigoso, turbulento, repleto de conflitos, ora como um lugar mais receptivo, no qual residem "famílias descentes", que constituem um "lar modelo" e onde, em vários momentos, os moradores são solícitos uns com outros. Ela mesma, apesar de "condenar", de certa forma, a existência da favela, quando ameaçada ou na iminência de sofrer algum tipo de violência em outra parte da cidade, esbravejava que era "moradora da favela do Canindé", que era uma "favelada", assustando e afastando assim o suposto inimigo ao incorporar o estigma de seu território: era ela a própria violência, o próprio perigo encarnado.

Quando Carolina produz enunciados como "não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos"`(JESUS, 1960, p. 48) ou "quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo" (Idem, p. 33), ela os produz com a propriedade de quem traz consigo um histórico, uma estória, uma herança pautada na busca por um "lugar". Essa herança tem suas raízes em movimentos que antecedem a própria existência de Carolina, mas que vão marcar de forma significativa sua presença e experiência na cidade.

Embora o Brasil tenha se tornado uma república em 1889, nunca foram implementadas as reformas que lhe seriam necessárias para a construção de uma nação democrática. Ao contrário, foram várias as investidas em direção a inserir o país em um sistema político e produtivo moderno, mas com a devida cautela para que fossem mantidas as hierarquias econômica, política e social construídas secularmente de forma desigual. Dessas investidas destaca-se a Lei de Terras[3], promulgada estrategicamente em 1850 a duas semanas da declaração do fim do tráfico de escravizados para o Brasil. A lei passou a restringir o acesso à propriedade, que até então era

[3] Lei nº 601/18 set. 1850.

legitimado pela ocupação e produção da terra por homens livres[4]. Com sua promulgação, o cidadão só poderia tornar-se proprietário mediante operações de compra e venda, o que inviabilizava o acesso de todos aqueles que não possuíam rendimento para adquiri-la. Algumas décadas após legitimada a mercantilização da terra, foi abolida a escravidão. As consequências dessa medida reverberam até hoje na produção e na crise urbana, visto que a concentração fundiária ainda é uma realidade no país. Carolina vivenciou esse processo de perto, como conta em *Diário de Bitita*.

> Eu vi vários pretos que haviam sido agraciados com a Lei Áurea e com a liberdade. Faziam ranchinhos à beira das estradas, porque a beira das estradas públicas pertence ao governo e ninguém falava nada (JESUS, 1996, p.95).
>
> &
>
> O fazendeiro tem uma atenuação: - As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei. É um ladrão legalizado (JESUS, 1996, p. 172).

Carolina vê o trabalho ser livre enquanto a terra torna-se cativa (MARTINS, 1979); vê os colonos estrangeiros multiplicarem-se pelo país enquanto os negros são expulsos da lavoura; vê o país crescer abruptamente no decorrer do século XX enquanto é descartada do processo produtivo. Ela estava certa sobre a industrialização que viria a se concretizar e concentrar-se principalmente nas grandes capitais, como São Paulo, mas não previu que seu lugar nesta operação seria marginal. A escritora não chegou a ver a economia brasileira - muito primitiva e agrária no início do século XX - passar da quinquagésima posição no ranking da economia mundial, na década de 1920, para a oitava, na década de 1980, chegando ao 6º lugar hoje.

[4] Mais adiante serão detalhados os meandros dessa legislação

No decorrer de sua vida, a escritora acompanhou o país crescer sem reforma, sem distribuição de riquezas, pautado em profundas desigualdades, através da exploração dos mais pobres que, como ela, sem alternativas, acabaram por submeter-se a trabalhos mal remunerados que contribuíram mais ainda para a degradação de suas vidas. Segundo Maria Helena Patto (1999), o desemprego crônico era comum entre os ex-escravos e seus descendentes. Em outro trecho de *Diário de Bitita*, Carolina comenta algumas dificuldades

> Eu tinha que aprender a reagir, a exigir respeito nos contratos de trabalho. Mas não tinha casa e já estava cansada da minha vida andarilha. A patroa era estrangeira, e eu nacional. E não podia competir com ela. Ela era rica, e eu pobre. Ela podia mandar prender-me. Continuei trabalhando.
>
> (JESUS, 1986, p. 249)

As prisões arbitrárias, por sinal, já faziam parte do cotidiano dos pobres que, estigmatizados como "vadios", recebiam do aparato repressivo tratamento de criminoso, ainda que não houvessem cometido delito algum. Carolina relata em seus escritos ao menos duas prisões injustas sofridas por ela, quando residia ainda em Sacramento (MG). Em uma delas, o encarceramento veio seguido por humilhação pública, agressões morais, maus-tratos e agressões físicas que custaram um braço quebrado à sua mãe, espancada quando tentava defender a filha. As instituições jurídico-policiais eram os principais instrumentos responsáveis pelo "disciplinamento do povo", seguidas pelos médicos, educadores, engenheiros e arquitetos (PATTO, 1999).

No século XX, o projeto de desqualificação dos pobres se desloca da condição de desejo por parte dos republicanos, ganhando *status* de verdade cientificamente respaldada. Essa combinação formulou-se apoiada em teorias que defendiam a superioridade da raça branca sobre as demais, o que justificaria o domínio do branco sobre o não branco e a anulação do cidadão cuja herança histórica pudesse ser um entrave ao desenvolvimento da nação. Para desenvolver o país, era necessário buscar "um trabalhador cuja herança não fosse a escravidão" (MARTINS, 1979, p. 37).

Apesar de terem sido formulados na primeira República, esses argumentos serviriam de semente para práticas que reverberariam ainda por décadas no país. Carolina reproduz em seus relatos traços desses processos que denunciam o quão comuns e naturalizadas tais teorias estavam:

> Quando o soldado ia me bater o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão. A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal (JESUS, 1986, p. 176).

Embora na Europa já estivessem em declínio os pensamentos relacionados à antropologia criminal, esse campo de conhecimento com pretensões científicas chega ao Brasil nas últimas décadas do século XIX. Tendo como um de seus principais expoentes o italiano Cesare Lombroso (1835-1909), as ideias da antropologia criminal, ou criminologia, foram incorporadas pela intelectualidade brasileira, resultando na naturalização de estereótipos como os atribuídos a Carolina: "o negro tinha a mentalidade de um animal". Segundo Alvarez

> Lombroso tornou-se famoso por defender a teoria que ficou popularmente conhecida como a do "criminoso nato", expressão que na realidade foi criada por Ferri. A partir do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados, e ao basear suas afirmações em grande quantidade de dados antropométricos, Lombroso constitui uma teoria evolucionista na qual criminosos aparecem como tipos atávicos, ou seja, como indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo o atavismo tanto físico, quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos, aqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados ao crime (ALVAREZ, 2002, p. 679).

Ainda sobre a criminalização do indivíduo, Alvarez afirma:

> (...) o principal ponto de convergência do discurso da criminologia no Brasil, ou na 'Nova Escola Penal' como passa a ser chamada com mais propriedade pelos autores nacionais, é a ideia de que o objeto das ações jurídica e penal deve ser não o crime, mas o criminoso, considerado como um indivíduo anormal (ALVAREZ, 2002, p.688).

O médico maranhense e professor da Universidade de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues, foi uma das figuras que, inspirado pelas ideias disseminadas por Lombroso, produziu e publicou estudos e teses nos quais a superioridade da raça branca, no que tange ao seu "desenvolvimento mental e intelectual", seria cientificamente comprovada. Na publicação *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*, Rodrigues aponta

> A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência em todas as raças, apenas variável no gráo de cultura passível, por-tanto de atingir mesmo um representante das raças inferiores, o elevado gráo a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremessivelmente conmdenada em face aos conhecimentos scientíficos modernos (RODRIGUES, 1894, p.30).

Tais concepções não se restringiam aos africanos trazidos para o Brasil, mas abarcavam também as civilizações pré-colombianas e seus descendentes, culpabilizando a incapacidade orgânica pelo seu próprio desaparecimento, desconsiderando o violento genocídio executado pelos colonizadores como possível causa desse processo. Rodrigues questiona:

> O que é feito hoje das civilizações barbaras brilhantes, complexas e poderosas que, ao tempo da descoberta das Américas, ocupavam o México e o Peru? Dissolveram-se, desapareceram totalmente na cuncurrencia social com a civilização europeia, muito mais polida e adiantada. Onde estão as colônias prosperas e civilisadas dos selvagens brasileiros que a abnegação sincera e convencida de nossos missionários se gloriava, em santa ingenuidade, de haver conquistado para o rebanho do Senhor?
>
> (...) A causa foi, pois, positiva e material – a necessidade de tempo e a incapacidade orgânica dos aborígenes para a adaptação social que se exigia deles.
>
> (...) O estudo das raças inferiores tem fornecido à sciencia exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral (RODRIGUES, 1984, p.33).

Embora tenham sido desvalidadas nas décadas posteriores, essas teorias foram introjetadas e sedimentadas pela sociedade de maneira tal que ainda é possível perceber a sua força. Foram várias as estratégias utilizadas para destituir de quaisquer resquícios de civilidade e humanidade a presença do não branco na cidade. Através de atributos legitimamente concedidos pela ciência - trunfo do

liberalismo - as teorias finalmente podiam "provar" que os homens não eram iguais. Para Patto (1999), o discurso científico-higienista passa também, em determinado momento, a ser mobilizado e manipulado pelo interesse especulativo do capital, sobretudo o imobiliário – prática esta que não se encerra, com certeza, no início do século passado. Fato é que nos anos 1920 a crença na degradação do mestiço migra para a ideia de "branqueamento" do país e, com o passar dos anos, a figura do "mulato" passa a ser incorporada e até tematizada e romantizada pelos artistas modernos.

Diante dos movimentos e tantas "evidências" em direção à sua desqualificação e expropriação das condições mínimas para que pudesse assegurar sua existência - aniquilamento do chão, do corpo e da "alma" – não resta outra opção a Carolina que não o lixo. Em 1960, ápice desse processo cuja construção foi aqui relatada, ela decreta que a favela, o território que habita, é o lixo da cidade, como registra em *Casa de Alvenaria*.

> Fui entrevistada pelo repórter Heitor Augusto, Falamos da favela. E porque a favela é o quarto de despejo de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residiamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós os pobres somos os trates velhos
>
> (JESUS, 1961, p. 17).

Por parte do Estado, o que se viu até os anos 1960 sobre intervenção nas favelas consistiu em uma alternância de ações: remoções, construção incipiente de conjuntos habitacionais, alterações na legislação urbana - passando a condenar à ilegalidade os moradores "informais" -, e raras e combatidas iniciativas em direção à urbanização desses territórios. A favela do Canindé, onde residia Carolina até 1960, não passou imune por essas ações. Ao contrário, foi alvo do primeiro *Plano de Desfavelamento* elaborado e executado pela Prefeitura de São Paulo, em 1961, um ano após a publicação de *Quarto de Despejo*. O livro foi um dos elementos utilizados na ocasião para reforçar a necessidade de tal ação pela Prefeitura, como pode ser observado no primeiro parágrafo da publicação do *Plano de Desfavelamento*[5]:

> O impacto causado pela publicação do já famoso 'Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação dos problemas que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MDU) marcaram o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela (SÃO PAULO, 1962, p. 3).

Todos os moradores da favela do Canindé foram removidos, pulverizados, sobretudo, nas bordas da cidade, e mesmo para além delas. A promoção desses insustentáveis processos de des-re-territorializações desassistidos de políticas públicas eficazes resultou, nas décadas seguintes, na multiplicação e adensamento das favelas, tanto nas áreas centrais quanto em suas bordas. A cidade grande, idealizada por Carolina, desloca-se então do lugar cultivado durante anos por ela, o da utopia. Torna-se seu oposto.

[5] O plano será analisado no Capítulo 4.

Após a fama, a escritora vivencia uma temporada na "sala de visitas", cujo percurso foi descrito pelo jornalista Audálio Dantas na apresentação do livro *Casa de Alvenaria*

> Começou assim, com a partida da fome, a nova vida de Carolina Maria de Jesus, que agora é nossa vizinha aqui na sala de visitas. Um caminhão partiu da favela, cheio de velhos trastes. Na primeira rua de alvenaria alguém perguntou:
>
> - Isso é despejo?
>
> - Não. Não é despejo, eu estou saindo do quarto de despejo – foi a resposta feliz e risonha da negra Carolina.
>
> Foi para um quartinho de Osasco, a sua primeira alvenaria, presente de um senhor muito condoído com a pobre favelada que, então já tinha ganho 240 mil cruzeiros de direitos autorais (DANTAS, 1961, pp.6-7).

Apesar das tentativas de não sucumbir às críticas e da insistência em publicar suas obras, Carolina veria os críticos e o público condená-la ao esquecimento. Os desentendimentos com seu "descobridor" Audálio Dantas – bem evidente no prefácio de seu segundo livro, *Casa de Alvenaria* (1961); a desqualificação de sua capacidade literária pela imprensa; a falência e o endividamento de quem, em boa parte da vida, teve como referência comercial o escambo de mercadorias catadas no lixo; a instauração da ditadura militar e o consequente acirramento da censura com o AI-5,foram fatores que contribuíram para o desfecho de sua história. Sem conseguir se sustentar na "sala de visitas", Carolina falece em 1977, pobre, em uma chácara na periferia de São Paulo.

Através da aproximação com sua obra, buscamos amplificar e trazer para o campo do visível e do dizível alguns necessários e incômodos processos que ainda hoje são reproduzidos e naturalizados em nossa sociedade. Tensionar as questões contidas nas narrativas da escritora é urgente, não só para que seja possível seu reconhecimento, mas também para a identificação das reverberações, ainda presentes hoje, desses mesmos processos.

Impressiona-nos a pertinência das discussões contidas nas narrativas de Carolina. Cultivamos a ideia de que os territórios que se constituíram em detrimento do Estado e do mercado, ou mesmo com a conivência de ambos, formularam-se tendo não a escassez como parâmetro, mas o acúmulo. Este acúmulo, que baliza sua existência, se dá em diversas dimensões, entre processos, projetos e experiências políticas, econômicas, urbanísticas e subjetivas. São inúmeras as questões nunca superadas, mas acumuladas, sobrepostas e reinventadas nesses territórios.

Se em 1960 Carolina era uma voz quase solitária, de forma subjugada e desarticulada, que denunciava modos de vida que insistiam em se reproduzir na cidade, hoje, os narradores das periferias multiplicaram-se, estão aos milhares. Conectados, ainda que nem sempre articulados, utilizando-se principalmente da rede mundial de informação – a *internet* –, proferem discursos polifônicos, muitas vezes de difícil enquadramento, instáveis, imprecisos, mas dispostos a disputar espaços, narrativas e a se afirmarem política e afetivamente no embate pela cidade.

Esses novos agenciamentos são potencializados em parte pela hibridização das mídias e pela "cibridização" dos espaços - *on-line* e *off-line* (BEIGUELMAN, 2003). Sobrepostos, os narradores "analógicos" e "digitais" somam-se em formas, linguagens e lutas. Tomam a cidade para si. Apropriam-se de sua história e ampliam as possibilidades de presença nesse agenciamento de signos urbanos: "a existência do ser humano implica sua colocação no espaço – seja sua existência material, seja imaginária" (DUARTE, 2004). Trata-se não apenas de trazer para o visível uma narrativa, um discurso, ou um sujeito, mas, sobretudo, de reconhecer, apreender e legitimar a presença no território das inúmeras e incontáveis Carolinas.

estrutura do livro

O texto foi organizado em quatro capítulos, sendo que o primeiro, intitulado **Acesso,** traz para o campo do visível as formulações a partir das quais se acessou a problemática colocada pela pesquisa. Nele, centram-se os esforços em evidenciar o percurso metodológico trilhado e suas reformulações a partir do encontro com a escritora Carolina Maria de Jesus; o processo de apropriação dos registros elencados para compor o escopo central da pesquisa; a sistematização de seu conteúdo; e a construção de estratégias e formas de envolver diferentes interlocutores, registros, eventos e processos que percorrem o emaranhado de possibilidades acumuladas temporal, espacial e afetivamente em movimentos fictícios de (re)edição dos enunciados da escritora .

Os **capítulos 2, 3 e 4** debruçam-se sobre esses processos acumulados, tendo como guia fragmentos da narrativa de Carolina. A partir dos relatos da escritora, foram identificados traços pulsantes de movimentos e práticas que contribuíram para o acirramento da desigualdade social no país, principalmente no que toca à questão fundiária, inserção e disputa no território rural e urbano; o perverso processo de formulação de discursos que subsidiaram ações direcionadas à criminalização da pobreza; e a construção e consolidação de um projeto de nação na qual a questão racial foi, e talvez ainda seja, um elemento apropriado de forma estratégica para assegurar a manutenção de hierarquias e privilégios de uma camada social específica, condenando boa parte da população negra a uma vida à margem dos direitos e da cidadania. Essa construção será apresentada nos três capítulos, intitulados: **Corpos, presenças e ausências**; **Tensionando o lugar do Discurso**; **e Trajetórias e Fragmentos: das narrativas à cidade - deslocamentos e fixações.** O Capítulo 1 apresentará como metodologicamente esses temas e a estrutura foram construídos.

O capítulo de **Conclusão** retoma as questões centrais expostas nos quatro capítulos anteriores, acrescido de algumas inquietações que surgiram ao longo do desenvolvimento da tese. Tais inquietações giram em torno do papel da Academia na produção e legitimação de discursos hegemônicos e sua capacidade de lidar, dialogar, perceber e reconhecer os discursos produzidos em lugares distintos. Os discursos sobre as cidades, em geral, tendem por reservar às favelas e periferias o lugar de objeto e poucas vezes os consideram enquanto lócus da produção de conhecimento. É reproduzido um repertório de pressupostos limitados por pesquisadores dotados de perfil social muito semelhante entre si.

Seguindo os rastros de Carolina, a pesquisa se deparou com análises e construções elaboradas a partir de um repertório de mundo que escapa ao repertório canônico estandardizado, "comum" aos produtores legitimados dos discursos. Acreditamos que lhes faltam não só conexões, mas também ferramentas afetivas e um repertório que vá além das palavras, tão caras à Carolina-escritora – e aqui expomos também os limites do formato de nossa tese-livro. No entanto, entendemos que a urgência de Carolina em escrever é a urgência de quem quer se inscrever no mundo, de quem quer deixar nele seu legado de forma "oficial". De quem quer acessar os códigos e entrar na cidade pela porta da frente, não só pela porta dos fundos de um quarto de despejo.

E é através desse movimento que a tese define sua curva. Longe de tentar estabelecer um método ou modelo analítico, a pesquisa intenta caminhar na direção de um diálogo multifacetado. Por entre inseguranças e angústias, o que se buscou foi uma possibilidade de reconstrução não só de um discurso, mas daquilo que está implícito na construção da produção da própria cidade e do conhecimento sobre ela, trazendo para o visível, movimentos e sujeitos historicamente diminuídos pelo poder público, pela sociedade e também pela ciência.

CAPÍTULO UM

ACESSO

Como acessar a trama de relações propostas para esta tese?

Este capítulo inicial se dedica a apresentar um percurso metodológico que foi a todo o momento colocado em xeque durante o desenvolver da pesquisa. Esse fazer-tese por vezes fez lembrar o fazer das mulheres tecelãs e seus mitos, ao centrar seus esforços em construções que se tecem entre entrelaçamentos, nem sempre simples ou evidentes, mas que rapidamente se desfazem poucas páginas adiante. Quase como Penélope, que tecia de dia e desfazia o já tecido à noite, adiando seu fim enquanto esperava Ulisses regressar de Tróia. No entanto, o fazer-tese distancia-se desse fazer que se repete ao suscitar, logo após o movimento de desconstrução, a emergência de uma outra coisa que se expande com autonomia e ganha novos desenhos, para além dos limites e formas definidas pela construção anterior.

Tal qual Ariadne, que através de um novelo de lã fornece a Tezeu a possibilidade de matar o minotauro e retornar vivo do labirinto, Carolina é quem tem nas mãos o fio com o qual imergimos em narrativas e nos deslocamos por atravessamentos espaciais e temporais, que labirinticamente se desdobraram em uma infinidade incerta de caminhos e escolhas. A possibilidade do retorno, e a presença constante de Carolina, através de sua narrativa-fio, operaram de forma a evitar que o fazer-tese assumisse a forma de um fazer infinito, embora não tenham sido poucas as ocasiões nas quais o distanciamento e o perder-se fizeram-se necessários, apesar do risco, para agregar ou incorporar outros fios e outras vozes à narrativa predominante.

Campello (2008) aponta que na antiguidade a mulher, através da tecelagem, transpunha-se do espaço doméstico para o público, rompia barreiras, presentificava-se na sociedade. Era essa sua forma de comunicação com o mundo (CAMPELLO, 2008, p. 48). Aproximar o fazer-tese com o fazer-tecelã traz como possibilidade o pensar esse fazer, sua presença e o que ele comunica. Essa

"gramática dos fios" tem como importante fonte de inspiração o texto *Sociabilidade Hoje* (2005), de Ana Clara Torres Ribeiro, no qual a autora aponta a necessidade de ir além das normas do discurso acadêmico, absorver orientações culturais difusas, superar o prestígio das leituras mecanicistas e funcionais da vida urbana.

Para a socióloga, os gestos expressivos da arte da vida que sustentam o aparecimento, ainda que fugaz, de um "Ulysses cotidiano", dizem da existência de fios transmissores da cultura, costurando saberes à copresença, no cotidiano e no lugar. A capacidade de narrar contida nesses gestos-fio é apontada por ela como uma possibilidade de enfrentamento ao discurso catastrofista ou da grande narrativa. O relato adquire legitimidade pela socialização, pela sociabilidade e valoriza práticas decantadas pelos desafios da existência. Quando mobilizados, esses gestos-fio carregam a possibilidade de "nutrir a reprodução social de maneira muito larga e difusa, contradizendo as rígidas associações entre reprodução e rotina, ou entre reprodução e discurso".

> A tessitura do social, por incorporar saberes ancestrais, permanece geralmente invisível para o pensamento dominante, por resultar da ação dos que precisam, como disse Milton Santos (1994), desvendar as condições indispensáveis à sobrevivência. São eles que conhecem o espaço e que reduzem, espontaneamente, impactos da financeirização da vida urbana, mediante uma infinidade de gestos-fio que renovam as trocas banais, e também surpreendentes, no cotidiano e nos lugares (RIBEIRO, 2005, p.418).

Tomar o fazer-tese como uma tecitura, relatá-la e torná-la visível tem o intuito de tensionar seu lugar norteador da produção de saber através da construção de um processo metodológico que se deu no interior da pesquisa, concomitantemente ao seu avançar. O que será exposto no texto que se segue são resultados-processos, e não pressupostos, organizados em três (3) movimentos que possibilitaram dar concretude à tese. O primeiro movimento

reporta ao caminho trilhado pela pesquisa até o encontro com a escritora Carolina Maria de Jesus. O segundo, dedica-se a destrinchar as articulações e abordagens pretendidas para adentrar a cidade na narrativa da escritora. E o terceiro e último movimento expõe as estratégias adotadas para encontrar as interlocuções que, no decorrer da pesquisa, dialogam com Carolina, com o intuito de, a partir dessas junções, às vezes desencontradas, "assentar" neste volume, narrativa e cidade.

ENCONTRAR CAROLINA

Das pistas apontadas por Ana Clara, tomou-se uma delas quase ao pé da letra (RIBEIRO, 2005, p.420):

> (...). É indispensável escutar as letras dos raps, apreender as mensagens dos grafites (Rodrigues, 2005) e conversar com aqueles que habitam nas ruas das grandes cidades.

Sutilmente apontada de relance na carta de abertura desta tese, a investigação inicial da pesquisa sugeria uma abordagem sobre a produção de discursos proferidos e difundidos nas/pelas periferias[6] na atualidade, mas não tinha a figura ou os discursos de Carolina Maria de Jesus como foco. Movida pela crença de que existe nessas periferias uma série de movimentos acontecendo, apesar de invisibilizados por estarem situados nas "áreas opacas"[7] das cidades – estando assim deslocados do centro hegemônico de

[6] Periferia aqui entendida para além de sua dimensão geográfica. Toda vez que mencionarmos essa ideia, ela estará associada a um modo de ocupar e habitar determinados territórios pela população mais pobre do país, onde o acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana é em geral precário.

[7] O geógrafo Milton Santos (1994, 1999) usa a ideia de áreas opacas como oposição às áreas luminosas da cidade. As luminosas seriam os espaços de exatidão, racionalizados, racionalizadores, organizados, espaços das verticalidades, dotadas de densidade técnica e informacional, tornando-os mais atrativos ao capital. Já os espaços opacos seriam áreas onde essas características estariam ausentes, com uma proximidade maior com o espaço da afetividade, da criatividade, inorgânicos, mais abertos e propícios à invenção. Vale atentar que não há uma dimensão essencialista nesta abordagem. As noções de luminosidade e opacidade não definem em si os espaços, mas se atravessam, contaminam, sobrepõem-se. Os espaços não possuem essência libertadora ou aprisionadora, mas estão inseridos em um emaranhado de práticas, ações e objetos, relacionados e mutáveis a partir dos quais são (re)definidos constantemente.

produção de conhecimento –, a pesquisa movia-se em direção a realizar um mapeamento e identificação destes que acabam por se perder no rol de assuntos privilegiados pela academia.

É necessário que se distinga aqui que, enquanto objeto, a periferia é abordada com frequência pelos estudos científicos. No entanto, o que se coloca em xeque é seu deslocamento: de objeto para *lócus* da produção de conhecimento. É sob esta perspectiva que caminham as abordagens elaboradas pela pesquisa, partindo da insistência em achar que os discursos sobre as cidades tendem por reservar às periferias o lugar da escassez e da ausência, enquanto deixam passar a complexa teia que se tece nesses espaços construídos mais pelo acúmulo[8] do que pela falta. Para Jailson de Souza e Silva,

> A representação dos espaços populares pela ausência perpetua um conjunto de preconceitos e estereótipos a respeito dos setores populares, que terminam por conduzir políticas públicas a eles destinados (SOUZA E SILVA, 2003, p. 15).

Existem variadas ideias e discursos de cidade sendo construídos e praticados, há décadas, pelas periferias e demais territórios pobres. Apostando que, na era da "superinformação", esses discursos teriam sua produção pautada na mixagem e sobreposição de temas e formas, atravessados por beats, repiques e bytes, construídos a partir de bases instáveis, sujeitas a fluxos, influxos, transbordamentos e cristalizações, procurou-se encontrar formas de acessar inicialmente o universo dos saraus[9] e do movimento hip hop, acreditando que seriam esses os canais propícios para o encontro de narrativas plurais e contrastantes com os discursos

[8] Essa ideia de acúmulo atravessa todo o trabalho e, apesar das mudanças de seu curso, permanece forte e ganha ainda mais centralidade.

[9] Só na cidade de São Paulo foram mapeados mais de 60 saraus no documento *Cores e Cantos da Poesia em São Paulo* (2010), do projeto *Pontos de Poesia*, estando a maioria concentrada na periferia da cidade.

que dominam o repertório habitual da produção de conhecimento sobre a cidade, uma vez que a palavra, ou melhor, a fala (atualizando o lugar da oralidade), é instrumento fundamental e indispensável aos dois movimentos.

A professora Sujata Fernandez[10], em artigo intitulado *The Mixtape of the Revolution*, publicado no *New York Times* em janeiro/2012, aponta o importante papel que jovens rappers tiveram nas revoluções em todo o mundo árabe e nos levantes contra presidentes africanos (como na Guiné e no Djibuti). Se no passado os velhos sábios das sociedades e povos africanos (os *griots*) assumiam o papel de transmissores do conhecimento, devido ao seu saber ancestral alcançado através da detenção gradual de histórias e segredos de seu povo, esses jovens estão a reinventar este papel. Esses "*griots* contemporâneos" exercitam com agilidade a sobreposição de tempos e camadas de narrativas sucessivas, encadeadas não mais pelos saberes ancestrais apenas, mas articulam informações fugidias, movimentam multidões, redes sociais e difundem ideais de insurreição[11]. São ágeis narradores que se movimentam na batida de um presente instantaneamente veloz e emergente no qual a comunicação se dá com a mesma urgência e imediaticidade dos *beats* e *bytes*.

Nas últimas décadas, observou-se a expansão do *rap* no Brasil, que desde os anos 1960 tenta se afirmar no mercado fonográfico, enfrentando obstáculos de diversas ordens. É notável a emergência de grupos como Racionais MC's e a incorporação de rappers da classe média, como Gabriel O Pensador, em seu *staff*. Associados às inovações tecnológicas, essas produções trazem para junto de

[10] Sujata Fernandez é professora da City University of New York e tem circulado por vários cantos do mundo mapeando a insurgência do movimento hip hop. É autora dos livros *Close to the Edges* e *Who can stop de Drums?*

[11] Thiat (nome real: Cheikh Oumar Cyrille Touré) e Fou Malade (nome real: Malal Talla) no Senegal e Mr. Ben Amor (El Général) na Tunísia, escreveram canções e fomentaram protestos que os levaram à prisão, gerando fortes movimentos políticos em seus países.

si imensas possibilidades de criação e experimentações estéticas, mesclando linguagens e formatos. São registros de sons, imagens, vídeos, que desde a popularização dos gravadores portáteis, da filmadora super-8, das fitas em VHS, das câmeras fotográficas baratas, dos laboratórios de revelação instantânea, até os *smartphones* multifuncionais conectados e compactos dos dias atuais; incidem, ampliam e renovam as possibilidades de criação – ainda que, contraditoriamente, os territórios de seus criadores mal adentrem nas bases cartográficas operadas pelos técnicos e planejadores municipais.

Ao mesclar a revisão bibliográfica sobre os dois temas - saraus e movimento hip hop - com o mapeamento de sua produção atual, viu-se emergir um terceiro movimento: o universo da "literatura marginal".

Literatura Marginal

Em 2000, o escritor Ferréz utilizou a expressão "literatura marginal" no lançamento de seu livro *Capão Pecado* para definir o tipo de literatura que produzia. Esse movimento nada tem a ver com movimento anterior e de idêntico nome que existiu nos anos 1970, em contexto de ditadura militar, cuja característica principal foi a criação de circuitos de produção e divulgação alternativos, ou marginais, no teatro, na música, no cinema e na literatura, como a divulgação de livretos mimeografados. Foi, sobretudo, um movimento de 'poesia marginal' que aglutinou grupos de intelectuais e poetas que já publicavam nos anos 1960, mas não tinham sintonia com os movimentos de vanguarda da época, como o concretismo, a poesia das práxis ou a poesia processo; e poetas que começaram a publicar nos anos 1970[12] (HOLLANDA, 1981; MATTOSO, 1980 apud NASCIMENTO, E., 2009, p.40).

[12] Os adeptos do movimento se concentravam no Rio de Janeiro e eram, em geral, poetas oriundos das camadas média e alta, estudantes de universidades públicas e de cursos ligados às atividades de cinema, teatro e música. Fizeram parte deste movimento grupos como *Frenesi, Vida de Artista* e *Folha de Rosto* (que reuniam os poetas Francisco Alvim, Ronaldo Bastos, Ronaldo Santos, Chacal e Cacaso, entre outros)

A literatura à qual se referia Ferréz era uma "literatura marginal dos escritores da periferia" ou "nova geração de escritores marginais". Em 2001, 2002 e 2004, o escritor idealizou, organizou e editou os textos de um projeto de literatura em revista, intitulado *Literatura Marginal: a cultura da periferia*, que foi lançado como caderno especial da revista *Caros Amigos* e contou com a participação de 38 autores. Sobre cada autor foram incluídas informações como: o nome dos bairros onde residiam ou do presídio no qual cumpriam pena, indicando que se tratavam de habitantes das periferias urbanas ou detentos. Seus temas pautaram-se nas experiências sociais vinculadas ao espaço da periferia, dentre os quais a violência era um dos mais presentes.

Érica Nascimento (2009) aponta em sua tese de doutorado que se há nesses textos a reivindicação de uma tradição literária, ela se dá pela identificação com alguns autores já falecidos dotados de mesmo perfil sociológico, como Solano Trindade e Carolina Maria de Jesus, ou pelo reconhecimento daqueles que se mostraram sensíveis na habilidade em captar temas afins, como João Antônio e Plínio Marcos. Seria uma literatura inspirada em uma realidade de espaços e sujeitos marginais. Essas publicações também podem ser entendidas como respostas conjuntas aos problemas específicos do campo literário. Para Érica, a obra *Quarto de Despejo* seria precursora desse novo "movimento". Vale ressaltar que não há uma unanimidade sobre este "rótulo" entre os escritores que, por serem oriundos das periferias, acabam por ser incluídos nesse grupo.

Apontamos, sem, no entanto, fixar o rótulo, alguns autores que se destacaram nesta última década: Paulo Lins, Ferréz, Sergio Vaz, Marcelino Freire, Marcus Faustini, Alessandro Buzo, Allan da Rosa, André Du Rap, Claudia Canto, Conceição Evaristo, Jocenir Prado, Luiz Alberto Mendes, Preto Ghóez, Rodrigo Ciríaco, Sacolinha, Toni C., entre outros.

Essa literatura, em meio a disputas por reconhecimento e demarcação de um gênero - "literatura marginal" - e suas contestações, tem buscado espaço também através da construção de interfaces virtuais, uma vez que a disputa pelo mercado editorial nas grandes editoras mostra-se pouco porosa e quase inacessível. Notamos estratégias como o surgimento de pequenas novas produções independentes e também pequenas editoras cujos modos de operar se mostraram mais acessíveis. Identificamos também a elaboração de conteúdos digitais, produzidos e difundidos por redes sociais, páginas pessoais, sites especializados em "cultura da periferia", por onde circula uma infinidade de registros impossíveis de serem capturados em sua totalidade.

Em São Paulo é possível identificar o surgimento de livrarias e sebos especializados em "literatura de rua". Em visita presencial à livraria Suburbano Convicto, localizada no bairro do Bixiga, em março de 2013, foi possível uma aproximação maior com as novas produções, além de adquirir alguns títulos e entrevistar um dos responsáveis pelo espaço, o "Tubarão", com o qual se pôde compreender mais sobre esse processo de produção, distribuição e exposição das produções que acontecem sobretudo nos saraus.

Além da dimensão virtual já mencionada, constatou-se também que existe um emaranhado de produções – sejam elas vindas dos saraus, da cena hip hop ou do mercado editorial - no qual mesclam-se e confundem-se escritores e rappers, grafiteiros e ilustradores, *dj's* e produtores, *b.boys* e *performers*, jornalistas e blogueiros, anunciando que as fronteiras dessas artes e afazeres todos encontram-se borradas, flexíveis e, às vezes, inexistentes.

Foi neste contexto que o nome Carolina Maria de Jesus surgiu, então de forma mais audível, visível, extrapolando, novamente, formas, suportes e lugar que ocupa na memória afetiva de quem a carrega. Tatuada no braço do rapper Emicida, juntamente com João Candido e Zumbi dos Palmares; homenageada em letra de música da MC Sara Donato[13]; destacada pela jornalista Jessica Balbino em seu livro *Traficando Conhecimento* (2010) como uma de suas principais influências no universo das palavras; tomada como tema e homenageada pelo sarau da Cooperifa, organizado pelo poeta Sergio Vaz.

Com o aparecimento de Carolina assim, a partir de diferentes entradas e movimentos, achamos prudente reter o andamento da pesquisa e averiguar com mais atenção essa escritora que, até então, era por nós (pesquisadora e pesquisa) desconhecida. Rapidamente outras conexões foram se formando, como a relação da escritora com uma literatura afro-brasileira e a incorporação de suas narrativas por estudiosos das relações de gênero, ou ambas associadas.

O debruçar sobre Carolina e sua obra inseriu no trabalho um movimento desviante, que face à riqueza da produção pouco explorada da escritora, sua inserção em questões tão caras e ainda pertinentes na discussão sobre a cidade - sobretudo este lugar da fala, do discurso, da narrativa e do narrador -, julgou-se que elas próprias continham, com toda extensão de possibilidades analíticas, a propriedade de envolver as demandas motivadoras da pesquisa, uma vez que estas já estão há tempos colocadas na sociedade. Nasceu assim a ideia de percorrer o final do século XIX, o século XX e adentrar o XXI carregando processos que se acumularam ao longo do tempo, tendo por guia Carolina e suas narrativas.

[13] *Quarto de Despejo* é o título da música do CD *Made In Roça*, de Sara, no qual ela homenageia a escritora utilizando trechos de seus escritos mixados à letra-homenagem composta por ela.

A questão editorial

"É preciso escrever e dizer só a verdade"
(Carolina Maria de Jesus)

Apesar de ser conhecida por seus diários, a totalidade das obras produzidas por Carolina Maria de Jesus é incerta. Além do publicado, existem manuscritos inéditos que abarcam livros de diferentes estilos literários: contos, poemas, novelas, além de peças de teatro. Aliás, as dificuldades editoriais encontradas hoje - verificadas na aproximação com os escritores contemporâneos - é uma questão que atravessa décadas e permanece. Como aponta Regina Delcastagnè (2007), persiste no meio literário brasileiro a predominância de um tipo de autor: homens brancos, moradores de grandes centros urbanos e de classe média. É de dentro dessa perspectiva social que nasce a maioria dos personagens e suas representações. Esta exclusão se dá não só por um déficit, ou pelo domínio precário da forma literária por outros sujeitos, mas também pela dificuldade de inserção em um mercado que exclui, ou não legitima, formas de expressão distintas, mantendo o espaço da literatura circunscrito, privilegiado aos modos de manifestação de alguns grupos específicos (DELCASTAGNÈ, 2007, p.21).

Para se ter uma ideia da dimensão e da gravidade dessa invisibilização de determinados sujeitos e narrativas, um dos únicos relatos de cunho biográfico de um ex-escravo brasileiro que se tem notícia, não foi, até hoje, traduzido para o português, sendo que sua primeira publicação data de 1854 em Detroit (EUA), sob o título *An interesting narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua*. Filho de um comerciante, Mohammah Baquaqua, que estudou em escola islâmica e tinha habilidades na leitura e na matemática, narra nesse relato sua escravização em 1820 no norte do Benin (LARA, 1988, p. 269). Em seu texto, conta como foi transportado para o Brasil, sua experiência como escravo em Pernambuco e Rio de Janeiro,

sua venda para o capitão de um navio, com quem teria seguido para Nova Iorque (EUA), sua prisão ao tentar fugir em solo americano, seu posterior resgate pelos abolicionistas e a partida para o Haiti. Em março de 1988 a *Revista Brasileira de História* trouxe um fragmento dessa publicação traduzida por Peter Eisenberg e só agora, com o intermédio do Ministério da Cultura, parece haver um esforço na tentativa de, até o final de 2015, viabilizar sua publicação em português.

Para citar autores oriundos de periferia que vieram a ter sucesso semelhante ao de Carolina Maria de Jesus, temos que dar um salto de algumas décadas: em 1997, Paulo Lins, ex-morador da Cidade de Deus (RJ), lança o livro *Cidade de Deus* – adaptado para o cinema em 2002 por Fernando Meireles –; e em 2000, Ferréz, do Capão Redondo (SP), lança *Capão Pecado.*

Fernanda Silva (2011) chama atenção, em sua tese de doutorado em literatura comparada, para essa resistência do mercado editorial brasileiro na promoção de uma literatura produzida por negros, sobretudo mulheres. Apesar das possibilidades que a internet apresenta na circulação de conteúdo, o livro é um elemento que ocupa lugar de permanência, em meio à voracidade de lançamentos que assolam o espaço virtual e que, em pouco tempo, perdem-se no limbo da web. Mapeando esse processo, Silva aponta como exceção a presença, no final do século XIX, de um editor negro, querido pela elite intelectual, chamado Francisco Paula Brito, considerado por ela "um homem à frente de seu tempo, visionário e empreendedor" (SILVA, F., 2011, p. 46), dono de uma das maiores tipografias do Brasil, a Tipografia Fluminense Brito & Cia.

Enquanto esteve em funcionamento, teria dado espaço para publicações nacionais. Nela, Machado de Assis teria publicado três de seus livros, além da publicação de outros escritores negros. No século XX, a autora aponta um ostracismo quanto a esse perfil

Capas de algumas publicações
da Coleção Tramas Urbanas (2007-2013)
fonte: Editora Aeroplano FIGURA 1

de publicações, que no século XXI sofre alguma mudança com a promulgação da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico da rede pública e privada do país a obrigatoriedade do estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira.

Curioso notar que a alteração de um quadro que tende a invisibilizar narrativas não hegemônicas se dá por uma ação política do Estado. O mercado, ainda que nas últimas décadas tenha, com a ascensão econômica das classes C e D, voltado o olhar para esse novo público consumidor, entende-o apenas como um novo nicho. A ascensão pelo consumo não se traduz em ascensão à cidadania de forma plena. Para Souza e Silva

> O grau de plenitude do exercício da cidadania relaciona-se com as formas de inserção do indivíduo no tempo e no espaço social. Ela será ampliada de acordo com a capacidade daquele de incorporar ao seu cotidiano fatos manifestos em distintos campos geográficos e sociais, assim como de se interessar pelo passado coletivo e constituir um projeto, tanto global como pessoal, de futuro (SOUZA E SILVA,2003, p.16).

A intervenção do Estado, neste caso, acaba por "forçar" o mercado, que passa a ter que se adaptar a essa nova demanda criada pela promulgação da lei. Há de se pensar o quanto de narrativas se perderam, e ainda se perdem, por não encontrarem espaços e meios para circular. Negar o espaço de fala, da possibilidade de se inscrever no mundo, é uma forma de negar também a apropriação da história e relegar um mundo de gente ao esquecimento.

Vale ressaltar que se destaca em meio a essa crise editorial uma coleção de publicações da Editora Aeroplano, denominada *Tramas Urbanas*, com curadoria de Heloísa Buarque de Hollanda e consultoria de Ecio Salles.


MEU DESTINO ERA O NÓS DO MORRO
REGISTRO PROVI
VOZES MARGINAIS NA LITERATURA
COLETIVO PANELA DE MOTOBOY
FURACÃO
ENRAIZADOS
SAMBA REFLEXO DO BATUQUE
TRAFICANDO CONHECIMENTO
BAGUNÇAÇO
RAP GLOBAL
DE SOUSA SANTOS
ACORDA HIP-HOP!
DJ TR
TRAJETÓRIA de um GUERREIRO
DJ Raffa
Notícias da Favela
Cristiane Ramalho
POESIA REVOLTADA
Ecio Salles
¡Como a água do rio
Sacolinha
CIDADE OCUPADA
Ericson Pires
DEVOTOS 20 ANOS
HIP-HOP: DENTRO DO MOVIMENTO

Patrocinada pela Petrobras e Ministério da Cultura, a coleção dedica-se especificamente à cultura da periferia. Nas palavras de Heloísa de Hollanda, que abre uma das publicações, a coleção é uma "resposta editorial, política e afetiva ao direito da periferia de contar sua própria história" (NASCIMENTO, E., 2009, p.8). Podemos apontar que é tênue, e por vezes indistinguível, a passagem de um movimento que reivindica visibilidade para outro que promove a espetacularização. No entanto, não é objeto de investigação da tese a produção e atuação de Heloísa, que também coordena a *Universidade das Quebradas*, projeto de extensão da Escola de Comunicação da UFRJ, que pretende "consolidar um ambiente de troca entre saberes e práticas de criação e produção de conhecimento, articulando experiências culturais e intelectuais produzidas dentro e fora da academia"[14], articulando a comunidade acadêmica com as "comunidades que estão produzindo cultura mas não têm acesso à produção intelectual das Universidades". Fato é que foi através dos livros da coleção *Tramas Urbanas* que o nome de Carolina surgiu pela primeira vez no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Projeto convidado do Programa Petrobras Cultural, a editora Aeroplano publicou entre 2007 e 2013 vinte e seis títulos. O conjunto de livros que compõem a coleção apresenta a reflexão e/ou o testemunho de jovens pensadores, artistas e lideranças procedentes dos novos movimentos culturais das regiões periféricas das grandes metrópoles do país. Muitos deles são intelectuais "orgânicos", que produzem um conhecimento autônomo e relevante em torno das questões culturais, sociais e políticas emergentes. Os autores destacam-se por sua empreitada cultural nas periferias, principalmente do Rio e São Paulo, sendo que a maioria dos livros tem um caráter testemunhal, escrito em primeira pessoa, relatando trajetórias pessoais e do movimento

[14] http://www.universidadedasquebradas.pacc.ufrj.br

ao qual se consideram integrantes. São temas: movimentos musicais, tais como o Movimento Hip Hop, o Tecnobrega ou o Rock alternativo pernambucano; estratégias de comunicação como jornalismo comunitário e mídias periféricas; pesquisas acadêmicas e olhares intelectuais; intervenções urbanas; moda; literatura; cartografia do cotidiano; artes cênicas e cinema.

Carolina e sua obra

Sobre as obras publicadas por Carolina, verificamos que existe dificuldade em encontra-las nos dias atuais. Muitas estão esgotadas há décadas e não aparenta haver interesse em sua reedição por parte das grandes editoras. Os obstáculos ao acesso às publicações de Carolina minimizam as possibilidades de suas narrativas serem trazidas à tona e apropriadas, tanto pela academia quanto pelo público em geral.

Ratificando a questão da disputa editorial como um elemento importante nesse jogo de relações de força, poder, voz e visibilidade, lembramos que antes de *Quarto de Despejo* Carolina já havia tentado, em vão, contato com editoras para publicar seus escritos, como relata em *Casa de Alvenaria*.

> Perguntaram se eu encontrei dificuldades para encontrar editor. Eu disse-lhes que cansei de suplicar as editoras do país e pedi a Editora da Seleção nos Estados Unidos se queria publicar meus livros em troca de casa e comida e enviei uns manuscritos para eles ler. Devolveram-me (JESUS, 1961, p.17-18).

Com exceção de *Quarto de Despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria (*1961), as demais obras de Carolina tiveram imensa dificuldade quanto ao lançamento. Mesmo essas duas só ocorreram diante mediação do jornalista Audálio Dantas com a editora Francisco Alves. A obra *Provérbios*, lançada ainda na década de 1960, foi custeada pela própria escritora; o *Diário de Bitita* foi lançado primeiro na França e só posteriormente traduzido e lançado em português (1986), implicando aí um contraditório duplo processo de tradução: do português para o francês e depois o retorno do francês para o português.

Capas dos livros
Quarto de Despejo (1960); Casa de Alvenaria (1961);
Journal de Bitita (1982); Diário de Bitita (1986)
Fonte: acervo da autora

FIGURA 2

Isso posto, as obras publicadas de Carolina Maria de Jesus são:

Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960)

Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961)

Pedaços da Fome (1963)

Provérbios (1963)

reimpressão de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1976)

Onde estais felicidade? (1977)

Journal de Bitita (lançado na França em 1980)

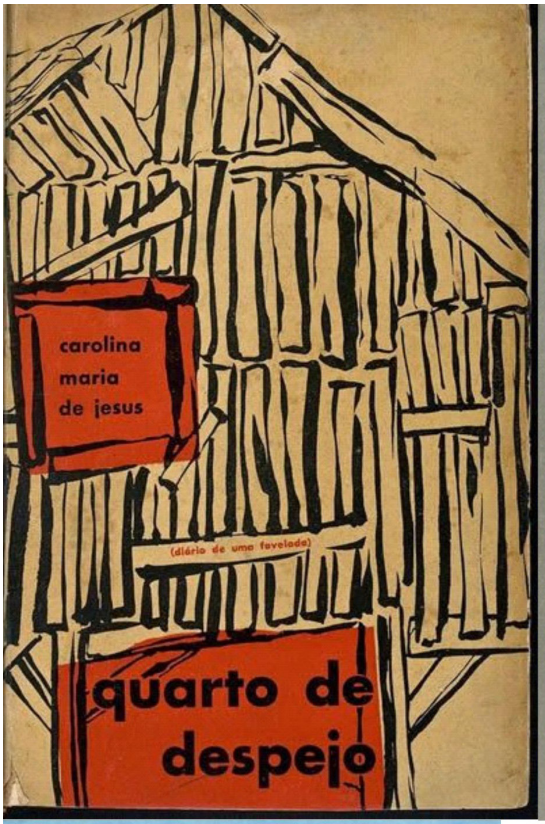
Diário de Bitita (lançado no Brasil em 1986)

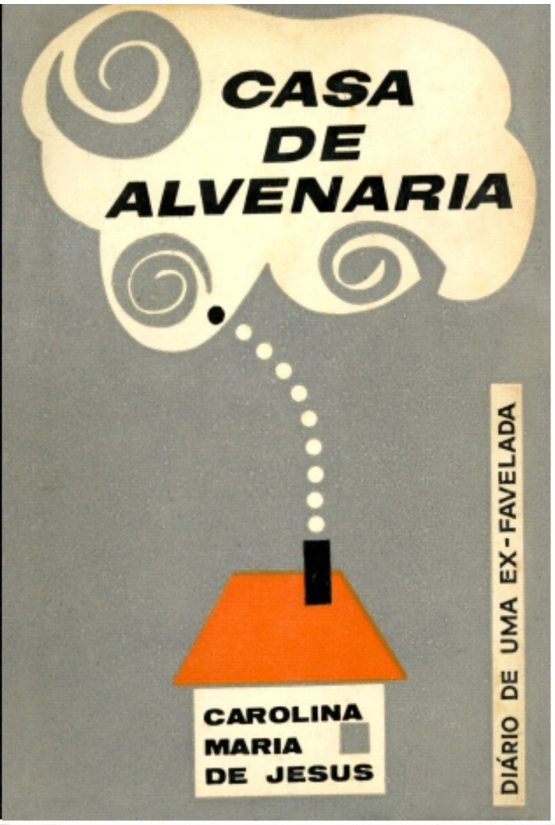
Detivemo-nos em três dessas publicações para a construção de um arranjo de narrativas que comporá o escopo-guia principal do livro:

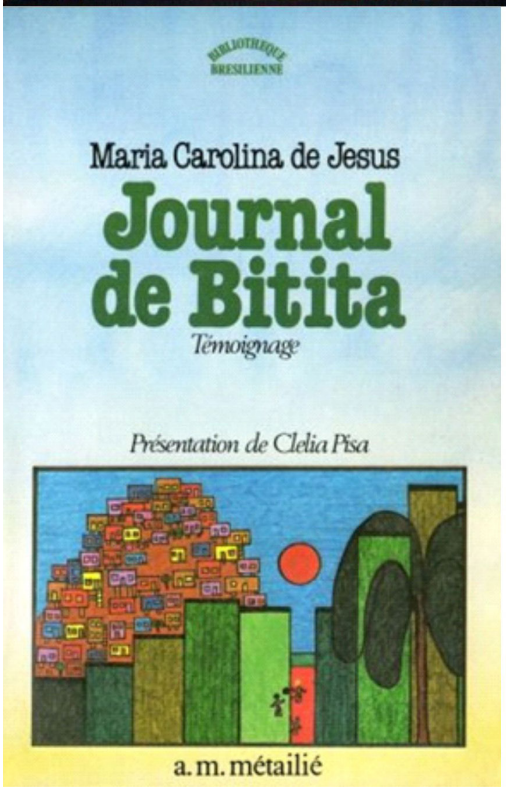
Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960): primeiro livro publicado da escritora, cujos relatos são frutos dos diários escritos por Carolina entre 1955 e 1960, compilados e editados pelo jornalista Audálio Dantas. A obra, publicada pela Editora Francisco Alves, contém o registro de 259 dias na extinta favela do Canindé (SP).

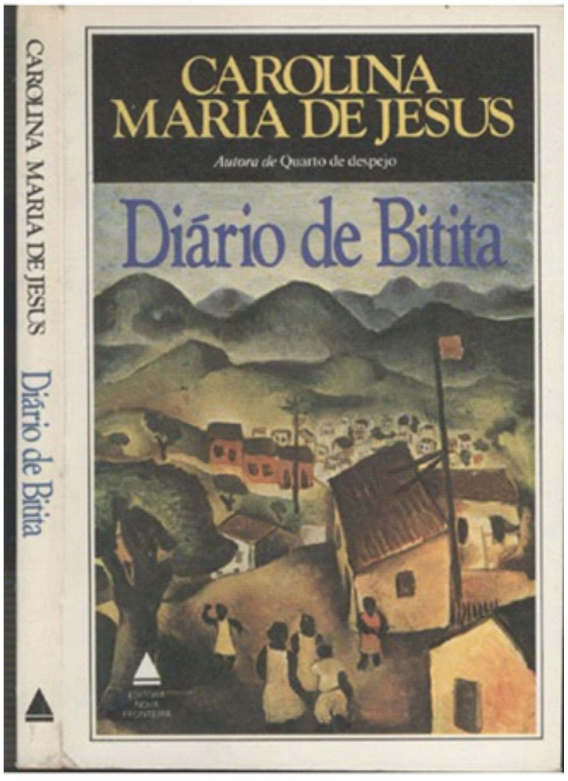
Casa de Alvenaria (1961): livro lançado também pela Editora Francisco Alves, a contragosto do jornalista Audálio Dantas, um ano após Quarto de Despejo ser publicado. Traz os relatos da vida de Carolina desde a preparação para o lançamento do primeiro livro, sua consequente fama e mudança da favela para o Alto de Santana, um bairro de classe média de São Paulo.

Diário de Bitita (1986): livro publicado postumamente a partir de manuscritos entregues por Carolina para a pesquisadora brasileira Clelia Piza e a francesa Maryvonne Lapouge, que foram entrevistá-la em 1975. Nele, Carolina remonta aos períodos iniciais de sua vida, trazendo episódios vivenciados ainda em Sacramento (MG), finalizando-o com a sua chegada à capital paulista, envolvendo aí um recorte temporal aproximado de 23 anos[15].


carolina
maria
de jesus
(diário de uma favelada)
quarto de
despejo


CASA
DE
ALVENARIA
CAROLINA
MARIA
DE JESUS
DIÁRIO DE UMA EX-FAVELADA


BIBLIOTHÈQUE
BRESILIENNE
Maria Carolina de Jesus
Journal
de Bitita
Témoignage
Présentation de Clelia Pisa
a. m. métailié


CAROLINA MARIA DE JESUS
Diário de Bitita
CAROLINA MARIA DE JESUS
Autora de Quarto de despejo
Diário de Bitita

Dois cadernos manuscritos, sob o domínio do Instituto Moreira Salles, foram incorporados ao arranjo de publicações, assim como um documentário contendo os únicos registros de Carolina em movimento. Escritora compulsiva, Carolina possui dezenas de cadernos manuscritos, com textos ainda não publicados e vagamente estudados[16]. A escolha de dois deles deu-se por fazerem parte dos manuscritos que teriam dado origem ao livro *Diário de Bitita* (1986), tendo sidos doados por Clélia Piza ao Instituto Moreira Salles. Além de fragmentos do livro publicado, neles encontram-se várias passagens inéditas, tanto de sua infância em Sacramento quanto do período posterior à sua chegada a São Paulo, além de alguns poemas.

O primeiro caderno foi intitulado pela escritora como *Um Brasil para os Brasileiros* (s/d, possui 194 páginas) e, o segundo, *Meu Brasil* (também s/d, 392 páginas). O que se sabe da trajetória de Carolina até chegar a São Paulo está contido, sobretudo, em seu livro póstumo *Diário de Bitita* (1986) e nesses fragmentos de seus manuscritos. Neles, os relatos da escritora perpassam o processo de formação de uma nação liberta havia poucas décadas da escravidão e cujo sistema político, a República, ainda estava em estruturação. Os acontecimentos desse período marcam intensamente sua narrativa e incidem não só sobre sua vida, mas dizem respeito à precária inserção de parcela significativa da população brasileira no território. São relações historicamente

[15] O ano de 1914 foi atribuído como ano de nascimento da escritora, embora ela mesma demonstre incerteza sobre a data em trechos do livro. Não é possível afirmar com precisão o recorte temporal do livro, mas pelas informações encontradas nos manuscritos (s/d) da escritora, Carolina teria chegado em 1937 a São Paulo.

[16] Conforme levantamento realizado pela pesquisa, os cadernos encontram-se dispersos pelas Biblioteca Brasiliana (USP, SP); Biblioteca Nacional (RJ); Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (MG); e no Instituto Moreira Salles (RJ). Acredita-se que possam existir ainda alguns documentos em arquivos privados e pessoais, cujo rastreamento torna-se difícil e improvável.

constituídas de forma assimétrica e que, por mais rizomáticas que sejam, têm no regime escravocrata sua base. Seus resquícios ainda ecoam nas entranhas de práticas, modos se agir, pensar, legislar e operar a cidade.

Já o documentário *Favela: a vida na pobreza* (1971) tem 16 min e 40 segundos de duração e foi dirigido pela alemã Christa Gottmann-Eller quando esta trabalhava na Fundação Adenauer (Alemanha). Baseado no livro *Quarto de Despejo,* o filme é protagonizado pela própria Carolina, que reinventa o cotidiano na favela, tendo como locação a favela do Vergueiro, uma vez que a do Canindé já tinha sido extinta. Inédito no Brasil até julho de 2014, o filme – que se encontrava sob domínio da produtora alemã Landesfilmdienst Rheinland-Platz Ev – foi adquirido, recuperado e digitalizado pela Coordenadoria de Literatura do Instituto Moreira Salles por ocasião do evento *Carolina é 100*, realizado pela instituição em comemoração ao centenário da escritora.

Dos registros selecionados, o documentário é o único no qual Carolina, apesar de protagonista, não é a autora. No entanto, nos deteremos às passagens em que a escritora, além de encenar, dialoga com um interlocutor que não aparece em cena. São curtos diálogos, nos quais ela fala dos desdobramentos advindos do sucesso de seu primeiro livro. Além disso, julgou-se interessante incluir o documentário pelo fato de ter tido como locação outra favela, e pela própria trajetória do filme, que só veio ao conhecimento do público mais de 40 anos após sua realização.

Estes registros - livros, manuscritos e vídeo - foram aqui analisados não em razão de suas propriedades literárias ou cinematográficas, mas quanto aos temas neles levantados pela autora. Quanto à cidade que se produz pelas suas narrativas, focamos nos vínculos e relações construídas nos ambientes vivenciados por ela, sua inserção na sociedade e nesse indissociável sistema de objetos e ações que compõem o espaço urbano (SANTOS, 1999, p. 51).

Os livros apresentam diferenças em sua forma. *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria* são compostos por fragmentos de diários escritos pela autora, enquanto *Diário de Bitita*, embora carregue em seu título a referência a diário, é um livro de memórias. Lejeune (2010) defende o diário como portador das "escritas ordinárias". Para o pesquisador, ele é a forma mais democrática e difundida da escritura pessoal, pois porta um saber anônimo, singular e subjetivo, vinculado a um lugar e um tempo. Em seu livro *Estética da Criação Verbal* (cuja publicação original data de 1979, quatro anos após a sua morte), Bakhtin dedica um capítulo ao ato da autoinformação em suas variadas formas. As primeiras autobiografias e diários teriam surgido no fim da Idade Média e início do Renascimento.

Das três obras, *Diário de Bitita*, exatamente por tratar-se de um livro de memórias e não de um diário, é o que possui maior distanciamento temporal entre os acontecimentos e seu registro escrito. No entanto, a proximidade temporal com os fatos não pressupõe, necessariamente, que estes estejam relatados com maior precisão, ainda que apareçam datados. Em *Diário de Bitita* essa imprecisão histórica ou geográfica já está posta, ainda que através de algumas pistas contidas na própria narrativa, deduz-se que os acontecimentos relatados tenham supostamente se passado entre algumas cidades mineiras e paulistas, em um período que vai de 1914 - data provável, mas também imprecisa, do nascimento de Carolina - até o final da década de 1930.

No entanto, para esta pesquisa, importa pouco o quão impreciso é o livro de memórias ou o quão verossímeis são os fatos registrados nos diários. Entende-se aqui que dada a impossibilidade de correspondência entre a experiência e a sua narrativa, os enunciados registrados nos livros são sempre algo distinto da realidade, sempre ficção. Mas, entende-se também

que, sejam eles de qualquer natureza, sua existência faz efeito no real, "traçam mapas do visível", "trajetórias entre o visível e o dizível", relações entre modos de ser, modos de fazer e modos de dizer, reconfigurando o mapa do sensível (RANCIÈRE, 2005, p. 59). A narração de uma vida, afirma Arfuch (2010, p. 33), longe de vir a representar algo já existente, impõe à vida mesma, sua forma e seu sentido.

Seguindo essa diferenciação entre realidade e narração, Bakhtin aponta ainda a impossibilidade de identificação entre autor e personagem. Os dois não se confundem embora coincidam, troquem de lugar e mesmo se aproximem mais do que em outras produções. Para ele, o autor é um elemento artístico. Porém, ciência, arte e vida são colocados como três campos distintos da cultura humana. Dessa forma, a vida não pode se confundir com a arte, embora possuam responsabilidades mútuas.

> Sem me desvincular da vida em que as personagens são os outros e o mundo é o seu ambiente, eu, narrador dessa vida, como que me identifico com as personagens dessa vida. Ao narrar sobre minha vida cujas personagens são os outros para mim, passo a passo eu me entrelaço em sua estrutura formal da vida (não sou o herói da minha vida, mas tomo parte nela), coloco-me na condição de personagem, abranjo a mim mesmo com minha narração; as formas de percepção axiológica dos outros se transferem para mim onde sou solidário com eles. É assim que o narrador se torna personagem (BAKHTIN, 2003, p. 141).

Ainda que todas as obras analisadas sejam atravessadas por elementos biográficos, entende-se que o escritor gera, com suas narrativas, um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária (CANDIDO, 2010, p. 9). Como afirma Gustavo Bernardo, no prefácio do livro *Língua e Realidade*, de Flusser (2012, p. 17): "Sistemas ontológicos que dividem as coisas em imaginárias, reais e ideais não servem, porque não refletem de modo algum, a fluidez da realidade".

[1] Carolina Maria de Jesus tatuada no braço do rapper Emicida (próxima ao relógio).
Fonte: página pessoal do artista na rede social Facebook;

[2] Carolina autografando o exemplar do livro *Quarto de Despejo* do jornalista e seu descobridor Audálio Dantas.
Fonte: Museu da Pessoa;

[3] Fragmento da capa e página 112 do livro *Traficando Conhecimento*, de Jéssica Balbino (2010). Em destaque, trecho no qual a jornalista fala de Carolina Maria de Jesus.
Fonte: acervo autora;

[4] Espetáculo Favela, dirigido por Lucelia Sergio, da companhia Os Crespos, em homenagem ao centenário de Carolina Maria de Jesus e de Abdias Nascimento. Auditório do Ibirapuera, São Paulo, 2014.
Fonte: https://periferiaemmovimento.wordpress.com;

[5] Alessandro Buzzo, organizador do Sarau Suburbano, com o livro *Onde estaes Felicidade*, de Carolina Maria de Jesus.
Fonte: http://buzo10.blogspot.com.br;

[6] Carolina Maria de Jesus em frame do documentário *Favela: a vida na pobreza*, de 1971. Fonte: Instituto Moreira Salles;

[7] Escritor Ferréz, autor de Capão Pecado (2000).
Fonte: www.ferrez.com.br

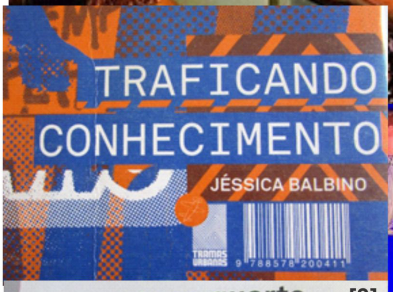
Conexões visuais 01.1
Encontrar Carolina
[fragmentos]

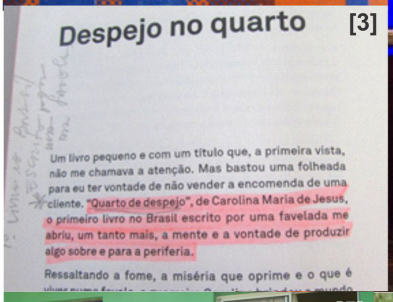
FIGURA 3

CONEXÕES VISUAIS 01.1 I: ENCONTRAR CAROLINA [FRAGMENTOS]


[1]


[2]




Despejo no quarto [3]

Um livro pequeno e com um título que, a primeira vista, não me chamava a atenção. Mas bastou uma folheada para eu ter vontade de não vender a encomenda de uma cliente. "Quarto de despejo", de Carolina Maria de Jesus, o primeiro livro no Brasil escrito por uma favelada me abriu, um tanto mais, a mente e a vontade de produzir algo sobre e para a periferia.

Ressaltando a fome, a miséria que oprime e o que é


[4]


[5]



[6]



[7]

DESDOBRAR PALAVRAS EM GESTOS

Corpo, discurso e território

Partir de uma palavra. Partir numa palavra. Confirmações possíveis. Fidelidade a quê? Texto, lugar do encontro. O pensamento, o tempo, a emoção, o som. Regra primeira – humildade.
(Ruy Duarte de Carvalho)

Para Rancière (2005), a escrita é, acima de tudo, uma questão de distribuição dos lugares, pois circula por toda parte sem saber a quem deve ou não falar, destruindo hierarquias, construindo comunidades que se desenham tão somente pela circulação das palavras. "Agora eu falo e sou ouvida. Não sou mais a negra suja da favela" (JESUS, 1961, p. 17), disse Carolina, após ser reconhecida e respeitada na cidade devido ao lançamento de *Quarto de Despejo*.

Rancière considera a palavra um atributo imaginário de potência suprema que está sempre disponível para retomar sua função democrática. A palavra se empresta a locutores não autorizados, que a declamam até mesmo em praça pública. Inserir a narrativa de Carolina em um debate sobre a produção da cidade é significativo porque é impossível falar sobre saberes sem falar de poder. O discurso, segundo Foucault (2012, p. 10), não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie[17], em palestra realizada em 2009, problematiza o risco da "história única" ao se falar sobre a África. Tomo de empréstimo suas palavras por entender que se adequam bem quando a decisão tomada aqui é a de recontar a cidade a partir de Carolina. Adichie afirma que poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la sua história definitiva. Segundo a escritora, o poeta palestino Mourid Barghoti escreve que se você quer destituir alguém, o jeito mais simples é impedi-lo de contar a sua própria história[18]. Talvez essa seja uma das respostas cabíveis ao questionamento colocado por Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, sobre *A ordem do discurso* (2012): "Mas, afinal, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?", perguntou Foucault (2012, p. 8).

Apesar do desinteresse das grandes editoras em publicar narrativas originárias de lugares semelhantes aos de Carolina, tem surgido, neste início do século XXI, importante movimento de recuperação e resgate de escritores negros brasileiros, cuja divulgação e disponibilização de suas obras são fundamentais para que se teça uma revisão historiográfica que se debruce sobre esse material. Um dos mapeamentos mais significativos dessa produção foi organizado pelos professores Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca, ambos da UFMG, entre

[17] Chimamanda Ngozi Adichie faz parte de uma nova geração "afropolita", como defende a escritora ganesa Taiye Selasi. São escritoras nascidas no continente africano, e educadas no Ocidente, de onde suas narrativas são lançadas ao mundo (sobretudo Canadá, Estados Unidos e Reino Unido). Além disso, têm como traço em comum o fato de, em suas narrativas, mostrarem aspectos diversos de suas sociedades que, em geral, distinguem-se das representações feitas pelo ocidente. Chimamanda tem feito muito sucesso com seus romances e recentemente teve trecho do discurso feito no TED talk em 2012, We Should all be Feminists, mixado pela cantora pop norte-americana Beyoncé em sua música "Flawless", o que despertou ainda mais interesse da mídia e do público por suas publicações.

[18] O discurso em questão está disponível em vídeo do canal TEDx Talks, no site Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc).

2000 e 2010 e publicada em 2011, em 4 volumes. A coletânea, intitulada *Literatura e Afrodescendência no Brasil*, reúne textos de 65 pesquisadores, representando 21 universidades brasileiras e seis (6) universidades estrangeiras, que investigaram a produção afrodescendente em suas regiões. Esta pesquisa resultou em 255 nomes de autores com obras publicadas - muitos deles em publicações coletivas – dos quais 100 estão contidos na coletânea organizada cronologicamente[19], cujo crivo levou em consideração os autores que possuíam alguma publicação individual voltada para a ficção e poesia, excetuando-se os ensaístas.

Faz-se necessário observar que, apesar da literatura produzida nas "margens" não estarem restritas exclusivamente ao universo da literatura afro-brasileira, literatura negra, ou literatura da diáspora – denominações que abrigam uma infinidade de questões e conceituações distintas que não se restringem exclusivamente à cor da pele de seu autor, mas estaria associada a um posicionamento político diante do próprio fazer literário -, seus escritores, em sua maioria, vêm de trajetórias de vida nas quais estiveram deslocados dos centros de poder, dos locais de onde tradicionalmente partem os que possuem domínio e legitimidade para narrar, escrever, discursar, ou seja, produzir algum conhecimento reconhecível enquanto elemento de valor pela sociedade brasileira.

Para Burke (2012), existe um aspecto político que autoriza e legitima tanto a fala quanto o lugar da produção de saberes. Fica evidente, não apenas nos discursos sobre a cidade, que a depender do que conheço e do lugar que ocupo, minha fala é legitimada, ou não, e defino deste meu lugar o que é conhecimento. Sob esta lógica, introduzir Carolina e seu repertório escrito de mundo, parece possibilitar a formulação de novos contornos da luta pela cidade.

[19] Os escritores foram divididos em três grupos: o primeiro, dedicado aos "precursores", contempla escritores nascidos até 1930; o segundo abarca os escritores nascidos entre 1930 e 1940, período considerado pela coletânea como de "consolidação"; e o terceiro grupo abarca os escritores nascidos a partir de 1950.

Nas palavras do poeta Sérgio Vaz: "é preciso inverter a bússola para a periferia". Essa combinação entre o universo da escrita ordinária (LEJEUNE, 2010) com os espaços ordinários da cidade contraria a lógica que predomina tanto na literatura brasileira quanto no discurso sobre a cidade, que em geral se formula a partir de um outro que inclui e analisa, enquanto objeto, a população pobre.

Acessar Carolina pela sua escrita assume centralidade na pesquisa, devido ao peso que ela mesma depositava no seu reconhecimento enquanto escritora. A opção pelo discurso textual como elemento privilegiado[20] passa então por essas questões, mas se dá ciente de que, para além dele, estão colocadas expressivas outras formas de discurso que poderiam com específica propriedade formular intensas e ricas conexões com a problemática exposta. Leda Martins (2003) traz as figuras de Mynemosine (musa das lembranças) e Lesmosyne (o esquecimento) para problematizar que o *graphen* grego é muito mais expansivo e inclusivo do que as seculares seleções semânticas eleitas pelo Ocidente, pois, nele, os locais de memória não se restringem, na genealogia do termo, à inscrição alfabética.

> O termo nos remete a muitas outras formas e procedimentos de inscrições e grafias, dentre elas à que o corpo, como portal de alteridades, dionisiticamente nos remete (MARTINS, 2003, p. 64).

Martins chama atenção para a limitação da produção de conhecimento ao chamado repertório formal. Para ela, a inscrição da memória africana no Brasil, por exemplo, passa por feixes de formas poéticas, rítmicas, procedimentos estéticos e cognitivos fundados em outras modulações da experiência criativa, nos quais os métodos e processos de transmissão de conhecimento se dão, dentre outros elementos, no corpo que, ao dançar, vocaliza, performa, grafa e escreve. Para Martins, palavra é, sobretudo, movimento.

[20] O videodocumentário é a única exceção, dentre os registros de Carolina incorporados, que possui outra linguagem.

Embora essa dimensão analítica do movimento corporal não se realize na pesquisa, o olhar que se verte em direção à narrativa de Carolina é atravessado pela dimensão do corpo através dos gestos e dos lugares que ele elabora e ocupa no interior das narrativas, e também pelo próprio corpo que escreve, que se desloca, afetando e sendo afetado pelos/nos/com os territórios nos espaços por onde transita. Corpo, discurso e território são dimensões indissociáveis em suas narrativas, como será demonstrado a seguir:

> [1] **corpo:** Carolina problematiza sua condição corporal enquanto mulher negra em todos os documentos analisados. Na infância em Sacramento, seu corpo, indissociável de sua cor, traz para o visível a escravidão, não apenas como herança, mas como destino. Através dele seu lugar na sociedade é definido: o de ex-escrava - ainda que nunca tenha sido[21]- que deveria submeter-se aos mandos e desmandos dos senhores da cidade e aos caprichos de seus filhos. Um corpo que pressupunha aceitar, para além de humilhações morais, violências físicas e sexuais, uma vez que o lugar delimitado para ele insinuava tal comportamento. Nos anos que se seguiram, Carolina acompanharia a violência e a pobreza serem racializadas. Seu corpo não só denunciaria sua história-destino, "ex-escrava", mas passaria também a agregar atributos que, para além da já costumeira desqualificação de sua existência – de sua história, saberes, **discursos**, práticas, capacidade e afetos –, indicariam uma conduta indesejável. Sua presença passaria imediatamente a ser associada à ideia de marginalidade, de obsolescência, de desprezo, daquilo que deveria ser eliminado, ou, como ela mesma diz, queimado

[21] Carolina, que nasceu em 1914, ou seja, 26 anos após proclamada a abolição da escravatura, relata em seus manuscritos que sua mãe nasceu na vigência da lei do ventre livre.

ou jogado fora no "quarto de despejo". Expandido para além da epiderme, seu corpo passaria a carregar, além da cor outros símbolos malvistos pela sociedade. Estaria ele, então, impregnado por um forte cheiro, característico de quem vive em situação de precariedade extrema e tem no trato com o lixo seu labor, e abrigado em roupas desgastadas e maltrapilhas, adquiridas por meio de doação ou descartes. Como extensão, esse corpo carrega quase sempre consigo um saco - ora cheio, ora vazio - acoplado às costas, contendo o material coletado nas ruas, permutado por dinheiro ou outro elemento de valor. Três filhos de relacionamentos diferentes acompanhavam-na com frequência e tornavam-se também parte desse incômodo corpo que circularia pelas ruas da capital paulista. Ao deslocar-se, Carolina afeta e é afetada em relações que atravessam seu corpo e que, com ele, configuram **territórios** cujos limites e permeabilidades são definidos, sobretudo, fora da favela, quase sempre por outros sujeitos e outros corpos, distintos do seu e daquilo que o torna "desprezível".

[2] discurso: Com sete anos de idade Carolina frequentou a escola primária por dois anos e aprendeu a ler e a escrever. Fã do diplomata Rui Barbosa, acreditava que a educação era o único caminho para os negros ascenderem socialmente, e desde muito nova tem no discurso seu principal elemento de enfrentamento, ainda que por diversas vezes tenha sido penalizada por direcioná-lo às pessoas poderosas de Sacramento. Apesar de ter crescido em um ambiente hostil à aptidão pelas palavras, Carolina acreditava que tinha sido predestinada à escrita. Essa crença fez com que, em detrimento daquilo que lhe era apresentado enquanto possibilidade de existência, a palavra ganhasse papel central

em sua vida. Com a mudança para São Paulo, e diante das enormes dificuldades que enfrentava, a escrita apresentava-se ora como escape, ora como "tortura" (JESUS, s/d). A escritora alegava que pensamentos estranhos invadiam sua mente e atormentavam-na, principalmente nos períodos em que mais sentia fome, obrigando-a, assim, a escrever. Carolina presenciou a fama e a espetacularização de seu discurso, que a deslocou temporariamente da invisibilidade do quarto de despejo para a visibilidade da sala de visitas, através do seu reconhecimento pela mídia e pela sociedade. O interesse pela escritora e sua obra teve como motivação principal, exatamente, o caráter "excêntrico" da tríade aqui abordada: uma mulher negra, favelada, semianalfabeta, que escrevia de forma "quase sofisticada" sobre um universo miserável. Ou seja, seu **corpo, território e discurso** foram elementos indissociáveis no processo de espetacularização que assegurara alguma visibilidade em sua vida. Se, em um primeiro momento, sua existência estava associada à condição de "ex-escrava", posteriormente, com a publicização de seus escritos, ela passa a estar associada à condição de "favelada", ainda que fixe temporariamente sua moradia na sala de visitas. Seu discurso também passa a ser indissociável a essa condição, ainda que tenha adotado formatos diferentes dos diários - como poemas, provérbios e novelas – nos quais a favela não foi tematizada. No entanto, para além da espetacularização, a inserção de seus discursos e a própria presença da escritora em um universo literário pouco receptivo aos saberes não eruditos foram importantes investidas na direção de disputar espaços e visibilidades.

[3] território: de Sacramento a São Paulo, da fazenda à favela, da casa de alvenaria em Alto de Santana ao sítio em Parelheiros, todos os territórios atravessados, conformados, desestabilizados pela presença e deslocamento de Carolina e seu **corpo** tensionaram e contribuíram para a construção de seus **discursos**. Assim, a indissociabilidade dessa tríade é forte e presente em sua narrativa, em sua experiência de cidade e em sua própria existência. São territórios quase sempre em movimento. A partir dos registros analisados, nota-se que Carolina desloca-se intensamente por diversos espaços. De Sacramento a São Paulo somam-se vinte e três deslocamentos por entre cidades mineiras e paulistas, fazendas e casas de família, identificados no livro *Diário de Bitita*, cujos relatos se encerram em 1937. Para além dos espaços vivenciados, Carolina refere-se ainda aos deslocamentos de seus ancestrais, nem tão distantes, trazidos da África para o Brasil. Em *Quarto de Despejo*, São Paulo é cartografada por Carolina através do ir-e-vir da favela para as ruas, no labor diário do catar papel. Tomando Manuel de Barros (1990) de empréstimo, atribuímos a destreza com que desenvolve sua narrativa urbana à "(...) delicadeza de muitos anos ter se agachado nas ruas para apanhar detritos — compreende o restolho" (BARROS, 1990, p. 15). As ruas, memorizadas e nomeadas, ganham nomes e relevo na escrita dos diários: Rua Vergueiro, Avenida Tiradentes, Rua Frei Antonio Santana de Galvão, Rua Alfredo Maia, Avenida Cruzeiro do Sul, Rua Pedro Vicente, Rua Voluntários da Pátria, entre outras. Quase sempre a pé nesses trajetos, para além de focar no seu sustento é aí que Carolina interage com o mundo: visita o centro Espírita, cumprimenta senhoras, conversa com vendedores conhecidos, para na feira, admira a paisagem e as vestimentas das madames, lê as manchetes dos jornais, ganha presentes e revende seu material. É nesse lidar cotidiano que Carolina vai

> tecendo sua forma de se relacionar com o espaço da cidade, para além da favela, e mesmo nela. Ao mudar para a sala de visitas, a escritora traz consigo os rastros de todos os seus deslocamentos anteriores, ainda que não tivesse tal pretensão. Sua corporeidade (SANTOS, 1996, p. 10) denuncia seu pertencimento aos territórios não gratos, não apreciados ou não desejados pelos ocupantes da sala de visitas. Sua presença, novamente, formula assim aproximações improváveis. A cartografia de Carolina, que em Sacramento já despontava em nomadismo, atravessa as fazendas, as cidades pequenas, a cidade grande em suas ruas, avenidas, favelas e bairros de classe média, e aterrissa em um sítio nas imediações da capital paulista, sobrepondo, alargando, tensionando e esgarçando territórios através de conexões não habituais.

Na indissociabilidade entre corpo, discurso e território, Carolina dobra suas narrativas. Seus textos se realizam como escrevivências. Formulada pela escritora mineira Conceição Evaristo (2006), escrevivência diz respeito à escrita de um corpo, de uma condição e de uma experiência negra no Brasil[22].

Quis saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.
- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.
Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler.

(JESUS, 1960, p. 23)

Pensei: eu não devo dizer para os vizinhos que sou poetisa.
Elas não sabem o que é isso e não vão crer.

(Idem, s/d-a, p. 57)

[22] Ideia desenvolvida pela escritora Conceição Evaristo em Becos da Memória (2006).

Apropriação dos registros

A constatação da existência da tríade "corpo, discurso e território" se deu a partir da análise e apropriação dos registros contidos nos livros, manuscritos e vídeo definidos anteriormente como escopo do arranjo a ser estudado. Nesses documentos, sumariamente apresentados, estão contidas referências a processos temporalmente elásticos, cujas origens datam ainda de meados do século XIX, com o arrastado fim da escravidão no Brasil e a implementação conflituosa de uma República incompleta. Acompanhamos a chegada de Carolina a São Paulo, no final da década de 1930. O que acontece daí até sua fixação na extinta favela do Canindé não está amplamente descrito em nenhum dos documentos.

A obra *Casa de Alvenaria* e os manuscritos oferecem algumas poucas referências sobre esse período. Já em São Paulo, é na década de 1950 que vemos Carolina difundir o enunciado: "a favela é o quarto de despejo da cidade", explodindo nele todo um processo forjado décadas antes. A cidade grande apresenta-se como uma realidade e São Paulo não mais é uma ficção. Ela realiza-se perversamente, para Carolina, como a favela. Após o sucesso de Quarto de Despejo, a escritora deixa a favela do Canindé sob vaias e apedrejamentos para morar, num primeiro momento, de favor na casa de um conhecido em Osasco. Posteriormente, conquista sua própria casa de alvenaria, localizada em Alto de Santana, alcançando assim a tão sonhada "sala de visitas" da cidade. No entanto, esta se difere muito da imagem que havia cultivado. Se a favela se revelara como uma distopia, a "sala de visitas" mostra-se insustentável. No documentário Favela: vida na pobreza, reencontramos Carolina em 1971 sem muitos recursos, morando em um sítio na periferia da cidade, longe do glamour e do sucesso que obtivera anos antes.

Para que a trajetória de Carolina fosse apresentada assim, de forma linear e cronológica, incidiu-se sobre suas obras um movimento de decomposição, deslocamento e realocação dos eventos expostos em suas narrativas, forjando o encadeamento dos acontecimentos de sua vida que ocupam em seus textos temporalidades muito distintas. Desdobramos as narrativas de Carolina com o intuito de desfazer muitas de suas dobras para, a partir de então, traçar uma grande dobra sobre a qual podem aparecer variadas formas. Trata-se de projetar o mundo sobre "a superfície de uma dobradura" (COCTEAU apud DELEUZE, 1991, p. 141). A opção pela desconstrução que antecede o "refazimento" surge nesse sentido e é motivada menos pela obsessão na localização precisa de fatos específicos e mais pela possibilidade de percepção do universo no qual o famoso enunciado difundido por Carolina, "a favela é o quarto de despejo da cidade", estaria sendo gestado.

Bem antes da década de 1960, quando os diários foram publicados, esse processo já estaria colocado. O século XIX já se desenrolava relegando parcela significativa da população brasileira à inserção marginalizada no sistema produtivo, nos territórios da cidade e no acesso à cidadania. Essa inflexão emerge então da vontade de fazer menos nebulosa a possibilidade de correlacionar os registros de Carolina com alguns acontecimentos de cunho político, econômico, estético e social, os quais, acredita-se, trouxeram elementos importantes que, quando acionados nas narrativas, ampliaram as chances de conexões e formulações, dando relevo às questões que se faziam presentes, muitas vezes de forma sutil ou nas entrelinhas..

O desdobramento de Carolina em cronologia situa-se entre duas dobras localizadas em 1822, ano da independência do Brasil, e 1986, ano em que Diário de Bitita foi lançado no Brasil. O ano de 1822 é também o da extinção do sistema de sesmaria no país[23], o que acarreta significativas mudanças no que tange ao acesso a terra e à propriedade. Seu impacto será significativamente perceptível durante todo o século XX.

Além das informações sobre a trajetória da escritora, se intenciona mapear quatro movimentações que se desenrolam em paralelo às narrativas de Carolina. A primeira delas dedica-se a apontar e entender quem se encontrava, no mesmo período em que Carolina, disputando esse lugar da narrativa a partir de condições semelhantes de desfavorecimento. A presença desses "outros narradores" tem menos o propósito de um discurso comparado entre a obra de Carolina e a dos demais narradores e mais a intenção de dar visibilidade a insurgências e movimentos que compunham a cena cultural e política em seus respectivos períodos.

A segunda, "Cidade", aponta eventos e fatos que geraram impacto na vida urbana, sobretudo, em São Paulo e Rio de Janeiro, reverberando de alguma maneira no contexto narrado por Carolina. Destacam-se eventos ocorridos ainda no século XIX, como as alterações na legislação acerca da propriedade e acesso a terra; o processo de privatização e mercantilização do solo, especialmente no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e também no século XX, como os projetos e políticas higienistas e a modernização das cidades; criação de leis específicas que incidem sobre a produção do urbano, políticas habitacionais e produção de habitação social nas cidades, dentre outros.

[23] Esta questão será abordada com mais propriedade nos capítulos seguintes.

A terceira, "Conjuntura política – Brasil", aponta fatos significativos na história política brasileira desde o século XIX, que além da já citada independência, é atravessada pela proclamação da república e abolição da escravatura, até o século XX que, dentre outros tantos movimentos, vive a Revolução de 1930, a implementação da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do país. A quarta e última parte, "Conjuntura política – Mundo", traz fatos e acontecimentos relevantes na conjuntura internacional, os quais, de alguma forma, dialogam com os fatos que atravessam a narrativa.

Com o fim de dar seguimento ao desenvolvimento da tese organizando-a a partir de uma estrutura cronológica e linear, foram elaborados vários arranjos que partiam da metade do século XIX e avançavam até o final do século XX. No entanto, entendemos que, enquanto forma, tal organização não dava conta de expressar os atravessamentos, continuidades, repetições e desvios que almejamos apresentar, confinando a escritora e seus escritos a um tempo estático, distanciado e apartando da cidade contemporânea seus narradores, narrativas e desdobramentos. Bruno Latour, em *Jamais fomos modernos* (1994), questiona o ordenamento linear e a forma de organização dos elementos, cuja alteração de princípios de classificação implica também na alteração dessa temporalidade, criando outra a partir dos mesmos acontecimentos. Como expõe Latour

> Suponhamos, por exemplo, que nós reagrupemos os elementos contemporâneos ao longo de uma espiral, e não mais uma linha. Certamente temos um futuro e um passado, mas o futuro se parece com um círculo em expansão em todas as direções, e o passado não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, recombinado, reinterpretado e refeito. Alguns elementos que pareciam estar distantes se seguirmos a espiral podem estar muito próximos quando comparamos os anéis. Inversamente, elementos bastante contemporâneos quando olhamos a linha tornam-se muito distantes se percorremos um raio. Tal temporalidade não força o uso de etiquetas "arcaicos", ou "avançados", já que todo argumento de elementos contemporâneos pode juntar elementos pertencentes a todos os tempos. Em um quadro deste tipo, nossas ações são enfim reconhecidas como politemporais. (...) Sempre selecionamos ativamente elementos pertencentes a tempos diferentes. Ainda podemos selecionar. É a seleção que faz o tempo, e não o tempo que faz a seleção (LATOUR, 1994, pp. 74-75).

Isso posto, retornamos à apropriação das narrativas de Carolina, revisitando seus relatos sobre o cotidiano. Entendemos o cotidiano a partir da perspectiva apontada pelo geógrafo Milton Santos

> O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: dessa existência do passado, da qual não podemos nos libertar porque já se deu; e desse futuro que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe (SANTOS, 1996, p.10)

Em suas diferentes temporalidades, apropriamo-nos do cotidiano narrado por Carolina sem nos atarmos à lógica do encadeamento cronológico. Isso revelou-nos a amplidão e densidade dos temas, que retornam em diferentes registros, acumulados sob camadas de distintos processos. Nos fragmentos de seus textos e nos arranjos que elaboramos, o percurso-cidade que desenhamos com Carolina constrói-se na deformação[24]. Atuamos como uma lente de aumento que amplifica e traz para o visível e dizível aquilo que poderia não emergir por conta própria. Reunimo-los em quatro grandes grupos:

1. A sociedade, o corpo e a produção de saberes
2. O lugar do negro e do pobre na cidade
3. Processos constitutivos do território
4. Afetos outros

Nos quatro, observa-se que as dimensões corpo, discurso e território revelam-se a partir de articulações e intensidades distintas, mas sempre presentes. O primeiro grupo, "A sociedade, o corpo e a produção de saberes", agrega passagens que gravitam sobre:

- A hierarquia social que define os lugares a serem ocupados na sociedade, na qual doutores de Coimbra, autoridades religiosas, fazendeiros, policiais, senhores, patrões, jornalistas, intelectuais e políticos são apontados por Carolina como pertencentes aos lugares mais privilegiados;

[24] A ideia de deformação aqui é positivada como forma de opor-se à ideia apresentada pelo jornalista Audálio Dantas no texto Casa de Alvenaria – história de uma ascensão social, que abre o livro Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961), de Carolina Maria de Jesus. No texto, o jornalista afirma que Carolina era uma "criatura que viveu sempre à margem", uma "desintegrada social", e por isso veria a "sala de visita" com "deformações" e" distorções". Para ele, a escritora não teria a capacidade (e nem a responsabilidade) de saber retratar a "gente de alvenaria". Questiona-se aqui, então, que propriedade teria o jornalista para fazer tal julgamento? Não poderíamos afirmar que ele, por pertencer ao mundo da "sala de visita", também não teria capacidade para editar um livro sobre a vida no "quarto de despejo"? No entanto, foi ele o responsável pela edição do livro de Carolina.

• As constantes agressões e humilhações sofridas pela escritora devido a sua condição econômica e sua cor de pele - tanto na infância quanto na vida adulta – são relatadas através de episódios, questionamentos e problematizações elaboradas pela escritora, nas quais a escravidão, o preconceito racial, a miséria, a violência policial e a morte são tematizadas;

• O acesso à educação e a produção de conhecimento, tematizados a partir de relatos de situações vivenciadas no ambiente escolar, ou na impossibilidade de frequentá-lo; em rodas de leituras compartilhadas entre os que sabiam e os que não sabiam ler; e em reflexões sobre a importância da escrita e da literatura como instrumento de difusão de discursos e ascensão social.

O segundo grupo pode ser descrito como "O lugar do negro e do pobre na cidade". Ele agrega passagens mobilizadas a partir dos movimentos realizados pela escritora em busca de sua "lugaridade" (SANTOS, 1996). A narrativa de Carolina mostra uma constante projeção de lugares nos quais a escritora depositava a expectativa da possibilidade de pertencer com dignidade. Esse tema distribui-se em:

• Ficcionalização e realização do retorno à fazenda como oposição à vida na cidade pequena. Carolina problematiza as questões fundiárias, a relação laboral, o consumo e o habitat, tanto no campo como na cidade;

• Ficcionalização da cidade grande como oposição à vida nas cidades pequenas e na fazenda, atravessada pela movimentação em torno da revolução de 1930 e problematizada a partir, principalmente, da relação laboral.

• A realização da cidade grande como favela, distanciando-se da ficção fabulada por Carolina, é problematizada no contexto político dos anos 1950, a partir da ideia de erradicação da favela, da inserção marginal do seu morador no sistema produtivo da cidade industrial e das relações de consumo.

O terceiro grupo, "Processos constitutivos do território", agrega passagens que problematizam práticas e processos que permitem ou dificultam a construção e fixação da vida nos diversos espaços atravessados por Carolina em suas narrativas. Divide-se assim:

• Circulação e deslocamento intra e entre cidades, realizados por Carolina tanto em sua investida até chegar a São Paulo, quanto pelo seu ofício principal quando moradora do Canindé, como catadora de papel, que tinha no deslocamento sua forma de operar; ou ainda sua mudança para a "sala de visitas". A escritora relata e problematiza sua condição de nômade e andarilha na cidade.

• A habitação, em seus diversos momentos, processos e formatos - desde a infância em Sacramento, nas fazendas, na favela e até a casa de alvenaria - é tematizada pela escritora tendo como mote recordações banais de vivências cotidianas, hábitos, relações afetivas, processos construtivos, dificuldades ou facilidades do acesso às mesmas. Indissociável ao habitar está a tematização sobre infraestrutura urbana, abordada através de relatos que se centram principalmente em queixas acerca da precariedade ou mesmo inexistência de serviços fundamentais como saneamento, energia e equipamentos de saúde; e as estratégias adotadas para superar tais dificuldades.

• Micropráticas coletivas confundem-se com pequenos movimentos estéticos e ocupam lugar nos escritos de Carolina a partir de notas sobre o canto, a dança, festas, práticas religiosas, esportivas e movimentos banais do cotidiano que tensionam as relações entre tradição, modernidade, lazer, ócio, criação, reprodução, porosidades e pertencimentos.

O quarto e último grupo, "Afetos outros", é mais híbrido e diverso em seus temas, agregando processos mais subjetivos que, na verdade, atravessam todas as dimensões citadas acima, em alguma medida. Silva (2011) chama atenção para a ausência de trabalhos que valorizem a questão do afeto da população negra, sobretudo se particularizarmos o foco na mulher negra. A dimensão afetiva, embora esteja presente nos demais grupos, foi aqui especificada em três momentos, nos quais se entendeu que ela se coloca de forma mais evidente:

• A temática dos arranjos familiares, na qual se faz fortemente presente a discussão de gênero, é encontrada em toda a narrativa da escritora, seja quando se refere à relação com sua mãe e uma instável figura paterna, ou quando aborda a relação que estabelece com seus filhos. Solteira confessa por opção, questionava em suas narrativas o papel da mulher e a submissão ao casamento.

• A dimensão da fome e a presença constante desta em sua vida surgem tanto nos relatos de situações vivenciadas quanto em posicionamentos e problematizações que elabora acerca do tema. A fome, muitas vezes, aparece como o sujeito que move seus escritos, ou de quem se pretende manter distância, almejando sossego. Ela, a fome, afeta sua existência no que ela tem de mais vital, e em vários momentos chega mesmo ao nível do insuportável, em que a morte surge como uma iminente alternativa a ser considerada.

• Desejos, expectativas e frustrações são confidenciados em algumas passagens que expõem, para além da exaustiva tarefa de relatar a vida ou problematizar assuntos de enorme grandeza, fagulhas daquilo que constitui intimamente a existência e que move a vida.

Apesar de elaborado atentamente, esse mapa-síntese dos assuntos tematizados na narrativa de Carolina obviamente não esgota as possibilidades de leitura e apreensão desses registros, apropriados pela tese a partir de dimensões específicas, nas quais se ressaltam os processos de inserção, disputa e direito à cidade. Alguns outros mapeamentos já foram elaborados e outros tantos ainda podem se fazer, partindo de outros contextos e áreas de conhecimento distintas ou não. Dos pesquisadores que desenvolvem/desenvolveram trabalhos sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, destacamos aqui alguns deles: Elzira Divina Perpétua, professora de Literatura Brasileira na Universidade Federal de Ouro Preto; Joel Rufino dos Santos, historiador, professor e escritor, referência no tocante à história e cultura negra no Brasil; Jose Carlos Sebe Bom Meihy, professor do Departamento de História da FFLCH – USP; Regina Delcastagné, professora titular de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília; e Germana Henriques Pereira de Sousa, professora do Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade de Brasília.

Esses grupos e subgrupos, como dito anteriormente, estão alocados sob a tríade corpo, discurso e território. No esquema-síntese expomos os principais temas mapeados nas narrativas e que serão mobilizados e acionados nos capítulos 2, 3 e 4, para acessar a partir de articulações diversas, essas três dimensões.



FIGURA 4

Esquema do conjunto de temas que atravessam a tríade *corpo - discurso – território*, acionados para acessar diferentes situações.
fonte: produção da autora

Textos Nós Fragmentos 01. Acúmulo Repetição
fonte: produção da autora

FIGURA 5

CONEXÃO TEXTOS-NÓS [FRAGMENTOS 01] CAROLINA MARIA DE JESUS + [CONCEIÇÃO EVARISTO + MÃE DE MAIO + YASMIN THAYNÁ]

ACÚMULO/REPETIÇÃO

[1]EVARISTO, 1986, p.197 |**[2]**EVARISTO, 1986, p.199 |**[3]**EVARISTO, 1986, p.201|**[4]**EVARISTO, 1986, p.208|**[5]** EVARISTO, 1986, p.246|
[6] MÃES DE MAIO,2012, p.125| **[7]**MÃES DE MAIO,2012, p.125| **[8]** THAYNÁ, 2009, p.10

"A escravidão era como cicatriz na alma do negro"

"O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e mais bonitos"

"No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nós nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava do Palmares, o famoso quilombo onde os negros procuravam refúgio. O chefe era um negro corajoso de nome Zumbi, que pretendia libertar os pretos. Houve um decreto: quem matasse o Zumbi ganharia duzentos mil-réis e um título nobre de barão."

(Carolina Maria de Jesus, fragmentos de Diário de Bitita, 1986, p. 68-139)

Ao colocar as mãos no fio que fazia ligação direta ao meu peito, sentiu a amargura e disse: você vai ficar linda porque o mais importante de ser linda é se sentir linda.

Ali me conheci. Foi uma tarde de formação e aceitação. Pude perceber, naquela tarde, que o mapa da África é semelhante ao mapa do Brasil, país este que nasci, pátria esta que faz conexão tanto no desenho territorial, quanto em seus costumes e em sua beleza étnica. [8]

Maria-Velha, olhando Tio Totó e percebendo como ele havia se tornado tão indefeso, com o passar dos anos e com o acumulo de sofrimentos, lembrou-se de quando o conhecera, há uns trinta e tantos anos. Totó já tinha mais de meia-idade, entretanto era ágil em tudo. Tinha ainda um sorriso farto e bonito. [3]

seguir segurando a vida. Havia as crianças, as das irmãs e as outras. Não! A vida não podia ser assim sempre, uma repetição doida! Quem sabe, sair da favela, ir para outros lugares. Outra favela, talvez? Quem sabe, a vida tivesse e guardasse algum sentido?... [2]

do, a desesperança dele, tudo isto empurrava Maria-Nova para o passo seguinte. A dor de Tio Totó significava para ela um compromisso de busca de uma melhor forma de vida para si própria e para os outros. A vida parecia uma brincadeira de mau gosto. Um esconde- [5]

NO ESTRALAR DOS DEDOS

POR TUBARÃO DULIXO [6]

No estralar dos dedos
Esfarelam-se segredos
Aqui jaz...
Por má fé ou por medos
Incapaz...
Pose ou empregos
Satisfaz...
Fama ou desejos
Quem dá mais...
Vidas viram brinquedos
Descanse em paz....

reerguer novamente. Surgiam outros tão ou mais precários que os anteriores. E gerações inteiras nasciam e cumpriam tempo de vida acostumadas à miséria, fazendo muitas da miséria razão de vida. O menino Brandino, que por acidente no trator ficara inerte, paralítico, [1]

garganta, mas resistiam. Agora, era pior. Tudo estava mais dolorido e presente. As dores que pensavam ter ficado para trás, estavam ali, vivas, porejando na pele dos dois como bagos de sangue. [4]

MÃE ÁFRICA

POR RAQUEL ALMEIDA [7]

Quando meus pés cansarem
E a minha voz embargar
Chora mãe África, chora,
Já estou chegando lá

Se todos me abandonarem
Desistindo de caminhar
Coragem mãe África, coragem,
Força você me dará

ESPIRAL DO TEMPO

Nas dobras de Carolina

Ao elencarmos a dobra como uma possibilidade de leitura do arranjo proposto, o fazemos por entender que algumas propriedades que as constituem, tomando como referência a abordagem feita por Deleuze em seu livro *A Dobra: Leibiniz e o barroco* (1991), potencializam a operação aqui pretendida. Ao falar sobre o barroco, Deleuze afirma que esse estilo não inventou as coisas sobre as quais se apropriou, mas ele as curvou e descurvou, realizando dobras e levando-as ao infinito. Quando direcionamos aos textos de Carolina uma possibilidade de ação tomando de empréstimo essa maneira deleuziana de operar através da dobra, a multiplicidade de arranjos, conexões e atravessamentos que derivam de sua narrativa se mostram ainda mais evidentes. Para Deleuze (1991, pp.13-14), "o múltiplo não é só o que tem muitas partes, mas o que é dobrado de muitas maneiras".

Entendemos, então, que a narrativa de Carolina embaralha e esmaga o tempo cronológico, proliferando-se para além dele. Atua no presente revisitando e deslocando o passado da condição de lembrança, atualizando-o. É uma força capaz de mobilizar e aproximar episódios que se contaminam. Suscitados por essa ideia e inspirados por Latour (1994, p. 76) - para quem "o tempo nada tem a ver com a história", uma vez que é "a ligação entre os seres" que o constitui - apostamos na importância de um atravessamento politemporal para que a relação entre narrativa e cidade seja aqui potencializada. No prefácio da 8ª edição de *Quarto de Despejo* (2006), pela editora Ática, o jornalista e "descobridor" de Carolina compartilha essa ideia da contemporaneidade da escritora. Segundo Dantas: "Quarto de despejo não é um livro de ontem, é de hoje. (...) os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando." (DANTAS, 2006, p.5).

Agregamos, então, aos textos de Carolina, eventos, movimentos, narradores, narrativas, produções em geral, cujo recorte temporal é indefinido, que atuarão nesse transbordamento como narrativas secundárias conectadas às da escritora. Das produções, optou-se por aquelas elaboradas por narradores que, assim como Carolina, são oriundos de territórios pobres. A imagem da emergência desse "acervo" e as conexões todas que podem insurgir dele fazem lembrar algumas ideias trabalhadas por Jacques Derrida em seu livro *Mal de Arquivo* (2001). Nele, o arconte, guardião do arquivo, era um cidadão que detinha e denotava poder político, cuja autoridade era publicamente reconhecida. Em sua casa os documentos oficiais eram depositados e deles ele se tornava guardião e intérprete. "Eles evocavam a lei e convocavam a lei" (DERRIDA, 2001, p.13). Embora não trataremos aqui de incorporar com profundidade os pormenores de uma ciência do arquivo, ou uma política do arquivo, fabular esses interlocutores como arcontes e tomar o arquivo para habitá-lo com uma produção que não é comumente valorada, é redefinir os lugares do poder. Construir esse novo arquivo e trazê-lo à cena ancorado na narrativa de Carolina é imprimir nele um significado importante. É entender e assumir que o processo de produção de conhecimento não é imune a manipulações.

A própria tese, neste caso, torna-se também arconte desse "arquivo periférico", cuja atribuição circula em torno de se apropriar desse acervo, conectá-lo e propor diálogos dos quais emirjam possibilidades de compreensão do mundo. Trata-se, no entanto, de um acervo em movimento, em construção, não só pela pretensão de alcançar o contemporâneo, mas também pela emergência de fatos, histórias, relatos, documentos, que se

encontravam perifericamente deslocados, e mesmo ausentes, nos arquivos tradicionais[25]. Por isso, a tese também porta traços ficcionais diante da quantidade de informações nunca reveladas e de registros que foram perdidos. Ao fabular esse "arquivo de narrativas periféricas", a tese realiza um movimento triplo: descobre e recolhe registros relegados ou pouco explorados; aloca-os no rol dos documentos importantes, tornando-os passíveis de apropriação; e os desarquiva, colocando em circulação através das conexões e pontes que constrói.

Concordamos com Burke (2012) sobre a existência de um aspecto político que autoriza e legitima tanto a fala quanto a produção de saberes. A depender do que conheço e do lugar que ocupo, minha fala é legitimada ou não e defino, deste meu lugar, o que é conhecimento. Neste sentido, "inverter a bússola para a periferia", como propõe o poeta Sergio Vaz, é um ato político que, para além dos rótulos que insistem em taxar produções – acadêmicas ou não - de ativistas ou militantes, com o intuito de desqualifica-las enquanto ciência, coloca em xeque o lugar do discurso e do conhecimento. Privilegiar essas narrativas e exibi-las no centro da visibilidade é um exercício importante, urgente e imprescindível na formulação de novos contornos da luta cotidiana, inclusive da luta pela cidade.

Apontamos algumas questões que nortearam o modo como optamos por trabalhar com esse arquivo. Dada a relevância, já explicitada, de abarcar os narradores contemporâneos, o fato deles se utilizarem, sobretudo, das redes virtuais como campo de produção, exposição e difusão de seus discursos e formulações;

[25] Em torno da obra de Carolina, sobretudo após as comemorações de seu centenário, surgiram iniciativas de recuperação, catalogação e disponibilização do acervo da escritora. Nesse sentido, destaca-se o portal biobibliográfico Vida por escrito (http://www.vidaporescrito.com/), parte do projeto Vida por Escrito - Organização, classificação e preparação do inventário da obra de Carolina Maria de Jesus, coordenado pelo pesquisador independente Sergio Barcellos, contemplado pelo Edital Prêmio Funarte de Arte Negra, categoria Memória, em 2013.

e entendendo também que a internet é uma importante e imprescindível fonte de pesquisa e arquivo de informações, surgiu a necessidade de se pensar em como lidar operacionalmente com a imensa capacidade de dispersão na atividade de garimpo e escolha dos elementos que iriam compor esse acervo. Como agregar, além das mídias clássicas com "funções massivas" - impresso, o rádio e a TV -, as mídias digitais e suas funções "pós-massivas" - internet e suas diversas ferramentas como *blog, wikis*, *podcast,* redes P2P, softwares sociais, e os telefones celulares com múltiplas funções? (LEMOS, 2008, p. 46).

De acordo com Alberto Cairo (2011), em 2010 estimava-se que a cada dois dias a humanidade produzia em volume de informação o equivalente a toda a informação criada desde o princípio dos tempos até 2003; e toda a informação digital disponível no mundo seria equivalente a 67 mil bibliotecas do Congresso dos Estados Unidos, que contém, aproximadamente, 15 *terabytes* de conteúdo. Ainda nos anos 70, o professor de Arquitetura Richard Saul Wurman previu essa explosão da informação e apontou que o maior desafio de nossa espécie seria aprender a navegar nesse tsunami de bits que se adivinhava no horizonte (CAIRO, 2011, p. 31).

Fez-se necessário então inventar algumas estratégias que em nenhum momento pretendeu dar conta da superprodução de informação disponível a um click. Uma delas foi a de lançar mão da ideia de que a narrativa de Carolina era nosso "fio de Ariadne". Isso possibilitou um agir cuja liberdade e alcance estava flexivelmente limitado, na tentativa de, apesar dessa margem de segurança, não inviabilizar ou ignorar agenciamentos inesperados que se colocassem no caminho. Ao mesmo tempo, na medida em que a ideia em torno da imbricada relação das noções de corpo, discurso e território na produção de Carolina foi se solidificando, a definição sobre a quais pistas nos agarraríamos nesses deslocamentos foi aparecendo.

Ainda assim, apesar da infinidade de conexões possíveis, a web mostrava-se, como era para ser, fluida, pouco tangível, repleta de conexões instáveis, fugidias e pouco densas. Concordamos com o pensamento de Fábio Duarte (2004), para quem "os meios digitais não serviriam para ver ou representar imageticamente a cidade, mas para que as pessoas, através de interfaces informacionais, marcassem sua presença nesse agenciamento de signos urbanos". Concluímos que outra estratégia deveria ser criada e acrescida à primeira. Elaboramos, então, um movimento que, por um lado, sobretudo sob um olhar tecnológico, pode soar como regressão, mas que enquanto ação não pode ser medida pelo tempo cronológico.

Recorremos à literatura. Optamos por focar em publicações lançadas a partir dos anos 2000, por acreditarmos que assim conseguiríamos fazer convergir várias questões que nos eram caras: o livro, enquanto objeto analógico que sobreviveu ao atropelo do avanço tecnológico no último século; e um modo de produção de discurso que, apesar de assemelhar-se ao de Carolina, trouxesse consigo tanto as questões que os novos tempos colocaram quanto a forma de pensa-lo e também de pensar a cidade. Cientes da dificuldade que é a publicação de títulos, sobretudo para aqueles que estão à margem do mercado editorial, como já exposto, essa escolha surgiu também da vontade de trazer para junto de Carolina escritos que portassem não só histórias, mas atitudes de inflexão frente a um movimento convencional. Mais do que mensurar visibilidades, trata-se de intensificar presenças.

Escolhemos quatro publicações que foram norteadas também pelo fato de seus escritores serem oriundos de territórios pobres, como Carolina, e que buscavam, com suas produções, disputar um lugar. Nessa escolha buscou-se elencar narradores de gerações diferentes que em seus textos abordassem recortes temporais também diferenciados, para que se pudesse explorar com mais

propriedade essa que é uma das ideias principais da tese: os processos vivenciados em Carolina acumulam-se e permanecem – atualizados- para além dela. Temos então:

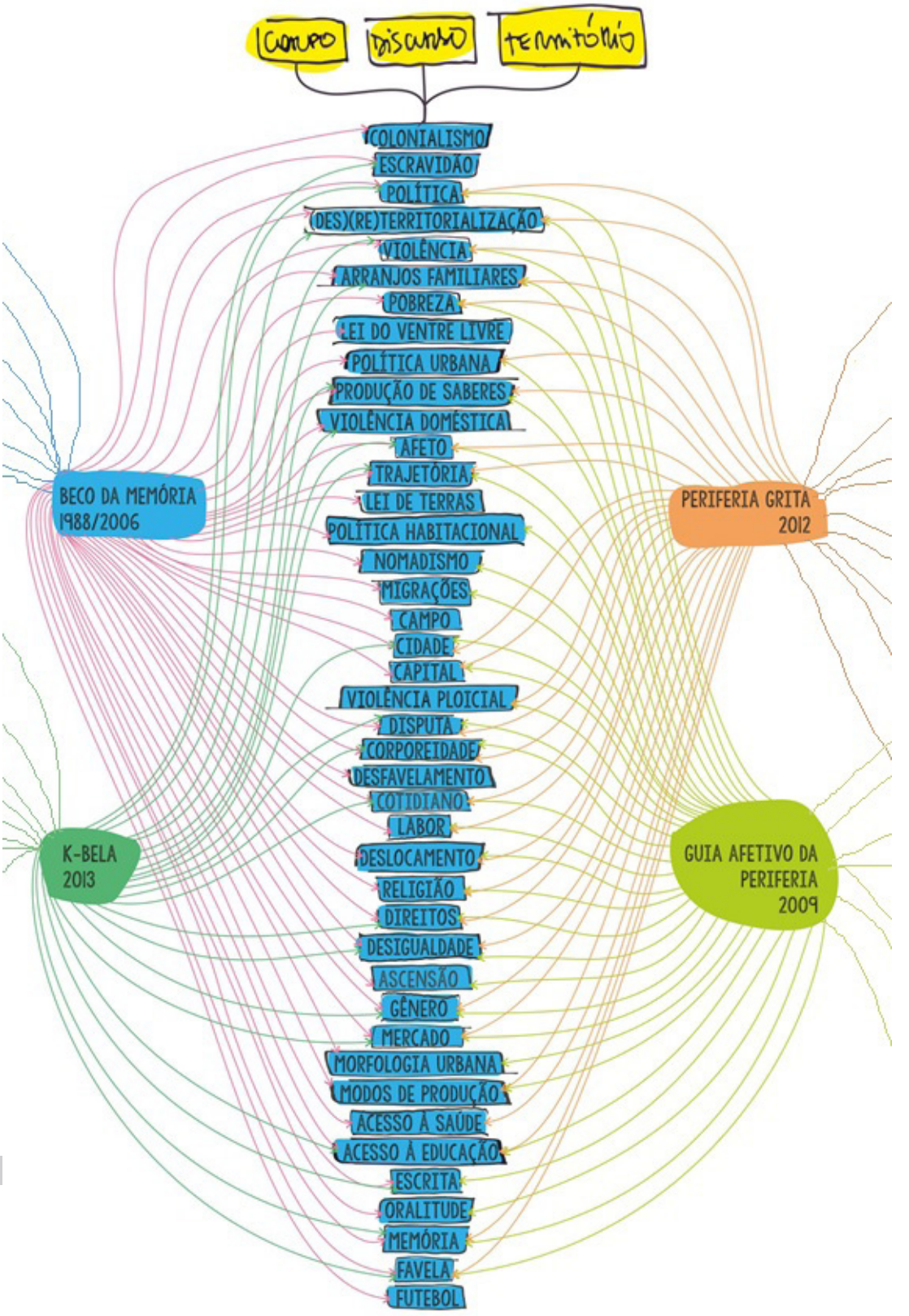
- *Becos de Memória (*2006), livro de Conceição Evaristo;
- *Guia Afetivo da Periferia* (2009), livro de Marcus Faustini;
- *Periferia Grita* (2012), coletânea da organização Mães de Maio;
- E o conto *MC K-Bela* (2013), de Yasmin Thayná.

Nas quatro interlocuções encontramos fictícios movimentos de (re)edição dos discursos e enunciados que atualizam temporal, espacial e afetivamente Carolina. Confrontamos os temas que emergiram dos relatos da escritora com essas novas narrativas e o que se viu foi - apesar da diferença temporal e das mudanças de conjuntura econômica, política e social – a repetição dos principais temas atravessando gerações.

FIGURA 6

Esquema da conexão das quatro narrativas com os temas encontrados nas narrativas de Carolina Maria de Jesus

fonte: produção da autora


corpo
discurso
território
COLONIALISMO
ESCRAVIDÃO
POLÍTICA
(DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO
VIOLÊNCIA
ARRANJOS FAMILIARES
POBREZA
LEI DO VENTRE LIVRE
POLÍTICA URBANA
PRODUÇÃO DE SABERES
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
AFETO
TRAJETÓRIA
LEI DE TERRAS
POLÍTICA HABITACIONAL
NOMADISMO
MIGRAÇÕES
CAMPO
CIDADE
CAPITAL
VIOLÊNCIA POLICIAL
DISPUTA
CORPOREIDADE
DESFAVELAMENTO
COTIDIANO
LABOR
DESLOCAMENTO
RELIGIÃO
DIREITOS
DESIGUALDADE
ASCENSÃO
GÊNERO
MERCADO
MORFOLOGIA URBANA
MODOS DE PRODUÇÃO
ACESSO À SAÚDE
ACESSO À EDUCAÇÃO
ESCRITA
ORALITUDE
MEMÓRIA
FAVELA
FUTEBOL
BECO DA MEMÓRIA
1988/2006
K-BELA
2013
PERIFERIA GRITA
2012
GUIA AFETIVO DA
PERIFERIA
2009

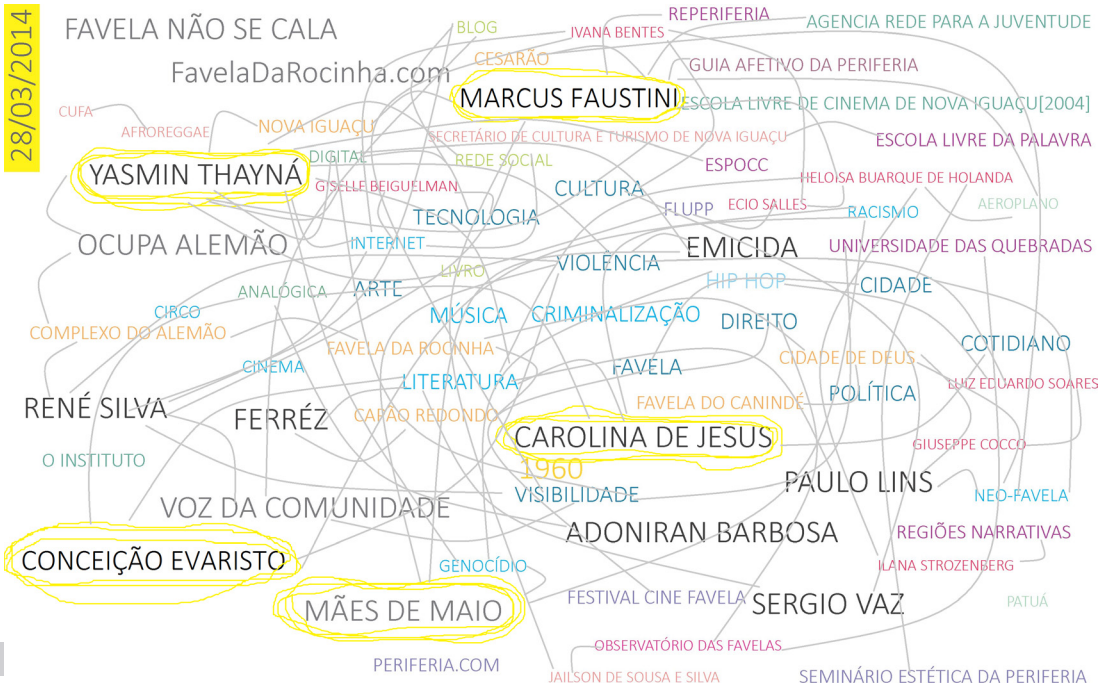
Através desses narradores e suas narrativas, vislumbramos a possibilidade de estabelecer "conexões estáveis" tanto entre seus textos e os de Carolina quanto para além deles. Unimos à palavra escrita, a palavra fluida, e a partir desse emaranhado daremos continuidade a essa operação metodológica na qual a tese se desenrola.

Como terceiro procedimento, estabelecemos uma rede a partir desses cinco nós conectados - a narrativa de Carolina e mais estas quatro - e vimos surgir um fluxo que dava sentido às questões expostas até então, independentemente de origem ou direção. Remanescentes da tradição oral ou próprios do momento atual de hipertextualidade de informação, fomos coletando e acumulando fragmentos de conteúdos que serviram de insumo para nossas construções, que se realizaram tanto no campo da coleta analógica de elementos agenciáveis quanto no campo das virtualidades. São conteúdos que guardam processos de experiências vitais para essa reconfiguração do campo visível e dizível da cidade, adensando a luta e as demandas pela cidadania e por direitos. As histórias de Carolina foram editadas, arranjadas, ou seja, reinventadas, nesse arquivo que visa potencializar, através delas, as possibilidades de visibilidade das cidades e de suas rasuras.

FIGURA 7

Conexões em processo. Brainstorm dos elementos passíveis de serem conectados a partir do agenciamento dos cinco narradores e suas narrativas

fonte: produção da autora


28/03/2014
FAVELA NÃO SE CALA
FavelaDaRocinha.com
BLOG
IVANA BENTES
REPERIFERIA
AGENCIA REDE PARA A JUVENTUDE
CESARÃO
GUIA AFETIVO DA PERIFERIA
MARCUS FAUSTINI
ESCOLA LIVRE DE CINEMA DE NOVA IGUAÇU[2004]
CUFA
AFROREGGAE
NOVA IGUAÇU
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO DE NOVA IGUAÇU
ESCOLA LIVRE DA PALAVRA
DIGITAL
REDE SOCIAL
ESPOCC
YASMIN THAYNÁ
GISELLE BEIGUELMAN
CULTURA
HELOISA BUARQUE DE HOLANDA
TECNOLOGIA
FLUPP
ECIO SALLES
RACISMO
AEROPLANO
OCUPA ALEMÃO
INTERNET
EMICIDA
UNIVERSIDADE DAS QUEBRADAS
LIVRO
VIOLENCIA
HIP HOP
CIDADE
ANALÓGICA
ARTE
CIRCO
MÚSICA
CRIMINALIZAÇÃO
DIREITO
COMPLEXO DO ALEMÃO
COTIDIANO
FAVELA DA ROCINHA
CIDADE DE DEUS
CINEMA
FAVELA
LITERATURA
LUIZ EDUARDO SOARES
RENÉ SILVA
FERRÉZ
CAPÃO REDONDO
FAVELA DO CANINDÉ
POLÍTICA
CAROLINA DE JESUS
O INSTITUTO
GIUSEPPE COCCO
1960
PAULO LINS
VISIBILIDADE
NEO-FAVELA
VOZ DA COMUNIDADE
ADONIRAN BARBOSA
REGIÕES NARRATIVAS
CONCEIÇÃO EVARISTO
GENOCÍDIO
ILANA STROZENBERG
FESTIVAL CINE FAVELA
SERGIO VAZ
MÃES DE MAIO
PATUÁ
OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS
PERIFERIA.COM
JAILSON DE SOUSA E SILVA
SEMINÁRIO ESTÉTICA DA PERIFERIA

Conexões seguras

Os textos-nós de Marcus Faustini, Conceição Evaristo, Yasmin Thayná e Mães de Maio figuram como "conexões seguras" e são, explícita ou implicitamente, conectados aos textos de Carolina no decorrer dos capítulos seguintes. Ainda que variem quanto à forma, os elencamos na tentativa de priorizar narradores que, como Carolina, preferissem os relatos, mesmo que ficcionados, sobre experiências vividas. Em *Becos de Memória* e *Guia Afetivo da Periferia*, os autores ficcionam a partir de acontecimentos e lembranças que remetem às suas infância e adolescência. Já *Periferia Grita* é um livro coletivo, produzido pela organização Mães de Maio, e traz relatos de pessoas próximas de vítimas assassinadas pelo Estado, na figura dos policiais, enquanto *MC K-Bela* é um pequeno conto que gira em torno da relação da autora com seu cabelo crespo, a qual relembra passagens de sua infância repleta de processos afetivamente marcantes.

Os textos partem de experiências pessoais e individuais, mas destacam-se pelos contornos coletivizantes que atravessam os limites da individualidade e se abrem para um diálogo que alcança outras construções e invenções de territórios e de sujeitos coletivos. Dos quatro narradores, apenas um é homem e branco, Marcus Faustini. Ainda que a organização Mães de Maio não seja composta exclusivamente por mulheres negras, estas são a maioria no movimento. Em trecho do seu livro *Guia Afetivo da Periferia*, Faustino tece o seguinte comentário:

> Só consegui circular pela cidade, porque passava despercebido. Em Paciência, eu e meus amigos fomos uma vez parados pela polícia. Só um deles tomou tapa na cara. Ele era negro. Eu era invisível. Era como se eu não estivesse ali (FAUSTINI, 2009, p.78).

A assimetria na escolha dos autores passou também por esse lugar assimétrico que ocupam nas relações estabelecidas no território os diferentes sujeitos. Assim, buscamos encontrar narrativas que partissem dos territórios pobres a partir de diferentes lugares de fala, com o intuito de expor que esse sujeito-narrador-morador também é diverso, embora compartilhe experiências cotidianas comuns.

O fato de abarcar narradores que pertencem a gerações diferentes é um dado importante nesta seleção, que vai além da exibição das marcas temporais em suas narrativas. Os 78 anos que separam o nascimento de Carolina, em 1914, do de Yasmin, a narradora mais jovem, nascida em 1992, as distinguem e as aproximam em determinadas instâncias. Carolina só conseguiu frequentar a escola primária por dois anos, nos quais aprendeu a ler e escrever. Conceição, a narradora temporalmente mais próxima à Carolina, nascida em 1946, conciliou o trabalho como doméstica com os estudos no curso Normal, concluído em 1971. Após aprovação em concurso público, lecionou como professora na rede pública do Rio de Janeiro, antes de conseguir ingressar no curso de Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja conclusão implicou diversas interrupções em função do nascimento de sua filha. Faustini, assim como Conceição, conciliou o trabalho durante o dia com o curso noturno de teatro na Escola Técnica de Teatro Martins Pena. Já Yasmin, cujos pais não possuem formação em nível superior, publicou seu primeiro livro aos 14 anos e cursa, aos 24, Comunicação Social em uma faculdade particular do Rio de Janeiro num contexto em que as ações afirmativas incidem nas políticas de cotas e bolsas para afrodescendentes em instituições de ensino superior.

No que tange à questão da escolarização, a sucessão de gerações aponta na direção da ampliação do acesso, sobretudo no nível superior. Ainda que insuficiente, a geração mais nova tem se aproximado mais dos códigos contemporâneos e dos territórios urbanos privilegiados quanto à circulação, produção e difusão de saberes e cultura. No entanto, todos os narradores elencados podem ser entendidos como exceções diante da maioria dos estudantes que os circundaram em seus respectivos ambientes escolares[26]. Para Souza e Silva (2003, p.16), as instituições escolares teriam a função de ser "espaços de mediação entre diversos campos sociais, ampliando o campo de possibilidades dos seus alunos".

Outra questão que distancia as gerações refere-se à migração. Yasmin e Faustini não mais precisaram migrar do campo para a cidade, como fizeram Carolina e Conceição, ainda que em Faustini essa referência seja bem próxima, já que seus pais são migrantes nordestinos que buscaram vida melhor no Sudeste. Em Yasmin, a referência à migração do campo para a cidade ou de outras regiões do país não se mostra tão presente. Entretanto, o movimento de deslocamento forçado de seus ancestrais africanos para o Brasil é um elemento recorrente em suas narrativas. Os deslocamentos de Yasmin e Faustini se realizam em suas narrativas no interior do espaço urbano e não estão restritos aos espaços periféricos.

No que tange à relação com a moradia, talvez a diferença de gerações não impacte tanto. Apesar de já terem nascido urbanos, Yasmin e Faustini têm suas vidas atravessadas pela instabilidade oriunda das reformas não realizadas no campo das políticas públicas, assim como Carolina. A democratização do acesso à terra, tanto urbana

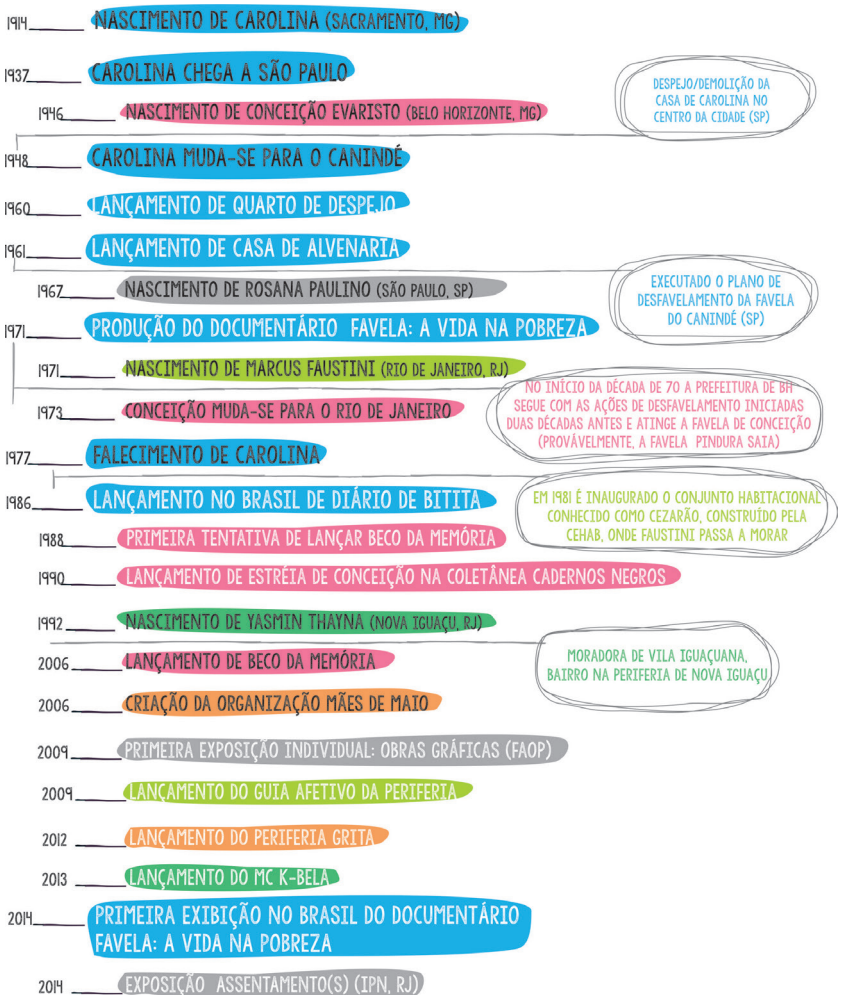
[26] Mais sobre esse assunto no livro Por que uns e não outros (2003), de Jailson de Souza e Silva, professor da Universidade Federal Fluminense e cofundador do Observatório das Favelas no Rio de Janeiro. No livro, o autor aborda a discussão sobre as condições que possibilitam (ou não) o acesso de jovens das camadas populares à universidade.

Esquema cronológico da trajetória dos narradores-guias da tese, suas narrativas e indicações quanto aos seus territórios. Em azul, os acontecimentos relacionados à Carolina Maria de Jesus; em rosa, à Conceição Evaristo; em verde claro, a Marcus Faustini; em laranja, às Mães de Maio; em verde escuro, a Yasmin Thayná; e em cinza à Rosana Paulino. Fonte: produção da autora

FIGURA 8

quanto rural, permanece insolúvel já que as políticas habitacionais são insuficientes, precárias, e a discussão sobre a propriedade encontra resistência ímpar no contexto nacional.

Esquematizamos uma linha do tempo localizando o nascimento de Carolina, dos quatro interlocutores e da artista plástica Rosana Paulino (cuja relação será exposta mais adiante), assim como a data de publicação das obras aqui abordadas e fatos marcantes relacionados à inserção desses narradores na cidade.



Conceição Evaristo e Becos da Memória

Conceição Evaristo, a mais velha dos interlocutores, nasceu em 1946, em Belo Horizonte (MG). Em depoimento, a escritora revela como a obra de Carolina atravessou sua vida

> Conseguir algum dinheiro com os restos dos ricos, lixos depositados nos latões sobre os muros ou calçadas foi um modo de sobrevivência também experimentado por nós. E no final dos anos 1960, quando o diário de Maria Carolina de Jesus, lançado em 58, rapidamente ressurgiu, causando comoção aos leitores das classes abastadas brasileiras, nós nos sentíamos como personagens dos relatos da autora. Como Carolina de Jesus, nas ruas da cidade de São Paulo, nós conhecíamos Belo Horizonte, não só o cheiro e o sabor do lixo, mas ainda, o prazer do rendimento que as sobras dos ricos podiam nos ofertar. Carente de coisas básicas para o dia-a-dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhantemente para nossas mãos. Restos.
>
> Minha mãe leu e se identificou tanto com Quarto de Despejo, de Carolina, que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura, que a favelada do Canindé criou uma tradição literária. Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu, também sob forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela (EVARISTO, 2009, p. 3).

No início da década de 1970, Conceição viu a favela onde morava com a tia – provavelmente a favela do Pindura Saia - ser destruída pelo *Plano de Desfavelamento* da Prefeitura de Belo Horizonte. Esse fato foi ficcionado em seu livro *Becos da memória*, escrito na década de 1980, no qual a autora descreve o processo de remoção da favela e o deslocamento de seus moradores para áreas distantes do centro da cidade. A menina Maria-Nova é a personagem em torno de quem o livro se estrutura. Ela presencia esse processo aproximando-se de vários moradores da favela, com os quais

dialoga em um movimento de despedida. Mas, antes que a desterritorialização venha a concretizar-se, ela consegue fazer emergir as histórias desses moradores que construíram laços afetivos com o território da favela:

> (...) o que doía mesmo em Maria-Nova, era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas, no fundo, a miséria era a mesma. O seu povo, os oprimidos, os miseráveis; em todas as histórias, quase nunca eram os vencedores, e sim, quase sempre os vencidos. A ferida dos do lado de cá sempre ardia, doía e sangrava muito (EVARISTO, 2013, p.91).

Conceição afirma que *Becos da memória* é uma criação que pode ser lida como ficção da memória, ao narrar a ambiência de uma favela que não existe mais (EVARISTO, 2006, p. 13).

Ainda na década de 1970, a escritora desloca-se para o Rio de Janeiro, onde passa a atuar junto ao movimento negro, acompanhando a luta da população negra norte-americana pelos direitos civis e os movimentos de descolonização dos países africanos. A militância passa a fazer parte de sua vida e, em 1989, forma-se em letras pela UFRJ. Em 1988 Conceição tentou, sem sucesso, publicar seu livro através da Fundação Palmares, por ocasião das comemorações do centenário da abolição da escravidão. Diante das dificuldades de acesso ao mercado editorial, a escritora passa a tentar publicar outros textos em publicações compartilhadas com mais autores - as coletâneas - tanto no Brasil quanto na Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e África do Sul. Sua primeira participação acontece em 1990, na antologia anual "Cadernos Negros", organizado pelo grupo *Quilombhoje*[27], que publica desde 1978 produções artísticas dos "afro-brasileiros".

[27] O *Quilombhoje* é um grupo paulistano que tem como objetivo discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura e visa incentivar o hábito da leitura e promover a difusão do conhecimento e informações, além de desenvolver pesquisas sobre literatura e cultura negras (http://www.quilombhoje.com.br/)

A coletânea recebeu este nome em homenagem aos cadernos em que a escritora Carolina de Jesus escrevia, antes de suas obras serem publicadas.

Em 2003 Conceição publica seu primeiro romance individual, *Ponciá Vicêncio*, que em 2007 é traduzido e publicado em inglês. Só quase vinte anos depois da primeira tentativa de publicação a escritora consegue lançar *Becos da Memória*, em 2006, pela editora Mazza. Carolina e Conceição frequentemente aparecem juntas em pesquisas na área de literatura comparada por serem escritoras brasileiras, mulheres, negras, oriundas de territórios pobres e escreverem, sob uma perspectiva feminina, temas desse cotidiano. É comum que apareçam junto a elas escritoras de diferentes países, como a moçambicana Paulina Chiaziane[28] e as norte-americanas Maya Angelous e Neale Hurston[29]. Conceição é hoje uma das escritoras mais reverenciadas da chamada literatura afro-brasileira. Duarte (2008) afirma que essa literatura se configura por ter como temática central o próprio negro – seu universo humano, social, artístico e cultural -, ter como autor(a) um afro-brasileiro, e tomar como ponto de vista a identificação com a história e a problemática inerente à vida dessa população. A escrita de Conceição é um delicado gesto político que imprime ao universo dessa literatura construções afetivas que redimensionam a luta cotidiana.

---

[28] Ver: COSTA, Renata de Jesus da. *Subjetividades femininas. Mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane*. Dissertação. São Paulo: PUC, 2007.

[29] SILVA, Fernanda Felisberto. *Escrevivência na diáspora: escritoras negras, produção editorial e suas escolhas afetivas, uma leitura de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maya Angelous e Zora Neale Hurston*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

Marcus Vinicius Faustini e Guia Afetivo da Periferia

Marcus Vinicius Faustini nasceu em 1971. Filho de imigrantes nordestinos, faz parte da geração que não é mais migrante, como Carolina e Conceição. Já nasceu no Sudeste, no Rio de Janeiro, cercado de parentes que, como seus pais, também vieram de outros estados. Cresceu no conjunto habitacional Otacílio de Carvalho Camará, conhecido como Cesarão, construído em 1981 pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB, localizado em Santa Cruz, na zona oeste, nas bordas da capital carioca. Ator, diretor teatral, escritor, colunista e produtor, Faustini desenvolve trabalhos em várias frentes. Embora sua formação seja em teatro, ele tem um histórico de envolvimento em diversos projetos, quase sempre articulados pelas dimensões da cultura e da periferia.

Desde muito cedo ele aprendeu a deslocar-se pela cidade para estudar, trabalhar, encontrar lazer, etc. É a partir dessas andanças entre a periferia e a região central da cidade que narra a vida urbana da década de 1980 no livro *Guia Afetivo da Periferia*, lançado em 2009 pela editora Aeroplano, na já citada Coleção *Tramas Urbanas*, com curadoria de Heloisa Buarque de Hollanda e patrocínio da Petrobras. No livro, o narrador guia o leitor por entre eventos de sua infância e adolescência e, assim, a cidade vai sendo revelada, acompanhando o pulsar e a intensidade dos deslocamentos e dos encontros por ele cartografados. Para Faustini,

> A literatura ainda é o último lugar que hegemonicamente a presença é da classe dominante do país, é da elite. A elite escreve, a elite defende a literatura. A gente precisa de autores de origem popular construindo novos signos e novas expressões dentro do país. [...]. É importante dizer que o rap é uma estratégia literária, o funk é uma estratégia literária, que a poesia em poste é uma estratégia literária. Mas a literatura publicada ela ainda é organizada em torno de um mercado para as elites. Para as elites construírem o seu sistema de distinção dos pobres no Brasil.[30]

Faustini transformou seu livro em metodologia de produção de memórias da vida na cidade. Quando foi secretário de Cultura e Turismo do município de Nova Iguaçu, criou o projeto "Cultura NI", no qual estava ancorado o *Guia Afetivo de Nova Iguaçu* (2010). Tendo o livro como método, o Guia era composto por um grupo de jovens e, através da escrita, visava estimular as dimensões corpo e território como elementos decisivos na criação da palavra. De acordo com o escritor, "O projeto nasceu da percepção de que um livro pode ser um disparador de ações e não apenas um objeto para ser lido"[31]. Utilizando-se da ferramenta *Google Maps*, as memórias foram transformadas em histórias e vinculadas ao território por meio de pequenos textos produzidos a partir do olhar de quem o habita.

O mapa está disponível online[32] e nele encontram-se 68 histórias escritas por 29 jovens entre agosto e dezembro de 2010. Em sua maioria, os textos estão na íntegra na descrição dos ícones de localização, sendo que os maiores possuem links que encaminham o leitor para o texto completo, disponível no site "Cultura NI".

---

[30] Transcrição de trecho da fala de Marcus Faustini em palestra na Festa Literária Internacional das UPPs – FLUPP, realizada em 2012, no Rio de Janeiro. Disponível no endereço http://www.youtube.com/watch?v=OfrFFfF-Or0

[31] Trecho de entrevista concedida pelo autor ao site O Instituto, disponível em: http://oinstituto.org.br/?p=52. Acessado em 15 de setembro de 2014.

[32] Acessível no endereço eletrônico:< https://maps.google.com.br/maps/ms?hl=pt-BR&gbv=2&ie=UTF8&msa=0&msid=102412632931428520902.00048c4ea275b966ef462&ll=-22.72299,-43.433075&spn=0.125403,0.679092&z=11&source=embed&dg=feature>

Embora alguns deles sejam acompanhados por imagens, o texto é o elemento principal do mapa. A contribuição de cada autor é variável. Enquanto alguns escreveram apenas um (1) texto, outros possuem 11, como é o caso de Yasmin Thayná, uma das interlocutoras, assim como Faustini, que elencamos para dialogar com Carolina. Cabe ressaltar que a expressiva participação de Yasmin no Mapa e no site "Cultura NI" despertou nosso interesse em tê-la como possível interlocutora da pesquisa, o que veio a se confirmar posteriormente ao verificarmos sua produção e atuação em outros espaços, além da publicação de um conto.

Diferentemente de Carolina, Faustini destaca-se por mover-se com agilidade por entre os meandros da política cultural, dos patrocinadores de projetos, do mercado de cultura e dos meios de comunicação de massa, conseguindo infiltrar-se em espaços pouco porosos e safando-se de armadilhas que poderiam aprisiona-lo no lugar da exceção e da excepcionalidade. Ele alcançou, de certa forma, a autonomia tão desejada pela escritora.

Mães de Maio e A Periferia Grita

"Tenho tanta coisa a dizer, que com certeza daria um livro"
Paulo Róbson
(Irmão de Ana Paula, assassinada em 2006, grávida de nove meses)

Diferentemente dos demais interlocutores, a organização Mães de Maio é um coletivo surgido em 2006, após matança ocorrida na periferia de São Paulo. Nessa chacina - uma suposta operação de combate aos ataques do PCC no estado - foram assassinadas, oficialmente, 493 pessoas em nove (9) dias. Esse número chega a 564, considerando a ocultação de cadáveres[33].

[33] O CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo fez um levantamento junto aos IMLs para apresentar os 493 nomes dos mortos, datas, laudos, circunstância das mortes e locais onde ocorreram.

A organização atua, sobretudo, na denúncia dos assassinatos, na cobrança das resoluções, na luta pela federalização dos crimes e pela condenação dos acusados. O livro *A Periferia Grita. Mães de Maio, Mães do Cárcere*, foi lançado de forma independente em 2012. Composto de quatro partes - Grito Familiar; Grito Poético; Grito dos Parceiros; Luta das Mães de Maio – o livro traz relatos de parentes e amigos de pessoas assassinadas nessas chacinas.

De 2006 a 2011, 3.468 pessoas foram mortas pela Polícia Militar no estado de São Paulo (MÃES..., 2012). A maior parte das vítimas encaixa-se no perfil "3 Ps": pobre, preto e periférico (MÃES...,2012). O livro denuncia outros fatos violentos ocorridos no ano de 2012, como o incêndio na Favela do Moinho, a Operação Luz, a reintegração de posse no Pinheirinho e os recorrentes despejos de ocupações. Trata-se de uma violência direcionada.

Carolina também, por diversas vezes, testemunhou bem de perto a violência contra os negros. Ela temia pela vida de seus filhos, todos pobres, todos pretos, todos favelados. A violência contra os pobres era um dos temas que a incomodava, assim como o medo da polícia. Para ela, o aparato repressivo nunca significou segurança, mas seu oposto. Carolina registrou esse processo e deixou-o como um testemunho. As Mães de Maio, em seu ativismo e em seus livros - repletos de dados e informações -, atualizam esse assunto como pauta para o presente, ainda urgente. A elas somam-se movimentos e campanhas surgidas como reação à violência policial. Utilizam-se, sobretudo, das redes sociais virtuais para fazer circular a informação e ampliar seu contingente de adeptos. Podemos citar:

• *Por que o senhor atirou em mim?* (https://www.facebook.com/porqueatirouemmim/timeline): campanha criada após o assassinato do estudante Douglas Rodrigues, de 17 anos, por um policial militar. Douglas e seu irmão de 13 anos estavam parados em frente a uma lanchonete, em Vila Medeiros, zona oeste de São Paulo, em outubro de 2013. "Por que o senhor atirou em mim?" teriam sido as últimas palavras do jovem, surpreendido pelos disparos efetuados pelo policial sem que tivesse feito qualquer movimento que justificasse tal atitude.

• *Onde estão os Amarildos?* (https://www.facebook.com/pages/Onde-est%C3%A3o-os-Amarildos/596492360390508?fref=ts): página oficial administrada pela família do pedreiro Amarildo, que desapareceu na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, após ser abordado e detido por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2013.

• *Favela Não se Cala* (https://www.facebook.com/pages/Favela-N%C3%A3o-Se-Cala/421151487976659?sk=timeline): Movimento que busca articular favelas, baixadas e periferias do Brasil para enfrentar os desafios comuns da atual conjuntura do sistema.

• *Jornal Voz da Comunidade* (http://www.vozdascomunidades.com.br/): primeiro jornal do Complexo do Alemão, que ganhou notoriedade em 2010 quando jovens comunicadores do Conjunto de Favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, narraram em tempo real na rede social Twitter, através do perfil "Voz da Comunidade", a ocupação do local pela Polícia Militar, que precedeu à instalação da UPP no complexo.

A despeito de não se constituírem peças literárias, as campanhas desses grupos, coletivos e movimentos aproximam-se da proposta que estrutura o livro das Mães de Maio ao focarem pautas urgentes como a defesa do fim dos autos de resistência, Decreto-Lei 3.689/41, que autoriza qualquer agente público e seus auxiliares a utilizarem os meios necessários para atuar contra suspeito que resista à prisão, sem estabelecer regras para a investigação do uso ou abuso de força policial.

Yasmin Thayná e MC K-Bela

Yasmin Thayná é a mais jovem dentre os interlocutores selecionados. Moradora da Vila Iguaçuana, periferia da cidade de Nova Iguaçu (RJ), nasceu em 1992. Na pesquisa, ela é o que há de mais forte na conexão entre Carolina e a geração 2.0[34].

Em 2012, com 21 anos, Yasmin publicou o conto *MC K-Bela* na coletânea Flupp Pensa- 43 Novos Autores, pela Festa Literária Internacional das UPPs. Nesta publicação, ela traz para o campo do visível o embate político cotidiano travado desde sua infância e adolescência, sobretudo no ambiente escolar e familiar, devido ao seu cabelo crespo. Atualmente, estudante de comunicação, é uma das blogueiras do site de notícias *Brasil Post* (http://www.brasilpost.com.br/), versão brasileira do norte-americano *The Huffington Post* (http://www.huffingtonpost.com/), no qual publica matérias sobre o cotidiano dos jovens da Baixada Fluminense, movimentações artísticas nas periferias, cultura digital, bem como problematiza as demandas por política e cidadania na cidade.

[34] A geração 2.0 corresponde aos nativos da interação eletrônica via celular e Internet, que conduzem a sua vida com plena integração cultural nesses meios (FIGUEIREDO, 2012, p,79).

Frequentadora de cineclubes, Yasmin dirige, escreve e participa de produções de curta-metragem. Em 2011 teve o vídeo *Guia da Periferia afetivo* premiado no evento "Apalpe – a palavra da periferia". Ela também integrou o grupo de jovens que participou do projeto "Cultura NI" (http://culturani.blogspot.com.br/), da secretaria municipal de Cultura de Nova Iguaçu, em 2011, no qual publicou 47 textos. Integra o corpo editorial da revista *Crantra*, e suas fotos e mensagens de *WhatsApp* serviram de material para a instalação *Iphone Me Iphone You*, sob curadoria de Marcus Faustini, em 2013. Atualmente, está em fase de produção do filme *Khela*, criado a partir de seu conto e viabilizado por meio de financiamento colaborativo.

Gravitam em torno do lugar que ocupa e disputa Yasmin outros jovens escritores, comunicadores, coletivos, revistas, zines e projetos de linguagens variadas. A título de exemplo, alguns que inventariamos ao longo da pesquisa.

- *Nós, mulheres da periferia* (http://nosmulheresdaperiferia.com.br/): coletivo idealizado por mulheres que conhecem e vivenciam o universo feminino de comunidades e bairros da periferia de São Paulo e imediações.

- *Mjiba* (http://www.mjiba.com.br/): Coletivo de Mulheres Negras da Zona Sul

- *O Menelik 2º ato* (http://omenelick2ato.com/): projeto editorial independente de valorização e reflexão acerca da produção artística da diáspora africana, bem como das manifestações culturais popular e urbana do ocidente negro, com especial destaque para o Brasil.

- *Cia Capulanas* (http://ciacapulanas.blogspot.com.br/): jovens artistas interessadas em dialogar com a sociedade sobre as descobertas, anseios e percepções das mulheres negras e periféricas.

Aos poucos, Yasmin e seus pares vão firmando seus discursos entre os tantos produzidos pelos narradores "tradicionais", ainda que permaneçam como minoria.

A seguir, o resultado desse arranjo metodológico proposto será apresentado em três partes: Corpos, presenças e ausências; Tensionando o lugar do discurso; e Trajetórias e fragmentos: das narrativas à cidade - deslocamentos e fixações. Os capítulos têm como guia fragmentos da narrativa de Carolina, rearranjados e reordenados, acomodados na trama que se consolidou pela conexão entre eles e os "textos-nós" dos quatro novos narradores acima apresentados, atravessados pelos agenciamentos que se mostraram pulsantes durante nossa imersão em busca de elementos que pudessem se agregar ao "arquivo periférico", de forma a permitir a ampliação das possibilidades de leitura e compreensão de mundo, pois entendemos que só assim podemos produzir, com alguma consistência, um território no qual a produção de conhecimento se faça verdadeiramente comprometida com os ideais de cidadania e democracia plenas e efetivação de direitos.

Não nos preocupamos em apresentar uma sequência de temas rigidamente delimitados. Alguns deles reverberam nos três capítulos, e perpassam a tese como uma espécie de eco, ou *dejà vu,* e se fazem presentes até a última página. Achamos pertinentes essas reaparições, uma vez que as questões que trazem são cruciais para a tríade corpo, discurso e território, tão cara à narrativa de Carolina. Por isso, os capítulos, embora não tenham exatamente o nome dos três elementos da tríade em seus títulos, os trazem como guia para o conteúdo neles produzidos. O que conecta Carolina aos narradores contemporâneos é menos um percurso retilíneo de um em direção ao outro e mais uma contínua atualização que se realiza nas redobras do tempo, do corpo, do discurso e do território, que segue de uma dobra a outra a partir de movimentos de tensionamento-distenção, contração-dilatação, compressão-explosão (DELEUZE, 1991, p. 19).

[1] Obra Wikipédia, de Rob Mattheus (2009): esse seria o tamanho da enciclopédia se impressos todos os verbetes construídos pela página. Fonte: http://highlike.org/rob-matthews/;

[2] Fragmento da programação visual do conto *Mc-K-bela*. Fonte: THAYNÁ, 2012;

[3] Marcus Faustini e o livro *Guia Afetivo da Periferia*. Fonte: http://www.cultura.rj.gov.br/materias/memorias;

[4] Yasmin Thayná. Fonte: https://twitter.com/yasmin_thayna;

[5] Imagem da campanha *Por que o senhor atirou em mim?*. Fonte: https://www.facebook.com/porqueatirouemmim;

[6] Conceição Evaristo. Fonte: http://www.palmares.gov.br/?p=26658;

[7] Imagem do Mapa Afetivo de Nova Iguaçu, Fonte: https://maps.google.com.br/maps/ms?hl=pt-BR&gbv=2&ie=UTF8&msa=0&msid=102412632931428520902.00048c4ea275b966ef462&ll=-22.72299,-43.433075&spn=0.125403,0.679092&z=11&source=embed&dg=feature;

[8] Capa do livro *Beco da memória*. Fonte: EVARISTO, 2006;

[9] Vídeo *Guia da Periferia Afetivo*. Fonte: Canal da Escola Livre de Comunicação de Nova Iguaçu (https://www.youtube.com/watch?v=8jy1VcYsITc);

[10] Capa do livro *A Periferia Grita*, da organização Mães de Maio (2012). Fonte: acervo autora

Conexões visuais 01.3
Espiral do Tempo
[fragmentos]

FIGURA 9

CONEXÕES VISUAIS 01.3: ESPIRAL DO TEMPO [FRAGMENTOS]



CAPÍTULO

DOIS

CORPOS, PRESENÇAS E AUSÊNCIAS

Minha mãe era do ventre livre e dizia que os brancos é que são donos do mundo. Ela aprendeu a dizer aos brancos apenas: -Sim, senhora, sim senhor.

(Carolina Maria de Jesus, 1986, p. 63)

No século XIX, os discursos nacionalistas e raciais vinculavam-se em projetos de nação no qual as figuras do pobre, negro e escravo relacionavam-se insistentemente. O conceito *raça* – que, hoje, sabemos, segundo dados da biologia e da genética, não existir enquanto categoria taxonômica, mas como construção social (SCHWARCZ, 2012, p. 98) - aparecerá ao longo deste século sempre em negociação (Idem, 1994, p. 139), apropriado por interpretações que variam conforme metas, especificidades e objetivos formulados por determinados articuladores.

A escravidão esteve distante de Carolina pouquíssimas décadas, como ela conta em *Diário de Bitita*

> O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e mais bonitos (JESUS, 1986, p.139).

No início do século XIX, significativa parcela da populaçãodo Brasil era escrava: de 3.818.000 residentes, 1.930.00 era de escravos. Em Campinas, por exemplo, grande região produtora de café em São Paulo, a população escrava era maior do que a de homens livres, de acordo com levantamento realizado em 1872: contabilizavam-se 13.685 cativos contra 8.281 livres. No mesmo período, Salvador e Rio de Janeiro apresentavam números impressionantes sobre os escravizados: na primeira cidade, 63% destes teriam nascidos na África e, na segunda, essa porcentagem chegava a 70% (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 66).

Durante o período da escravidão no Brasil, o corpo era um elemento que precisava, necessariamente, ser despojado. Como aponta Martins,

> Para ser lançado nas relações sociais da sociedade escravista, o trabalhador era despojado de toda e qualquer propriedade, aí incluída a propriedade de sua própria força de trabalho, que era seu próprio corpo. Diversamente do que se dá quando a produção é diretamente organizada pelo capital (e não pela mediação da renda), em que o trabalhador preserva a única propriedade que pode ter, que é a da sua força de trabalho, condição para entrar no mercado como vendedor dessa mercadoria, esse despojamento é a pré-condição para que o trabalhador apareça, na produção, como escravo (MARTINS, J., 1979, p.32)

Apesar de ser o que movia a economia nacional, o trabalho escravo era também considerado um obstáculo para a consolidação de uma sociedade positiva, conquanto sua extinção assombrasse os então homens livres. "Que faremos pois nós desta maioridade de população heterogênea, incompatível com os brancos, antes, inimiga declarada?", perguntava-se o mineiro João Severiano da Costa, o marquês de Queluz, em 1821 (AZEVEDO, 1987, p. 40).

Sabe-se que o contexto escravista e a transição da sociedade do trabalho cativo para o trabalho livre ocorrem de formas distintas no campo e na cidade. Os escravos urbanos já possuíam maior mobilidade. Do declínio do tráfico e das alterações no sistema produtivo e na economia nacional emergiram os escravos de ganho e escravos de aluguel, que possuíam relativa autonomia para realizar suas atividades, mas ainda como propriedade de algum senhor. Com algum recurso, os escravos aos poucos conseguiam comprar a própria alforria e conformavam um cenário mais diverso e com mais nuances do que aqueles vivenciados nas fazendas.

O século XX se inicia balizado por um forjado e reacionário projeto republicano no qual é assegurada a manutenção do *status quo*. Para além das escassas alternativas de trabalho, essa população enfrentava um intenso processo de desqualificação de sua existência.

A libertação de sua condição de cativo vai de encontro à condenação de sua presença e de seu corpo, tanto no campo quanto na cidade. A negligência do poder público em relação a essa população quase a dizimou. Segundo Nascimento (2003, p.231), diante da inexistência de políticas públicas que visassem proporcionar aos descendentes de africanos uma qualidade de vida digna, previa-se o desaparecimento da população negra, sobretudo devido à tuberculose. Isso, no entanto, não aconteceu. De alguma forma, apesar das doenças que assolavam os cortiços, ou das intempéries e alterações climáticas, os negros permaneceram. Carolina, em passagem de *Diário de Bitita*, comenta como o inverno era encarado pelos diferentes sujeitos

> Na época do frio, que dó dos filhos dos colonos com aquelas roupas finas, tremendo de frio. E os filhos do patrão com as roupas de lã compradas em São Paulo. As crianças pobres eram mais fortes, não sentiam nada (JESUS, 1986, p. 180).

A República, cuja implementação pressupunha a superação do "atraso" colonial, teve como espelho a Europa ocidental. Ao surgimento de uma Nação moderna, norteada pela racionalidade positivista, propunha o enquadramento de "desvios e desviantes a partir dos princípios da 'cientificidade', o que possibilitaria realocar cada qual e cada grupo no seu lugar de direito na sociedade" (PECHMAN, 1999, p. 348).

Nesse contexto, a dimensão corpo que se presentifica em Carolina traz a reboque os efeitos subjetivos da racionalidade escravagista, transmutada ao longo dos anos e sobreposta pela racionalidade capitalística. Não se trata de um corpo qualquer. O corpo que aparece nos desdobramentos da narrativa da escritora tinha

como pressuposto a impossibilidade de dispor de sua vida, que no período da escravidão e ainda nas décadas que se seguiram, significava o impedimento de possuir bens, de testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho ou empregador e firmar contratos.

Era um corpo-escravo, visibilizado a partir de seu valor mercadológico e pela negação de suas propriedades intelectuais. Seu rendimento econômico era medido pelo lucro médio, que deveria ao menos equivaler ao rendimento do investimento que seu proprietário teria se o dinheiro fosse aplicado em outro negócio (MARTINS, 1979, p. 37). Em um primeiro momento, a terra só possuía valor porque vinculado a ele: "a fazenda, nada mais representava senão o trabalho escravo acumulado" (Idem, p, 40). Era sua posse que assegurava ao fazendeiro crédito hipotecário, através do qual movimentava sua produção de café[35]. No entanto, esse corpo, devido à sobrecarga de trabalho e às precárias condições de vida que lhe eram proporcionadas, tendia a não ter uma vida útil muito longa. Como relata o paulista formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Antonio Vellozo de Oliveira, em carta enviada a D. João VI em 1810 e publicada em 1822, um dos obstáculos terríveis ao progresso da agricultura e da povoação seriam "os 'negros braços dos selvagens Africanos', que custavam 'importantes somas' aos proprietários, mas viviam apenas o 'curto espaço de oito a dez anos' e resistiam ao máximo ao trabalho". (Apud AZEVEDO, 1987, p. 38)

[35] Em 1873, o governo estendeu o crédito hipotecário às fazendas de café das províncias de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, tendo como suporte a fazenda, suas instalações e plantações, apontando outra possibilidade de negociação do crédito para além do escravo. Em 1885 foi modificada a legislação de forma que, em vez da fazenda, fosse garantida a penhora do fruto pendente e do fruto colhido (MARTINS, 1979, p.47).

Após a abolição, no entanto, a "coisificação" do negro permanece. Como observa Carolina (1986, p.163): "(...) a fazendeira examinou-me minuciosamente com o olhar, como se eu estivesse à venda, dizendo que eu era uma negrinha esperta". Em *Diário de Bitita* o relato do cotidiano no início do século XX traz as marcas da escravidão mais expostas, vibrantes e reconhecíveis do que nos dias atuais. Sua narrativa deixa transparecer também alguns arranjos que permaneciam implicitamente, embora findada oficialmente a escravidão. O corpo da mulher, apesar de livre, deveria continuar a servir aos ex-senhores, que se atualizaram na figura de patrões, mas mantiveram hábitos perversos, abusivos e violentos. Como relata Carolina

> (...) se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda pensavam nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar.
>
> No fim de nove meses a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. E o povo ficava atribuindo paternidade: Deve ser filho de Fulano! Deve ser filho de Sicrano. Mas a mãe, negra, insciente e sem cultura, não podia revelar que seu filho era neto do doutor X ou Y, porque a mãe dela perderia o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar.
>
> (...) E o filho do senhor Oliveira, depois de farto da sedução de mocinhas pobres, decidia casar-se com a filha do senhor Moreira; ela era rica. Ele a namorava com todo respeito (JESUS, 1986 pp.40-41).

Baliza essa discussão a noção de corporeidade ou corporalidade formulada pelo geógrafo Milton Santos (1996). Por corporeidade, Santos refere-se a uma dimensão tanto objetiva quanto subjetiva.

> uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós (SANTOS, 1996, p. 10).

Desde muito nova Carolina tem sua existência colocada em xeque e diminuída pela sua situação econômica, pela sua herança escrava, pela sua cor negra e pela sua condição de mulher, ou seja, pela sua corporeidade. A todo o momento o lugar que ocupa na cidade é reivindicado e desconstruído. Os perversos processos que atravessam seu cotidiano desde a infância tiveram na capilaridade uma das propriedades mais insistentes, alcançando sua vida adulta e as gerações seguintes, contaminando e adentrando praticamente todos os espaços que encontravam, das instâncias policiais ao mercado de trabalho, ambiente escolar e mesmo doméstico. Duas passagens desconcertantes estão transcritas. Na primeira, Carolina narra um diálogo que teve com sua mãe, e na segunda, um registro feito por ela em seu diário *Quarto de Despejo* sobre conversa que teve com sua filha, Vera Eunice.

> - Mãe, eu sou gente ou bicho?
>
> - Você é gente, minha filha!
>
> - O que é ser gente?
>
> A minha mãe não respondeu (JESUS, 1986, p.10)

&

> Mostrei-lhe [a Vera] os sapatos, ela ficou alegre. Ela sorriu e disse-me: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca (JESUS,, 1960, p.60).

As relações que se apresentavam no cotidiano relatado por Carolina refletiam a ineficácia de um processo abolicionista no qual a liberdade não assegurou a igualdade e inexistiram políticas que assegurassem o mínimo de dignidade aos ex-cativos. Era impossível para Carolina entender-se como pertencente à mesma condição que os demais habitantes da cidade, brancos e ricos. Restava-lhe, em seu parco, mas aguçado repertório de mundo, buscar outras referências nas quais pudesse encontrar equivalência: um "bicho". E décadas depois, a situação ainda parecia semelhante para Vera. Mesmo na cidade grande, a possibilidade de pertencer a um mundo onde as dificuldades fossem menores não era viável tendo uma mãe negra. Já imersa na lógica monetária que move a sociedade capitalista, restava-lhe como solução "comprar" outra mãe, uma mãe branca.

ASSENTAMENTO E DEGENERAÇÃO

O fio que conecta a sociedade escravocrata dos antepassados de Carolina à vida urbana na favela do Canindé também os conecta aos desfavelamentos, às "neo-favelas"[36], periferias, baixadas, "comunidades", quebradas e ocupações. As consequências dos processos de desumanização vivenciados por Carolina e expressas por ela em seus relatos, conecta-a, por exemplo, à narrativa produzida pela artista visual Rosana Paulino na instalação Assentamento (2014). Rosana remexeu esses fios todos a partir da imagem de uma escrava anônima registrada pelo fotógrafo franco-suíço Theófile Auguste Stahl. A fotografia faz parte dos registros de Stahl para a Expedição Thayer, que aconteceu entre 1865 e 1866 no Brasil, coordenada pelo naturalista suíço Louis Agassiz (1807-1873), radicado nos Estados Unidos.

A expedição tinha como objetivo contrapor a teoria evolucionista desenvolvida por Charles Darwin, provando que a etnia branca era superior a todas as outras raças. A partir de meados do século XIX, a inferioridade racial passou a ser discutida em termos biológicos. São desta época também os experimentos científicos realizados com cérebros humanos e de macacos, cujos resultados subsidiaram publicações de tratados sobre as diferenças entre as raças humanas e suas distintas "aptidões naturais" (AZEVEDO, 1987, p. 62).

[36] Termo utilizado pelo escritor Paulo Lins em Cidade de Deus (1997) ao referir-se aos conjuntos habitacionais construídos distantes das áreas centrais para acomodar as pessoas removidas de diferentes favelas cariocas.

Para Agassiz, "as espécies eram categorias de pensamento corporificadas em formas de vida individuais, sendo a tarefa do naturalista a de desvelar os pensamentos do Criador do Universo, manifestos nos reinos animais e vegetais" (MACHADO, 2007, p. 70). De acordo com Machado (2007), Agassiz alinhou-se em um primeiro momento aos preceitos poligenistas, ou seja, aqueles que sustentavam que a humanidade era formada por diferentes espécies de criações divinas, e posteriormente corroborou a teoria da degeneração, a qual defendia que a miscigenação entre as diferentes raças humanas levaria à degenerescência, expondo os descendentes de "relações mistas" aos riscos de carregar as piores características de seus ancestrais. Os registros fotográficos realizados por Stahl serviram para a construção de um inventário didático que seria apresentado por Agassiz ao retornar aos Estados Unidos, no qual os negros e mestiços apareciam nus em ângulos variados (frente, perfil e costas), de forma que pudessem comprovar aos norte-americanos os perigos do "mulatismo". O naturalista recomendava que

> (...) qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ, 1868. Apud SCHWARCZ, 1994, p. 137).

Agassiz defendia ainda que os Estados Unidos, para livrar-se desse risco, deveria providenciar a abolição da escravatura e a migração dos negros residentes no país para países localizados no hemisfério sul, endossado pela teoria de que as diferentes raças humanas teriam sido criadas para habitar "províncias zoológicas" específicas (MACHADO, 2007, p. 74), ideia esta que se moldava perfeitamente à teoria do criacionismo defendida pelo naturalista.

No Brasil, também nessa época, havia uma explícita preocupação em renovar a população brasileira a partir da imigração branca, como se observa nos textos do alagoano e bacharel em direito Aureliano Cândido Tavares Bastos, fundador da Sociedade Nacional da Imigração, em 1866. Para ele, os imigrantes poderiam vir até mesmo de regiões não-civilizadas, como Índia ou China, mas estava vetada a vinda de imigrantes do continente africano (BASTOS, 1867, apud AZEVEDO, 1987, p. 67). De acordo com Azevedo (1987, p.67), ele acalentava o sonho de "deslocar os escravos como um todo e substituí-los pelos agentes da civilização, os trabalhadores europeus". Em série de cartas publicadas no jornal *Correio Mercantil* sob o pseudônimo "O Solitário", Tavares Bastos declara que

> A ciência já não deixava dúvidas de que entre o branco e o negro, ou 'entre esses dois extremos', havia de fato um 'abismo que separa o homem do bruto' (p.88). Portanto o regime de trabalho escravista padecia de problemas inerentes à própria raça de escravos originários da África. E isto poderia ser melhor comprovado comparando-se ao atraso da província da Bahia, onde vivia uma maioria de negros 'grosseiros', ignorantes e incapazes para o trabalho, com o grande desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com seus núcleos de colonos europeus, efervescentes em matéria de trabalho, progresso e civilização. Desse modo o leitor é levado a pensar que a origem dos males do país localizava-se no próprio negro, na sua inferioridade racial (AZEVEDO, 1987, p. 63).

Pechman (1999, p.352) também lembra que entre 1870 e 1900 questões referentes à cidadania e nacionalidade brasileira estavam em discussão e as relações raciais foram colocadas no centro da preocupação teórica e científica. O autor aponta que as indagações sobre esse processo gravitavam em torno de

> Como controlar a desagregação do sistema senhorial, se indagavam os cientistas, que se precipitou com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a migração para os centros urbanos, aonde se concentravam massas de negros libertos, brancos pobres e imigrantes? Como obter uma identidade cultural em um país de raça mestiça, produto de tantas etnias? Como se preservar do caos social? Como se curar de degenerações da própria nacionalidade? (PECHMAN, 1999, p.347)

A preocupação com a fixação dos imigrantes no país representava a possibilidade de assegurar a introdução de agentes que contribuiriam com a ideia de "progresso" e "civilização". Para Tavares Bastos, o africano "envenenava a composição" da sociedade brasileira e equivalia, em termos de produção, a 1/3 do imigrante europeu (BASTOS, 1866, apud AZEVEDO, 1987, p. 64). Em outro trecho de sua publicação ele afirma que "(...) o emigrante europeu devia e deve de ser o alvo de nossas ambições, como o africano o objeto de nossas antipatias" (BASTOS, 1866, p.91). Assim como Tavares Bastos expõe seu racismo aberto, Sílvio Romero, crítico literário, promotor, juiz e deputado, afirmava sempre que podia seu desprezo pela "raça negra" e, apesar de contexto oposto, defendia a permanência da escravidão no país.

O problema da mistura racial dominava o pensamento científico no país, ocupando a Medicina, o Direito, a Antropologia, a Psicanálise, a Pedagogia, diante da iminente "degeneração" da raça brasileira. Segundo Pechman

> À Eugenia, que se preocupava diretamente com a pureza da raça, caberia melhorar a raça; à Psicanálise, controlar os sentimentos, paixões e emoções; à Medicina, garantir a saúde do corpo social; à Antropologia (Medicina Legal) estudar causas da criminalidade e encontrar remédios para o organismo social; e ao Direito, reconhecer a desigualdade entre os diferentes grupos sociais. (...) Todas essas "terapias" visavam o surgimento de um novo homem – o brasileiro – sadio, controlado e civilizado, pronto para fazer do país uma ilha de ordem e progresso (PECHMAN, 1999, p.348).

O médico fluminense Luís Pereira Barreto foi um dos fundadores da corrente positivista no Brasil. Após ter contato com as teorias de Augusto Comte, ao realizar seus estudos na Bélgica na década de 1860, passou a condenar a escravidão tanto pelo mal que infligia aos negros quanto pelos males que a presença africana, uma raça inferior, causava para a nação. Para ele, a inferioridade da raça era movida não pela cor epidérmica, mas por uma incontrolável razão biológica relacionada à filiação da raça. Seriam as origens arianas que determinariam a superioridade ou inferioridade de uma raça (AZEVEDO, 1987, p. 68). Para Barreto,

> O que constitui, porém o grosso da nossa população escrava é o contingente das outras populações caracterizadas todas anatomicamente pela sua menor massa de substância cerebral; e esta condição anatômica de inferioridade é bem própria para abrandar os rancores abolicionistas contra a parte da sociedade que tem por si a vanguarda efetiva da superioridade intelectual (BARRETO1880, apud AZEVEDO, 1997, p.69).

No entanto, a teoria do branqueamento ganhou espaço no país, influenciada pelo cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe, também médico, político e proprietário. Para ele, havia uma perigosa desproporção no país entre brancos e não brancos que precisava ser resolvida (AZEVEDO, 1987, p. 72). Em 1877 ele publicou *Algumas Palavras sobre a Emigração – Meios Práticos de Colonisar Colonias do Barão de Porto-Feliz e Estatística do Brasil*, no qual apontava a existência de uma população de 10 milhões de pessoas no país, das quais apenas 3 milhões e 800 mil pertenceriam à "raça ariana" (JAGUARIBE, 1877, apud AZEVEDO, 1987, p. 73). Apesar de considerar em sua tese (1878) a raça negra inferior, "decrépita no espírito", "disforme no corpo e condenada a desaparecer" (JAGUARIBE, 1877, apud AZEVEDO, 1987, p. 74), diante do quadro de "decadência da raça branca" que se apresentava, o médico apontou como saída para o aperfeiçoamento das raças, o "cruzamento" do africano com o mulato e deste com o branco.

Como os brancos encontravam-se em menor número, seria justificável a necessidade da imigração alemã, para a "purificação étnica" da população nacional, através do recebimento de "novas infusões de sangue europeu" (JAGUARIBE, 1877, apud 1987, p. 73). Jaguaribe apostava em algumas fórmulas, pautadas nos estudos do antropólogo francês Armand de Quatrefages. O mulato, cruzando por cinco gerações com o branco, transformar-se-ia em branco. E 1/8 do sangue negro teria sua vantagem, pois asseguraria descendentes fortes e resistentes à febre amarela (AZEVEDO, 1987, pp.74-75). A mesma "esperança" referente ao branqueamento era percebida no discurso de João Batista Lacerda (1911), diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, para quem "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução" (SCHWARCZ, 1994, p.137).

Rosana Paulino, em sua instalação, apropria-se das imagens registradas na expedição de cunho racista-científica de Agassiz e preocupa-se em resgatar a ideia de que, no violento processo de deslocamento que desterritorializou e reterritorializou uma população estrangeira em terras brasileiras, surgiu um movimento de assentamento e (re)pouso que, apesar de forçado, desdobrou-se no assentamento de práticas e relações culturais e afetivas que, embora sob o jugo da escravidão, efetivaram-se na construção de um novo território. As imagens da expedição são hoje de domínio público e encontram-se na coleção do Peabody Museum of Ethmology and Archeology, da Universidade de Harvard, da qual Agassiz era professor. Para Rosana

> Em oposição ao que tentava provar o que Agassiz conseguiu foi, de fato, documentar aqueles que ajudaram a fundamentar a cultura brasileira. Estes escravos e escravas, colocados ali sem a dignidade das roupas que sublinhavam a condição humana, foram, na realidade, peças fundamentais no assentamento de nossas bases culturais.[37]

Dentre os registros visuais, Rosana elenca uma mulher anônima e muda o suporte original da imagem captada por Stahl, transferindo-a para um tecido. A partir de então, três imagens da mulher nua, em posição frontal, perfil e costas, são reproduzidas em tamanho real. A artista desmonta as imagens, fatiando-as horizontalmente, e posteriormente as reconstrói de forma desencontrada, costurando-as a partir de seus fragmentos. Às novas imagens, Rosana imprime elementos que as deslocam da condição de objetos quaisquer. São acrescentados um coração, um feto e raízes, cuidadosamente bordados, reposicionando a mulher no contexto da escravidão, devolvendo-lhe a humanidade expropriada por Agassiz e removendo-a de um limbo existencial. "Como se refazer após o trauma da escravização?"[38], diz Rosana sobre a figura que não mais se encaixa após os forçados deslocamentos geográficos e afetivos.

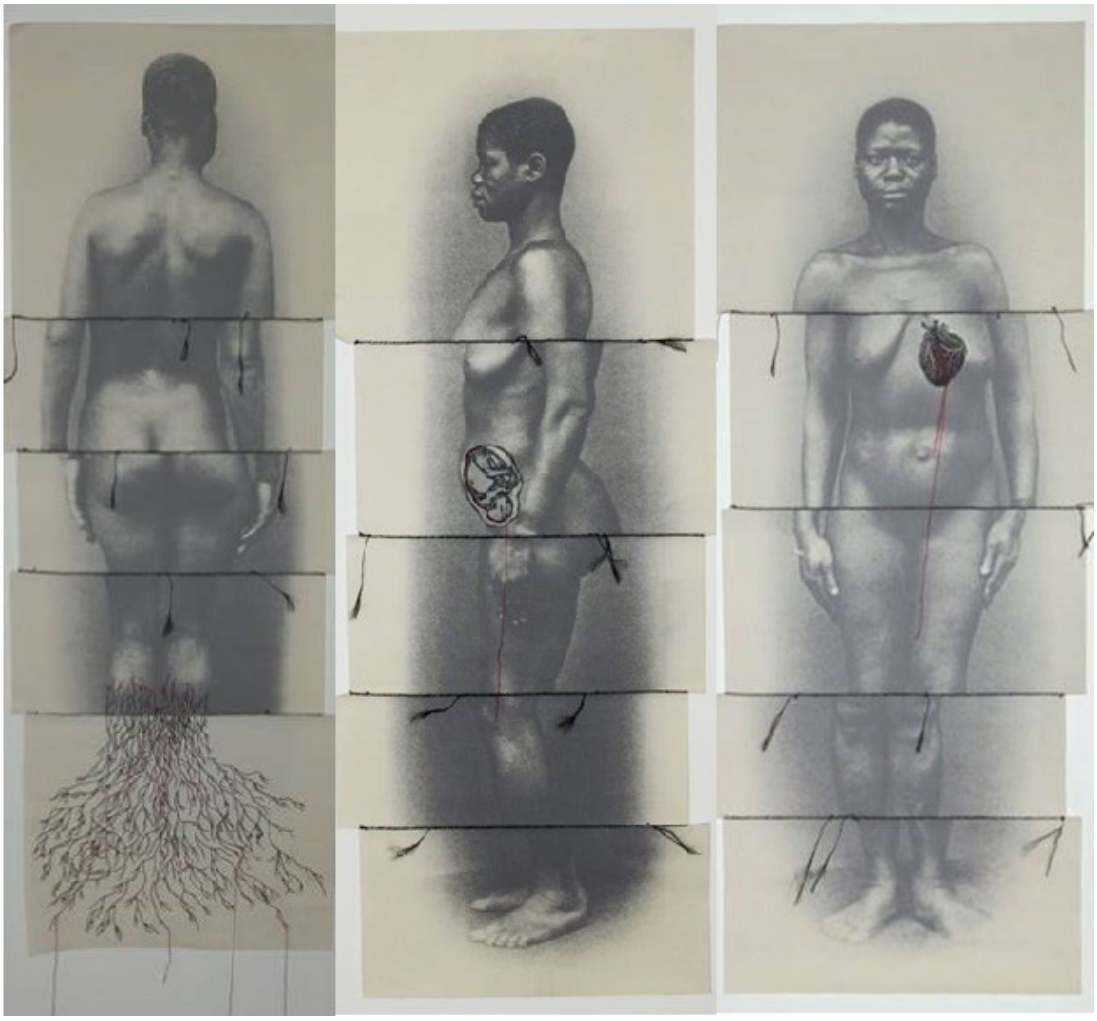
---

[37] Texto justificativo da exposição Assentamento, Rosana Paulino, 2014.

[38] http://www.rosanapaulino.com.br/imagens-abertura-assentamento/

FIGURA 10

Obras de Rosana Paulino, a partir da imagem da mulher anônima retratada na Expedição Thayer, realizada entre 1865 e 1866, no Brasil.
Exposição Assentamento, 2014.
"A costura que não se encaixa. Como se refazer após o trauma da escravização?".
Fonte: http://www.rosanapaulino.com.br/category/assentamento/



A produção de Rosana parece dar materialidade a todo esse processo competentemente colocado em palavras por Leda Martins

> Os africanos transplantados à força para as Américas, através da Diáspora negra, tiveram seu corpo e seu corpus desterritorializados. Arrancados de seu domus familiar, esse corpo, individual e coletivo, viu-se ocupado pelos emblemas e códigos do europeu, que dele se apossou como senhor, nele grafando seus códigos linguísticos, filosóficos religiosos, culturais, sua visão de mundo. Assujeitados pelo perverso e violento sistema escravocrata, tornados, estrangeiros, coisificados, os africanos que sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental foram destituídos de sua humanidade, desvestidos de seus sistemas simbólicos, menosprezados pelos ocidentais e reinvestidos por um olhar alheio, o do europeu (MARTINS, L. 1997, pp.24-25).

O grande deslocamento dos africanos para o Brasil através do "Calunga Grande", como era chamado o oceano pelos povos de origem banto[39], presentifica-se na instalação de Rosana através da imagem do mar, reproduzida em *looping* nos *tablets* que enquadram, juntamente com os fardos - nos quais misturam-se feixes de madeira e peças de gesso modeladas no formato de braços humanos amarrados sobre um estrado – a imagem reconstruída da mulher.

A ideia de assentamento defendida por Rosana efetiva-se em terras brasileiras, mas é atravessada por outros movimentos de deslocamento internos que acompanharão a trajetória dessa população. As tentativas de fixação e constituição de territórios estarão quase sempre nessa história acompanhados de adjetivos como "forçado", "involuntário", "temporário", "precário".

[39] Texto justificativo da exposição Assentamento, Rosana Paulino, 2014..

Apesar de a ciência esquecer muito de seu passado, como ironicamente afirma Bruno Latour em seu livro *A Esperança de Pandora* (2001, p.14), trazer a expedição liderada por Agassiz, as imagens de Stahl e a instalação realizada por Rosana para a tese faz sentido por vários motivos. O primeiro deles passa por reforçar a ideia de que a tríade corpo-discurso-território está posta secularmente como elemento que baliza a existência e define os lugares dos sujeitos na sociedade. As intervenções urbanas que se seguiram no século XX, apoiadas no higienismo, tinham não apenas o enfoque na melhoria da estrutura urbana, mas visavam a promoção da "melhoria da raça". O corpo negro ou mulato do escravo, o discurso científico segregacionista e os deslocamentos desde a África até as Américas, tanto do Norte quanto do Sul, estão aí colocados, e mesmo que nos dias atuais essas relações possam ser menos evidentes e com meandros mais inclassificáveis, ainda trazem vestígios das relações que outrora vigoraram, como a desumanização do sujeito, a expropriação de seus direitos, a criminalização de seu território e a formulação legítima de discursos que operam em direção à sua desqualificação.

Carolina, quando descreve a prisão de sua mãe, traz a questão da cor da pele como elemento que autoriza o aparato policial a impor-se na realização de abusos sem que seja questionado sobre tais atos:

> Um dia, minha mãe estava lavando roupa. Pretendia lavá-la depressa para arranjar dinheiro e comprar comida para nós. Os policiais prenderam-na. Fiquei nervosa. Mas não podia dizer nada. Se reclamasse o soldado me bateria com um chicote de borracha. (...) À meia-noite resolveram soltá-la. Ficamos alegres. Ela nos agradeceu, depois chorou. Eu pensava: 'É só as pretas que vão presas' (JESUS, 1986, p.31).

Em vários outros trechos da mesma publicação, a violência policial para com os negros é exposta por ela. Na p. 61, ela aborda a questão da cor da pele como "salvo-conduto" a favor dos brancos:

> Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pela branca era um escudo, um salvo-conduto (JESUS, 1986, p. 61).

Em texto de 1979, a antropóloga Lélia Gonzales já chamava atenção para a opressão e violência policiais que se desenvolviam contra os negros. Segundo Gonzales, em abordagens policiais era solicitada fundamentalmente a carteira profissional. No entanto, considerando que parcela significativa da população negra não possuía emprego formal ou encontrava-se desempregada, portanto, não possuía registro na carteira de trabalho, quando a possuía, o sujeito era preso por vadiagem. Era comum que, em seguida à prisão, fosse também torturado e obrigado a confessar crimes que não havia cometido e, em muitos casos, era até assassinado.

Para Milton Santos (2000)

> Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições.[40]

[40] http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm

Gonzalez afirma ainda que "(...) de acordo com a visão dos policiais brasileiros, 'todo negro é um marginal (thief) até prova em contrário'" (GONZALEZ, 1979). Não foi por acaso que em 2014 a polícia militar do Rio de Janeiro atirou e matou "por engano" a estudante Haíssa Vargas Motta, de 22 anos, em Nilópolis, na Baixada Fluminense. O policialautor do disparo se deparou com um carro de luxo ocupado por jovens negros e pressupôs que eram criminosos, o que fez com que atirasse contra o veículo e atingisse fatalmente a estudante[41]. Todos os ocupantes eram negros e não haviam cometido qualquer delito. Casos como esse não são exceção e nem estão restritos ao Rio de Janeiro. A cidadania neste país se realiza em diversos níveis. Em texto denominado *Por uma Geografia Cidadã. Por uma epistemologia da existência*, Santos (1996, p.7) aponta que "todos não são igualmente cidadãos, havendo os que nem são cidadãos e havendo os que não querem ser cidadãos, aqueles que buscam privilégios e não direitos". Para o geógrafo

> Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro, já é suficiente para infernizar o portador deste corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre 'cidadanias', dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade (SANTOS, 1996, p.10).

[41] Sobre esse caso, mais informações nos links: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/especialistas-condenam-acao-policial-que-matou-jovem-por-engano-em-nilopolis-veja-video-15024637.html>

Como afirma Ice Blue, integrante do grupo de rap *Racionais Mc's*

> Muitos de nós que andamos de bombeta na rua e temos essa maneira de se comportar, hoje, estamos preocupados. E hoje nós temos uma outra maneira de ver. Temos filhos também. Temos filhos e nossos filhos são que nem nós. Do meu tamanho, da minha cor. Então hoje eu não estou preocupado mais comigo. Estou preocupado com meu filho, com o filho do Brown, o filho dele. Eu estou preocupado. Nosso interesse de estar aqui hoje é exatamente esse motivo. Que os negros de São Paulo continuam morrendo. Que a partir do momento que saímos daqui, qualquer um de nós pode estar morto amanhã e ser uma manchete de jornal[42].

Em fala semelhante à de Ice Blue, o coordenador da campanha *Porque o Senhor atirou em mim?*, Ramon Szemeta, aponta: "Se tiverem cinco jovens com estereótipos de periferia (bombeta, e tal) andando, eles vão ser parados. Eles não têm o direito de disputar a cidade como outros segmentos têm."[43] O genocídio da população negra é uma das bandeiras que mobilizam diversos movimentos sociais atualmente, agregando militantes, artistas e acadêmicos. A organização Mães de Maio é uma das principais entidades que insistem em denunciar, combater e exigir respostas do Estado sobre essas mortes. Para o poeta Sergio Vaz, "de todos os hinos entoados em louvor às revoluções nos campos de batalha, nenhum, por mais belo que seja, tem a força das canções de ninar cantada no colo das mães" (VAZ, 2007).

---

[42] Fala de Ice Blue, disponível no canal Youtube, durante campanha para eleição de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo. <https://www.youtube.com/watch?v=yrOmMozAwBA>

[43] Ramon Szermeta – Campanha Porque o Senhor Atirou em Mim? (https://www.youtube.com/watch?v=HsjZv9EtrLs)

As Mães de Maio responsabilizam o Estado pela cumplicidade nas execuções de civis pobres, pretos e periféricos. Esses três "P's" caminham lado a lado com as estatísticas das execuções denunciadas por elas, que visam dar visibilidade aos "crimes da democracia". No livro *Periferia Grita* (2012, p.60), Flávia Gonzaga, mãe de Marcos Paulo, assassinado em 2010, relata:

> As pessoas acabam achando normal o confronto entre policiais e jovens, pois se morreu é considerado marginal. "Ninguém morre de graça"; e esse pensamento é muito triste. O Estado tem o dever de proteger a população, o Estado tem que estar presente na vida da população. E eu não vejo esse "Estado". Um Estado que discrimina as periferias.

Há nas palavras dos parentes das vítimas assassinadas uma mistura de sentimentos que vão da impotência, invisibilidade, desconsideração, humilhação moral, raiva, à tristeza e muita dor. Embora exista um insistente discurso midiatizado acerca da generalização da violência, do medo e da insegurança na sociedade contemporânea, fica evidente, a partir dos dados e dos testemunhos apresentados pelas Mães de Maio, que existe uma violência "autorizada", que é precisamente territorializada e direcionada a um mesmo perfil de "cidadão", que se tornou alvo de uma "política tirana" que dizima os "desfavorecidos". Em depoimento, Helena Fonseca, mãe de Fábio Fonseca e sogra de Aline Rodrigues, desabafa e denuncia a perseguição sofrida por seu filho:

> Meu filho já nasceu condenado por nascer em uma favela, por ser pobre, negro, dos 19 anos até os 31 eram 10 dias na rua e o resto na cadeia. Ficava 8 meses, um ano, mais 5 meses, até conhecer todos os CPD e penitenciárias. Todas as semanas, eu ouvia seus lamentos e eu sem poder fazer nada. A gente cria um filho para um mundo que parece lindo, aí vem a polícia que parece que não gosta do ser humano que está sendo revistado, e o leva ao delegado que o prende, e o envia ao promotor que assina tudo, e manda ao juiz que por sua vez o condena. (...). Meu filho, mesmo preso, já foi acusado de matar, a polícia ia a minha casa atrás dele mesmo ele estando preso. Meu filho, apesar de internado em hospital e com toda a documentação foi acusado e preso por 10 meses, mesmo eu provando a internação dele. Então o que posso falar da justiça? (...) fuzilaram meu filho e minha nora Aline dos Santos Rodrigues, grávida. Os dois, na melhor época de suas vidas e ainda com a presença de uma criança de 4 anos dentro do carro, dispararam seus revólveres sem nenhuma preocupação com o resto (MÃES DE MAIO, 2012, p. 42).

São centenas de territórios, bairros, comunidades sitiadas e "militarizadas". As Mães de Maio buscam legitimar sua luta divulgando evidências de ações criminosas desta "era das Chacinas", que de acordo com o movimento teve seu início em 1990 com a Chacina de Acari, no Rio de Janeiro. No livro, alguns dados se destacam:

- Entre 1998-2008, mais de 500 mil pessoas foram mortas no país, sendo que boa parte delas foi executada por policiais;
- Os 3P's (pobres, pretos e periféricos) têm três vezes mais chances de serem executados, comparado a um indivíduo branco;
- De 2006 até 2011, 3.468 pessoas foram mortas pela Polícia Militar no estado de São Paulo.

A construção de uma ideia de liberdade para as Mães está pautada na prática e na luta pela justiça. Nessa busca, apontam como demanda a federalização dos crimes das chacinas[44] e a extinção dos autos de "resistência seguida de morte", apelidado de "licença para matar". Esses crimes seriam oriundos de uma "democracia falsificada e seletiva" (MÃES DE MAIO, 2012, p.28): "Não há qualquer discussão pública de maior fôlego sobre os crimes da democracia" (Idem, p.31), acusam. No livro de 2012, o que se vê são as fraturas expostas de uma sociedade cruel.

Mais do que uma disputa pela narrativa, pela cidade, ou por um lugar específico, trata-se, essencialmente, do direito de permanecer vivo, da disputa pela vida.

O rapper, produtor cultural e apresentador Leandro Roque de Oliveira, conhecido como Emicida, ganhador do prêmio "Clipe do Ano" promovido pela *MTV Brasil* em 2011, também tematiza frequentemente os impropérios cometido contra a população periférica e negra. Em trecho de uma de suas músicas, "Cê lá faz ideia", do cd *Emicídio* (2010), o rapper desabafa

> Cê lá faz ideia do que é ver vidro subir, alguém correr,
> Quando avistar você?
> Não, cê não faz ideia, não faz ideia
> (...) Cê sabe o quanto é comum ouvir que preto é ladrão,
> Antes mesmo da gente saber o que é um?

[44] O pedido de federalização dos crimes de maio de 2006 foi protocolado em 2010 e, até o momento, não se obteve qualquer retorno (Mães de Maio, 2012).

“4 ocupantes de 2 motos e com o rosto coberto | o quem mais dói é a impunidade | o ser humano não tem seu valor, principalmente se for pobre e morar na periferia | meu filho já nasceu condenado | fuzilaram meu filho e minha nora grávida | tatuagem escrito esperança | o estado tinha todo o controle sobre meu filho | insanidade desumana de um estado capitalista | Estado que descrimina as periferias | viver hoje nada mais é do que um privilégio do acaso | Carandiru, a maior chacina da história das penitenciárias | era o dia do aniversário dele | assalto a mão armada | tinham matado um monte de preso | nem colocaram uma roupa nele | doze balas no corpo, uma do lado da outra | para eles que nunca sofreram na vida, todo mundo é bandido | um tiro fulminante varou-lhe os pulmões e o coração | no necrotério, tinha aquela pilha de mortos | ele tava deitado no caixão com o rostinho virado para a porta, como se estivesse dito "vou ficar assim para minha mãe chegar e me ver" | os cães chegaram a morder os presos tanto mortos quanto vivos| vou levar o filho para se enterrado em Suzano | o governo só deu o caixão que de tão porcaria arrebentou e tiveram que trocá | eu ponho tudo no túmulo, arrumo direitinho, levo toalha, copo, talher | foram cinco tiros. um no olho direito, outro na testa, dois no peito – sendo que um deles no coração – e um último na coxa direita | você já viu justiça conseguir fazer justiça? | nenhum até o momento foi preso | era como se fosse brincadeira de tiro ao alvo | tentando fazer um acordo para retirar as crianças e socorrer aquela presa que sangrava tanto | jogaram-na dentro de uma ambulância e ela sangrou até a morte | não entrou nem ao menos em uma estatística, ficou na curva de esquecimento | a polícia finge combater o crime | há uma milícia armada atuante | são sempre os pobres que morrem | dois tiros de pistola ponto 40 acabaram com a vida de meu filho mais velho | na página do jornal com a foto de meu filho e a notícia de sua morte | existe uma dor muito grande quando um filho parte | não temos o direito de ir e vir | eles não são números, eram pessoas, são nossos filhos | é uma dor que dói na alma | pensava em concluir os estudos e casar com ele, iam noivar logo | me ajoelhei e chamei, mas ela não esboçava nenhuma reação | ouvi vários tiros, parecia dentro de casa | fiquei a noite toda esperando ela voltar e nada | ela não vai mais voltar, ela morreu |

FOI ALI QUE PERCEBI QUE MORRI TAMBÉM.....”

Trechos dos depoimentos do livro:
Periferia Grita. Mães de Maio, Mães do Cárcere (São Paulo, 2012)

Em Salvador, no início de fevereiro de 2015, 13 jovens negros foram mortos por equipe das Rondas Especiais da Bahia, a RONDESP, na região do Cabula, que alegou ter atirado em legítima defesa, o que foi posteriormente negado por testemunhas. Dos 13, apenas um tinha antecedentes criminais por briga durante o carnaval. A execução desses inocentes, que a RONDESP supôs serem criminosos, foi banalizada por muitos, inclusive pelo governador do Estado[45].

Reproduzimos abaixo post do antropólogo Luiz Eduardo Soares sobre outra morte, a de Claudia Silva Ferreira, baleada no pescoço e nas costas em troca de tiros na zona norte do Rio de Janeiro em março de 2014. Já morta, seu corpo foi arrastado por carro da PM do Rio. Quando questionado sobre o fato, o policial responsável pela operação justificou: "Ela já estava morta"[46], como se isso lhe desse o direito e a autoridade de fazer o que lhe desse vontade com esse corpo, notadamente, desprezível para o militar.

> A cidade não pode dormir sobre tantos corpos e tanta dor. E despertar amanhã para outro dia, mais uma vez, indiferente ao genocídio. É imprescindível promover a insônia coletiva. Para mudar. É preciso desnaturalizar a iniquidade e o cinismo[47].

"E se fosse no Leblon?", aparece escrito no asfalto em fotografia postada na página da comunidade "Se não tiver Direito não vai ter Copa", na rede social Facebook, acompanhado de *hashtags* como *#SomosTodosClaudiaDaSilva*.

---

[45] Sobre esse caso, mais informações em <http://www.geledes.org.br/testemunha-diz-que-vitimas-da-chacina-cabula-ba-estavam-rendidas/>

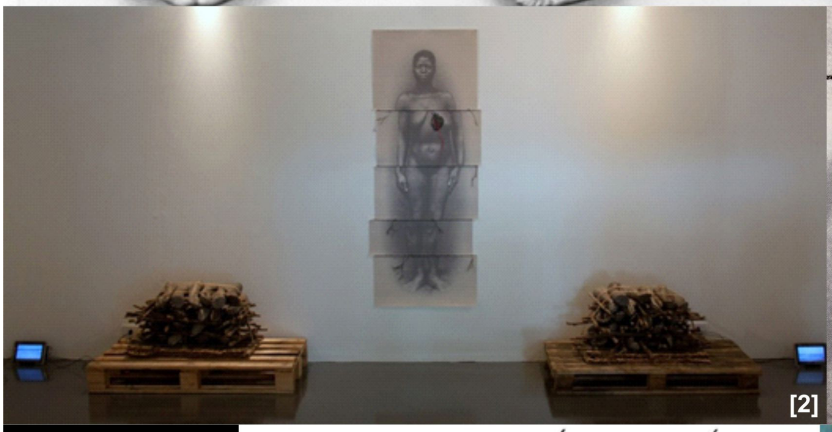
[46] Mais sobre esse caso em <blogueirasfeministas.com/2014/03/claudia-silva-ferreira-38-anos-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-carro-da-pm/>

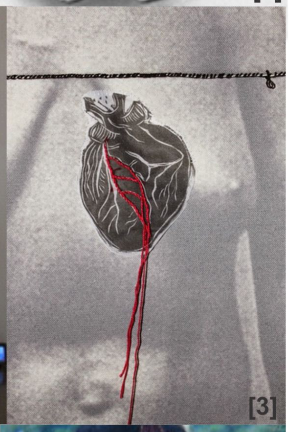
[47] Post de Luiz Eduardo Soares em seu perfil no facebook (https://www.facebook.com/luizeduardo.soares.716?fref=ts) em 16/03/2014.

Cotidianamente, várias ações como essas são realizadas em cidades brasileiras, tendo em comum o fato de as vítimas serem julgadas e executadas previamente como criminosos apenas por trazerem em seus corpos os registros da negritude ou ocuparem territórios previamente definidos como *lócus* da violência. Quando, em 1889, um ano após decretar a abolição da escravatura, o Decreto nº1 que instaurava a República trouxe explícito no artigo 5º que o Governo adotaria "todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública", era evidente para qual público estava direcionado seu discurso e suas ações. Não só o Estado perpetua práticas violentas contra a população negra. O processo de racialização do favelado demonstra que não foram superadas as ideias elaboradas pela antropologia criminal de Lombroso, nas quais o italiano relacionava a predisposição ao crime com parâmetros biométricos do indivíduo, levando-o à condenação antes mesmo de cometer qualquer delito. Perpetuam-se as mesmas lógicas e mecanismos utilizados no início da República, acrescidos da condenação também pelo território que ocupam os supostos criminosos.

CONEXÕES VISUAIS 02.I: ASSENTAMENTO E DEGENERAÇÃO [FRAGMENTOS]


[1]


[2]


[3]



[4]



[5]


[6]

[1] Fotografia de um homem identificado como Mina Aouni, Louis Agassiz, Rio de Janeiro, 1865. Expedição Thayer. Fotografia da coleção Pure Race Series, álbum África. Acervo pertencente ao Peabody Museum of Archaeology and Ethnology da Universidade de Harvard. Fonte: http://mirrorofrace.org/machado/;

[2] Imagem da Instalação Assentamento, Rosana Paulino (2014). Fonte: http://www.rosanapaulino.com.br/category/assentamento/;

[3] Detalhe das obras de Rosana Paulino a partir da imagem da mulher anônima retratada na Expedição Thayer, realizada entre 1865 e 1866, no Brasil. Exposição Assentamento, 2014. "A costura que não se encaixa. Como se refazer após o trauma da escravização?". Fonte: http://www.rosanapaulino.com.br/category/assentamento/;

[4] Fotografia postada em 22 de março de 2014 na comunidade "Se Não Tiver Direitos Não Vai Ter Copa", na rede social facebook. Fonte: https://www.facebook.com/pages/Se-N%C3%A3o-Tiver-Direitos-N%C3%A3o-Vai-Ter-Copa/219246894925349?fref=ts;

[5] Figura - Charge publicada no perfil da organização Mães de Maio na rede social Facebook em 18 de fevereiro de 2015. Fonte: https://www.facebook.com/maes.demaio/photos/a.174007019401673.38528.173936532742055/589674617834909/?type=1&theater;

[6] Cláudia Ferreira. Auxiliar de limpeza, arrastada por cerca de 350 metros pela viatura policial, ao cair da mala do veículo quando era levada para um hospital após ser baleada em um tiroteio no Morro da Congonha, em Madureira, na zona norte do Rio, em 2014. Fonte:http://www.geledes.org.br/denunciados-pms-envolvidos-na-morte-de-claudia-ferreira-arrastada-por-viatura/

Conexões visuais 02.1
Assentamentos e Degeneração
[fragmentos]

FIGURA 11

INSERÇÃO E REGENERAÇÃO

O segundo motivo pelo qual aproximamos a expedição de Agassiz, as imagens de Stahl e a instalação de Rosana Paulino desta tese diz respeito à forma com que Rosana apropria-se dessa construção científica para dobrá-la em outra coisa. Um movimento que atualiza os efeitos subjetivos da escravidão, a partir de múltiplas escalas e processos, que fazem emergir desde as transações políticas e econômicas norteadoras das negociações transatlânticas que possibilitaram - ou inviabilizaram - arranjos nos quais grandes deslocamentos em massa da população escrava foram realizados; até microprocessos que foram sendo formulados subjetiva e molecularmente no interior dessas grandes operações, pautadas em movimentos de reconstruções e invenções a partir dos quais esse "assentamento" pudesse se fazer possível.

O movimento de dobra que realiza Rosana em sua instalação faz lembrar o de Yasmin, que inverte os polos e traz como questão central do filme *Kbela* (em andamento), um desdobramento de seu conto *MC K-Bela*, o processo de enegrecimento vivenciado por uma personagem, revertendo o secular processo de branqueamento experimentado em toda a sua vida. Até hoje a ideia de branqueamento domina o imaginário nacional, tanto como ideal de beleza quanto como possibilidade de ascensão na hierarquia social. Os estragos do violento processo de colonização que condenava a raça negra à condição de escravidão

e subalternidade não são exclusividade da sociedade brasileira. Em 2014, a cantora negra nigeriana Dencia causou polêmica ao lançar um produto clareador de pele, chamado *Whitenicious*, cujo slogan é "Dê adeus à pigmentação e manchas para sempre".

Em seus escritos, Carolina, ao falar sobre o senhor Manuel Nogueira, enaltece sua mestiçagem, conferindo-lhe o devido grau de distinção em relação aos demais habitantes de Sacramento. Em trecho de *Diário de Bitita* ela comenta

> Na cidade, o homem bondoso que estava no centro era o senhor Manuel Nogueira. Era mulato. E o mulato é o meio-termo da sociedade. Convive com os brancos e com os pretos. E com o nome de Nogueira, deveria ser filho de algum doutor de Coimbra (JESUS, 1986, p.46).

Ao mestiço, associa-se a ideia de "moreno" ou "mulato", ampliando as suas possibilidades de inserção e ascensão na sociedade. A ideia de distinção e superioridade do "mulato" em relação aos demais negros foi assimilada pelos próprios negros e mulatos, que passaram a distinguir-se no interior de uma disputa por status, na qual o branco continuava ocupando lugar privilegiado e de superioridade, como relata Carolina: "Em casa de mulato, o negro não entra" (JESUS, 1986, p.80); e, "Mas o branco não aceita o mulato como branco. Houve até um projeto dizendo que se o mulato tivesse o cabelo liso era considerado branco, se o cabelo fosse crespo então o mulato era considerado negro" (JESUS, 1986, p.86).

A própria aparição do termo "mulato" é polêmica e contraditória e teve como intuito estilhaçar, através dessa subdivisão, a identidade étnica. De acordo com González (1988), o termo foi inventado pelos espanhóis e vem da palavra mula, um animal que surgiu a partir do cruzamento da égua com o burro. A mula é um animal hibrido, portanto, estéril. Segundo a pesquisadora, ao classificar os mestiços como mulas, afirmava-se que o cruzamento de branco com moura – que é negra – produziria um ser híbrido e estéril.

A teoria da mestiçagem, em detrimento às tentativas de condenação pelo movimento naturalista europeu e norte-americano, ganhou espaço no Brasil, sobretudo, pela sua inevitabilidade. No final do século XIX, enquanto o país já apresentava uma significativa população mestiça, alguns cientistas ainda se preocupavam com o resultado de tal degenerescência. Para o diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering (1897, apud SCHWARCZ, 1994, p.140): "a degenerescência presente nos tipos híbridos na zoologia pode ser com certa facilidade percebida nos grupos humanos... Longe dos tipos puros, é com cuidado que deve ser analisada a miscigenação local".

Se nas ciências a discussão girava em torno da aceitabilidade do mestiço enquanto identidade de uma nação em formação, o movimento artístico deslizava por outros espaços. Após o fracasso parcial das tentativas de construir uma nação brasileira apartada dos malefícios da mestiçagem na transição do século XIX para o XX, outras teorias foram sendo formuladas para viabilizar um país que se mostrava, apesar de tudo, mestiço. Em 1922, destaca-se a realização da Semana de Arte Moderna, conhecida como Semana de 22. Embora a tônica da Semana focasse exatamente a produção de uma arte legitimamente brasileira, antropofágica e etc., para Abdias do Nascimento,

> Mesmo os movimentos culturais, aparentemente mais abertos e progressistas, como a Semana de Arte Moderna, de São Paulo, em 1922, sempre evitaram até mesmo mencionar o tabu das nossas relações raciais entre negros e brancos, e o fenômeno de uma cultura afro-brasileira à margem da cultura convencional do país (NASCIMENTO, A., 2004, p.210).

Como forma de reação a tudo isso, o início do século XX viu surgir associações sociais e recreativas afro-brasileiras que proliferavam, sobretudo, no estado de São Paulo, como o Centro Cívico Palmares, de Campinas, que surgiu no início da década de 1920, proposta pelo futuro major Antonio Carlos, com o intuito de formar uma biblioteca só para negros (NASCIMENTO, E., 2003, p. 225). Surgiram também o Centro Cívico Afro-Campineiro, de Campinas; a Sociedade Beneficente 13 de Maio, de Piracicaba, que atuava desde 1924; e na capital surgiram o Grêmio Recreativo Kosmos, a Federação dos Homens de Cor, a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, Associação Cultural do Negro e Clube Negro de Cultura Social. Segundo Nascimento (2003, p.225), as associações tinham como objetivo

> (...) contestar a pejorativa identificação do negro com a condição escrava, bem como a atribuição de inferioridade congênita que lhe era impingida pela adoção de políticas públicas fundamentadas na eugenia, princípio inscrito na Constituição de 1934 com o aval da ciência da época. (...) "Em geral, a ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar para a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade vigente da qual era excluída. Para isso, a educação destacava-se como o meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades, muitas das quais abriram escolas noturnas" (NASCIMENTO, E., 2003, p. 225)

Em 1931, no estado de São Paulo, a população negra ainda er a predominantemente rural. Na capital, apenas 11% da população era negra. Destes, a maior parte vivia de biscate, empregos eventuais ou temporários e morava em cortiços ou porões. A maioria dos negros era analfabeta e sofria um quadro deprimente em matéria de condições de saúde (NASCIMENTO, E., 2003). Nesse contexto nasce a Frente Negra Brasileira (1931-1937). Nascimento a define como

> (...) um movimento de massa que protestava contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada e do comércio. Espalhou-se por vários cantos do território nacional. A exclusão do negro do emprego e do sistema de ensino, bem como a segregação em cinemas, teatros, barbearias, hotéis, restaurantes, enfim, em todos os espaços brasileiros, era alvo prioritário da Frente, maior expressão da consciência política afro-brasileira da época (NASCIMENTO, E., 2003, p. 231).

O jornal *Clarim d'Alvorada* traz o "Manifesto à Gente Negra Brasileira", publicado em dezembro de 1931, no qual são apontadas, dentre as urgências percebidas pela população negra, "que a primeira frente de luta estava localizada no campo da educação e a segunda no dos direitos de cidadania". O movimento, no entanto, apresenta, ainda na década de 1930, conflitos internos a partir dos quais ocorreram dissidências. Em 1932, diante da postura neutra da Frente, formou-se a Legião Negra, que se juntou à luta dos rebelados na Revolução de 32; e em 1933 foi fundada a Frente Negra Socialista, em oposição às tendências monarquistas das lideranças (Idem, p. 235).

Com o Estado Novo, a Frente Negra Brasileira é obrigada a encerrar suas atividades, pois o Estado condenou à ilegalidade toda a atividade política. No entanto, mais tarde, a Frente transformou-se no Clube Recreativo Palmares.

Apesar das articulações do movimento negro em torno de sua organização, ainda se verificava que a presença negra era malvista pela maioria dos habitantes da cidade. Para Carolina, "As ricas eram vaidosas. Olhavam os pobres como se fossem intrusos neste mundo, ou objetos incômodos e sem prestígio" (JESUS, 1986, p. 122). A indesejabilidade da presença negra era demonstrada em diversas situações. Nascimento aponta um fato ocorrido em São Paulo no final dos anos 1930:

> O chefe da polícia paulista proibiu a tradição do *footing* na Rua Direita, no centro de São Paulo, um importante evento social da comunidade afrodescendente que tinha lugar aos domingos. Negociantes brancos, donos das lojas dessa importante artéria comercial, insurgiram-se contra essa presença negra no seu território, e o delegado Alfredo Issa baixou uma portaria que bania tal atividade social dos negros. Organizou-se, em protesto, uma comissão que levou o assunto ao Rio de Janeiro, então capital do país. Esse protesto teve pouca repercussão, em virtude da rígida censura à imprensa vigente. A única denúncia que furou a censura foi a de Osório Borba, no *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* (NASCIMENTO, E., 2003, p.237).

Se atualizarmos o *footing* e as ruas dos comércios badalados para os dias de hoje, talvez possamos dizer que as ações de repúdio à presença da população pobre e negra nos ambientes considerados elitizados ainda permanecem, como verificou-se no final de 2013 em práticas que ficaram conhecidas como "rolezinhos". Os "rolezinhos" eram encontros marcados principalmente em eventos nas redes sociais, nos quais jovens moradores das periferias combinavam horário e local para "darem um rolê" em algum shopping da cidade. Apesar da ampla repercussão que tais eventos tiveram na mídia nacional, os "rolezinhos" já ocorriam há anos em shoppings dos EUA, também reunindo centenas de jovens convocados pelas redes sociais, como ocorreu no Kings Plaza Shopping Center, no Brooklyn, ao qual compareceram ao menos 300 jovens[48]. No Brasil, o encontro teria acontecido em um shopping de São Paulo. No entanto, a presença numerosa desses jovens fez com que os comerciantes acionassem o aparato policial para "conter" a presença dos consumidores indesejados.

[48] Sobre esse caso, mais informações em <http://www.geledes.org.br/testemunha-diz-que-vitimas-da-chacina-cabula-ba-estavam-rendidas/>

Os jovens tiveram sua presença criminalizada por meio de ações que lhes negavam o "direito" de frequentar os shoppings centers dos bairros nobres das cidades.

Embora a questão do consumo esteja no centro da discussão em torno dos rolezinhos, a criminalização da presença dos jovens nesse caso lembra, embora distintos, os argumentos utilizados pelo baiano Domingos Alves Branco Moniz Barreto, capitão de infantaria, em 1817, quando ofereceu ao rei D. João VI a publicação denominada *Memórias sobre a Abolição do Commercio da Escravatura*, na qual alarmava a população sobre os riscos da "vadiagem" caso a escravidão terminasse "sem os devidos freios". Azevedo relata que para Moniz Barreto

> Era preciso deixar tempo para que o Estado estabelecesse uma coação policial sobre os escravos que se alforriassem. A partir disto, os libertos disporiam da liberdade apenas para trabalhar "segundo a sua vocação", mas nunca para vagar "sem destino útil e honesto" (pp.31-2). Evidentemente o que era útil e honesto ficava a cargo do Estado definir (AZEVEDO, 1987, p.48-49).

No século XIX, as lutas em torno da igualdade de direitos emergiam em um contexto em torno do fim da escravidão, da alteração das relações de produção e, sobretudo no campo, das relações entre fazendeiro e trabalhador, que passariam a ser considerados "iguais", se não economicamente, ao menos juridicamente.

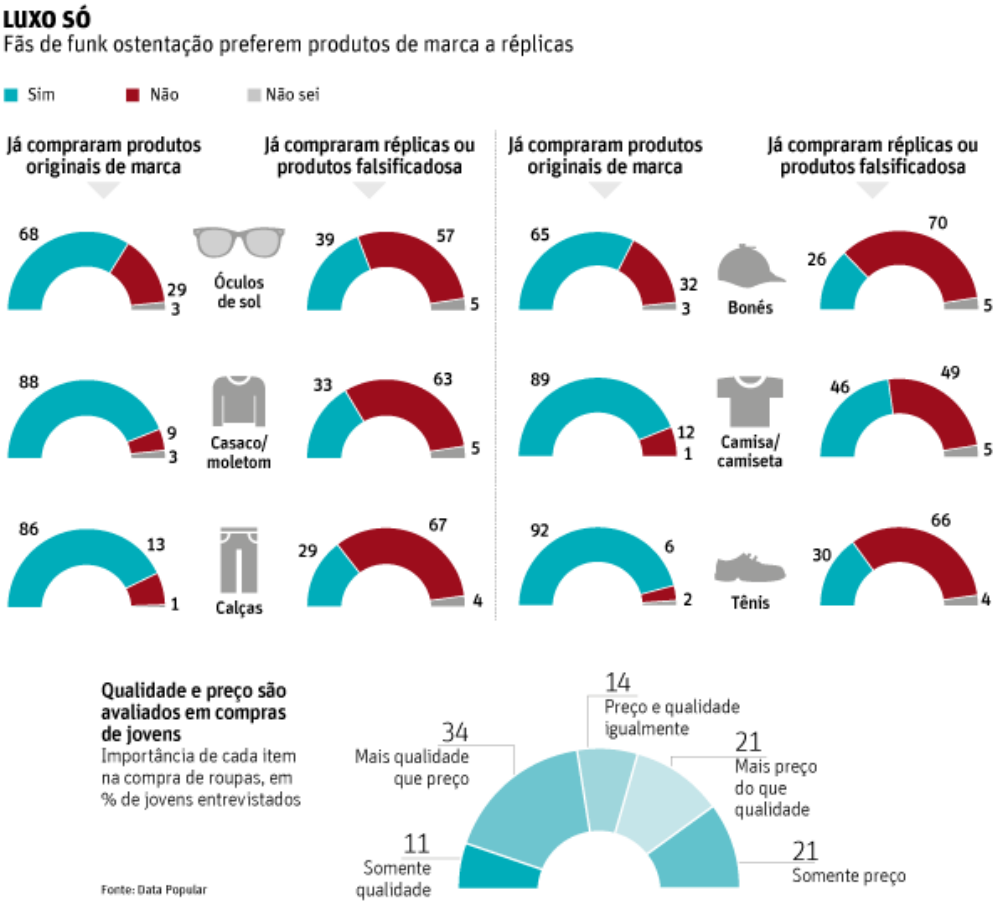
O que aproxima esses dois fatos é menos a conjuntura em que aconteceram, mas a seletiva autorização de quem pode ou não circular e quais os espaços delimitados para esses ou aqueles grupos sociais. Carolina associava a restrição à circulação e a constante e incômoda presença da ameaça policial a uma "falsa ideia de liberdade" (JESUS, 1986, p.67) "[...] mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?". Encontramos argumento parecido em Abdias do

FIGURA 12

Infográfico da reportagem

"Grifes mantêm forte presença na periferia, mas não assumem classe C". Folha de São Paulo (06/02/2014).

Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1408358-grifes-mantem-forte-presenca-na-periferia-mas-nao-a>



Nascimento, que afirmava a manutenção de uma "escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido [o negro] antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão" (NASCIMENTO, 2004).

No caso do "rolezinho", parece não haver entendimento por parte do aparato jurídico e policial de que os shoppings dos bairros nobres sejam lugares para circulação e presença desses jovens, ainda que através do consumo movimentem e requalifiquem a própria dinâmica econômica do estabelecimento, como demonstra o infográfico elaborado pelo instituto de pesquisa Data Popular sobre o consumo da classe "C".

Se soa estranho associar a ideia de direito à de consumo, há de se pensar que na sociedade atual, espetacularizada e neoliberal, soa ainda mais estranho a criação de obstáculos para que tal prática (a do consumo) se realize. Cabe aqui uma aposta na ideia de distinção que parece mover as camadas mais abastadas da sociedade, na qual a equivalência, não só de direitos ou de privilégios, mas mesmo de bens de consumo, romperia a hierarquia ou a estratificação que se deseja entre as "classes".

Próximo do que aconteceu nos anos 1930, várias liminares foram emitidas nas cidades onde os "rolezinhos" aconteceram, ou poderiam acontecer, proibindo a presença de menores desacompanhados nas dependências dos centros de compras[49], ou, ainda, estabelecendo multas que podiam chegar a 10 mil reais caso o encontro se efetivasse.

[49] Reportagem "Após 'rolezinhos', Justiça proíbe adolescentes em shopping de Franca" (Fernanda Testa, 03/02/2015). Disponível em <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/02/apos-rolezinhos-justica-proibe-adolescentes-em-shopping-de-franca.html>

No entanto, é possível dizer que, no Brasil, as sociabilidades desenvolveram-se de diversas formas e de maneiras difusas, especialmente, como aponta Schwarcz (1994), devido à ausência da noção de direitos dos cidadãos. Diferentemente de países como os Estados Unidos, aqui o "preconceito de marca" contrapõe-se ao de "origem". Na sociedade norte-americana, adotou-se a regra do *one-drop blood rule*, ou seja, independentemente da cor da pele, são os laços de sangue que definem seu lugar como branco ou negro na sociedade (SCHWARCZ, 2012, pp. 96-97). Não se trata de qualificar em qual das duas sociedades a questão da segregação e do preconceito é mais perversa. Mas, o fato é que, na mesma década de 1930, enquanto os comerciantes de São Paulo proibiam o *footing*, os linchamentos, assassinatos e exibição dos corpos negros enforcados e pendurados em árvores insistiam em acontecer como forma de demonstrar que a igualdade racial naquele país não seria conquistada de forma pacífica. Famoso na voz de Billie Holiday, o poema *"Strange fruit"*, escrito por Abel Meerpol, professor judeu do bairro do Bronx, trata do linchamento de dois negros ocorrido em 1930.

> *(...) Southern trees bear a strange fruit*
> *Blood on the leaves and blood at the root*
> *Black bodies swinging in the southern breeze*
> *Strange fruit hanging from the poplar trees (...)*

No Brasil dos anos 1940, o movimento negro apresenta-se mais seguro de seu lugar. Na Convenção Nacional do Negro (1945 – SP; 1946 – RJ) foi encaminhada à Constituinte de 1946 (através do Senador Hamilton Nogueira) uma proposta de inserir a discriminação racial como crime de lesa-pátria, com uma série de medidas práticas em prol de sua eliminação. No "Manifesto da Convenção Nacional do Negro Brasileiro", de 1945, encontramos esta passagem:

> Não precisamos mais consultar ninguém para concluirmos da legitimidade dos nossos direitos, da realidade angustiosa de nossa situação e do acumpliciamento de várias forças interessadas em nos menosprezar e condicionar, mesmo, até nosso desaparecimento (NASCIMENTO,E., 2003, p. 221).

Em 1950, aconteceu no Rio de Janeiro o I Congresso do Negro Brasileiro. Em 1951 foi promulgada a lei antidiscriminatória conhecida como Lei Afonso Arinos, cujos termos ficaram muito aquém do previsto no projeto de emenda constitucional patrocinado pela convenção (NASCIMENTO, A., 2004, p. 223).

[1] Brancos e negros realizando o footing na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, década de 20. Foto: http://www.rioquepassou.com.br/2005/08/04/footing-na-av-rio-branco-anos-20/;

[2] Fotografia de Lawrence Beitler, em 7 de agosto de 1930, quando do linchamento de dois negros em Indiana (EUA). Fonte: http://www.theseamericans.com/lynching/southern-collection-american-lynching-1930/;

[3] Jovens abordados por praticarem o "rolezinho" no Shopping Interlagos, na zona sul de São Paulo, em janeiro de 2014. Fonte: http://revistavaidape.com.br/;

[4] Obra "Mestiço" (1934), de Candido Portinari. Fonte: http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2581;

[5] e [6] Antes e depois da cantora Dencia, que teria utilizado o produto que promete clarear a pele. Fonte: http://extra.globo.com/mulher/beleza/cantora-nigeriana-cria-creme-para-clarear-pele-fica-branca-gera-polemica-12206608.html;

[7] Crianças na escola frentenegrina. Fonte: http://www.quilombhoje2.com.br/blog/?p=492;

[8] Yasmin Thayná quando criança tratando do cabelo. Fonte: THAYNÁ, 2012.

Conexões visuais 02.2
Inserção e Regeneração
[fragmentos]

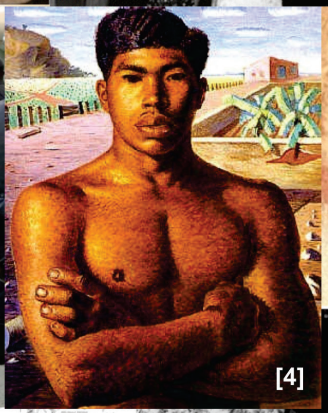
FIGURA 13

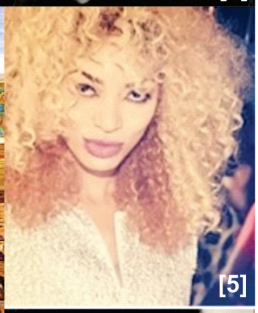
CONEXÕES VISUAIS 02.2: INSERÇÃO E REGENERAÇÃO [FRAGMENTOS]


[1]

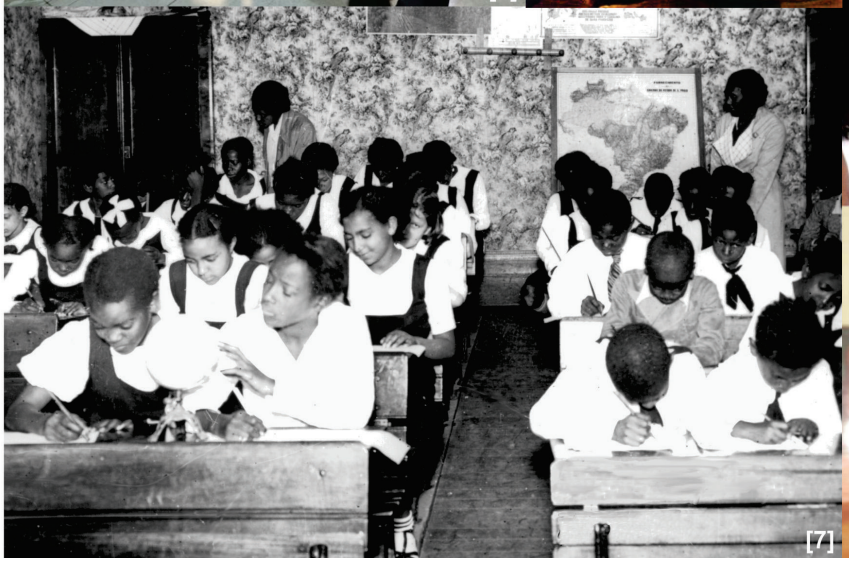

[2]


[3]


[4]


[5]


[6]


[7]


[8]

APROPRIAÇÃO, DESMONTE E CRIAÇÃO

Apropriando-se das estratégias adotadas pelo movimento dos meninos do "rolezinho" em 2013, em fevereiro de 2015 um grupo de 25 negros "invadiu" com sua presença o espaço Millan, em São Paulo, durante a abertura da exposição do artista Afonso Tostes, cujo trabalho debruça-se sobre o tema escravidão. Essa ação, orquestrada por artistas e ativistas negros, denominada "Presença Negra", causou, novamente, estranhamento. O intuito da ação era chamar atenção para a ausência de negros em determinados espaços, sobretudo os considerados mais elitizados[50]. Se a presença negra era, e ainda é, incômoda nos espaços destinados ao consumo, há de se imaginar que nos equipamentos culturais badalados pela elite e nos espaços destinados à produção das artes em geral, tal presença também foi, e ainda é, rara e imprevista.

É oportuno dizer que Rosana Paulino destaca-se por ser a primeira artista visual negra brasileira a realizar uma exposição individual[51], em 2009. Esse fato aponta que, para além das artes literárias, até então problematizada, o campo das artes visuais é um universo no qual a legitimação da presença de artistas negro(a)s encontra

Imagem da exposição "Memória" de Rosana Paulino, na exposição coletiva "nós", no Museu da República. Rio de Janeiro, 2007.
Fonte: http://extra.globo.com/tv-e-lazer/exposicao-nos-438554.html

FIGURA 14

[50] Reportagem "Em 'rolezinhos' da arte, ativistas negros vão em grupos a vernissages. (Silas Marti, 02/02/2015). Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1584260-em-rolezinhos-da-arte-ativistas-negros-vao-em-grupo-a-vernissages.shtml>

[51] Intitulada "Obras Gráficas" a exposição aconteceu em 2009, na Fundação das Artes de Ouro Preto.

dificuldades e obstáculos. De origem popular, como Carolina, a artista nasceu em 1967, na Freguesia do Ó, localizada na periferia de São Paulo (TVARDOVSKAS, 2013). A Freguesia do Ó, *lócus* de um dos quilombos existentes na cidade, teria sido atingida no final do século XIX por severas imposições do código de postura municipal de 1886, que visava proibir práticas que não condiziam com o que se projetava enquanto "cidade civilizada" (ROLNIK,1989).

As questões centrais da instalação "Assentamento" estão presentes na maioria das obras produzidas por Rosana, que também são atravessadas pela discussão sobre a condição brasileira através da tematização da memória coletiva e individual, o lugar da mulher e do negro na sociedade.



Na tentativa de reverter o cenário de ausência da presença negra nos espaços legitimados de produção artística e cultural, Abdias do Nascimento (1914-2012), contemporâneo de Carolina, criou na década de 1940 o Teatro Experimental do Negro – TEN. O TEN atuou entre 1944-1961 e teria surgido após Abdias assistir em Lima, no Peru, um espetáculo cujo ator principal pintara-se de preto para viver o protagonista do espetáculo, que era negro. Transpondo essa situação para o Brasil, o economista percebeu que havia a necessidade de se pensar um organismo teatral aberto ao protagonismo negro, "onde ele ascendesse da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse" (NASCIMENTO, A., 2004, p. 210).

Aos cinco fundadores do TEN, o próprio Abdias Nascimento, o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, o pintor Wilson Tibério, Teodorico dos Santos e José Herbel, juntaram-se, logo após o início das atividades, muitos outros, dos quais destaca-se aqui a presença de Arinda Serafim, Ruth de Souza e Marina Gonçalves, todas empregadas domésticas na ocasião. Ressalta-se o fato de que, em 1961, Ruth de Souza iria interpretar no teatro o papel de Carolina de Jesus em uma adaptação do livro *Quarto de Despejo*, feito pela diretora Edy Lima. Anos mais tarde, Ruth voltaria a interpretar Carolina no programa "Caso Verdade", da *Rede Globo*. A presença de Ruth na história do negro na televisão brasileira é marcante. Em 1969, a atriz é contratada pela rede Globo para viver a primeira protagonista negra de telenovela, em "A cabana do Pai Tomás".

O TEN oferecia como parte da formação um curso de alfabetização ministrado pelo então estudante de direito Ironildes Rodrigues, cuja inscrição contou com aproximadamente 600 interessados. De acordo com Nascimento,

> A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional (NASCIMENTO, A., 2004, p.211).

Tratava-se de inaugurar uma via não acadêmica na qual o teatro negro era um agente de ação social que se preocupava com a ação imediata, de forma que pudesse impactar imediatamente o rumo das vidas dos que com ele estavam em contato. Nas palavras de Nascimento.

> Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros. Verificamos que nenhuma outra situação jamais precisara tanto quanto a nossa do distanciamento de Bertolt Brecht. Uma teia de imposturas, sedimentada pela tradição, se impunha entre o observador e a realidade, deformando-a. Urgia destruí-la. Do contrário, não conseguiríamos descomprometer a abordagem da questão, livrá-la dos despistamentos, do paternalismo, dos interesses criados, do dogmatismo, da pieguice, da má-fé, da obtusidade, da boa-fé, dos estereótipos vários. Tocar tudo como se fosse pela primeira vez, eis uma imposição irredutível (NASCIMENTO, A., 2004, p.211).

O TEN manteve-se fiel à sua orientação pragmática e dinâmica, atuando intensamente na experimentação criativa de linguagens e estéticas produzidas sobre/para/com o negro. A primeira peça do grupo, *O Imperador Jones*, estreou em 8 de maio de 1945 no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O texto do escritor anarquista americano Eugene O'Neill narra a experiência de um ex-escravo aprendendo a sobreviver em meio à marginalidade. Essa foi a primeira vez que atores negros, e provavelmente também enquanto público, pisaram no Teatro Municipal. Enquanto tentavam produzir por conta própria uma dramaturgia negra, o TEN interpretaria ainda mais três outros textos de O'Neill, autor admirado pelo grupo.

Mas o que almejavam, de fato, era produzir uma literatura dramática focalizada nas questões concernentes ao cotidiano afro-brasileiro. "Uma coisa é aquilo que o branco exprime como sentimentos e dramas do negro; outra coisa é o seu até então oculto coração, isto é, o negro desde dentro. A experiência de ser negro num mundo branco é algo intransferível" (NASCIMENTO, A., 2004, p.214). Aos poucos os textos foram surgindo. Em 1947, *O filho pródigo*, um drama poético de Lúcio Cardoso, foi o primeiro texto brasileiro escrito especialmente para o TEN. Em seguida, o escritor Joaquim Ribeiro escreveu *Aruanda*, e em 1948 José Moraes de Pinho escreveu *Filhos de Santo*, encenada em 1949. A questão da representatividade, que hoje ocupa muitas vezes a centralidade do debate acerca do racismo juntamente com a questão da violência policial, estava ali posta. Para Nascimento,

> (...) o TEN propunha-se a combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira.(...) Era urgente uma ação simultânea, dentro e fora do teatro, com vistas à mudança da mentalidade e do comportamento dos artistas, autores, diretores e empresários, mas também entre lideranças e responsáveis pela formação de consciências e opinião pública. Sobretudo, necessitava-se da articulação de ações em favor da coletividade afro-brasileira discriminada no mercado de trabalho, habitação, acesso à educação e saúde, remuneração, enfim, em todos os aspectos da vida na sociedade (NASCIMENTO, A., 2004, p. 221).

Quando voltamos a Carolina e nos deparamos com o desconforto causado pela sua presença em diferentes espaços, percebemos o quanto a ausência de referenciais que pudessem subsidiar sentimentos de pertencimento foi, e ainda é, impactante no que tange à produção de subjetividades que balizem a existência, seus direitos e sua afirmação. Quando pensamos no ocultamento e no silenciamento de tantos narradores e narrativas, no arrasamento e na destruição de tantos territórios, nos constantes deslocamentos forçados e nos abandonos inevitáveis, há de se imaginar as enormes lacunas existentes para a reconstituição desse processo pautado na violência, na disputa e na conquista de lugar.

Eventos importantes, por décadas, foram ocultados ou minimizados na história, como a Revolta das Chibatas liderada pelo marinheiro João Cândido em 1910, cuja importância para o movimento de luta pelos direitos civis é brutal. Foram cinco dias de luta nos quais os marinheiros tomaram navios da marinha e rebelaram-se contra o uso da chibata como punição ou qualquer outro tipo de castigo corporal. No filme *O papel e o mar* (2012) o cineasta Luiz Antonio Pilar aproxima João Candido, interpretado por Zózimo Bulbul, de Carolina através de um encontro fictício. Apesar de nunca terem se encontrado pessoalmente, partilham da luta pela legitimação de suas histórias e pela igualdade de direitos e oportunidades a todos os seres humanos.

Diante de tantas ausências, esse encontro inventado cria, assim como as ficções, não apenas literárias, espaço para que o tecido esgarçado do tempo se recomponha, ainda que como vestígio. Como escreve Conceição Evaristo

> (...) o que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo. Escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. E como a memória é também vítima do esquecimento, invento, invento. Inventei, confundi Ponciá Vicêncio nos becos de minha memória. E dos becos de minha memória imaginei, criei (EVARISTO, 2009, p.5).

Há de se pensar também nas necessárias reinvenções cotidianas; no que se descartou para seguir adiante, nas contradições e nas conivências de um processo atropelado pela urgência da vida.

Quando colocamos junto à Carolina diferentes narradores cujos perfis assemelham-se ao dela, escritores "crias" das periferias, e os conectamos com o passado colonial, esse mesmo da mulher anônima de Sthall, notamos que, embora reeditados, os temas presentes nas narrativas de Carolina se arrastam e permanecem, não exatamente iguais, mas atualizados, ligeiramente desencontrados. Modificam-se nos embates próprios de cada época, nas formas de reagir, nas relações e articulações que estabelecem no campo de forças no qual Estado e mercado são elementos determinantes, e nos constantes movimentos e estratégias de reconstrução da vida e de territórios. Mas acumulam-se. Quando afirmamos que os textos de Carolina se expandem para além dela e para além do seu enquadramento cronológico, o fazemos tendo no horizonte essas questões.

Nota-se que apesar da distância temporal e da subsequência de gerações, os aspectos da corporalidade da negritude ainda perpetuam e desestabilizam a presença do negro em microterritórios, como o da escola, *lócus* de violência diária, seja em Carolina ou Yasmin. Em *Diário de Bitita* temos,

> No ano de 1925, as escolas admitiam alunas negras. Mas quando as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando, dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos. As professoras aceitavam os alunos pretos por imposição (JESUS, 1986, p.45).

E nas páginas 149-150:

> Amanhã eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei:
> - Que negrinha feia!
> Ninguém quer ser feio.
> - Que olhos grandes, parece sapo! (Idem, pp. 149-150)

No conto *MC K-Bela*, encontramos esse trecho

> Bombril, Assolan, Biro Biro, Drogba do Chelsea e outros apelidos maldosos, já renderam boas horas de choro no cômodo que ficava no meio do corredor da minha casa, lá no número 216 da Vila Iguaçuana. Todos os dias após o colégio, a orquestra sinfônica rugia um soluço baixinho de instrumento sintonizado no som do cavalgar dos quadrúpedes no asfalto recém-chegado na rua, já molhado com a chuva de inverno (THAYNA, 2012).

No livro *Negras (in)confidências*, organizado por Benilda Brito e Valdecir Nascimento (2013), encontramos mais 21 depoimentos de mulheres de diferentes gerações, as quais relatam como suas trajetórias escolares foram (e ainda são) marcadas por episódios cruéis, sobretudo na infância, nos quais a cor da pele é um elemento que as diferenciava e subjugava sua capacidade intelectual. Atualmente, o debate sobre tais práticas no ambiente escolar tem recaído sob a ideia de *bullying*, como uma estratégia que abarca a questão racial, mas não apenas. Fato que a discussão, em geral, pasteuriza a discriminação de algo que tem sua formulação e enraizamento em práticas seculares. Para Brito e Nascimento (2013, p.20), as duas coisas não se confundem, apesar de ambas configurarem atos de violência: "Enquanto o *bullying* inferioriza, o racismo desumaniza".

Tais processos não se encerram na infância. Em relato, a psicanalista Virgínia Leone Bicudo, pioneira, embora desconhecida, da nascente psicologia social brasileira, ao debruçar-se sobre a questão do preconceito racial no país ainda na década de 40 revelou, em entrevista realizada em 1995, que seu pai foi impedido de seguir a carreira de médico por seu professor de ginásio, que o desqualificou para tal devido à sua cor:

> [Teófilo Bicudo] Veio de empregado doméstico que ele era, depois foi subindo e fez o Ginásio do Estado. E quando terminou o Ginásio do Estado naquele ano, ele passava direto para a Faculdade de Medicina. Naquele tempo não havia vestibular para Medicina. Terminava o ginásio e entrava na Medicina ou em qualquer curso superior. Então, o professor que chamava Barros ou Barrinhos, do ginásio do último ano, quando viu que meu pai ia para Faculdade de Medicina, reprovou. Porque ele disse que negro não podia ser médico[52].

Enquanto em *MC K-Bela* acompanhamos o drama da narradora ao reverter o desmonte de um dos elementos mais marcantes de sua negritude, o cabelo, em Carolina, surpreendentemente, ele é enaltecido, como observamos em Quarto de Despejo.

Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente (JESUS, 1960, p.58).

[52] Trecho da entrevista de Virgínia Leone Bicudo a Marcos Chor Maio (25. Set. 1995; apud Maio, 2010)

Em Yasmin, ao longo do conto, a narradora mostra como reverteu esse processo mediante o abandono das práticas de alisamento, e a partir de então, a negritude, enquanto processo, coloca-se em construção. Para Gonzalez (1988)

> A gente nasce 'pardo', 'azul marinho', 'marrom', 'roxinho', 'mulato claro' e 'escuro', mas a gente se torna negro. Ser negro é uma conquista. Não tem nada a ver com as gradações da cor de pele. Isso foi o racismo que inventou (GONZALES, 1988).

Como projetar-se em direção às disputas discursivas quando aquilo que lhe é mais primariamente concebido, o corpo, é constantemente devastado? Como manter-se intelectualmente ativo e produtivo em meio a tanto arrasamento?

[1] A atriz Ruth de Souza, o jornalista Audálio Dantas e a escritora Carolina Maria de Jesus em visita à favela do Canindé, 1961. Foto do acervo pessoal da atriz, disponível em http://www.blogdoims.com.br/ims/quarto-de-despejo-a-peca-por-elvia-bezerra-julia-menezes-e-laura-klemz/;

[2] Intervenção «Presença Negra» na abertura da exposição do artista Afonso Tostes no espaço Millan, em São Paulo (fev. 2015), cujo trabalho debruça-se sobre o tema escravidão. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1584260-em-rolezinhos-da-arte-ativistas-negros-vao-em-grupo-a-vernissages.shtml;

[3] Exibição do espetáculo *Quarto de despejo*, 1961, no Teatro Bela Vista, em São Paulo. Fonte: http://www.vidaporescrito.com/#!produo-audiovisual-sobre-carolina/cd03;

[4] Grupo de mulheres negras do TEN, 1946. Foto Richard Sasso. Fonte: http://www.abdias.com.br/teatro_experimental/foto4.htm;

[5] Cena do filme *O Papel e o Mar* (2012), do diretor Luiz Antonio Pila. Imagem captada do site Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=73cWnlOfZXM

Conexões visuais 02.3
Apropriação, Desmonte e Criação
[fragmentos]

FIGURA 15

CONEXÕES VISUAIS 02.3: APROPRIAÇÃO, DESMONTE E CRIAÇÃO [FRAGMENTOS]


[1]


[2]


[3]


[4]



[5]

CAPÍTULO

TRÊS

TENSIONANDO O LUGAR DO DISCURSO

CONEXÃO TEXTOS-NÓS [FRAGMENTOS 03] CAROLINA MARIA DE JESUS + [CONCEIÇÃO EVARISTO + MARCUS FAUSTINI + YASMIN THAYNÁ]

HISTÓRIA/DISCURSO

[1] - EVARISTO, 1986, p.209 |[2] - EVARISTO, 1986, p.210-211 |[3] - EVARISTO, 1986, p.225|[4] - EVARISTO, 1986, p.247|[5] - FAUSTINI, 2009, p.35|[6] - FAUSTINI, 2009, p.35|[7] - FAUSTINI, 2009, p.74|[8] - THAYNÁ, 2009, p.8

"Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:
- O que escreve?
- Todas as lembranças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana.
Ele disse:
- Escreve e depois dá a um crítico para fazer a revisão".

"Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isso é mentira! Mas, as misérias são reais."

"... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo. Eles respondiam-me:
- É pena você ser preta".

(Carolina Maria de Jesus, fragmentos do livro Quarto de Despejo, 1960.

"Respondi a carta de minha mãe pedindo que não falasse. Os pobres têm que ser afônicos. Viver no nosso país como se fôssemos estrangeiros."

"Escrevi: 'Sei lavar roupas, passá-las, remendá-las, pregar botões, fazer bolos, sabão, doces, encher frangos, encerar casa'. Entreguei-lhe o bilhete, ela leu e elogiou minha letra. Sorri, porque uma doutora elogiou minha caligrafia!"
(Carolina Maria de Jesus, Diário de Bitita, 1986, p. 215; 248)

muitos outros

distância tempo

ação

amestrados

oralidade fala

trajetória exceção

história novidade presente

navar silêncio

escrita

invenção

inscrições

A professora pediu que ela explicasse melhor, que contasse em mais detalhes. Maria-Nova fitou a professora, fitou seus colegas, havia tantos, aliás, alguns eram até amigos. Fitou a única colega negra da sala e lá estava a Maria Esmeralda entregue à apatia. Tentou falar. Eram muitas as histórias, nascidas de uma outra História que trazia vários fatos encadeados, conseqüentes, apesar de muitas vezes distantes no tempo e no espaço. Pensou em Tio Totó. Isto era o que a professora chamava de homem livre? Pensou em Maria-Velha, na história do avô dela, pensou no próprio avô, o louco do Luisão da Serra. Pensou em Nega Tuína, em Filó Gazogênia, em Ditinha. Pensou em Vó Rita, na Outra e em Bondade. Pensou nas crianças da favela, poucas, pouquíssimas, podia-se contar nos dedos as que chegavam à quarta série primária. E entre todos, só ela estava ali numa segunda série ginasial, mesmo assim fora da faixa etária, era mais velha dois anos que seus colegas. E ainda estava em vias de parar de estudar, a partir do momento que tivesse que mudar da favela. Pensou em Negro Alírio e reconheceu que ele agia querendo construir uma nova e outra História. [1]

como ele. Sim, ela iria adiante. Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo. [4]

ameaça de Cidinha-Cidoca. Era preciso viver. "Viver do viver". A vida não podia se gastar em miséria e na miséria. Pensou, buscou lá dentro de si o que poderia fazer. Seu coração arfava mais e mais, comprimido lá dentro do peito. O pensamento veio rápido e claro como um raio. Um dia ela iria tudo escrever. [3]

Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente. [2]

pelas repetidas vezes do vendedor de Prestobarba. Devido à falta de grana e à presença constante de todo tipo de vendedor e produtos em toda parte, por várias vezes prestei muita atenção no jeito de venderem. Cogitava trabalhar assim. Falar dava dinheiro, escrever, não. Mesmo suando e com o corpo cansado como o meu, a voz desses vendedores era saltitante e disputava com bravura o barulho do atrito dos trilhos com as rodas do trem. Eu que me sentia orgulhoso por ser chamado de guerreiro, me rendia à coragem desses arautos territoriais. Meu projeto de escrever foi bombardeado pelo projeto da fala como instrumento de sobrevivência. Esses trabalhos sempre estiveram por perto. Por indicação de uma vizinha rezadeira, uma vez, ainda garoto, quase me tornei vendedor [6]

domingo a domingo, mesmo sem dinheiro, fazia mais sentido andar pela rua do que ficar em casa. Na espera do trem, observava as pessoas e criava pequenas histórias para cada uma. Era meu território particular de invenção, valia para descanso tanto quanto uma sesta, tão defendida por meu avô ao longo da vida. Imaginava que poderia conseguir ganhar dinheiro algum dia com essas histórias. Carregava esta ideia comigo desde a primeira redação na Escola Estadual Euclydes da Cunha, em Caxias, onde narrei em tetra de fôrma as andanças de um cachorro vira-lata pela rua e recebi da professora um elogio comedido, mas encorajador. [5]

Não se trata de inventar histórias nem de negar-se ao mundo, aos objetos e às coisas normativas desta civilização carioca. Trata-se de fruir, de buscar ao longo do dia o direito a esse instante. Ele é possível até mesmo sob o sol a pino, quando você é um camelô e arruma fileiras amarelas e vermelhas de bombons Serenata de Amor sobre a lona de plástico azul na calçada, imitando a vitrine da loja de roupa de grife atrás. [7]

Havia um sentimento de liberdade. O que eu fazia? Poesia! Esperar por um atendimento nos salões de beleza, sempre lotados, me obrigava a puxar uma folha de caderno, uma caneta azul e borrar a minha dor na folha em branco. Esmigalhar meu sofrimento por ter sido colocada a vida inteira como feia, como a menina do cabelo de Bombril. [8]

FIGURA 16 Conexão textos-nós [fragmentos 03] - história/discurso
fonte: produção da autora

Tensionar o lugar do discurso neste livro significa questionar o sujeito e o lugar de produção dos enunciados a partir dos quais a questão do lugar dos pobres e dos negros é definida na cidade. Essa disputa está presente nas narrativas de Carolina. O fato de muitas teorias e pressupostos intelectuais e científicos poderem ser revisitados e revisados ainda encontra resistência em algumas áreas[53]. Há de se imaginar que no início do século XX a inserção de elementos não previstos que tentam capturar para si o lugar do discurso não seria recebido com bons olhos, nem mesmo teria sua produção legitimada pela sociedade.

Quando existentes, o acesso e a publicização de tais registros eram frágeis, e ainda hoje há dificuldade em mapear essa produção devido à precariedade dos documentos, sobretudo daqueles realizados até a metade do século XX. Nascimento (2003) entende essa precariedade como decorrente da "trajetória de uma comunidade destituída de poder econômico e político e de um movimento composto de entidades perenemente sujeitas à instabilidade e à falta de recursos, infraestrutura, espaço físico e apoio de outros setores da sociedade civil" (NASCIMENTO, E., 2003, p.224). A seguir, problematizaremos algumas questões trazidas por Carolina, apresentando de forma breve a presença marcante dos "doutores de Coimbra" na narrativa da escritora, para então questionarmos a construção de um lugar de discurso e suas reinvenções na era digital.

[53] Aqui referimo-nos especificamente às questões epistemológicas que balizam ainda o referencial dos estudos sobre colonialismo, racismo e sociedade. Carlos Moore, no livro Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para compreensão do Racismo na História (2007), resume várias teses que atualizam a discussão, na qual destaca-se o pensamento de Walter Rodney, autor do livro Como a Europa Subdesenvolveu a África (1972).

DOUTORES DE COIMBRA

Carolina tensiona em passagens de seus textos a existência de alguns sujeitos que reivindicavam para si o lugar do discurso e tentavam apartá-la dessa disputa. No contexto de transição do século XIX para o século XX, esse lugar era dominado por um misto de cientistas, políticos, pesquisadores e literatos (SCHWARCZ, 1994, p. 139). Alguns deles aparecem na narrativa da escritora, alcunhados de "doutores de Coimbra", cujas posturas e posicionamentos eram reproduzidas também pelos seus descendentes.

Trata-se dos brasileiros que foram estudar em Portugal, na Universidade de Coimbra, e que ao retornarem ao Brasil, graduados, recebiam dos demais habitantes este tratamento. Diferentemente dos ex-escravos, em sua grande maioria analfabetos, era comum que as famílias mais abastadas enviassem seus filhos para a Europa para que tivessem uma "formação adequada", já que no país as instituições de ensino superior eram limitadas tanto quanto à oferta de cursos tanto quanto à sua distribuição no território. Além do mais, estudar no exterior demarcava, desde essa época, status social. Fato é que esta formação diferenciada aumentava o grau de distinção entre os brancos "doutores", os pobres e os negros. A instituição escravista havia sedimentado subjetivamente a ideia de que o lugar social do negro era o dos dominados, cuja racionalidade deveria limitar-se à subalternidade. Não lhe era concebível a disputa por outro lugar.

É de um doutor de Coimbra que surge, ainda no século XVII, a primeira obra a abordar a questão do negro livre. O Padre Manoel Ribeiro e Rocha, nascido em Lisboa em 1687, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, teve um livro póstumo publicado em 1753, intitulado *Ethiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, Instruído e Libertado* (AZEVEDO, 1987, p. 53). Para o padre, essa liberdade estaria condicionada a algumas correções de seus vícios mediante instrução na doutrina cristã e nos bons costumes. Só assim poderia ser liberto. Em sua visão, "sem a interiorização da dominação pelo dominado, os negros continuariam a fugir e a ameaçar os interesses dos brancos, ou então permaneceriam cativos, porém como temíveis 'domésticos inimigos'" (RIBEIRO E ROCHA, 1753, apud AZEVEDO, 1987, pp. 54-55).

A aparição recorrente dos doutores de Coimbra na narrativa de Carolina é carregada de constatações que reforçam o lugar-comum destinado por estes aos ex-escravos, mesmo no século XX. Em *Diário de Bitita* temos passagens como: "Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição?" (JESUS, 1986, p.50); ou "(...) os doutores de Coimbra diziam que quem deveria estudar eram os filhos da classe predominadora, e não os que deveriam ser predominado; que o amo e o servo não poderiam ter sapiência igual" (Idem, p.41).

Os discursos referentes à inferioridade dos negros, reproduzido pelos doutores de Coimbra em Sacramento, cidade onde vivia Carolina, trazem em seus enunciados os traços das ideias vigentes no século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, pelos defensores de teorias pautadas na superioridade da raça branca, algumas delas já expostas nos capítulos anteriores. Quando voltavam ao Brasil, esses doutores reproduziam e adaptavam tais teorias às condicionantes nacionais. Abaixo, listamos alguns desses doutores e suas publicações editadas ainda no século XIX:

• Antonio Vellozo de Oliveira, paulista, formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Em 1810 ofereceu ao rei D. João VI uma "memória" que foi publicada em 1822 sob o título de Memória sobre o *Melhoramento de S. Paulo, Aplicável em Grande Parte a Todas as Outras Províncias do Brasil*, na qual apresentou sua tese sobre o horror que o brasileiro tinha ao trabalho, culpando, sobretudo, a presença de homens livres pobres, "obstáculos terrível ao progresso"; os índios que ainda viviam arredios e dispersos pelas matas; e os selvagens Africanos, cujo trabalho não compensava o investimento realizado pelos seus proprietários (OLIVEIRA, 1822, apud AZEVEDO, 1987, p. 38).

• João Severiano Maciel da Costa, o marques de Queluz, mineiro formado em Direito pela Universidade de Coimbra, publicou em 1821 uma obra intitulada *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição Deve Fazer; e Sobre Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar*. Nela, Costa questionava o tráfico e o sistema escravista, por considerá-los responsáveis pela "multiplicação indefinida de uma população heterogênea, inimiga da classe livre". Enfatizava também o modo de vida "sem moral, sem lei, em contínua guerra" dos africanos que "(...) vegetam quase sem elevação sensível acima dos irracionais...", mas que teriam sua "natureza bárbara" amenizada pelo bom tratamento que recebiam de seus senhores (AZEVEDO, 1987, p. 40).

• José Eloy Pessoa da Silva, baiano, bacharel em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra e brigadeiro do Exército, publicou em 1826 a obra *Memória sobre a Escravatura e Projecto de Colonisação dos Europeus e Pretos da África no Imperio do Brazil*. Crítico do sistema escravocrata, defendia sua abolição gradual, movido, notadamente, pelo medo das insurreições que assombravam o país. Defendia a imigração de trabalhadores livres europeus e mesmo africanos, desde que viessem da Costa

> Ocidental, onde a Inglaterra estava a civilizá-los. Os escravos eram apontados por ele como perigosos, inimigos e dotados de uma imoralidade que impregnava a sociedade (SILVA, 1826, apud AZEVEDO, 1987, p. 42).

Aos discursos formulados pelos "Doutores de Coimbra" somam-se outros que, entre reformadores e emancipacionistas, propunham projetos nos quais discutiam a possibilidade de abolição gradual tanto do tráfico quanto do sistema escravista, mas sem consenso sobre o destino do negro liberto. Dentre eles destacamos os discursos formulados por Francisco Antonio Brandão Jr e Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui.

> • Francisco Antonio Brandão Jr (maranhense, doutorou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas), publicou em 1865 a obra *A Escravatura no Brazil Precedida d'um Artigo Sobre Agricultura e Colonização no Maranhão* na qual propunha a abolição gradual, transformando os escravos em escravos da gleba que, mais tarde, poderiam se tornar colonos em regime de trabalho compulsório. Brandão propunha também que os quilombolas fossem aproveitados como colonos, ao invés de serem reprimidos e executados. (AZEVEDO, 1987, p.45).

> • Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (piauiense, doutor em Ciência Matemática e Naturais pela Escola Militar) defendia o retorno dos escravos à África. Publicou a obra *Memoria Analytica á Cerca do Commercio d'Escravos e á Cerca dos Males da Escravidão Domesticada* (1837), na qual apontava a situação opressiva vivenciada pelos negros no Brasil, cujo resultado configurava-se na formulação de uma raça de inimigos domésticos que objetivava exterminar seus opressores. Preocupado com a segurança da raça branca, sobretudo devido à inevitável abolição da escravatura em curso, Burlamaqui sugeria o retorno dos escravos à África (BURLAMAQUE, 1837, apud AZEVEDO, 1987, p. 43-44).

Se num primeiro momento os discursos reformistas associavam a libertação dos escravos à incorporação dos mesmos na demanda por trabalho livre mediante a possibilidade de sua fixação em propriedades rurais, ascendendo-o à condição de colono, ou foreiro, diante da confirmação de que sua inferioridade relacionava-se menos ao meio social no qual foi criado ou à sua humilhante condição de cativo, mas, sobretudo, a uma característica que lhe era biologicamente implícita, não havia porque querer que tais sujeitos compusessem a classe trabalhadora dessa nação em formação. Descartam-se então algumas das ideias que haviam sido formuladas, nas quais a aspiração à propriedade por parte dos negros relacionava-se a uma aspiração geral, comum a toda a humanidade (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1878, apud AZEVEDO, 1987, p.51). A abolição resultou então de um arranjo no qual o Estado passou a subvencionar a vinda de imigrantes para o país. Diante da valorização do escravo no mercado após o fim do tráfico negreiro, o que onerava o fazendeiro na aquisição de mão de obra, a abolição, sob essas condições, despontava como a "melhor opção".

As teorias, apoiadas em modelos científico-deterministas, coincidem com o amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa no país, como os institutos históricos, os museus etnográficos e as faculdades de direito e de medicina. Estas últimas dominavam cientificamente os argumentos formulados no país (SCHWARCZ, 1994) e disputavam entre si a hegemonia intelectual. No caso do direito, a disputa estabelecia-se entre as faculdades de Recife e de São Paulo. Embora partissem de argumentos não consensuais, pois nas escolas de Recife o argumento racial construiu-se pautado em teorias germânicas, enquanto as paulistas introduziram modelos relacionados ao darwinismo social, ambas escorregavam "da cultura para a natureza, do indivíduo para o grupo, da cidadania para a raça", quando se tratava de garantir certa hierarquia social (SCHWARCZ,

1994, p. 142). No caso das faculdades de medicina, a disputa se colocava entre a escola baiana, guiada pela antropologia criminal, e a carioca, voltada para questões higienistas. Na Bahia, cuja figura do médico maranhense Nina Rodrigues era proeminente, era o doente que deveria ser tratado, uma vez que degenerado pela miscigenação portava uma imperfeição hereditária; enquanto no Rio era a doença que deveria ser combatida através de uma "ditadura sanitária" (Idem, p. 145).

Fato é que os discursos, na transição do século XIX para o XX, independentemente de tomarem partido dos legisladores, dos médicos ou da igreja, legitimarão as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis pelos novos projetos políticos nos quais o conceito de *raça* continuava em negociação, transitando de um lugar para outro, mas sempre pela periferia.

A CONSTRUÇÃO DE UM LUGAR

Em meados do século XIX, um pintor de retratos de Massachussets (EUA), chamado Samuel Morse, transmitiu a primeira mensagem através do telégrafo elétrico: "Qual é a vontade de Deus?". Segundo Giddens (2005), ao fazê-lo, o pintor teria dado início a uma nova fase da história mundial. "Nunca tinha sido enviada uma mensagem sem que uma pessoa a transportasse ao seu destino" GIDDENS, 2005, p. 22). Apesar das inegáveis revoluções no meio técnico-científico, há de se imaginar que a disputa por sua apropriação tenha sido bastante assimétrica. Tanto que são poucas as exceções dentre os discursos do século XIX nas quais o negro, por exemplo, aparece em uma condição em que não tenha diminuída e/ou negada sua humanidade.

A formulação de narrativas, a legitimação e a difusão do conhecimento produzido por uma parcela significativa, embora marginalizada, da população, foi travada sem muito espaço ou visibilidade. Para entender os embates em torno da legitimação do discurso de Carolina, temos que entender que, obviamente, sua fala parte de um outro lugar, distinto, em quase todos os sentidos, daquele ocupado pelos doutores de Coimbra. Ela mesma distinguia-se dos "poetas de salão", como chamava os eruditos, e incluía-se no grupo dos "poetas do lixo", os quais considerava "idealistas das favelas", "um espectador que assiste e

observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo" (JESUS, 1960, p. 47). Do lugar de onde veio Carolina, os sinais gráficos foram apreendidos em meio a demonstrações de desafeto e menosprezo, como conta a escritora neste trecho no qual reproduz a fala de sua professora

> Os abolicionistas, vejam o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado toda essa gente repugnante de volta à África (JESUS, 1986, p.45)

Subvertendo o senso comum, Carolina afirmava que, a despeito de reações como essa, os negros tinham sim vontade de aprender a ler e possuíam interesses específicos

> O povo era revoltado porque seu sonho era aprender a ler para ler o livro de Castro Alves. Os negros adoravam o Tiradentes em silêncio. Se um negro mencionasse o nome de Tiradentes, era chicoteado, ia para o palanque para servir de exemplo. Para os portugueses, o Tiradentes era o secretário do diabo. Para os negros, ele era o ministro de Deus (JESUS, 1986, p.70).

A inserção no mundo letrado significava para Carolina a possibilidade de ascensão na hierarquia social, mas, muito além disso, dignidade e sobrevivência. Em passagem de *Diário de Bitita*, ela relata a dificuldade que muitos negros passavam quando precisavam de tratamento de saúde. Por não saberem ler, muitas vezes confundiam-se com as prescrições e os horários das medicações que, em alguns casos, resultava na morte do enfermo.

Ler também significava atualizar-se sobre as notícias que aconteciam no mundo. Ela admirava a figura do Senhor Manoel Nogueira, um senhor "mulato" de Sacramento que "passava o dia com os brancos porque era oficial de Justiça. Ao entardecer ele sentava à porta de sua casa, e lia o jornal *O Estado de São Paulo* (JESUS, 1986, p. 46) para os negros. Por isso, quando descobriu que conseguia finalmente ler, Carolina não se conteve

> Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão. Se se desajustarem na vida, poderão reajustar-se. Li: 'Farmácia Modelo'. Fui correndo para casa. Entrei como os raios solares.
>
> Mamãe assustou-se. Interrogou-me:
>
> - O que é isto? Está ficando louca?
>
> - Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler!
>
> Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre (JESUS, 1986, p. 154).

Seguido à leitura, a capacidade de escrever compunha então o atributo que lhe faltava para que pudesse, finalmente, tensionar sua presença no disputado mundo das palavras. Para Conceição Evaristo, se "o ato de ler oferece apreensão do mundo, o de escrever, ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe, a sua autoinscrição no interior do mundo" (2007). Em depoimento (2012), Conceição afirma que

> (...) quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado, né? A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. (...). Então eu gosto de dizer isso: escrever, o exercício da escrita, é um direito que todo mundo tem. Como o exercício da leitura, como o exercício do prazer, como ter uma casa, como ter a comida (...). A literatura feita pelas pessoas do povo rompe com o lugar pré-determinado[54].

[54] Entrevista de Conceição Evaristo concedida a Bárbara Araújo em 30 de setembro de 2010. In: ARAUJO, Bárbara. Conceição Evaristo: literatura e consciência negra. Disponível em http://blogueirasfeministas.com/2011/11/conceicao-evaristo/

Mas Carolina não estava totalmente sozinha nesta caminhada rumo ao restrito universo dos discursos. Houve outros que, assim como ela, também eram preteridos neste lugar, mas conseguiram adentrar e conquistar algum espaço através da construção de pequenas brechas, algumas das quais foram aqui mapeadas. Elas são interfaces importantes para essa possibilidade de compreensão da produção da cidade a partir de suas dobras, contrariando a lógica de invisibilização e pasteurização dos pobres que deslegitima trajetórias coletivas e individuais e apaga rastros historiográficos fundamentais para a reinvenção do presente. Dentre elas, destacamos a presença da imprensa negra, a escritora Maria Firmino dos Reis, o poeta Solano Trindade e a afirmação do samba como legítima manifestação cultural, além da presença, já citada no capítulo anterior, do pensamento e da produção de Abdias do Nascimento.

Antes mesmo do nascimento de Carolina, Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917), escritora pouco conhecida, publicou, ainda no século XIX, a obra *Úrsula*, em 1859, considerada o primeiro texto abolicionista da literatura brasileira, que também aparenta ser um dos primeiros romances escritos por uma mulher no Brasil. Nascida no Maranhão, publicou também, em 1861, o romance de temática indianista *Gupeva*; em 1887 escreveu o conto *A escrava*; e em 1871 publicou o livro de poesias *Contos à beira-mar*. Como apontam Andreatta e Alós (2013).

> (...) esta [publicação] é narrada a partir da perspectiva do escravo. Neste romance, a autora dá voz para que relatem, a partir de suas memórias (não só de sua terra natal, mas da travessia até chegar ao Brasil), a violência a que os escravos eram submetidos (ANDREATTA; ALÓS 2013, p.196).

Assim como Carolina, a escritora tinha bem nítido o lugar que era imposto a ela pela sociedade brasileira em meados do século XIX. No prólogo de Úrsula, livro lançado sob o pseudônimo "Uma Maranhense", a escritora anuncia seu livro da seguinte forma:

> Mesquinho e humilde, é esse que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance porque escrito por uma mulher e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida; o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2004, p. 13).

Ao publicar seu romance, Maria Firmina tensionou vários elementos da sociedade brasileira no final do século XIX. A escritora ultrapassou os limites do território privado, até então ambiente destinado ao feminino, lançando-se a público. Essa transgressão simbólica colocava em xeque os limites sociais acordados por uma sociedade conservadora e ainda escravocrata. Como apontam Andreatta e Alós (2013, p. 195) "escrever *Úrsula* significou um duplo movimento, que oscilou entre a realização da obra, enquanto arte, e o ato político".

Outra subversão é o lugar destinado ao escravo em sua obra. Nela, um dos personagens principais é um escravo negro, cuja vida e postura correta simbolizavam parâmetros de moralidade a serem alcançados por outro personagem, um homem branco. Em Maria Firmina, o escravo é o solidário, o que partilha da irmandade com os demais cativos e seus descendentes. O universo ao qual pertencem seus personagens é intimamente apresentado. Apesar de não haver muitas informações sobre a

vida pessoal da escritora, especula-se em torno de sua origem mestiça. Em seus textos, o tema da liberdade discorre a partir da relação estabelecida entre corpo e sujeito na fala do jovem escravo Túlio. Túlio clama pela liberdade de seu corpo, de toda a sua raça e afirma que sua intelectualidade é algo que não poderia ser aprisionada. Em trecho do romance ele fala

> Oh! A mente, isso sim ninguém pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê-se os areais sem fim da prática e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol queima e o vento sopra quente e abrasador: vê-se a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! [..] porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-os para a realidade, chorando, e o seu choro, só Deus compreende! Ela não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e chora; porque está ligada a ele na vida por laços misteriosos. (REIS, 2004, p.38)

Quando colocamos lado a lado a trajetória de vida de Maria Firmina e Carolina, percebemos que muitos são os pontos coincidentes. Ambas tiveram figuras femininas marcantes em suas vidas: no caso da mineira, a presença da mãe; e no da maranhense, a tia que a teria criado. Ambas tiveram acesso precário à educação, o que não impediu, no entanto, que Maria Firmina, além de ter seus textos publicados, também lecionasse para crianças em sua casa. Carolina teve suas obras traduzidas em 13 línguas. Assim como Carolina, Maria Firmina nunca se casou, mas ambas foram mães. Carolina teve três filhos de relacionamentos diferentes e Maria Firmina teria adotado duas crianças. As duas nasceram em cidades de pouca expressividade no cenário nacional, mas, ao contrário da mineira, a maranhense não se deslocou para outras

localidades e isso, diante do expressivo domínio nacional da cena literária do Sudeste, talvez também tenha contribuído para que suas obras não tenham recebido o relevo que lhe era devido. E como desfecho de suas vidas, ambas morreram pobres e quase no anonimato, ainda que Carolina tenha conhecido a fama nos anos 1960. Apesar do ineditismo da obra de Maria Firmina, só em 1970 ocorreu o lançamento de uma edição fac-similar de *Úrsula*, mas, ainda hoje, seu nome soa pouco familiar.

Também no século XIX, a Imprensa Negra começa a construir seus espaços de comunicação. Cabe enfatizar que, embora os espaços menos privilegiados da sociedade não sejam ocupados exclusivamente por negros ou mestiços, são eles que secularmente ocupam majoritariamente essa posição no Brasil. Por mais que a tese não se debruce exclusivamente sobre a demanda desse grupo social específico, na passagem do século XIX para o XX, já tematizada, o número de negros superava o número de brancos pobres e os discursos construídos em direção à manutenção de sua condição de subalternidade e "inferioridade" eram amplamente formulados e difundidos. Por isso, tensionar o lugar do discurso passa por tornar visível a existência de movimentos como o da "imprensa negra", que se coloca na disputa pelo direito de se fazer presente também nos lugares hierarquicamente privilegiados do discurso, das artes e da política.

No final do século XIX, não só a ciência, mas a imprensa tradicional também investia na direção da desqualificação da presença do negro na cidade, de forma, por vezes, macabra. Representados de maneira quase sempre negativa, não havia espaço nos jornais para a inserção dos anseios da comunidade negra. Em conto publicado no *Correio Paulistano*, em 1888, poucos meses após a abolição da escravatura, Artur Cortines expunha a história da chegada à cidade de Josefa, uma quituteira "feia e negra", e seu marido, o coveiro Manuel Congo. Após ser acolhido pelos moradores, o casal teria

envenenado uma jovem branca doente com suas "beberagens", mediante a promessa de curá-la. Após a morte da menina, eles teriam esquartejado e cozinhado o corpo, utilizando-o como recheio para os pastéis que, além de comercializados, foram ofertados para a mãe da falecida[55]. Para Azevedo,

> Além de nos dizer muito de como estavam sendo reavaliados socialmente os ex-escravos e seus descendentes, esta história pode ser compreendida como um pequenino lance dentro de uma estratégia abrangente de higienização do espaço urbano, que de um lado visava combater o curandeirismo e as práticas culturais afro-brasileiras e, de outro, procurava deslocar os negros das áreas centrais da cidade de São Paulo, onde resistia, poderosa, a igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, a despeito da desapropriação de seu cemitério e das circundantes moradias de negros, ocorrido a pouco mais de uma década (AZEVEDO, 1987, p. 19).

[55] O conto é analisado por Célia Maria Marinho de Azevedo em seu livro *Onda Negra, Medo Branco* (1987) e por Lilia Schwarcz em *Retrato em Branco e Negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987).

Se a disputa no meio literário podia desqualificar uma produção textual por não dominar os códigos estilísticos, estéticos e temas valorados pelos eruditos, na imprensa essa disputa ganhava contornos ainda mais perversos. Era esse o contexto no qual a "imprensa negra", como ficou conhecida, inventava espaços para circulação do discurso negro por meio de periódicos e jornais[56] específicos que marcavam presença, sobretudo, no Estado de São Paulo[57]. Até a década de 1930 surgiram expressivos títulos que, em um primeiro momento, estariam vinculados aos grupos abolicionistas e, posteriormente, aos militantes do movimento negro.

Como mostra Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) em sua dissertação de mestrado, é possível mapear, ainda na primeira metade do século XIX, a existência de uma imprensa negra brasileira, que teve à frente pessoas livres desde 1833, quando vigia o sistema escravista. Os documentos analisados pela pesquisadora trouxeram à tona representações "inversas, se não conflitantes" de momentos marcantes da história política, além de traçar estratégias argumentativas de denúncia e combate ao racismo. Identificava-se neles tentativas de empreender valores da democracia moderna, das ideias iluministas e liberais, "para colocá-los a serviço do combate à discriminação racial e do estabelecimento de uma democracia efetiva" (PINTO, 2006, p. 8).

---

[56] Dentre os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da imprensa negra, destacamos Roger Bastides, Miriam Nicolau Ferrara, Clóvis Moura, Ana Flávia Magalhães Pinto.

[57] O Arquivo do Estado de São Paulo disponibiliza em seu site 23 títulos de jornais e revistas da chamada "imprensa negra" brasileira publicados por várias vertentes do movimento negro no país durante as primeiras décadas do século XX. Dos jornais, estão disponíveis os seguintes títulos: *O Alfinete* (1918-1921), *Alvorada* (1948), *Auriverde* (1928), *O Bandeirante* (1918-1919), *Chibata* (1932), *O Clarim* (1924), *O Clarim d´Alvorada* (1929-1940), *Cruzada Cultural* (1950-1966), *Elite* (1924), *Getulino* (1916-1923), *Hífen* (1960), *O Kosmos* (1924-1925), *A Liberdade (*1919-1920), *Monarquia (*1961), *O Novo Horizonte (*1946-1954), *O Patrocínio* (1928-1930), *Progresso* (1930), *A Rua* (1916), *Tribuna Negra* (1935), *A Voz da Raça* (1933-1937), *O Xauter* (1916). Quanto às revistas, são duas: *Quilombo* (1950) e *Senzala* (1946). Podem ser acessados através de buscas nos sites http://www.arquivoestado.sp.gov.br/jornais e http://www.arquivoestado.sp.gov.br/a_revistas

Elisa Larkin Nascimento, em seu livro *O Sortilégio da Cor* (2003), traz elementos que contextualizam o surgimento dessas publicações no século XX. Os jornais tinham o intuito de agrupar os "homens de cor", dar-lhes o senso da solidariedade, "encaminhá-los" e educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade (NASCIMENTO, E., 2003, p.30). Os discursos tinham caráter tanto pedagógico quanto de protesto e direcionavam significativos esforços na ostentação de signos que poderiam conferir certo *status* social, enfatizando a necessidade da reprodução impecável pelos negros das normas de comportamento e sociabilidades vigentes, tendo como perspectiva sua aceitação pela sociedade. Para "melhorar o nível de vida" seria preciso também dominar o instrumental técnico e social exigidos para o "bom" desempenho profissional (NASCIMENTO, E., 2003, p.228). Segundo a autora,

> (...) [eles recusavam o] estereótipos de indolência, preguiça, criminalidade, deboche, falta de iniciativa – da inferioridade, enfim, do negro. Não é demais frisar que tais estereótipos gozavam do endosso das teorias científicas e das políticas oficiais da época baseadas na eugenia. Os jornais da imprensa negra condenavam o alcoolismo e faziam um apelo à moralidade e à dignidade nas relações sociais. Tal postura reflete a necessidade de afirmar, contra imagem estereotipada cultivada pelo racismo, outra limpa e positiva, de honorabilidade e polidez, para contrapor à imagem do negro como selvagem. (...) A postura é de projetar a igualdade em contraposição ao discurso racista, impor como incontestável a falsidade do estereótipo e assim recusar a inferioridade atribuída (Nascimento, E., 2003, p.227).

Não foi apenas a capital paulista que vivenciou o surgimento desses jornais. De Campinas, destaca-se: *O Bandeirante* (1910); *A União* (1918); *A Protectora* (1919); *O Getulino* (1919-1924), "um dos mais destacados jornais afro-brasileiros" (NASCIMENTO, 2003, p. 226); e *Escravos* (1935). De Piracicaba, *O Patrocínio* (1925-1930) sobressai com expressivos 50 números lançados.

Mas foi na capital paulista, de fato, que se concentrou a produção mais intensa da imprensa negra. Inventariamos algumas dessas publicações:

- *O Menelick,* criado em 1915 pelo poeta negro Deocleciano Nascimento.
- *Princesa do Oeste,* criado em 1915.
- *O Bandeirante – Orgam mensal de defeza da classe dos homens de cor*, criado em 1918.
- *O Alfinete*, criado em 1918.
- *A Liberdade*, criado em 1919. Em seu primeiro número definia-se como "mais um jornal para tratar da defeza dos homens de cor, quando no direito dessa defeza"[58].
- *O Kosmo*, criado em 1924.
- *O Elite*, criado em 1924.
- *Auriverde*, criado em 1928.
- *O Progresso*, 1931.
- *Promissão*, 1932.
- *Cultura, Social e Esportiva*, 1934.
- *A voz da Raça*, 1936: órgão oficial da Frente Negra Brasileira.

[58] Ver em NASCIMENTO, E., 2003, p.227.

Ainda integra o grupo, o jornal *O Clarim*, que mais tarde passaria a se chamar *O Clarim da Alvorada*, fundado em 1923 por Jayme de Aguiar e José Correia Leite. O jornal se destaca por reacender a memória das lutas dos antepassados e convocar a comunidade a organizar-se para dar-lhes continuidade (Idem, p. 230). Na mesma direção, *A Tribuna Negra, Pela união social e política dos descendentes da raça negra,* dirigido por Augusto P. das Neves e que tinha como secretário o escritor e poeta Fernando Góes. Em seu primeiro número, estampava uma homenagem a Luís Gama, principal líder abolicionista negro do século XIX.

Em trecho do "Manifesto à Gente Negra Brasileira", publicado no jornal *Clarim da Alvorada* em 1931, temos:

> A nossa história tem sido exageradamente deturpada pelos interessados em esconder a face histórica interessante ao Negro, aquilo que podia dizer a "negridade" da nossa evolução nacional; cessem, por conseguinte, os mitos, e [...] os excessivos louvores aos estrangeiros de ontem, italianos e companhia, e faça-se justiça ao Negro. (SANTOS, apud FERNANDES, 1978: 33-34)

Vale lembrar que a dificuldade na difusão desses periódicos limitava a circulação também das ideias. Os jornais tinham circulação restrita e inserção limitada aos pontos de concentração da comunidade negra. Eram distribuídos e vendidos pelos editores em suas casas ou eventos sociais específicos – mormente nos bailes das associações recreativas dos "homens de cor". A solidariedade étnica da comunidade negra foi o que viabilizou a existência dessa imprensa. Executados em tipografias artesanais, com textos elaborados por jornalistas e editores amadores, sem conhecimentos na área de diagramação ou impressão, a dinâmica das publicações era caracterizada pela escassez de recursos e improvisação (DOMINGUES, 2008).

Se tomarmos o ponto de vista de Lejeune (2010), que vê o ritmo acelerado de mudança dos meios de comunicação como fator que contribuiu para que muito mais coisas e pessoas tornassem-se visíveis ao longo dos séculos XX e XXI, é possível intuir que os processos de produção e difusão de informação, mesmo o amador, conseguiram, através deles, alcançar visibilidade inimaginável aos militantes da Imprensa Negra. No entanto, existe ainda hoje uma demanda por produção e difusão de informação que abarquem os assuntos de interesse de comunidades e grupos sociais específicos que continuam sem representação nas mídias de massa, a não ser de forma pouco comprometida, independentemente da tecnologia empregada.

Sabe-se que as narrativas produzidas pela literatura e a produção de informação a que se dedica a imprensa possuem naturezas distintas. Não se equivalem. Benjamin, em seu texto *O Narrador*, problematiza o que chama de "fim da narrativa". Nele, o autor afirma que "se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio" (BENJAMIN, 1993, p.203).

No entanto, nos é caro aqui sua inserção no campo das disputas discursivas estabelecidas, pois seu alcance e sua presença foram, e ainda são, definitivas nas construções e representações formuladas sobre quaisquer temas, sobretudo nas últimas décadas. Nesse sentido, as conexões aqui elaboradas não desconsideram que, embora próximas em alguma medida, tratam-se de diferentes tipos de produções: a narrativa literária e os variados formatos de registros e difusão de conteúdos produzidos a partir da apropriação das tecnologias de informação e comunicação, em seus variados tempos.

Essa aproximação justifica-se também quando pensada sob a ótica da hibridização das mídias, dos suportes e do quanto as elaborações estéticas contemporâneas estão atravessadas por elementos midiatizados. Em 2013, foi realizado no Sesc Santo Amaro a 1ª Mostra #Tuiteratura Mundial em língua portuguesa, em celebração à Tuiteratura (neologismo de *Twitter* + Literatura). A formulação, apesar de referir-se a uma associação entre o *microblog Twitter* e a literatura, atrai um grande número de autores, amadores e profissionais, que se dedicam a publicar poemas e micronarrativas cujas histórias possuem trechos costurados entre si por hiperlinks ou vinculam-se a obras literárias em processo de escrita[59].

O uso banal, corriqueiro, cotidiano dessas mídias e plataformas virtuais não caracteriza necessariamente essa dimensão artística. Existe uma intenção artística nas produções literárias, independentemente dos suportes e mídias utilizados, que pode estar ausente nas publicações de caráter meramente informativas. No entanto, no que tange à presença, à representatividade, à produção subjetiva, à construção de imaginários e disputas de poder, tais registros, e também as produções artísticas, se encontram num emaranhado de agenciamentos que conformam o campo dos discursos que tensionam a pauta da cidade.

A imagem da favela que os meios de comunicação reproduzem está, em geral, associada a espaços globalmente miseráveis, violentos e destituídos das mínimas condições de vida. Ainda que sejam espaços proletarizados, nos quais predominem, de fato, a presença da população em condições sócio-profissionais subordinadas e com reduzida escolaridade e com média e baixa renda familiar, não são justificáveis as homogeneizantes

[59] GARCIA, Toni. "Há nascido la 'tuiteratura'. *El País* - Cultura, 12 de maio de 2013. <http://cultura.elpais.com/cultura/2013/05/11/actualidad/1368297293_409130.html>

representações deles elaboradas (SOUZA E SILVA, 2003). Além do território, ao sujeito, o "favelado", é quase sempre negada sua individualidade. Ao invés de pessoas, são tratados pela mídia como "fenômenos", desumanizando assim os pobres.

Carolina, em *Quarto de Despejo* (1960), relata o momento em que o cinema se apropriou da favela do Canindé como cenário para as cenas do filme *Cidade Ameaçada*, de Roberto Farias. "O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado no rosto dos favelados." (JESUS, 1960, p.166) Enquanto acompanhava as gravações, Carolina refletia sobre esse inusitado movimento que despertou sentimentos difusos entre os favelados. Alguns temeram que a movimentação do filme chamasse a atenção das autoridades para a favela, de forma tal que poderiam resolver eliminá-la; outros sentiram-se insultados diante dos artistas e da equipe de filmagem que realizavam verdadeiros banquetes privados na hora das refeições, a despeito da realidade de escassez de comida vivida pelos moradores do Canindé; enquanto uns reclamavam ainda da sujeira que as filmagens deixavam no local. "Estes vagabundos vieram sujar a nossa porta" (Idem, p.177), registrou Carolina em seu diário, atribuindo a fala a uma moradora da favela. Os "vizinhos de alvenaria" também teriam se incomodado e invejavam o fato de os intelectuais darem "preferência aos favelados" (Idem, ibdem).

Houve revolta também pelo fato de o filme tomar como base a história real de um criminoso conhecido como "Passarinho", que "nem era da nossa favela" (Idem, p.166), diziam alguns moradores. No filme, o ladrão branco e charmoso, interpretado por Reginaldo Faria, comete vários assaltos pela cidade, tornando-se um dos bandidos mais procurados pela polícia. Nele, o Canindé é exibido como estereótipo do lugar a ser evitado: esconderijo de ladrões e morada de gente criminosa. É na favela que o personagem principal se encontra com os outros bandidos e arquiteta novos assaltos, rodeado por personagens

nada carismáticos e quase sempre bêbados. É lá também que acontece a cena de perseguição policial e o tiroteio no qual o bandido-herói protege sua amada, interpretada por Eva Wilma, depois que ela deixa sua vida simples, mas correta, para seguir seu amado. No final do filme, o bandido arrepende-se da vida de crime, é preso, mas o telespectador é convidado a compadecer-se do rapaz, pois sua companheira o aguarda grávida do lado de fora da prisão. Para a favela e para os demais bandidos, no entanto, não é esboçada nenhuma redenção.



A violência dos "territórios pobres" é tratada de maneira "espetacular", como um acontecimento "espontâneo", como afirma a professora da ECO-UFRJ Ivana Bentes em artigo denominado "O Copyright da miséria e o discurso sobre a exclusão" (2002). Para Bentes, as consequências mais visíveis desse discurso do "temor" foram o aumento da indiferença à origem da pobreza e às injustiças estruturais; a intensificação da segurança privada; maior repressão na tentativa de contenção das populações das favelas em seus próprios "guetos", constantemente sob vigilância; e o aumento das câmeras de vigilância direcionadas à defesa do patrimônio privado. Lejeune (2010) destaca a utilização da internet distinguindo-a do livro e da televisão, denominadas por ele como "mídias clássicas", pelo fato destes estabelecerem uma concorrência feroz em que os vencidos são eliminados e esquecidos. Para ele, na internet, os vencidos sobrevivem. A promessa de visibilidade projetada por Lejeune parece realizar-se em meio a um contexto no qual o avanço tecno-científico situa-se entre crises e utopias mobilizadas pelo capitalismo globalizado.

Sobre as relações entre tecnologia, informação e os "territórios dos pobres" - sejam estes favela, "periferia", comunidade, conjuntos, bairros populares ou cortiços -, embora distintos entre si e com especificidades próprias às condições em que estão inseridos nas diferentes cidades e região do país, observa-se diversas formas de realização em direção à construção de estratégias de visibilidade. São elaboradas, algumas vezes, de maneira autônoma, a partir de movimentos de difícil enquadramento, motivados por iniciativas individuais ou por grupos, sobretudo, de jovens que partilham do mesmo território; outras, por meio de projetos totalmente externos, elaborados por organizações não governamentais e instituições públicas e privadas, viabilizados através de editais, em que são executadas ações nas quais a "inserção" ou "capacitação" dos envolvidos circundam em torno da ideia de visibilidade. Essas duas possibilidades, muitas das vezes, mesclam-se em projetos combinados

Montagem a partir de cenas do filme Cidade Ameaçada, de Roberto Farias (1960), com Reginaldo Faria e Eva Wilma como atores principais, que teve a favela do Canindé como uma de suas locações. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=Si50AqhFxEY

FIGURA 17

através de parcerias, colaborações, patrocínio, etc. como nos casos de instituições de ensino superior que têm os territórios pobres como área de interesse e objeto de estudo, formatados principalmente como extensão universitária na qual "pretende-se" que ocorram trocas de saberes entre academia e "comunidade".

No que percebemos, nenhuma dessas iniciativas podem ser consideradas, pelo seu formato ou origem, como possibilidade nem de insurgência nem de captura, frente as relações secularmente construídas. A análise das especificidades desses arranjos, conjunturas e uma infinidade de outros fatores que tensionam essas ações, seria necessária para entendê-las no emaranhado de forças estabelecidas no cotidiano desses territórios.

Abordaremos algumas nuances de um caso específico, no qual as facilidades de acesso e manipulação das Tecnologias de Informação e Comunicação, articuladas com as redes social e territorialmente construídas, possibilitaram que outra narrativa da violência que se instaura nesses territórios fosse visibilizada. Em novembro de 2010, o jornal *Voz da Comunidade* alcançou destaque internacional ao narrar, de dentro de uma das comunidades que integram o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, através do seu perfil[60] no *microblog Twitter*, os bastidores da ocupação deste território pelas forças da polícia pacificadora. Fundado por René Silva e amigos quando tinha 11 anos, o perfil do jornal teve seus seguidores multiplicados e hoje concentra cerca de 180 mil seguidores[61]. Isso ocorreu após o "twittaço" realizado por René, que estava com 16 anos, e seus amigos. Durante os dias do conflito, as informações veiculadas no *microblog* pelos "jovens comunicadores" serviram de fonte para a imprensa tradicional e para a "mídia alternativa" e foram infinitamente reproduzidas.

Reprodução dos tweets do perfil @vozdacomunidade de novembro de 2010, quando ocorreu a ocupação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.
Fonte: https://twitter.com/vozdacomunidade

FIGURA 18

[60] @vozdascomunidades

[61] Dado conferido em 26 de fevereiro de 2014.



Voz da Comunidade @vozdacomunidade27 Nov 10

Acabei de ouvir 3 **disparos** agora! 23:40!!!



Voz da Comunidade @vozdacomunidade27 Nov 10

Mas o **tiroteio** é intenso aqui.



Voz da Comunidade @vozdacomunidade27 Nov 10

20:49 - **Tiroteio** intenso na grota! AGOOOOOOOORA!!! (via @IgorComunidade)



Voz da Comunidade @vozdacomunidade28 Nov 10

Atenção!!! RT @luizbacci: Moradores do Complexo do **Alemão** e entornos - evitem sair de casa nas próximas horas. É um pedido da **polícia**.



Voz da Comunidade@vozdacomunidade28 Nov 10 Acabei de confirmar num telefonema que moradores estão sem espancados, estao **quebrando** casas #**vozdacomunidade**

A geração 2.0 dobrou os cadernos-diários de Carolina, cujo sentido de servir de registro-testemunho do cotidiano de um território marginalizado permanece, mas assume outros contornos, suportes e interface. Esse distinto modo de transmissão da experiência formaliza-se em torno de uma linha do tempo infinita *(timeline*), fluida, etérea, fugidia e irrecuperável no decorrer dos anos, alterando, e mesmo anulando, a relação tempo-sedimentação desses discursos que se perdem no limbo da web, tornando escassas as possibilidades de retorno, recuperação e revisitação que os cadernos-diários de Carolina, produzidos há mais de cinco décadas, analógicos e precários, ainda permitem. Talvez, o que se ganha em possibilidade de acesso instantâneo em um, perde-se em acúmulo e em duração no outro. Em detrimento à narração secreta da vida privada, presenciamos a superexposição dos eventos cotidianos. Nos anos 2000 vivenciamos o *boom* das narrativas pessoais sendo produzidas praticamente em "escala industrial" por meio de *blogs, fotologs* e redes sociais, cuja publicização se dá instantaneamente, sem mediador, potencializada pela banda larga e intensificada pelas tecnologias móveis, incorporando variados formatos e linguagens (textos, imagens estáticas, vídeos).

Segundo Arfuch (2010), a "lógica informativa", vem sendo aplicada a todo o registro da vida e se tornando, ela mesma, a vida - ou a experiência da vida - um núcleo essencial de tematização. Esse processo teria aflorado em meados dos anos 1980, em um misto de euforia, gerada pela promissora abertura democrática[62], e desilusão, motivada por discursos apocalípticos acerca da perda do espaço público clássico diante da privatização da vida. Com a consolidação da democracia, no entanto, brotou uma demanda acerca do democratismo das narrativas. Essa pluralidade de

[62] A autora refere-se ao contexto político da Argentina, país de origem do recorte analisado. No Brasil, o período de abertura política também ocorre nos anos 1980, o que nos leva a supor que tais argumentos possam ser cabíveis também no contexto brasileiro.

vozes, identidades, sujeitos e subjetividades pareciam confirmar as inquietudes de algumas teorias: intensificavam-se os debates em torno do "fim da modernidade"; da dissolução do coletivo; do fracasso das utopias do universalismo, da razão, do saber e da igualdade; e colocava-se em xeque os grandes relatos legitimadores, as certezas e fundamentos da ciência, da filosofia, da arte e da política (ARFUCH, 2010, p17-19).

Proliferam-se assim os microrrelatos e cresce, então, uma obsessão por deixar impressões, rastros e inscrições que deem ênfase às singularidades e assegurem alguma (ainda que instável) visibilidade. Os diários virtuais que inundam a blogsfera[63] e suas variantes foram criados por um estudante de jornalismo de São Francisco (EUA) chamado Justin Hall, em 1994, o *vlog* Hall publicou em seu site, o *"Justin's Link"*, relatos do seu cotidiano, englobando do suicídio do pai a aventuras amorosas (MALINI, 2010). De lá para cá, a apropriação da rede para a publicização da vida íntima não para de crescer.

Voltando a René Silva, do Complexo do Alemão, destaca-se que após ganhar grande visibilidade com seu perfil no *Twitter*, o rapaz tornou-se popular e sua presença na mídia e em eventos organizados por famosos passou a ser frequente. Em 2011 recebeu três prêmios: na categoria "Inovação" do Prêmio *Shorty Awards*, que honra as melhores pessoas e organizações no *Twitter* e mídias sociais; o "Prêmio Faz Diferença", concedido pelo jornal *O Globo*; e, em São Paulo, o prêmio "Jovens Brasileiros", apoiado e patrocinado por grandes empresas nacionais e internacionais. No mesmo ano, foi também apontado pela revista *Época* como um dos 100 brasileiros mais influentes do país. Em 2012, palestrou em Harvard e Nova Iorque e integrou o seleto grupo de convidados que foi a Londres com o Comitê Olímpico Brasileiro trazer a tocha olímpica para o Rio de Janeiro.

---

[63] Blogsfera é o termo coletivo que compreende todos os *weblogs* (ou blogs) como uma comunidade ou rede social.

Se é fato que turbulências e flutuações são próprias da inflexão (DELEUZE, 1991, p. 33), a curva projetada por René, capaz de mobilizar a atenção de milhares de pessoas para aquele território em disputa, constituiu em sua continuidade dobras sobre dobras, cujas trajetórias, ainda em movimento, apontam para desenhos que, em alguma medida, remetem àquele acionado por René como denúncia em seu *microblog*, mas com relativa autonomia para distanciar e mesmo tornar-se outra coisa. Após a fama, René estabeleceu uma sólida parceria com a Rede Globo de Comunicações: em 2012, foi um dos colaboradores da autora Glória Perez nas pesquisas sobre os modos de vida dos moradores do Complexo do Alemão, no qual a novela *Salve Jorge*, escrita por ela, seria ambientada. Na ocasião, o próprio Alemão transformou-se em set de filmagens durante as gravações da novela.

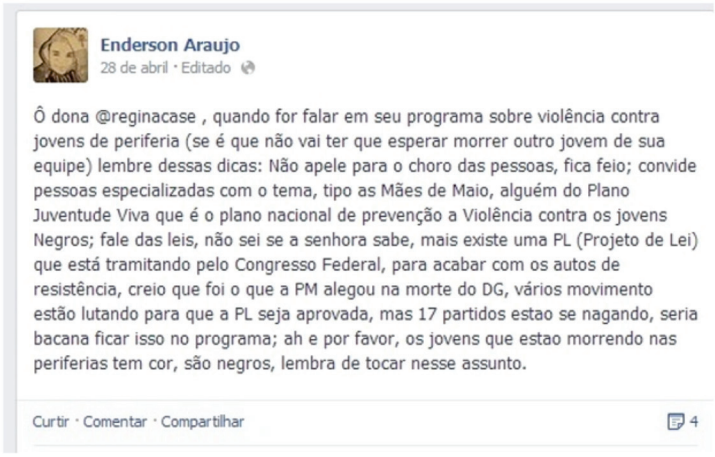
René passou a colaborar também com a equipe do programa *Esquenta*, apresentado por Regina Casé, que divide opiniões quanto a forma com que aborda a periferia, representada e tematizada. Por um lado, existe uma crítica em defesa do programa que enaltece a criação na mídia de um espaço de visibilidade, no qual os sujeitos que sempre foram incorporados pelos meios de comunicação de forma pejorativa, assumiram uma centralidade e protagonismo que há muito lhes era negado. Por outro, é forte também a crítica que acusa a rede de televisão de confinar a discussão sobre a representatividade a um programa que distorce o discurso da diversidade reforçando estereótipos, descolando, de forma rasa e superficial, movimentos e composições esteticamente complexas, consumidas e expostas como exoticidades, para além da nociva relação estabelecida entre a emissora e os representantes das políticas de repressão policial instaladas nas comunidades "pacificadas" (UPPs), cuja atuação a rede de comunicação enaltece.

Em abril de 2014, após assassinato de um dos dançarinos do programa, o "DG", por policiais da Força de Pacificação, os contornos dessa abordagem televisiva foram expostos em meio a acusações que vão desde a espetacularização da morte do jovem pela apresentadora à anulação do discurso dos familiares e da comunidade contrários à ação da UPP. A apologia ao Programa de Pacificação ganha relevo com o surgimento de denúncias sobre as manobras realizadas pelo programa através de edição e subtração de trechos nos quais ficariam evidentes reações negativas da plateia frente a presença ostensiva da polícia nas comunidades, além da utilização de estratégias apelativas com o intuito de provocar comoção no telespectador, romantizando a figura do agente repressivo. No programa que foi ao ar em janeiro de 2013, debutantes provenientes de algumas das 28 comunidades pacificadas dançaram valsa com policiais das unidades pacificadoras, fabulando assim uma fictícia harmonia entre comunidade e policiais.

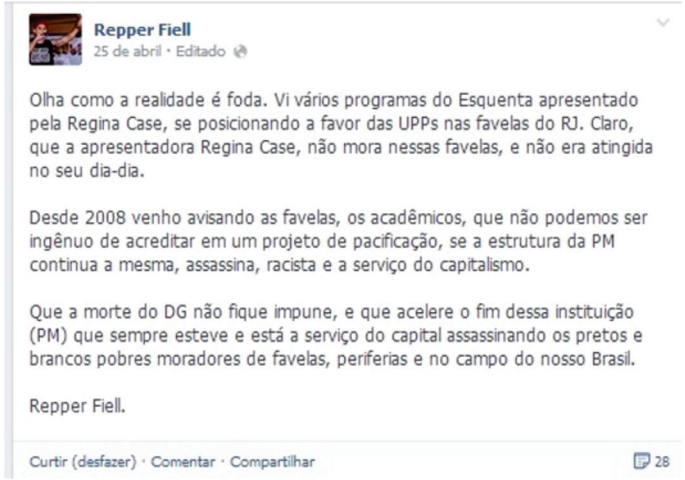
Nas redes sociais não foram poucas as críticas que o quadro recebeu, originadas, sobretudo, desses novos narradores plurais - escritores, blogueiros, comunicadores, produtores, ciberativistas, artistas e pensadores de periferias – que através de suas "escrevivências" proliferam discursos que se formaram mais com as ruas do que com a Academia. São figuras como o rapper Fiell, do Morro Santa Marta (RJ), e o fundador do jornal *Mídia Periférica*, Enderson Araujo, de Sussuarana (Salvador-BA). Ambos são bastante ativos nas críticas que tecem sobre a criminalização dos moradores das favelas e a violência policial que incide sobre esses territórios. Utilizam-se, principalmente, da rede social facebook como principal veículo de comunicação e difusão de seus discursos e são seguidos por milhares de pessoas.

No caso da morte do dançarino DG, Enderson criticou a apresentadora por "apelar" para o choro e se esquivar de tratar o assunto com a densidade necessária, citando a ausência de pessoas e instituições que lidam diariamente com tais questões, como as Mães de Maio. Já o rapper Fiell, criticou o apoio irresponsável dado pela apresentadora à presença das UPPs nas comunidades antes da morte do dançarino.

[19]



[20]



Chama atenção o fato desses novos narradores terem constantemente seus discursos e suas vidas sob ameaça. Defensor da democratização da mídia, o Repper Fiell foi vítima, em 2012, de um movimento de repressão às rádios comunitárias desencadeado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro em parceria com a Anatel. Ele foi detido devido ao funcionamento de uma rádio no Morro Santa Marta, operada desde 2010 com equipamentos doados pelo músico Marcelo Yuka. No caso de Enderson, por ter divulgado um vídeo que registrava abusos cometidos por policiais na comunidade de Sussuarana, em Salvador, às vésperas do carnaval de 2015, recebeu várias ameaças e teve que deixar a cidade sem revelar seu destino.

Apesar das tentativas de silenciamento, aos poucos esses narradores vão contribuindo para uma nova configuração do dizível e do visível, de onde emergem histórias que não necessariamente reproduzem a forma de pensar e de discursar sobre estes territórios elaboradas por outros, externos a eles. O twittaço de René trouxe para a visibilidade o conflito a partir de quem tem como seu território, simbólico e efetivo, a fronteira (HAESBAERT, 2014). Seu registro-denúncia conseguiu transpassar os limites físico-territoriais e políticos que encerram e confinam o Complexo, aproximando-o, através de sua ação, ao resto do mundo. Trata-se da conquista da mobilidade da produção no deslocamento por entre espaços luminosos e opacos.

Longe de ser regular e estável em seus desdobramentos, a pauta da periferia não ficou imune aos atravessamentos proporcionados pelo apoio do aparato midiático de massa e das grandes empresas. Os *tweets* do *Voz da Comunidade*, em determinados momentos, passaram a aproximar-se mais dos veículos de comunicação tradicionais do que daquele movimento de inflexão realizado em 2010. Não se trata, no entanto, de assumir "lados", apontar ou condenar condutas e desqualificar atuações, quando o objeto-tema de enfrentamento diário é a fragilidade da própria vida. A mobilização do discurso

[19] Crítica feita por Enderson Araujo, do jornal Mídia Periférica (Salvador-BA), ao programa Esquenta após assassinato do dançarino DG, em seu perfil na rede social facebook (abril, 2014). Fonte: www.facebook.com/enderson.nato?fref=ts.
[20] Crítica feita pelo rapper Fiell ao programa Esquenta após assassinato do dançarino DG, em seu perfil na rede social facebook (abril, 2014). Fonte: www.facebook.com/repperfiell

FIGURAS 19/20

para apoio e "validação" da intervenção "pacificadora", assim como o auxílio na promoção de ações executadas tanto pelos militares quanto pela grande mídia, sobretudo a Rede Globo, não pode ser enxergada descolada da presença cotidiana da violência e da morte, e de um desejo de superação e transformação idealizado no interior de um avassalador e sedutor sistema capitalístico-neoliberal produtor de subjetividade.

Foi nesse contexto que o *Voz da Comunidade* auxiliou na promoção, apoio e divulgação do "Primeiro Baile da Proximidade da UPP no Alemão", em fevereiro de 2013, promovido pela Unidade de Polícia Pacificadora. O baile funk, assim como a realização de qualquer evento sócio-cultural, de festas de casamento a aniversário de crianças, havia sido proibido não só no Alemão, mas em todas as comunidades pacificadas desde 2007, quando implementada a Resolução 013 pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. O fato de a resolução ter regulamentado o Decreto nº 39.355, de 24 de maio de 2006, totalmente apartado de instâncias como a Secretaria de Cultura, por exemplo, indiretamente deixa transparecer que, diferentemente de outros territórios da cidade, nas "comunidades" as atividades artísticas são entendidas como caso de polícia, e não como cultura.

Desdobrando as relações cultura-polícia nos territórios marginalizados pela sociedade, observa-se que já estavam lá colocados, desde o início do século XX, a disputa e a criminalização das atividades culturais. A proibição/criminalização do funk atualiza em alguma medida a proibição/criminalização do samba. A movimentação em torno do samba foi contemporânea à Carolina. Quando surgiu no Estácio, oficialmente, a primeira escola de samba do Brasil, em 1928, a *Deixa Falar*, Carolina tinha 14 anos. Fundada por artistas como Nilton Barros, Ismael Silva, Silvio Fernandes, Brancura, dentre outros, a história do surgimento da escola foi

tema do livro *Desde que o samba é samba*, publicado em 2012 por Paulo Lins, autor do aclamado *Cidade de Deus* (1997). Nele, o autor explora o lugar do samba enquanto um gênero musical nascido nos morros, na "zona", nos terreiros e nos botequins, que fez transbordar a presença negra para os espaços públicos da cidade através de movimentos (in)tensos de negociação.

Em *Casa de Alvenaria*, Carolina conta da relação e do espanto de um taxista ao leva-la na favela:

> Quando chegamos na favela o motorista ficou horrorizado. O seu olhar percorria de um local ao outro. Exclamou:
>
> - Credo, que lugar! Então é isso que é favela? É a primeira vez que vejo favela. Eu pensava que favela era um lugar bonito, por causa daquele samba:
>
> Favela, oi, favela
>
> Favela que trago no meu coração...
>
> Mas haverá alguém que traz um lugar dêsse no coração? (JESUS, 1961, p.21)

Nas desdobras desse samba-acontecimento identificamos Carolina-sambista. Em 1961 ela lançou um "LP" homônimo ao livro *Quarto de Despejo*, no qual é compositora e intérprete de todas as 12 canções (6 no lado A + 6 no lado B). Já em seus textos, Carolina apontava o silenciamento da batucada na favela diante do aumento das dificuldades financeiras dos moradores:

> Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958 a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extingui-se (JESUS, 1960, p.32).

Apesar do texto até aqui aproximar os discursos produzidos nos diferentes territórios pobres, é fato que os processos, temporalidades e inserção de cada um deles na cidade particularizam suas existências e incidem sobre os discursos produzidos, sejam eles narrativas literárias, musicais, audiovisuais e mesmo publicações informativas e sem intenções estéticas. Quando Carolina lança seu LP, Audálio Dantas, em texto de apresentação na contracapa do álbum, afirma que seria "difícil imaginar a música na favela do Canindé". Diferentemente do morro carioca, qualificado pelo jornalista como *lócus* de uma "miséria mais arejada", de onde o samba nasce "bonito e autêntico", não haveria melodia possível que pudesse ser produzida na "infeliz (mais do que outra) favela do Canindé, atolada na lama de beira-Tietê" (DANTAS, 1961). Carolina é apresentada então como um "milagre", cuja voz, na opinião de Audálio, não poderia se comparada à "voz de nenhum rouxinol", mas à voz do povo, sendo por isso um documento importante.

No que diz respeito à espetacularização, samba e funk aproximam-se apesar de pertencerem a diferentes temporalidades do processo de construção, consolidação e intervenção nas favelas brasileiras. Da década de 1920, quando surge oficialmente a primeira escola de samba, aos megaespectáculos televisionados transmitidos ao vivo com alcance global, incidiram variados movimentos que alteraram e complexificaram a curvatura produzida por seu surgimento enquanto ponto de inflexão vinculado à criação estética própria e particular do território da favela.

O samba, enquanto estilo musical, passou pelo reconhecimento atribuído a ele tanto por músicos famosos e artistas de vanguarda quanto pelo Estado, ainda que o reprimindo, sob o argumento de "organização da desordem" (SANTOS, 2004, p. 130). Em alguma medida, a movimentação em torno dessa manifestação artística tornou o território-favela mais poroso, admitindo, ao menos no discurso nacionalista, a relevância de sua existência, agregando a ela elementos de valor que reverberariam para sua permanência na estrutura urbana da cidade.

O funk, cuja origem remonta a espaços de produção e fruição improvisados na sala/quarto de casa e em quadras poliesportivas da favela, conjugando gambiarras tecnológicas com experimentações estéticas inventadas a partir de colagens e sobreposições, tem seu auge na década de 1990, já como dobra da dobra efetuada pelos movimentos norte-americanos de *funk e charme*. A favela do baile funk é definitivamente mais densa que a do samba, com conflitos de ordens mais diversas do que aqueles da década de 1920, em um território mais "equipado", no entanto, insuficiente diante do contingente que a ocupa.

Voltando para o caso do Alemão e para a resolução 013, chama atenção que apesar de proibido nas comunidades o baile da zona sul continuou acontecendo. Esse nicho de mercado, extremamente centralizado, movimenta, assim como o mercado do carnaval, significativas quantias concentradas na mão de poucos empresários.

Para Ivana Bentes (2012), o discurso em torno do reconhecimento atual da favela enquanto território pertencente à cidade "é bipolar e esquizo". Ao mesmo tempo em que a cultura da favela e da periferia é folclorizada enquanto um elemento importante na composição da riqueza cultural do país, ela é também tratada como criminosa e violenta. Paralelamente, existe uma euforia em torno da descoberta desses grupos sociais enquanto consumidores:

> Quando esses grupos sociais passam a consumir, acontece uma coisa bem perversa no capitalismo brasileiro publicitário, que é a inclusão visual. Então os negros, jovens e essa periferia legal, que aparece na publicidade, no consumo de aparelhos de telefone, de tecnologia, ou seja, ele é reconhecido como consumidor, mas é excluído dos direitos básicos da cidadania. 'Você me interessa enquanto consumidor, mas não como cidadão'.[64]

A "descoberta" desse novo mercado de consumidores está diretamente relacionada a políticas públicas e estratégias de crescimento da economia nacional, adotadas pelo Estado, sobretudo na última década. Chama atenção que concomitantemente a tais processos foi sendo elaborado um discurso oficial pautado na existência de "uma nova classe média": "Antigas famílias pobres melhoraram tanto sua renda que deixaram a pobreza e ingressaram na classe média" (BRASIL, 2012b, p.16). Tendo esse argumento como centro de sua narrativa, foi apresentado em setembro de 2012, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o projeto *Vozes da Classe Média*[65], em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

[64] Fala de Ivana Bentes, professora da ECO-UFRJ no TEDx "Periferia Global: Rio de Janeiro, cidade laboratório. Disponibilizado pelo canal TEDx Talks no Youtube em 05/04/2012 < https://www.youtube.com/watch?v=w8GApyhcIzI>

[65] Posteriormente, o nome do projeto alterou-se para "Vozes da [nova] Classe Média".

> De 2002 a 2012, ascenderam da classe baixa (pobres e vulneráveis) à média 21% da população brasileira, enquanto da classe média para a classe alta ascenderam 6%, daí o resultado líquido de um crescimento de 15 pontos percentuais no tamanho da classe média (BRASIL, 2012a, p.14).

Em outro trecho do documento temos que

> Ao longo da última década, o crescimento na renda das famílias brasileiras não foi neutro. Isso significa que alguns grupos experimentaram maior incremento de renda do que outros. Os mais favorecidos foram justamente os pobres (BRASIL, 2012b, p.15).

O projeto foi apresentado como uma oportunidade para aprofundamento do conhecimento sobre essa população em ascensão econômica, vinda das camadas mais pobres do país. Até o momento (junho/2015), o projeto lançou quatro publicações: *Vozes da Classe Média: É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas* (setembro, 2012); *Vozes da Classe Média: Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade* (novembro, 2012); *Vozes da [nova] Classe Média: Empreendedorismo & classe média* (abril, 2013); e *Vozes da [nova] Classe Média: Classe Média e Emprego Assalariado* (agosto, 2013).

De acordo com os dados apresentados nas publicações, a estimativa era de que em 10 anos (entre 2002 e 2012), 35 milhões de pessoas iriam entrar na classe média, passando de 38% da população, em 2002, para 53% em 2012, tomando como parâmetro pessoas que viviam em famílias com renda per capita entre R$ 291 e R$ 1019 (em abril de 2012)[66].

[66] Todos os dados apresentados foram extraídos das publicações do projeto *Vozes da (Nova) Classe Média* (BRASIL, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b)

Em 2012, somavam mais de 100 milhões de brasileiros nessa categoria. Para analisar essas informações, o projeto dividiu a sociedade brasileira em três grupos homogêneos, tendo como único critério a renda familiar per capita, justificando-se na propensão à vulnerabilidade desses grupos à pobreza. São definidas assim as três classes: classe baixa (renda per capita inferior a R$291/mês), média (renda per capita entre R$291 e R$1.019/mês) e alta (renda per capita acima de R$1.019/mês). Aqueles que apresentam um rendimento mensal per capita inferior a R$ 162,00 são considerados abaixo da linha da pobreza (não inclusos em nenhumas das três classes anteriores). O dito crescimento da classe média apresenta quatro determinantes de crescimento:

> 1) a transformação demográfica, baseada no aumento dos membros adultos e na redução do número de crianças nas famílias, que corresponde a 20% do crescimento da classe média;
>
> 2) a transferência de renda públicas para as famílias, através da criação de Programas como o Bolsa Família e a previdência rural (entre outros), responsável por 30% do crescimento da classe média;
>
> 3) o crescimento da porcentagem de adultos ocupados passando de 60% para 64%, correspondente a 10% do crescimento da classe média;
>
> 4) e o principal responsável dentro os quatro fatores, o ganho da produtividade, correspondente a 40% do crescimento total da classe média, aumentando a remuneração média dos trabalhadores ocupados em 1,7% ao ano.

Nas quatro publicações do projeto, esses argumentos são expostos detalhadamente, além de analisadas pesquisas desenvolvidas por órgãos como o IPEA, IBGE, Confederação Nacional das Indústrias e o instituto Data Popular, principal articulador do projeto. No entanto, cabe ressaltar que tais informações aparecem expostas de forma questionável, tendenciosa, utilizando-se de gráficos distorcidos, comprometendo assim a compreensão do leitor.

Destaca-se também o fato de que, embora o projeto declare como objetivo principal conhecer essa nova classe média para elaborar políticas específicas para este segmento, os documentos apontam em outra direção. Eles assemelham-se muito mais aos manuais ou "guias" para investidores que pretendem incluir essa "nova classe média" em seu rol de consumidores do que a documentos nos quais haja espaço para a emergência das demandas oriundas dessas "novas vozes". Como consome essa fatia da população parece ser seu principal foco (BRASIL, 2012b, p.53).

A discussão de classe e da própria estrutura social é atropelada por uma leitura meramente economicista - e duvidosa -, balizada unicamente pelo critério da renda. Não problematiza os embates existentes no interior desses grupos, pasteuriza as diferenças e tenta, a todo custo, construir uma ideia de "igualdade" que é irreal.

> [...] os maiores destaques ficaram para os grupos que representam a população negra, a área rural, as pessoas com nível fundamental incompleto ou sem escolaridade e os ocupados informais. Pode-se ver, também, que esses eram os grupos que tinham menor tamanho da classe média em 2002. A maior expansão da classe média nesses grupos aproximou-os dos demais e da média brasileira, diminuindo as desigualdades socioeconômicas no Brasil (BRASIL, 2012b, p.39).

Em detrimento à problematização e aprofundamento dos dados analisados, o documento opta pelo uso de estratégias marqueteiras com o intuito de construir um imaginário de igualdade em torno dessa nova classe média, através de expressões como "[...] se tivéssemos que escolher uma classe para representar a grande heterogeneidade brasileira, a resposta seria, sem dúvida, a classe média" (BRASIL, 2012, p. 43), ou, como registrado em outro trecho do documento

> [...] de maneira geral os grupos socioeconômicos que mais cresceram na classe média foram aqueles que tinham menor representação nesse segmento em 2002. Assim, em 2012, temos uma classe média mais equilibrada, com maior representatividade de cada um dos diferentes grupos socioeconômicos brasileiros e, portanto, quase tão heterogênea quanto o Brasil (BRASIL, 2012b. p.42).

A pasteurização dos problemas historicamente construídos em prol da demonstração de um "equilíbrio" forjado resulta em contribuições rasas que corroboram para a manutenção da hierarquia social: a classe alta continua composta majoritariamente pela população urbana, branca, residente no sudeste do país, com nível superior completo, formalmente empregada. Dados como os referentes à questão racial são superficialmente apresentados e deslocados, ocultando o fato de que tal grupo só é maioria nesse processo de ascensão porque são secularmente os mais pobres, atingidos por violentos e criminosos processos de exclusão. O documento assegura que

> [...] de cada 100 pessoas que entraram na classe média, 75 eram negras e 25, brancas. A entrada maciça de negros na classe média fez com que a participação desse grupo na classe média brasileira subisse de 38%, em 2002, para 51%, em 2012 (BRASIL, 2012b, p.23).

Percebe-se que é intencional a construção desse discurso sem conflitos, cujo alvo está direcionado para um mercado afoito para lucrar com a ascensão econômica dessa população. O texto de Renato Meireles (diretor do Instituto Data Popular) no volume 2 da publicação revela mais claramente essa preocupação

> O acesso ao crédito e a descoberta de um universo de consumo possibilitou aos negros e brancos da classe média, uma ascensão econômica que embora esbarre em alguns valores arcaicos adquiridos pela elite, começa a ganhar fôlego e, finalmente, encontrar o seu lugar (BRASIL, 2012b, p.54).

Em nenhum momento o documento explora a crise do crescimento vivenciado no país na década de 1990, ou o compromisso político de crescimento do país assumido a partir de 2004, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Esse crescimento econômico se deu, no entanto, sem aumento produtivo, mas ocupando a capacidade ociosa da própria estrutura produtiva subutilizada pela crise dos anos 1980 (POCHMANN, 2012). Melhorar a distribuição de renda na base da pirâmide significou criar um mercado consumidor que fizesse a roda da economia girar. Dessa forma "todos" foram beneficiados, embora de forma assimétrica. Existem alguns sinais que apontam, no entanto, para os limites desse modelo de crescimento. A capacidade ociosa está praticamente esgotada e ainda existe um contingente de 40 milhões de pessoas a serem incluídas pelo "mercado", considerando o mote do projeto *Vozes da (Nova) Classe Média* (POCHMANN, 2012).

Em nenhum momento o projeto questiona também o fato de 94% dos 22 milhões de empregos criados serem em cargos cujo rendimento é de até 1 salário mínimo e meio e em postos de trabalho que não possuem plano de salário ou possibilidades reais de promoção vinculadas ao aumento da escolaridade. Trata-se da ampliação de postos terceirizados, temporários, prestadores de serviço, etc. cujas relações trabalhistas são frágeis e precárias (BRAGA, 2012). É notável a ascensão econômica da população pobre e esse é um fato que merece ser celebrado, mas, para além do consumo, e diante da precarização do trabalho, o que pode ser apontado como possibilidade para essa nova periferia trabalhadora assalariada?

No campo dos discursos, seja do Estado, da mídia, das artes ou de instituições, o que se viu, desde Carolina, oscila. Mas como potência, é notável e perceptível a ascensão em direção à legitimação dos discursos produzidos pelos "novos" sujeitos e as conquistas que apontam para diversas direções, como a institucionalização do conhecimento a partir da criação de institutos como o IPEAFRO, Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, fundado por Abdias do Nascimento em 1981, e o Geledés- Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988 por Sueli Carneiro. O IPEAFRO tem sua sede no Rio de Janeiro e atua na "recuperação da história e dos valores culturais negros, no sentido de assegurar o respeito à identidade, integridade e dignidade étnica e humana da população afro-brasileira"[67], através de fóruns, cursos, pesquisas, exposições, publicações, memória e patrimônio. O Geledés é

[67] Informações disponíveis no site do Instituto: http://ipeafro.org.br/

> (...) uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.[68]

O instituto mantém também o Portal Geledés (geledes.org.br/), um

> (...) espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente e de seus compromissos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, e a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade.[69]

Faz-se notar também o fortalecimento da mídia negra e periférica e a proliferação de jornais comunitários produzidos por uma geração de jovens comunicadores. Para além do já citado Jornal *Voz da Comunidade* (Complexo do Alemão, Rio de Janeiro), destacam-se o *Mídia Periférica* (de Sussuarana, Salvador) e o *Fala Roça* (da Rocinha, Rio de Janeiro). A inserção da periferia na disputa pela produção cultural passa tanto por projetos autônomos quanto pelos mediados por ONG's e instituições, como a Agência Redes para Juventude, coordenada por Marcus Faustini, e Observatório das Favelas, coordenada por Jailson de Souza, professor da Universidade Federal Fluminense.

---

[68] Informação extraída da seção "Geledés - O que fazemos", disponível no Portal Geledés: http://www.geledes.org.br/geledes-o-que-fazemos/#axzz3Z0OV6W9r

[69] Idem nota 68

[1] Campanha de Ano Novo da ONG Avenida Brasil que atua em diversas comunidades populares no Rio de Janeiro. Fonte: https://www.facebook.com/escolalivreda.palavra/photos;

[2] Contracapa do LP *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus (1961) Fonte: acervo autora;

[3] Paulo Benjamim de Oliveira (Paulo da Portela), Heitor dos Prazeres, Gilberto Alves, Alcebíades Barcelos (Bide) e Armando Marçal. Entre os sambistas, alguns dos fundadores da Escola de Samba Deixa Falar, 1ª escola de samba do Brasil (s/d). Fonte: http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/files/2011/03/Paulo-Heitor-Gilberto2-460x313.jpg ;

[4] René Silva com famosos em diversos momentos de 2011. Imagens postadas em seu perfil na rede social facebook. Fonte: https://www.facebook.com/ReneSilvaSantos?fref=ts;

[5] Imagem do programa Esquenta de janeiro de 2013. Debutantes de comunidades pacificadas dançam valsa com policiais das UPPs. Fonte: perfil do coletivo Mariachi na rede social facebook <www.facebook.com/coletivomariachi;

[6] Registro do Baile Funk realizado pela UPP no perfil da rede social facebook do jornal Voz da Comunidade. Fevereiro de 2013. Fonte: https://www.facebook.com/vozdascomunidades?fref=ts;

[7] Imagem de divulgação da novela Salve Jorge. Fonte: www.globo.com;

[8] Enderson Araujo, criador do jornal Mídia Periférica, em Sussuarana, Salvador. Fonte: imagem publicada em seu perfil no facebook: https://www.facebook.com/enderson.nato?fref=ts

[9] Carolina, na favela do Canindé às margens do Rio Tietê (s/d). Fonte: http://www.livrosepessoas.com/tag/carolina-maria-de-jesus/

Conexões visuais 03.2
A construção do lugar
[fragmentos]

FIGURA 21

CONEXÕES VISUAIS 03.2: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR [FRAGMENTOS]



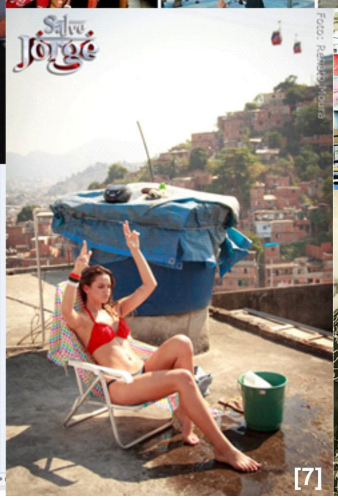














REINVENTANDO O DISCURSO

A informação tinha para Carolina um papel importante. Era através dela que a escritora se situava no mundo. O jornal, em muitas passagens de seus textos, ocupa um lugar privilegiado no universo das palavras. Poder ler as notícias era algo que a motivava e impulsionava seu aprendizado da leitura: "Que inveja que eu tinha quando via o doutor Cunha lendo um jornal. 'Hei de ler o jornal, se Deus quiser'. E fiquei alegre" (JESUS, 1986, p. 112). Posteriormente, já alfabetizada, ela repetia o feito de seu Manuel Nogueira, lá de Sacramento. Ela passou a ser a pessoa que podia recontar histórias, trazer notícias, comunicar e conectar mundos. Na favela do Canindé, era em torno dela que as mulheres se aglomeravam para ouvir as notícias: "Hoje eu estou lendo. E li crime do Deputado de Recife, Nei Maranhão. (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir. Elas ficaram revoltadas e começaram a chingar o assassino. " (JESUS, 1960, p. 54).

A leitura foi assumindo, com o passar dos anos, um papel central na vida de Carolina. Para ela "todos tinham um ideal", e o dela era "gostar de ler" (Idem, p.23). Aos poucos, a escrita passou a ser também uma forma de documentar um modo de vida que não se encontrava devidamente representado nos discursos da época. Em seus diários, passou a registrar "todas as lembranças que pratica os favelados" (Idem, p.20). Um de seus receios era de que o público leitor, desconhecedor do ambiente da favela, pudesse

não lhe dar credibilidade: "Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isso é mentira! Mas, as misérias são reais" (Idem, p. 41). A questão da representatividade ainda hoje é uma questão a ser resolvida. Se em Carolina havia o receio das misérias relatadas serem encaradas como mentiras pelo desconhecimento dessa realidade pelos demais moradores da cidade, hoje é frequente as tentativas de redução da favela às imagens que sustentam o olhar criminalizante assumido por alguns setores. Como afirma Jailson Souza (2003), em estudo sobre o complexo da Maré

> A associação, por exemplo, entre espaços favelados e violência faz com que – de um modo que beira a morbidez, apenas mais sofisticada – a pluralidade do cotidiano dos moradores das comunidades populares seja, em geral, ignorado pelos moradores dos bairros da cidade [...]. (SOUZA E SILVA, 2003, p.23)

Diante de tentativas frustradas, Carolina quase desistiu de continuar seus escritos, dada a impossibilidade quase certeira da publicação. Mas, apesar dos contratempos, os diários foram se multiplicando, e quando o jornalista Audálio Dantas a conheceu, os registros que posteriormente dariam origem ao livro *Quarto de Despejo* já existiam quase que em sua totalidade.

Sobre esse encontro, Dantas relata no prefácio de *Quarto de Despejo*

> Lá no reboliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora desisti de escrever a reportagem.

Segundo o jornalista, o livro rompeu a rotina das magras edições que giravam em torno de dois a três mil exemplares no Brasil, atingindo pouco depois de seu lançamento vendagem em torno de 100 mil exemplares por meio de sucessivas edições (DANTAS, 1960)

INTERNACIONAL — Depois que revistas estrangeiras publicaram notícias sôbre o "Quarto de Despejo", a fama da escritora-favelada Carolina Maria de Jesus atingiu o âmbito internacional. Tanto assim, que já recebeu inúmeros pedidos de direito de tradução de sua obra: da Inglaterra vieram oito propostas; dos Estados Unidos seis; da Holanda duas, e outras da Noruega, França, Itália e Alemanha, além de alguns intelectuais desta Capital interessados em traduzi-la para o polonês e o hebraico. Por outro lado, durante esta semana, Carolina assinará contrato para a apresentação do seu livro (novela) na televisão. [1]

CAROLINA — Não têm fundamento as notícias propaladas nesta capital de que a escritora Carolina Maria de Jesus pretenda processar o jornalista norte-americano David St. Clair, da revista "Time". A reportagem publicada naquela revista não teve caráter injurioso e, no momento, David St. Clair traduz para o inglês o "Quarto de Despejo". [2]

SÃO PAULO, 5 (Especial para O GLOBO) — A cada dia que passa aumenta a popularidade da escritora-favelada Carolina Maria de Jesus, que amanhã estará no Rio a fim de participar de uma "Tarde de Autógrafos" na Livraria São José e visitar a Feira do Livro. Seu diário "Quarto de Despejo" alcançou vendagem excepcional nesta Capital nas suas quatro edições (a quinta deverá sair brevemente) e de quase todos os países do mundo vêm propostas para editar o livro. Carolina já recebeu mais de sessenta cartas e telegramas de editôras do exterior, inclusive da Grécia, nesse sentido. Recentemente, recebeu uma proposta de 3 500 libras para cessão de direitos, a fim de que "Quarto de Despejo" seja editado na língua inglêsa, através de duas firmas associadas, de Londres e Nova York. [3]

Através do sucesso de seu livro, Carolina finalmente veria o mundo, que até então tinha lhe tratado de forma tão abrutalhada, abrir-lhe espaço em jornais, revistas, rádios e televisão. Essa abertura espetacular, no entanto, não durou muito e perversamente relegou Carolina ao lugar do exótico, do estranho, destinando-a, de forma quase tão repentina quanto foi sua ascensão ao sucesso, à invisibilidade, esquecimento e anonimato.

No entanto, durante o período de êxtase em torno de sua figura e de sua obra, Carolina teve a oportunidade de conhecer figuras importantes e alguns pares, como o poeta negro pernambucano Solano Trindade. Nascido em Recife, em 1908, era filho do sapateiro Manuel Abilio e da quituteira Emerciana. Quando comparamos a relação do universo familiar com o universo da escrita e da leitura entre Carolina e seus narradores-pares, percebemos que, para estes, nem sempre essa relação foi hostil como foi à Carolina. Solano, por exemplo, desde novo adorava literatura de cordel, novela e poesia romântica, que a mãe lia para ele. Ambos os pais sabiam ler e o ambiente da leitura encantou-o desde cedo. Conceição Evaristo (2007) expõe no texto *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita* que essa relação de proximidade e afeto com a leitura lhe foi transmitida no ambiente da sua casa:

> Foram, ainda, essas mãos lavadeiras, com seus sois riscados no chão, com seus movimentos de lavar o sangue íntimo de outras mulheres, de branquejar a sujeira das roupas dos outros, que desesperadamente seguraram em minhas mãos. Foram elas que guiaram os meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semi-analfabetas. Foram essas mãos também que folheando comigo, revistas velhas, jornais e poucos livros que nos chegavam recolhidos dos lixos ou recebidos das casas dos ricos, que aguçaram a minha curiosidade para a leitura e para a escrita. Daquelas mãos lavadeiras

[1] Jornal O Globo, 11 de outubro de 1960; [2] Jornal O Globo, 25 de outubro de 1960; [3] Jornal O Globo, 07 de novembro de 1960. Fonte: http://www.vidaporescrito.com/#!hemeroteca/c1lh

FIGURA 22

> recebi também cadernos feitos de papeis de embrulho de pão, ou ainda outras folhas soltas, que, pacientemente costuradas, evidenciavam a nossa pobreza, e distinguiam mais uma de nossas diferenças, em um grupo escolar, que nos anos 50 recebia a classe média alta belorizontina. (EVARISTO, 2007).

Em busca de melhores condições de vida, Solano, como Carolina, emigrou. Foi para São Paulo, onde trabalhou como operário e integrou o Partido Comunista do Brasil. Amante das artes, aventurou-se no cinema e, como Abdias Nascimento, criou um grupo de Teatro Popular Brasileiro, em 1950, que girava em torno da valorização da arte popular. Aliás, não é apenas em Abdias e Solano que o teatro surge como um espaço possível de ser ocupado por esses narradores em disputa. Vemos o teatro surgir como caminho também no *Guia Afetivo da Periferia*, de Marcus Faustini (2009). Em conversa com o escritor (em junho de 2014), Faustini expôs que para um jovem da periferia interessado em artes, o teatro é uma opção acessível, pois não é condição para a sua realização a utilização de equipamentos ou materiais sofisticados, como no caso do cinema. No seu *Guia Afetivo da Periferia*, Faustini (2009, p.30) conta: "O casarão que abriga a Escola de Teatro Martins Pena me recebeu com a generosidade de um padre com um leproso".

Em 1944, Solano publicou o livro *Poemas de Uma Vida Simples*, no Rio de Janeiro, servindo de inspiração para muitos dos militantes aspirantes a poetas. Em poema, o escritor resgata suas origens, a transição da vida rural para a urbana, e conecta, como Carolina, espaços e tempos internalizados em sua biografia.

Quando eu nasci,
Meu pai batia sola,
Minha mana pisava milho no pilão,
Para o angu das manhãs...
Portanto eu venho da massa,
Eu sou um trabalhador...
Ouvi o ritmo das máquinas,
E o borbulhar das caldeiras...
Obedeci ao chamado das sirenes...
Morei num mucambo do "Bode",
E hoje moro num barraco na Saúde...
Não mudei nada...[70]

Em *Casa de Alvenaria* (1961), Carolina relata que conhece Solano em 13 de maio de 1961, na comemoração da abolição da escravatura. Ela havia sido convidada para apresentação do Teatro Popular Brasileiro, que aconteceria no Teatro da escola de Medicina, em São Paulo. Na ocasião, Solano a homenageou

> Preparei-me e saí para encontrar-me com o repórter na porta do 'Diário da Noite'. Eu não sabia que a Escola de Medicina tinha teatro. Quando chegamos, o teatro estava superlotado. Um espiquer veio fazer a descrição das cenas. O título da peça é 'Rapsodia Afro-Brasileira". O espetáculo é uma confraternização do Centro Acadêmico da Escola de Sociologia e Política e Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, pelo 10º aniversário do Teatro Popular Brasileiro. O poeta Solano Trindade, apareceu no palco para falar sobre preconceito racial na África do Sul, e da condição dos pretos nos Estados Unidos. E disse que tinha uma visita para ser apresentada:
>
> - Carolina!
>
> Galguei o palco e fui aplaudida (JESUS, 1961)

[70] *Poema Autobiográfico*, Solano Trindade.

Se a década de 1960 foi marcante na trajetória de Carolina pelo lançamento de seus livros, propiciando à artista não apenas sair da favela, mas alcançar espaços e pessoas que até então eram incomuns ao seu restrito universo, seria também nessa mesma década que o mundo acompanharia invenções que mudariam substancialmente nossas formas de comunicar. A comunicação por satélite comercial teve seu início em 1969 e em 30 anos já orbitavam em torno da Terra mais de 200 satélites (GIDDENS, 2005). Para Lejeune (2010), com o avanço tecnológico, mais pessoas e mais coisas passaram a ganhar visibilidade.

O próprio ressurgimento de Carolina, quase cinquenta anos depois de seu "desaparecimento" da mídia, da academia e dos círculos literários, passa, de algum modo, por esse movimento de reestruturação das visibilidades. Vimos soar cada vez mais forte os ruídos de ideias e discursos vindos das brechas forçadas por Carolina e seus antecessores. É por essas brechas também que vemos se infiltrando outros tantos narradores da geração 2.0. Se o período é de transformação nos regimes de visibilidade, a web tem sido, de fato, um dos instrumentos que colabora com isso. Destacamos aqui a construção de um projeto editorial inspirado na Imprensa Negra. *O Menelik 2º ato*[71] é uma referência/homenagem direta ao jornal *O Menelik*, criado em 1915 pelo poeta Deocleciano Nascimento, que, em versão analógica e digital, atualiza estética e politicamente as demandas da diáspora africana e do ocidente negro.

[71] O Menelik 2º ato possui versão impressa e digital que pode ser acessada pelo site http://omenelick2ato.com/

Com edição trimestral, o projeto tem apoio e financiamento da Fundação Nacional das Artes - FUNARTE e Ministério da Cultura. Assim como o primeiro *Menelik*, que buscava, através de suas publicações, reacender a memória das lutas dos antepassados e convocar a comunidade a organizar-se para dar-lhes continuidade, o novo O *Menelik* preocupa-se em, além de trazer as demandas contemporâneas, revisitar pessoas, eventos, movimentos, produções e histórias que acabam por perder-se no limbo do tempo diante dos ínfimos espaços existentes para elas em outras publicações. O projeto, que se utiliza também da rede social Facebook para divulgar sua produção, publicou em fevereiro de 2015 o seguinte texto sobre o lançamento da edição zero15:

> A coisa ficou preta na noite de lançamento da edição zer015 da nossa O Menelick 2°Ato, que aconteceu na Ação Educativa em 19 de fevereiro. A celebração da nova imprensa negra do século 21, bem como da competência e intelectualidade do jovem negro urbano, apresentado nas páginas da publicação como importante protagonista na construção das múltiplas identidades culturais do povo brasileiro, reuniu a realeza desta rica e ancestral raiz que a cada dia cultivamos, amalgamando os de ontem, hoje, amanhã e de sempre.[72]

Carolina foi tema de reportagens da revista em algumas publicações, além de ter seu nome e sua obra citados em matérias que não abordavam especificamente sua história. Com o intuito de popularizar seus escritos, a edição de janeiro de 2015 trouxe dois poemas inéditos da escritora que estavam guardados no acervo pessoal da atriz Ruth de Souza: *Os feijões* e *O Escravo*.

[72] https://www.facebook.com/pages/O-Menelick-2%C2%BA-Ato/390733891014733?fref=nf

Das reportagens sobre Carolina, em novembro de 2010 a revista publicou *1960 + 2010: Os 50 anos de Quarto de Despejo*, com texto do ator Sidney Sampaio, da trupe teatral *Os Crespos*.

O ator descreveu-a como "Uma Iansã louca que dançava na brasa de Xangô, usava colar de pérolas e tinha cerol na língua" (SANTIAGO, 2010. http://omenelick2ato.com/literatura/quarto-de-despejo/). Na edição de julho de 2010, a revista já havia apresentado um ensaio sobre a trajetória de *Os Crespos* no qual destacava a montagem, pelo grupo, do espetáculo *Ensaio sobre Carolina*, com direção de José Fernando de Azevedo. No espetáculo, atores-dramaturgos recriaram a fala da autora debruçando-se sobre o tema do racismo sob a ótica do capital (FERREIRA, 2010. http://omenelick2ato.com/teatro/ensaio-sobre-os-crespos/). Em janeiro de 2015, a revista trouxe o texto *Além dos Quartos de Despejo e das Casas de Alvenaria*, de Christiane Gomes. Nele, a jornalista e coordenadora do grupo de dança *Bloco Afro Ilú Obá de Mim* fez uma competente leitura da trajetória da escritora desde sua infância em Sacramento (GOMES, 2015). No carnaval de 2015, o bloco afro desfilou pelas ruas de São Paulo homenageando o centenário de Carolina.

Desfile de bloco Ilú Obá de Min, no carnaval de rua de São Paulo, 2015.
O tema do desfile era "Salve ela, ô, Salve ela!", em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus.
Fonte:https://www.facebook.com/profile.php?id=100009715537629

FIGURA 23

Se no carnaval do *Ilú Obá de Min* Carolina foi evocada para um retorno às ruas, na rede virtual ela se dissemina e sua presença se torna, ao menos por ora, cada vez menos rara. Nas redes sociais, como Facebook, Carolina está presente em comunidades, grupos de discussão, perfis e eventos criados por pesquisadores, admiradores, artistas e instituições. Alguns deles são:

- Comunidade: Ano Centenário Carolina Maria de Jesus
- Página: Somos todos Carolina de Jesus
- Página de Livro: Carolina Maria de Jesus: O estranho diário da escritora vira lata
- Página de Autor: Carolina Maria de Jesus
- Página de espetáculo: Salve Ela, Carolina Maria de Jesus em cena
- Coletivo: Coletivo Negro Carolina De Jesus UFRJ
- Coletivo: Coletivo Carolinas

Mapeamos a presença de Carolina seguindo rastros e pistas que "hiperlinkavam-se", sem nos determos à inútil tarefa de tentar abarcar todas as menções a seu nome presentes na rede social, entendendo que diante da multifacetada cultura do compartilhamento de conteúdo isso não faria o menor sentido

As páginas listadas acima, em geral, reproduzem frases e trechos dos livros e fotografias de acervos públicos e pessoais, divulgam eventos cujos temas giram em torno da autora, anunciam lançamentos de livros afins, e difundem campanhas que visam a publicação das obras ainda inéditas de Carolina.

Além das páginas citadas, pulverizam-se também publicações de pessoas comuns que, sem necessariamente estarem vinculadas aos movimentos, coletivos, comunidades, etc., proliferam citações, opiniões, depoimentos, enfim, utilizam-se do espaço virtual

para se expressar, formulando ou reproduzindo discursos que estão sujeitos aos "deletes" e "desativações" que implicam em instantâneo desaparecimento do conteúdo publicado.

Na virtualidade da rede, o tempo é flexionado constantemente. Sem densidade, aparecimentos e desaparecimentos estão sujeitos não mais ao distanciamento cronológico, mas, mais do que nunca, a movimentos voluntários direcionados à manutenção, ou não, de assuntos, temas, conteúdos, enfim, da presença na intangível "catedral de Turing"[73]. A memória, neste espaço, pode ser tanto um registro fugidio quanto de longa permanência. Mas, quando depositados assim, em redes sociais como Facebook e Twitter, tornam-se, com o passar do tempo, quase inalcançáveis e perdem-se na infinidade das *timelines* em constante expansão.

Nesse universo das redes sociais, uma das narradoras que elencamos como articuladora desse diálogo que construímos com Carolina destaca-se pela frequência de sua presença no mundo virtual. Yasmin Thayná, autora do conto *MC K-Bela*, como já falamos anteriormente, é a representante maior aqui na tese da geração que domina as novas tecnologias e circula agilmente por esses espaços hibridizados nos quais manifestam-se os mais variados discurso e formatos. Em 2014 estampou Carolina em seu perfil no facebook, acompanhado da *hashtag* "#quartodedespejo". O amarelo, cor da fome de Carolina, transbordou da palavra e do suporte-livro e virtualizou-se junto com seu retrato. Com Yasmin, e não apenas com ela, a existência de Carolina é desdobrada e sobre ela outras tantas dobras são executadas. Carolina e suas narrativas, dobradas e redobradas, são reinventadas como texto, como imagem, como vídeo, como Movimento, como memória, como projeto, como

[73] Referência ao título do livro de George Dyson, no qual o autor conta como foi a construção de um dos primeiros computadores da história, o MAINC. A construção foi inspirada nas pesquisas do cientista britânico Alan Turing, um dos responsáveis pela formalização do conceito de algoritmo e pioneiro no desenvolvimento da computação.

política sem, no entanto, ter rigidamente seus limites fixados. A geração 2.0 destaca-se por buscar, diferentemente do modo mimético imaginado por Carolina, outras maneiras de produzir arte, atenta às inovações tecnológicas que reconfiguraram o mundo das visibilidades e estabelecem novas relações com a durabilidade.

Vale lembrar que esse reencontro com Carolina é curioso no sentido em que, nas décadas de 1970 e 1980, quando os movimentos políticos e sociais pautavam as agendas em torno das lutas sociais e da redemocratização do país, o nome da escritora tenha sido praticamente esquecido. Em texto intitulado *Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio*, do professor do Departamento de História da FFLCH – USP, José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), o autor questiona-se sobre os motivos pelos quais Carolina não teria sido apropriada pelos militantes contemporâneos a ela. Bom Meihy aborda em seu texto o completo desconhecimento da existência da escritora por parte dos mais jovens na década de 1990. Em um trecho do artigo, tece a seguinte consideração: "O fato de ser mulher, negra, pessoa do povo daria um possível cenário para que as causas tangenciadas pelo aparecimento de Carolina mantivessem sonoridade. No entanto, se apagaram." (MEIHY, 1998, p.88). Dentre os motivos que podem ter propiciado este apagamento, Bom Meihy aponta algumas hipóteses, trazendo para o centro de suas reflexões a relação da escritora com o movimento feminista e com o movimento negro. Sobre o movimento feminista, Bom Meihy fala

> Os dramas da mulher, mãe solteira, chefe de família, não foram incorporados ao acervo dos argumentos das feministas, escritoras ou não. Curiosamente, o testemunho daquela mulher que revelou com tanta intimidade suas agruras fica descartado do montante crítico das brasileiras que, de modo geral, insistem em garantir crédito às experiências estrangeiras em vez de olhar para o (nosso) próprio lado. Por certo, essa observação deve induzir a uma conclusão impertinente que sugere que o feminismo brasileiro ainda está preso à classe social (das mulheres brancas e bem postas na vida que preferem se mirar em espelhos alheios desde que estes reflitam status). Nesse sentido explicar-se-ia o "esquecimento" das negras (MEIHY, 1998, p. 90).

Acerca do esquecimento de Carolina pelo movimento negro, Bom Meihy aponta que, em um primeiro momento, houve um estranhamento diante dos posicionamentos ambíguos da escritora frente à condição do negro na sociedade, mas que, posteriormente, a própria autora amadureceu e passou a se projetar como "ícone da cultura negra": "Muito dessas transformações deve-se aos próprios negros que souberam envolver Carolina, porém nada teria acontecido sem sua adesão." (MEIHY, 1998, p.90). No entanto, Bom Meihy questiona o fato de nem mesmo eles terem atuado para evitar o desaparecimento da escritora nas décadas de 1980 e 1990, quando seu nome desvaneceu.

Por fim, Bom Meihy responsabiliza a crítica literária brasileira, denominando-a como "seu algoz mais importante"

> Foi ela quem decretou incertezas na lógica da pobre escritora negra e que colocou todos os defeitos e cobranças que jamais poderiam ser aplicados a uma personagem como foi Carolina Maria de Jesus (MEIHY, 1998, p.91).

O dobramento no acontecimento-Carolina realizado hoje reivindica uma continuidade que está presente não apenas nos mais novos, como Yasmin, Jéssica Balbino e Emicida, mas está presente também na fala de Conceição Evaristo, quando aponta para a "tradição" iniciada por Carolina. Essa ideia cabe por entendermos que continuidade não pressupõe contiguidade ou estabilidade. O contínuo é feito de distâncias entre pontos de vista (DELEUZE, 1991, p. 37). Não cabe falar em rupturas, pois ainda que o silenciamento da escritora tenha sido a tônica nas décadas que se seguiram às primeiras publicações de Carolina, não há certamente um vazio, mas uma variação na intensidade desse movimento que a deslocou, temporariamente, para zonas menos visíveis, mas não profundas o suficiente para impedir seu ressurgimento e apropriação pela geração.

Nesse movimento de redescobertas, outra lógica estética silenciada pela lógica da visibilidade parece estar sendo (des)dobrada: o modelo oratório da palavra, como apontamos ao falarmos da proliferação de saraus no Capítulo 1, sobretudo nas periferias das grandes cidades. Essa retomada, no entanto, não se contrapõe à lógica estética do mundo de visibilidade contemporâneo que agrega elementos e reinventa lugares. Mas, para além de processos estéticos, o movimento de projetar-se retroativamente implica remexer e desenterrar evidências e mesmo construir rastros. É nesse sentido que enxergamos e conectamos os novos narradores à Carolina.

Existe uma demanda por passado na qual a projeção do futuro está ancorada. Se Rancière nos alerta que a "razão das histórias" e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas, é de se supor que a ampliação dos espaços de ação nesses 50 anos que separam Carolina da geração 2.0 tenha feito emergir um sentimento de ausência exatamente pelo constrangimento das gerações

anteriores que, impossibilitadas de ocupar os espaços legitimados do discurso e da produção estética, foram também, como Carolina, silenciados ou apenas subalternizados pela história historicizada. O testemunho (registro do passado provável) e a ficção (projeção de futuro possível) pertencem a um mesmo regime de sentido.

A apropriação do passado e sua projeção tematizada pela arte contemporânea, como expomos ao fazermos referência à produção de Rosana Paulino, no Capítulo 2, pode ser a chave da superação da reprodução caricatural da periferia tal qual aquela do Canindé do filme de Roberto Farias (1960).

A experimentação de linguagens e o uso das tecnologias multimídias são a tônica também de um trabalho desenvolvido por Marcus Faustini, que para além dos escritos, transborda sua produção para outras medias e formatos. Em 2013, o artista montou a videoinstalação *Iphone Me Iphone You*, a partir da compra de telefones celulares de dois jovens com todo o conteúdo que eles já haviam produzido e armazenado no dispositivo. A estratégia utilizada para encontrar possíveis interessados nessa negociação foi criar um anúncio na rede social facebook. Do conteúdo dos celulares, fotos, vídeos, mensagens, *prints*, jogos, etc., foi construída uma composição cujas dimensões foram alteradas da pequena tela do celular para a amplidão da projeção na parede. "A ideia é mostrar que confiamos nossa subjetividade a esses aparelhos e que podemos transformar em arte o nosso conteúdo particular", explica Faustini em reportagem do site Sopa Cultural[74].

[74] Matéria de 1 de outubro de 2013, disponível no endereço eletrônico <http://www.sopacultural.com/videoinstalacao-iphone-me-iphone-you-mistura-arte-e-realidade/>. Acesso em 10/03/2014.

Os jovens que aceitaram a proposta de Faustini foram Bruno Duarte e Yasmin Thayná, que novamente atravessa nossa investigação. Na instalação, a cidade é cartografada a partir dos registros dos dois, entre as batidas aceleradas de um coração que se desespera ao ver o trem do metrô chegar, "como se tivesse cercado por uma operação do BOPE", e mensagens de texto de um pai que, preocupado com a demora da filha, se distrai papeando sobre a quantidade de calorias que possui um pote de açaí. "Sou feita das ruas que atravesso", diz uma das notas exibidas entre fotos de turbantes e uma embalagem de Rivotril. "O limite é o mundo", aparece escrito na pichação de uma parede. "- Procuro a ficção". "- Na cidade eu procuro a pegação", conversam. Fotos de mamão, fios de alta tensão, plataformas de trem, bicicletas. "Todo mundo é ansioso aos 20 anos", diz uma das mensagens trocada ente Bruno e Thayná, enquanto em outra "Então vem que eu to no clima".

Entre fragmentos, a rua pulsa na carona de um moto-taxi e é interrompida por um vídeo do Jiraya. Uma reportagem exibe as mulheres cangaceiras e uma pausa para questionamentos estéticos na cozinha da vó. Desabafos sobre o pai que desapareceu em Duque de Caxias, tal qual a Amarildo na Rocinha: "n morre q vc ainda tem q conhecer a gisele biguelman". "essa cidade me atravessa". Viadutos, empenas de edifícios, uma brecha para o mar, tubulação exposta, o preço da passagem, sinais de trânsito, chuva no vidro. "levar lenço, vinagre, escudo de garrafa pet e os caralho". "Nao vá para praça maua. desligaram as câmeras de seguranca de la. tem um grupo d medicos proximo ao CCBB, estudantes de medicina, para prestar primeiros socorros a galera. se ainda estiver indo para candelaria, evite ir pela presidente vargas". "moro na favela, não me mate por favor", escrito no cartaz que Bruno segura em uma foto enquanto em outra o esquadrão do BOPE aparece em formação: Jornadas de junho. Encerra a edição a sequência alternada de imagens nas quais exibe-se freneticamente as frases "choque dói" e "a favela nunca dormiu"

Montagem a partir do vídeo realizado para a instalação Iphone Me Iphone You
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=IelZi_5vAig

FIGURA 24


idade me atravessa
Essa cidade me atravessa
DE NASCIMENTO
11/1992
REMOÇÕES
FAVELAS
na proxima rede soc
nao boto meu nome
real.
Mensagens
pai
Editar
YASMIN VC ESTA ONDE
To indo pra casa
TA BOM
Pai, que horas eu nasci?
NAO TENHO CERTEZA ACHO QUE FOI 22:00 SÓ VENDO NA CERTIDÃO
NÃO VAI TER COPA! engrosso o seu coro! É foda ver essas coisas acontecendo e é bom que vc tenha essa consciência! Não foi nada pessoal, é a porra do sistema que é fudido!
20:45
sou feita das ruas que atravesso
MORO NA FAVELA, NÃO ME MATE, POR FAVOR
Bruno F. Duarte
11 de agosto via celular
Lá pelos 90, meu pai, homem negro de de Duque de Caxias, desapareceu, assim, como o pedreiro da Rocinha.
Cadê o Amarildo?
1 de mar 01:36
s Cangaceiras
am o Cangaço
Dadá
a referência estética,
oCoracãoDoCentro
YOUTUBE!!
yasminthayna na ida e na vinda de espero o seu sorriso da minha vez.
A FAVELA NUNCA DORMIU

Para além da participação na performance-instalação de Marcus Faustini, Bruno e Yasmin integram a equipe de produção do filme *Kbela*, já mencionado no Capítulo 2. Em fase de elaboração, nesse desdobramento do conto de Yasmin é o tornar-se negra que preenche a centralidade da narrativa. O filme reposiciona questionamentos de ativistas como Lélia Gonzalez (1988), para quem "só estamos presentes na medida em que somos apresentados como corpos, pois na sociedade brasileira o negro é visto como corpo".

O perfil do filme no facebook é o canal utilizado pela equipe idealizadora para divulgar e comentar o processo de criação que alinha estética e militantemente a experiência audiovisual sobre ser mulher e tornar-se negra. Na postagem de 29 de janeiro de 2015 está escrito

> #KBELA é um filme experimental feito por MULHERES NEGRAS sobre MULHERES NEGRAS, por isso fizemos questão de ter nesse time Maria Clara Araújo, pernambucana que com apenas 18 anos vem se destacando na luta por empoderamento das mulheres trans no Brasil, com discurso e ativismo atravessados pela questão racial. Vibramos quando ela aceitou participar, é um prazer para toda equipe tê-la entre as atrizes que encararam essa produção que é metade suor e metade coração. Não dá para enfrentar o racismo sem discutir o transfeminismo negro.
>
> Uma pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro aponta que, nos últimos 10 anos, apenas 4.4% das atrizes no elenco principal de filmes nacionais eram negras. No mesmo período, nenhum dos mais de 200 filmes nacionais de maior bilheteria teve uma mulher negra na direção ou como roteirista. "E eu fiquei com essa pesquisa da UERJ na cabeça. Tem pouca mulher preta cis hétero no cinema nacional, imagina as trans*?", questiona Yasmin Thayná, nossa diretora de black power inconfundível. "O KBELA vem pra mudar isso", comentou Maria Clara no seu perfil no Face.

Para Ilana Stronzenberg[75], professora da ECO-UFRJ e coordenadora do projeto *Regiões Narrativas- Laboratório Audiovisual*, o fato de o cinema exigir quase sempre um arranjo coletivo para sua realização transforma a virtualidade da rede às quais esses jovens estão conectados e articula com destreza uma potente rede presencial. Para Ilana

> (...) a potência criativa desses jovens, e a potência desses espaços criativos dito periféricos, mas que na verdade fazem parte dessa cidade que nós queremos integrada, isso já é uma coisa que existia antes. Agora isso começa a ser visível para nós. Eu acho que começa a ser visível por várias razões. Acho que primeiro a tecnologia, que traz uma possibilidade nova de acesso a isso que a gente está chamando de cultura (cinema, vídeo, fotografia), as pessoas têm maior possibilidade de acesso.[76]

Para além do cinema, essa produção "sobre a favela feita pela favela" encontra várias outras possibilidades estéticas nos discursos e narrativas formulados nas artes visuais, literatura, música, dança, audiovisual, etc. Também a produção de informação, com os jornais comunitários, rádios e demais canais de comunicação, é multifacetada. E mesmo a produção banal e cotidiana, onde ainda permanecem os diários, entre fotografias, registros em vídeo, relatos, etc. São múltiplos também os suportes e as mídias utilizadas em cada formalização.

Vale destacar a produção dos HQ's de autores como Alexandre de Maio, autor do livro *Desterro*, e André Diniz, de *Morro da Favela*.

---

[75] De acordo com as informações disponibilizadas no site do projeto (http://regioesnarrativas.com.br/), o "Região Narrativa" é um laboratório que atua na direção da troca de conhecimentos sobre linguagens e recursos de mídia como instrumentos de um novo jeito de pensar, aprender e produzir conhecimento, reconhecendo e valorizando as experiências e saberes trazidos de outros espaços da sua vida, tendo a cidade como inspiração. Dividido em três módulos (Animação, Fotografia e Cinema documentário), cada um com três meses de aula, sendo uma por semana. Os encontros acontecem na Biblioteca parque da Rocinha.

[76] Entrevista No Programa Cidade Integrada, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=W2KSFub8wEY >

Na música, salientamos a presença de uma mulher. Do alto do Edifício Martinelli, um dos ícones da verticalização em São Paulo, construído na região central na década de 1920, Karol Conka apropria-se da cidade para gravar o videoclipe da música *Minha Lei*. Com 30 andares e 105 metros de altura, esse edifício foi, até 1935, o prédio mais alto da América Latina.

> Muita coisa ainda vai rolar/Tanta gente se engana/ Quem disse que eu não ia chegar? /Vida de cigana, carrego gana em qualquer lugar/(...)quer saber? Não quero nem saber! / 1-2, 1-2, jogo a fumaça em você!.

Trata-se de deslocar e ocupar, física e simbolicamente, os lugares, desestabilizar e alimentar a esperança na construção e na reinvenção de discursos, que aliados às dimensões corpo e território são recolocados produzindo novos agenciamentos que adensam o repertório mesquinho e ultrapassado que dominou por tanto tempo nossa compreensão de mundo e nossa presença na cidade.

[1] Imagens do desfile do *Bloco Afro Ilú Obá de Mim*, São Paulo, fevereiro de 2015. Fonte: https://www.facebook.com/pages/Il%C3%BA-Ob%C3%A1-De-Min/125403590866610?fref=ts ;

[2] Imagem do poema *O Escravo*, de Carolina Maria de Jesus (s/d). Revista *O Menelik 2° ato*, janeiro 2015. Fonte: http://omenelick2ato.com/literatura/O-ESCRAVO-CAROLINA

[3] "Print" de postagens de Yasmin Thayná de março de 2014, em sua página pessoal da rede social Facebook, seguido pela *hashtags* #quartodedespejo;

[4] O artista Marcus Faustini divulga pelo Facebook seu interesse em comprar aparelho celular para projeto artístico *Iphone Me Iphone you* (2013).

[5] Imagem com o título da Exposição *Iphone Me Iphone You* realizada em 2013 sob a curadoria de Marcus Faustini

[6] Capa de Revista trimestral *O Menelik 2° ato*. Ano 3. Edição XII, 2013. Fonte: http://issuu.com/omenelick2ato;

[7] Experiência audiovisual *KBELA*. Baseado no conto *Mc K-Bela*, de Yasmin Thayná. Fonte: https://www.facebook.com/kbelaofilme;

[8] Exemplar do jornal *O Menelik*, fundado em 1915 pelo poeta Deocleciano Nascimento. Fonte: http://omenelick2ato.com/.

Conexões visuais 03.3A
A construção do lugar
[fragmentos]

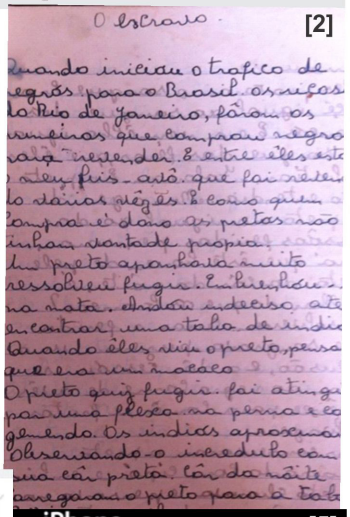
FIGURA 25

CONEXÕES VISUAIS 03.3A: A CONSTRUÇÃO DO LUGAR [FRAGMENTOS]

[1]



[2]



[3]



[4]



[5]



[6]



[7]



[8]



[1] A rapper Karol Conka no topo de Edifício Martinelli, SP. Fonte: Vídeo Skol - Soundspot: Karol Conka, disponível no canal Youtube https://www.youtube.com/watch?v=lFI8DY5nvmg ;

[2] Carolina e Audálio Dantas na Favela do Canindé, 1961. Foto: acervo pessoal de Ruth de Souza, disponível no blog do Instituto Moreira Salles (www.blogims.com.br)

[3/4] Exibição de teaser inédito do filme *KABELA* na reabertura do Cine Odeon (RJ), no 8º Encontro de Cinema Negro Brasil, África e Caribe - Zózimo Bulbul. Maio, 2015. Foto: https://www.facebook.com/kbelaofilme

[5/6] Imagem do livro Desterro. Fonte: Ferréz & de Maio, 2012;

[7] Experiência audiovisual *KBELA*. Baseado no conto *Mc K-Bela*, de Yasmin Thayná. Fonte: https://www.facebook.com/kbelaofilme;

[8] Imagens do livro *Morro da Favela*. Fonte: Diniz, 2011.

Conexões visuais 03.3B
Reinventando o discurso
[fragmentos]

FIGURA 26

CONEXÕES VISUAIS 03.3B: REINVENTANDO O DISCURSO [FRAGMENTOS]



CAPÍTULO

QUATRO

TRAJETÓRIAS e FRAGMENTOS: DAS NARRATIVAS À CIDADE - DESLOCAMENTOS E FIXAÇÕES

CONEXÃO TEXTOS-NÓS [FRAGMENTOS 04A] CAROLINA MARIA DE JESUS + [CONCEIÇÃO EVARISTO]

FAVELA / (DES)FAVELA

[1]EVARISTO, 1986, p.204 | [2]EVARISTO, 1986, p.206 | [3]EVARISTO, 1986, p.207 | [4]EVARISTO, 1986, p.215 | [5] EVARISTO, 1986, p.217 | [6] EVARISTO, 1986, p.218 | [7]EVARISTO, 1986, p.220 | [8]EVARISTO, 1986, p.248 | [9]EVARISTO, 1986, p.249 | [10] EVARISTO, 1986, p.199

"Oh Se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente"

"...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos enstingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimar os fracos."

"Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno."

"É que eu estou escrevendo um livro para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela"

"Eu sempre ouvi falar na favela, mas não pensava que era um lugar tão asqueroso assim. Só mesmo Deus para ter dó de nós."

(Carolina Maria de Jesus, fragmentos de Quarto de Despejo, 1960, p. 10-43)

"- Isso é despejo?
- Não. Não é despejo, eu estou saindo do quarto de despejo"

(Carolina Maria de Jesus, Casa de Alvenaria, 1961, p. 6)

Quando Maria-Velha chegou à favela, os barracos eram vizinhos, mas esparsos um do outro. Ela chegara com algum dinheiro, que, com Joana e Tatão, conseguira economizar lá na roça. Compraram um quartinho e puseram a tocar a vida. Tatão era quase menino ainda, [10]

falasse, talvez fosse pior, ele não suportaria ouvir a voz dela. Ela sabia que a saída da favela seria a salvação dele. Seria desligar-se totalmente dela. Seria enterrá-la bem longe, [5]

Os últimos barracos na favela pareciam estar ali de teimosos. Eram poucos, pouquíssimos. Lembrou-se dos que já haviam sido derrubados. Lembrou-se também do que contara sempre Tio Totó e Maria-Velha, de como era ali na época em que chegaram. Muitos becos já haviam desaparecidos. Agora, sobre aquela planura, era impossível reconstituir plena e fielmente onde ficavam o barracão do Geraldão, do Zé, da Maria da Luz e dos outros. Um terreno, que antes era reconhecível até de olhos fechados, de um momento para outro perdera todas suas características. Perdera todo o tortuoso relevo. Os becos de onde saltavam tantas vidas desapareceram como se nunca houvessem existido. [9]

balho e os patrões estavam enrolando o homem. Havia os problemas das crianças, que, com o desfavelamento, perderam as vagas nas escolas ao se mudarem no meio do ano e não encontravam vagas próximas para onde iam. [1]

A cada dia perdíamos mais pontos na favela. Havia caminhões levando mudanças o dia todo e todos os dias. O território nosso já se resumia ao quase nada. Os barracões eram derrubados com facilidade. O material que resistia ao abate era levado. Pedaços de tijolos, zinco, madeira, e às vezes, papelão. [7]

abreviar a dor. Mudavam apenas de lugar, a vida seria a mesma ou até pior. Mais duas ou três torneiras foram retiradas. Era preciso [3]

As pessoas estavam num desespero tal, que queriam de qualquer forma abreviar o sofrimento. Havia famílias que, quando o caminhão de mudanças aparecia, elas mesmas se ofereciam para ir. Ficar ali tinha se tornado um inferno. O bicho pesadão campeava durante todo o dia e nas noites de estrelas iluminando a terra, a fera campeava pelo tempo adentro e tudo era poeira e desespero. Havia ainda a escassez, a falta d'água. Em algumas [6]

ouvido. Ela, por exemplo, nunca havia pensado que os restos, que muitas vezes ganhava das patroas, era o excesso dos que tinham muito e que esta sobra era construída justo em cima da falta ou do pouco dos que nada tinham. Nunca havia pensado a fundo sobre o desfavelamento. Era sozinha, em qualquer lugar que chegasse, ficaria bem. Estava triste de deixar a favela. Tantos amigos que tinha por ali, viera de outra favela com a mãe há alguns anos atrás. Sair dali, entretanto, pouca diferença fazia. Pior seria para Vó Rita, para [2]

firme. Era o único que pisava num solo que sabia ser seu. Era só uma questão de tempo. Um dia, poderia ser hoje ou amanhã, todos os homens teriam os mesmos direitos. Tempo [4]

Ela entendeu, era mais uma despedida. Por um minuto foi como se tudo se desintegrasse dentro dela. Um buraco vazio, maior do [8]

FIGURA 27 Conexão textos-nós [fragmentos 04a] - favela / [des]favela. Fonte: produção da autora

CONEXÃO TEXTOS-NÓS [FRAGMENTOS 04B] CAROLINA MARIA DE JESUS + [CONCEIÇÃO EVARISTO + MARCUS FAUSTINI + YASMIN THAYNÁ + MÃES DE MAIO]

VIDA NA CIDADE

[1]EVARISTO, 1986, p.200 | [2]EVARISTO, 1986, p.203 | [3]FAUSTINI, 2009, p.30 | [4]FAUSTINI, 2009, p.31 | [5]FAUSTINI, 2009, p.33 | [6]FAUSTINI, 2009, p.39 | [7]FAUSTINI, 2009, p.48 | [8]FAUSTINI, 2009, p.54 | [9]FAUSTINI, 2009, p.69 | [10]FAUSTINI, 2009, p.105 | [11]FAUSTINI, 2009, p.127 | [12]FAUSTINI, 2009, p.148 [13]FAUSTINI, 2012, p.7

"Minha mãe dizia: Nós viramos ciganos. É horrível estar hoje aqui, amanhã ali. Estávamos imitando os artistas de circo."

(Carolina Maria de Jesus, Diário de Bitita, 1986, p. 232)

"Havia pessoas que nos visitava e dizia:
- Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo"

"– Cato papel. Estou provando como vivo!"

"Era domingo e o povo ficou expantado quando viu os indigentes superlotar o ônibus Bom Retiro. Tivemos sorte. Fomos com um cobrador que aceitava a quantia que nós dávamos. Uns dava 1 cruzeiro, outros dava só um passe(...)."

"Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolo."

"Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958 a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extingui-se."

(Carolina Maria de Jesus, fragmentos de Quarto de Despejo, 1960, p. 17-62)

A rua asfaltada e os azulejos amarelos

O dia em que chegou asfalto na rua vizinha foi a apoteose dos carrinhos de rolimã e a mudança do modo de jogar bola de gude para a molecada. Dos três buracos de búrica, onde todos disputavam para ser o último a jogar, passamos para o triângulo, riscado no asfalto com pedra de obra, repleto de bolas de gude. O bairro inteiro visitava a rua asfaltada. [12]

Para minha mãe, esquina era lugar de vagabundo, de quem jogava ronda. Assim como eu, os moleques de todas as ruas em que morei faziam da esquina o quintal de casa, para desgosto de muitas mães além da minha. Numa madrugada [10]

Tudo se fez e se desfez várias vezes. Então, de tanto treinar, mapas distanciados para a minha trajetória pessoal deram lugar a elaboração de um órgão a mais que precisava para disparar esse novo corpo que aprendi a ter ali. A pri- [3]

Assim, passei a mapear o centro, o Rio de Janeiro de acordo com as minhas possibilidades de sobrevivência. Invariavelmente, comia em pé numa padaria da Rua da Carioca que oferecia um prato feito num prato de sobremesa. Era a minirrapidinha. Você podia colocar tudo o que coubesse naquele prato. [8]

juntavam outros trabalhadores. Dentro do ônibus, até aniversário se comemorava. Ronda e sueca eram como bater carteão. Todos nós íamos muito dentro do ônibus na madrugada, mas não era por indicação da placa.

Um condomínio de pessoas e não de prédios, se realizava dentro do 882. A encarnação era generalizada. Perto da serra [6]

minha casa, lá no número 216 da Vila Iguaçuana. Todos os dias, após o colégio, a orquestra sinfônica rugia. Um soluço baixinho de um instrumento sintonizado com o som do cavalgar dos quadrúpedes no asfalto recém-chegado na rua, já molhado com uma chuva de inverno. [13]

A beleza produzida por ele só perde para o bonde do funk dentro do ônibus, que faz o baile continuar na viagem de volta para casa. [11]

Janeiro e do Brasil para os transeuntes. Diante dos mapas, eu pensava nos meus possíveis futuros. Se nada desse certo, de tanto andar pela cidade eu poderia ser um bom motorista de táxi. [9]

Joana encontraram no fogão, no tanque, e nas casas de patroas, modos de sobrebivência. Aos poucos foram se acostumando com as coisas da cidade. Sentiam saudades da Serra do Cipó, dos cipós, dos cocos, dos rios, da roça e dos bichos. Na cidade, como tudo era diferente! Maria ria para dentro. Joana, nem para dentro ria. [1]

Negro Alírio, da construção onde arranjara serviço como pedreiro, olhava o mundo. Era [2]

A rodoviária de Campo Grande era suja, sempre suja. Os camelôs é que lhe davam vida. Ela é típica da chegada de construções contemporâneas na periferia: mistura de concreto e cimento sem pintura. Os pregões de camelôs de filmes, salgadinhos de camarão e Serenatas de Amor animam a madrugada junto com o cheiro de mijadas sobrepostas e a fumaça de churrasquinho. [4]

Nesse dia, entretanto, o danado me surpreendeu. Ele tinha nas mãos o *Memórias do subsolo*, de Dostoievski. Estavam ali, dispostos naquele momento diante de mim, engolindo a madrugada como eu engolia o churrasquinho, universos que até então eu acreditava antagônicos: churrasquinho, filme pirata, cheiro de mijo, Paulo Coelho, Dostoievski, aço, concreto, parede sem emboço e uma pichação da época do Brizola. [5]

O destino da sexta à noite não era apenas o que estava em jogo. O trajeto também fazia parte da experiência. O começo era kombi com luz neon azul-céu acesa na parte interna, com uma buzina anunciando: "Cezarão, Estação de Santa Cruz." Dentro da kombi, menores ambulantes, evangélicos indo pregar, trabalhadores e tipos como eu conversavam ambientados por esse neon e pelo funk das caixas de som do carro. No centro de Santa Cruz, a única forma de sair para qualquer outro lugar do Rio era esperar uma hora pelo 390 (Sepetiba/Passeio) ou dividir espaço em uma van com os travestis que iam para a Lapa. Para impor respeito, ficava sério em meu [7]

HOMEM NA ESTRADA

Amanhece mais um dia e tudo é exatamente igual.
Calor insuportável, 28 graus.
Faltou água, ja é rotina, monotonia, não tem prazo pra voltar, nã! já fazem cinco dias.
São dez horas, a rua está agitada, uma ambulancia foi chamada com extrema urgência.
Loucura, violência exagerada. Estourou a própria mãe, estava embriagado.
Mas bem antes da ressaca ele foi julgado.
Arrastado pela rua o pobre do elemento, o inevitável linchamento, imaginem só!
Ele ficou bem feio, não tiveram dó.

POR **RACIONAIS MC'S** [14]

FIGURA 28 Conexão textos-nós [fragmentos 04b] - vida na cidade. Fonte: produção da autora

A cidade se realiza em Carolina transitoriamente. A partir do arranjo de publicações da autora que estamos investigando nesta pesquisa, seguimos as pistas de Carolina por entre seus deslocamentos:

1| Carolina nasce na cidade de Sacramento (MG), em 1914.

2| Em Sacramento, vive na área urbana com sua mãe, em um terreno que o avô comprou de um professor por cinquenta mil réis.

3| Muda-se de Sacramento com sua mãe e o novo padrasto para trabalhar em uma fazenda (sem informação quanto à localização).

4| Retorna para Sacramento com sua mãe e padrasto depois de terem sido expulsos pelo fazendeiro.

5| Carolina muda-se novamente com sua mãe e padrasto para outra fazenda, ainda em Minas, na qual trabalhavam na plantação de arroz.

6| Parte com a mãe e padrasto para uma fazenda de café no interior de São Paulo, próximo à Restinga.

7| Sai da fazenda de café com a mãe, devido à exploração, e tenta trabalho em Franca.

8| Sem sucesso, retorna com a mãe para Sacramento.

9| Carolina parte novamente de Sacramento com a mãe para trabalhar em uma fazenda em Conquista (MG).

10| Retorna com a mãe para Sacramento depois de ser despedida.

11| Parte para Uberaba sozinha em busca de tratamento para uma enfermidade nas pernas.

12| Sem conseguir tratamento adequado para sua enfermidade, retorna para Sacramento.

13| Carolina parte para Ribeirão Preto sozinha, mais uma vez, em busca de tratamento para a enfermidade nas pernas.

14| Sem sucesso no tratamento e sem acolhimento em Ribeirão, Carolina parte, a pé, para Jardinópolis, onde consegue abrigo na Santa Casa de Misericórdia. O tratamento, no entanto, não faz efeito.

15| A caminho de Sacramento, Carolina para em Sales de Oliveira onde consegue emprego.

16| Consegue outro emprego e parte para Orlândia.

17| Carolina decide retornar para Sacramento, onde ela e sua mãe são presas sob a injusta acusação de praticarem feitiçaria.

18| Depois de soltas, Carolina e sua mãe partem para Franca.

19| Carolina volta a trabalhar em fazendas, desta vez nas casas dos fazendeiros.

20| Carolina volta para a cidade (provavelmente Franca. O ano era 1936).

21| Consegue outro emprego e volta a trabalhar em casa de fazenda.

22| Insatisfeita com a vida na fazenda, retorna para a cidade (provavelmente, Franca novamente).

23| Finalmente consegue um emprego para trabalhar em São Paulo.

24| Em 1948 é despejada de um cortiço e chega ao Canindé.

25| Em São Paulo, os deslocamentos continuam, dessa vez, através do seu ofício de catadora de papel.

26| Em 1960 lança *Quarto de Despejo* e muda-se da favela do Canindé para uma casa emprestada em Osasco e, posteriormente, adquire uma casa de alvenaria em Alto de Santana.

27| Passando por dificuldades financeiras, em 1964 aluga a casa de alvenaria e transfere-se para um sítio em Parelheiros, onde falece, pobre, em 1977.

Num primeiro momento, sua referência de cidade é a área urbana de Sacramento, onde vivia com sua mãe em um terreno que o avô comprara de um professor por cinquenta mil réis. Foi lá que Carolina disse ter visto "vários pretos que haviam sido agraciados com a Lei Áurea e com a liberdade" que faziam ranchinhos à beira das estradas, pois, "a beira das estradas públicas pertence ao governo e ninguém falava nada" (JESUS, 1986, p.95). Foi lá também que constatou que "o pobre, não tendo condição de viver na cidade, só poderia viver no campo, e para ser espoliado." (Idem, p.171). Existia em Carolina um enorme desejo de deixar a cidade. Foi em Sacramento que a assimetria em relação ao acesso e propriedade de terra a inquietou (Idem, p. 168): "Por que é que nós não podíamos ter terras para plantar?", indagava-se Carolina.

A experiência da vida na área rural foi bem variada. Em alguns momentos, foi benquista por ela, que chegou a achar que a cidade era o lugar do vício e do sofrimento (Idem, p. 159), da vida cara e difícil: "foi na cidade que aprendi a gostar dos vícios, a cidade nos empolga e nos destrói". O que a induzia a tentar a vida nas plantações variava também. Em uma das tantas idas e vindas o motivo foi um convite recebido pela mãe de um homem que "estava procurando uma mulher para viver com ele numa fazenda", pois "não era possível para um homem viver numa roça sozinho. Perguntou se minha mãe queria viver com ele. Ela aceitou." (Idem, p.157). Então, essa "roça", ora aparecia como "lugar apropriado para os pobres", sem polícia, silenciosa, na qual não havia distrações, mas também não havia sofrimento. No entanto, uma questão a incomodava: "para que sonhar se as terras não eram nossas?" (Idem, p.168).

E as frustrantes experiências de trabalho na área rural foram aumentando o desejo de partir também da fazenda. A vida nas muitas cidades por onde passou era balizada pela relação laboral, que quase sempre, sobretudo no trabalho como doméstica, apontava a possibilidade também de moradia. Consequentemente,

quando não havia trabalho, o habitar também ficava sob ameaça. Nesses casos, apelava para amigos e parentes, ainda que na maioria das vezes fosse por eles mal recebida: "Na cidade não tínhamos onde morar. Minha mãe foi residir no quartinho da Mariinha, que ficava nervosa dizendo que não podia receber seu amante." (Idem, p. 173) Ou: "Ela me disse que o único lugar disponível era no galinheiro. Para quem já havia dormido nas estradas, qualquer coisa servia" (Idem, p. 183). Quando o emprego não implicava moradia, a equação morar+trabalhar na cidade não se resolvia: "Se arranjávamos dinheiro para pagar o aluguel, não arranjávamos para comprar comida" (Idem, p.175). Foram situações extremas que levaram Carolina a retornar a Sacramento, lugar de onde desejava tanto sair: "Minha mãe resolveu voltar para Sacramento; lá ela tinha o seu ranchinho. Voltamos. Ela lutava para arranjar o que comer." (Idem, ibdem, p. 175).

A escritora esteve quase sempre em um espaço "entre". Embora tenha traçado São Paulo como meta e se agarrado nela, a fixação na capital paulista não aliviou sua sensação de deslocamento. Deslocamento não no sentido de trânsito, mas de não pertencimento. Continuava a se questionar e a se perceber como alguém fora do lugar. Em trecho de *Quarto de Despejo*, ela esbraveja: "Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?" (JESUS, 1960, p.29).

Em sua corpografia[77], Carolina experiencia e registra a cidade atravessada por todas essas. Ela, essa cidade, é o nó que amarra as questões trabalhadas nesta tese. É nela que as dimensões corpo e discurso, atravessam o território, o afetam e são afetadas. A tríade é a chave que tomamos para sua compreensão e, sob essa ótica, conectamos Carolina à Conceição, Faustini, Yasmin e às Mães de Maio.

[77] Por corpografia, entende-se "um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta" (JACQUES, 2008)

Primeiramente, destacamos que os processos vivenciados por cada um quanto à inserção e fruição da cidade em suas narrativas apontam convergências e distanciamentos, acrescidos pelas diferentes temporalidades, condições e conjunturas que se acumulam. Sobre eles incidem questões acerca da experiência do viver a cidade, pautadas a partir da inserção no território, da materialidade desses espaços vividos, dos acessos, ameaças, (in) segurança, mobilidade, durabilidade, projetos políticos, soluções técnicas, entre outros. Sem o intuito de anular o intervalo temporal, nem mesmo os processos que incidiram entre um ponto e outro dos acontecimentos e situações elencadas, o capítulo apoia-se na ideia já citada de espiral do tempo, de Latour. Considerando, então, que a cidade transpassa as dimensões do corpo e do discurso, visamos amarrar alguns dos fios já expostos até aqui. Mais do que apresentar novos elementos, ele concentra-se em dar mais relevo à territorialização dos processos que, de alguma forma, já foram apontados e, por isso, surgem aqui abreviados.

Enquanto Conceição e Carolina tematizam o viver na cidade a partir da favela, Faustini e Yasmin, apesar de terem como *lócus* do habitar um conjunto habitacional - o Otacílio de Carvalho Camará, conhecido como Cesarão (Santa Cruz, RJ) - e um loteamento na periferia de Nova Iguaçu (Vila Iguaçuana), respectivamente, abordam o viver na cidade a partir, sobretudo, de seus deslocamentos. Já as Mães de Maio, o enxergam como o viver nas periferias paulistanas, a partir da violação dos direitos de circulação e dos constantes constrangimentos promovidos pela repressão e ameaça da violência oriunda, principalmente, do aparato policial.

[1] Jornal O Globo, 10 de agosto de 1960; **[2]** Jornal O Globo, 31 de agosto de 1960; **[3]** Jornal O Globo, agosto de 1960.
Fonte: http://www.vidaporescrito.com/#!hemeroteca/c1lh

FIGURA 29

Mesmo nos que tematizam a cidade a partir de um elemento comum, observa-se que diferem em suas abordagens. A favela de Carolina é uma favela que surge do despejo de um cortiço, cuja exata localização é desconhecida. A favela, para ela, é o avesso do seu desejo de São Paulo, "cidade sucursal do céu". Sua trajetória até a chegada à capital paulista foi pautada por difíceis situações de maus tratos e precariedade, superados ante a expectativa de uma vida melhor na cidade grande, que não se realiza. Nesse sentido, a favela do Canindé é sinônimo de decepção: "Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casas de tijolo" (JESUS, 1960, p.49). É o "inferno" de onde se pretende sair.

não suportando os maus tratos, D. Carolina deixou a família e veio para a Capital, como empregada doméstica. Andou de emprêgo em emprêgo ("ou era má empregada, gostava era de ler"), até que, em 1948, juntamente com muitas famílias sem posses, foi parar na favela, pelas mãos do Sr. Ademar de Barros:

— Êle disse para nós: "'Eu aqui os ponho e daqui os tiro". Mas nunca alcançou a presidência..."

[1]

não falar. Perguntada sôbre a favela do Canindé, exclamou:

— Deus me livre! E acrescentou:

— Isto aqui é a sucursal do inferno.

Ela não sabe se um dia terá outros trabalhos transformados em livros. Aliás, não parece muito preocupada com isso. O seu desejo é escrever, é dar largas à imaginação. E certamente poderá fazê-lo mais tranqüilamente quando receber seus direitos autorais — cêrca de 250 mil cruzeiros — que lhe permitirão comprar um pequeno sítio e deixar agora a já famosa favela do Canindé.

[1]

Escritora Favelada Sai da "Sucursal do Inferno" Para um Mundo Melhor [2]

Carolina e seus filhos vão morar em Suzano, numa casinha a ser construída através do I.A.P.C. E vai continuar escrevendo, só que agora — conforme ela diz — "sem a preocupação diária de catar papéis para vender e garantir um pedaço de carne, um pouco de feijão e meio quilo de açúcar, para o sustento dos filhos".

minhos que a vida parece indicar. Não apresenta a favela do Canindé, talvez, os mesmos aspectos de rampa revelados pelas favelas do Rio. Há nela, contudo, idênticas condições de "slums", naturais a cidades grandes em que o problema social do trabalho e da habitação não tenha sido solucionado. "Quarto de Despejo" deverá obter enorme êxito no Rio. Sua característica de narrativa dia-a-

[3]

Já em Conceição, a favela é narrada pela atenta menina Maria-Nova, aterrorizada com o inevitável arrasamento de seu território pela execução do Plano Municipal de Desfavelamento. Para ela, a favela é o local dos vínculos sociais, dos laços afetivos, da realização de uma vida melhor do que a da roça, ou seja, uma possibilidade bem-vinda, ainda que precária. A favela significava também encontrar trabalho: "(...) encontraram no fogão, no tanque e nas casas de patroas modos de sobrevivência" (EVARISTO, 1986, p.200).

Cabe observar que as duas narradoras, Carolina e Conceição, embora trabalhem com temas e elementos muito semelhantes, distinguem-se não só na forma-relação com que abordam o território nas narrativas, mas existe uma questão espaço-temporal que as diferencia. Quando lançou *Quarto de Despejo,* Carolina tinha 46 anos e ainda morava no Canindé. Foi lá de dentro, projetando sua saída, que escreveu seu livro-sucesso. Embora Conceição tivesse idade bem próxima à de Carolina ao lançar *Beco de Memória*, 44 anos, a escritora não mais vivia na favela. O livro foi escrito em 1986, mas publicado em 2009. O desfavelamento da favela em que Conceição morava teria ocorrido no início da década de 1970. Existe um intervalo de aproximadamente 15 anos entre a escrita e a partida da favela. Ou seja, existe na narrativa de Conceição um distanciamento do fato ocorrido o que não existe em Carolina. Isso é importante porque, apesar de o Canindé também ter sido desfavelado, Carolina não viveu esse momento, pois já havia deixado a favela. Conceição fala de algo que se desfaz, enquanto Carolina não vê, na favela, possibilidade de mudança, por mais que na década de 1960 já houvesse, sobretudo no Rio de Janeiro, ações no sentido de urbanizar ao invés de desfavelar tais territórios[78].

[78] Destaca-se o trabalho desenvolvido arquiteto Carlos Nelson F. dos Santos na paradigmática favela de Brás de Pina na década de 1960, como alternativa ao dominante processo de erradicação.

Em Faustini e Yasmin existe também esse distanciamento que não houve em Carolina na escrita dos dois primeiros diários. Observamos também que esse distanciamento é cada vez menor, pois os autores lançam seus livros cada vez mais jovem: Faustini lançou seu Guia Afetivo, no qual tematiza passagens de sua infância e adolescência, com 38 anos; e Yasmin publicou as lembranças de sua infância no conto *Mc K-Bela* quando tinha apenas 21 anos.

Diferentemente de Carolina e Conceição, em Faustini e Yasmin a discussão sobre a favela está ausente. Ambos abordam a materialidade dos territórios que habitam não mais a partir da precariedade ou da iminência das remoções. Nos dois está presente, por exemplo, a bem-vinda chegada do asfalto, apesar das décadas que os separam. No *Guia*, Faustini fala do dia em que chegou o asfalto na rua vizinha: "foi a apoteose dos carrinhos de rolimã e a mudança do modo de jogar bola de gude para a molecada" (2009, p.148). Em *Mc K-Bela*, ao narrar a rotina do choro pós-ofensas na escola, Yasmin destaca (THAYNÁ, data?, p.7): "rugia um soluço baixinho de um instrumento sintonizado com o som do cavalgar dos quadrúpedes no asfalto recém-chegado na rua já molhado com uma chuva de inverno".

No entanto, existe um centro desejado e idealizado, que está, física e geograficamente, distante. Considerando o intervalo temporal que existe entre as passagens narradas por Carolina+Conceição e aquelas de Faustini+Yasmin+Mães de Maio, percebemos que o arrasamento do habitat das primeiras resultou no movimento de ocupação e consolidação das margens vivenciados pelos segundos, seja promovido pelo Estado, como no caso de Faustini (promovido pela Companhia Estadual de Habitação), seja pelo próprio mercado, como é o caso do loteamento na periferia de Nova Iguaçu, ou pela ocupação informal das áreas mais distantes e menos valorizadas. Vinculam-se então os processos de remoção da população pobre das áreas centrais e a consolidação de uma condição marginal de ocupação do espaço.

Escapa nessa discussão a ênfase dada na relação entre estrutura fundiária e trabalho na transição da sociedade escravocrata para a sociedade do trabalho livre - final do séc. XIX e início do século XX - tão cara à Carolina. Ela será guiada pela ideia de deslocamento e retorno para as fazendas e pelas ponderações que tece sobre a questão fundiária. A terceira parte centra-se no que se consolidou como desfecho para a favela do Canindé.

DESLOCAMENTO CAMPO - CIDADE

Existe uma ideia de trânsito que está presente em todas as narrativas e que se realiza tanto através de deslocamentos físicos intercontinentais, principalmente África-Brasil; deslocamentos promovidos pelas migrações campo-cidade e entre cidades e regiões; e deslocamentos intracidade, sobretudo casa-trabalho ou casa-estudo; quanto através dos deslocamentos imateriais, um trânsito como transmissão de histórias, memórias e costumes entre gerações.

Em Carolina, é o deslocamento físico-geográfico a tônica, especialmente de seu livro Diário de Bitita (1986). Escrito com uma distância temporal superior às demais obras que aqui abordamos, nele a escritora expôs seu percurso até a chegada a São Paulo. Mover-se significava deslocar-se na direção das imagens que ela própria produzia, ainda que tal dinâmica causasse estranhamento à sociedade. Em um primeiro momento, o estranhamento estaria associado à ideia ainda arraigada de que, apesar de livre, o lugar do negro na sociedade estava relacionado a possibilidade de conquistar um trabalho remunerado. Afinal, qual outro motivo teriam eles para circular pela cidade? Carolina, que para além de andar pela pequena Sacramento transitava por diversas cidades, era apontada como "vagabunda", pois "moça direita não viaja". A escritora alegava que o ato de vagar muitas vezes estava associado à perseguição sofrida pelos jovens pobres, constantemente sob ameaça do aparato policial: "Que dó eu sentia daqueles jovens

pobres. Não podiam ficar na cidade [Sacramento] porque a polícia os perseguia. Os homens pobres olhavam os policiais como os gatos olham os cães." (JESUS, 1986, p.220)

Antes de chegar a São Paulo, deslocar-se estava para Carolina associado à ideia de disputa, de conquista, de acesso, sobretudo à terra e ao trabalho dignamente remunerado. Os dois, no entanto, mostravam-se ainda muito distante e as condições de vida em Sacramento aparentavam ser precárias.

> Não me agradava aquele modo de vida dos pobres. Não podia nem classificar aquilo de vida; sofriam mais que os animais. Que luta para conseguir dinheiro nas cidades do interior! (JESUS, 1986, p. 116)

De acordo com os relatos da escritora, ainda durante sua infância ela teria se deslocado inúmeras vezes, na companhia de sua mãe, para fazendas de Minas Gerais e São Paulo em busca de melhores opções de trabalho. Pierre Denis (1928) destaca, no início do século XX, a presença de trabalhadores brasileiros oriundos de Minas Gerais fazendo o trabalho de derrubada de matas nas fazendas de café paulistas:

> O plantador pobre de capitais e desejoso de evitar todas as atribulações de um trabalho que não se tornaria produtivo senão após vários anos, tratava com um empreiteiro. O empreiteiro recebia a terra virgem e se propunha a devolvê-la quatro anos mais tarde plantada de cafeeiros. Ele fazia a derrubada, cultivava o milho entre as plantas ainda jovens e, ao fim de quatro anos, recebia do proprietário a soma de 400 réis por pé de café. Às vezes eram os alemães que trabalhavam nessas derrubadas, mas seguidamente, porém, os brasileiros, os naturais de Minas. (DENIS, 1928, apud MARTINS, J., 1979, p. 68).

Ao que se nota nos relatos de Carolina, os fazendeiros enfrentaram dificuldade com o novo trabalhador imigrante, permitindo, assim, que os negros retornassem ao campo.

> Eles prometiam aos negros:
>
> - Voltem para a lavoura que nós vamos tratá-los bem. Aceitamos suas reivindicações. (JESUS, 1986, p. 30)

A esperança do retorno ao campo era importante para construir uma nova subjetividade a respeito do trabalho livre. A partir dos relatos de Carolina percebe-se que nessa nova subjetividade em construção elementos como a ausência da polícia, a proximidade com os imigrantes e a produção de subsistência eram elementos importantes que, de certa forma, ativavam no imaginário do negro pistas de que um movimento mais igualitário estivesse por vir. Nos trechos abaixo de Diário de Bitita (1986) encontramos

> Eu estava enamoradíssima da nova vida. Estava desligando-me da compra por quilos de arroz e familiarizando-me com os sacos de cem quilos e com o paiol (...)
>
> Não tinha polícia nos nossos calcanhares. Que silêncio para dormir!
>
> (...) Até os pretos analfabetos cantavam "La Donna è móbile". (JESUS, 1986, pp. 161-162)

Em alguns momentos, essas pistas confundiam-se e distanciavam-se de fato de um ideal de igualdade e passava longe da noção de cidadania plena. Uma possível alteração, por exemplo, nas relações e práticas de sociabilidade que com o passar do tempo teve as barreiras que impediam o relacionamento entre pessoas de raças distintas minimizadas, tendiam a ser interpretadas como um movimento em direção à igualdade, como relata Carolina sobre o comentário de trabalhadores rurais negros:

> - Você vê como é que o mundo já está melhorando; nós os negros já podemos dormir com as mulheres brancas. É a igualdade que já está chegando. (JESUS,1986, p. 54)

No entanto, a ausência da propriedade da terra ainda era um elemento que implicava na desconfiança e na não fixação dessa população no campo, além, é claro, dos maus-tratos e trapaças dos proprietários de terras para com eles. Carolina comenta : "Na roça não havia distrações, mas não existia sofrimento. Mas para que sonhar se as terras não eram nossas?" (JESUS, 1986, p. 168). O retorno ao campo se deu sob determinadas condições (MARTINS, 1979, p.34):

1. Pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal;

2. Pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida;

3. Ou como excedentes comercializáveis pelo próprio colono.

A relação entre fazendeiro e ex-escravo estava longe de ser harmoniosa, e as condições de trabalho também distantes das idealizadas pelo trabalhador.

Trabalhamos quatro anos na fazenda. Depois o fazendeiro nos expulsou de suas terras.

(...). Nestas fazendas só os fazendeiros é que tem o direito de ganhar dinheiro.

(...). Oferecemos a um motorista nossos porcos e as aves, e eles nos levou de volta para Sacramento.

Um dia, apareceu um preto procurando empregado para trabalhar na lavoura de café no estado de São Paulo.

O senhor Romualdo, meu padrasto, aceitou. Reunimos oito pessoas porque íamos capinar café. Seriam necessárias várias pessoas

Deu uma casa para nós morarmos. Tinha luz elétrica só na casa do fazendeiro. (...). Não tínhamos permissão para plantar. O fazendeiro nos dava uma ordem de cento e cinquenta mil-réis para fazermos compras num armazém lá em Restinga. Tínhamos que andar quatro horas para ir fazer as compras, o dinheiro não dava. Comprávamos feijão, gordura, farinha e sal. Não tomávamos café por não ter açúcar. Não tinha sabão para lavar roupa de cama. Que fraqueza!

Meu padrasto era triste, todos os colonos eram tristes

Se eles [os fazendeiros] consentissem que plantássemos feijão e arroz no meio do cafezal, até eu voltaria para o campo. A terra onde está plantado o café é fértil, adubada. O feijão dá graúdo, e o arroz também.

Que tragédia que o fazendeiro Loló arranjou para nós! O que não deveriam estar sofrendo os infelizes que ficaram na sua fazenda (JESUS, 1986, pp. 166-175).

Nos relatos de Carolina, vimos se confirmar a tese defendida por Martins (1979) de que o trabalho livre não assegurou, principalmente no campo, o trabalho assalariado. O que acontecia nas fazendas distanciava-se pouco, do ponto de vista da relação patrão-trabalhador, da relação senhor-escravo. A dinâmica capitalista que se disseminou nas fazendas era híbrida, a economia funcionava como economia capitalista (ainda que não plenamente), enquanto a sociedade ainda se organizava com base em relações e valores de orientação pré-modernos (MARTINS, 1979, p. 36).

No entanto, a possibilidade de produzir para consumo próprio marca a narrativa da escritora de forma significativa. Quando fala sobre o retorno para Sacramento, depois de sua família ter sido expulsa por um fazendeiro, a escritora lamenta o fato de passar a ter que pagar pelos alimentos que consumiria

> Achei horroroso ter que comprar um quilo de arroz, um quilo de feijão. Por que é que nós não podíamos ter terras para plantar, e não podíamos comprá-las? (JESUS, 1986, p. 168).

Acontece que na cidade também havia oferta de trabalho, o que contribuía para o esvaziamento das fazendas. Como conta Carolina, "(...) os negros não iam porque na cidade também havia serviço. Então os fazendeiros conseguiam pouquíssimos trabalhadores" (Idem, p.29). O trabalho na cidade também podia render mais ao trabalhador do que a fazenda. O salário de um mês chegava, em alguns casos, a corresponder ao que o colono ganhava ao fim de um ano, apesar do benefício da produção de bens de subsistência, que representavam parte significativa do orçamento familiar. Em 1911, estudos apontavam que em termos monetários a produção de subsistência era avaliada em 37% do ativo de uma família de colono (MARTINS, 1979, p. 81).

O século XX tem seu início marcado pela crise internacional do mercado do café, em 1902. A política de contenção da expansão da lavoura de café acabou por estimular os fazendeiros a diversificarem seus investimentos, e os imóveis urbanos passaram a ter um lugar de destaque na equação econômica. Vê-se, com isso, que a legislação urbanística passa a ocupar um importante papel, uma vez que interfere diretamente no potencial de valorização dos terrenos urbanos, transmutados em reserva de valor historicamente estratégica (ROLNIK, 1997, p. 25).

A demanda por deslocamento atualiza-se nas cidades. Em Carolina, até a chegada a São Paulo, os deslocamentos intermunicipais predominaram. E a escassez de recursos obrigou que efetuasse grandes deslocamentos a pé, como quando voltou de Uberaba para Sacramento: "Não tinha dinheiro para pagar condução. Fui a pé. Andei quatro dias e dormia debaixo dos arvoredos. Pedia comida das casas. Mas não queria tirar proveito da minha enfermidade", contou Carolina (JESUS, 1986, p.186). Hoje, ainda que não seja novidade, o que está em jogo é o direito diário de ir-e-vir. Embora passe, oficialmente, distantes das proibições do período escravagista, a mobilidade, enquanto direito, ainda se realiza de forma assimétrica na sociedade contemporânea.

Nas denúncias das Mães de Maio, encontramos depoimentos como: "eu então falei pra ele voltar pra casa e não sair, porque havia um toque de recolher, e estávamos todos assustados com a situação" (MÃES DE MAIO, 2012, p. 36). Uma vigilância que aproxima, pela dobra do medo e da violência, as Mães de Maio à Carolina: "Fui presa por dois soldados e um sargento. (...) Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso". A escritora expunha em seus textos como ela mesma, também pobre, também negra, teve sua liberdade submetida à humilhação e carceragem ainda em Sacramento. Esse fato muito contribuiu para que partisse em busca de fazer morada em outras localidades, recebendo para isso incentivo de sua mãe, como narra nesta passagem.

> Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. Apenas obedeci. Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado.
>
> -Cala a boca! E você também está presa.
>
> Seguimos na frente dos dois policiais.
>
> Minha mãe chorava dizendo: 'Eu te disse para não vir nesta cidade [Sacramento]. Porque você não fica com os paulistas'?
>
> (...) ficamos presas por dois dias sem comer. No terceiro dia o sargento nos obrigou a carpir a frente da cadeia. (JESUS, 1986, p.221)

Quando em São Paulo, a capacidade de deslocamento esteve diretamente colada na decisão pela fixação no Canindé. Sua localização, próximo a áreas centrais, permitia que Carolina, e também Conceição em sua favela em Belo Horizonte, se deslocassem a pé para trabalho e estudo. No caso de Carolina, era preciso catar papel nas redondezas, conseguir trabalho por perto, pois sua capacidade de circulação na cidade era limitada, notadamente quando sua filha mais nova a acompanhava no labor:

> Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e o peso da Vera Eunice nos braços. (JESUS, 1960, p.19)

A proximidade física com o centro permitia esse ir-e-vir, uma vantagem, uma vez que usufruir do transporte público era uma raridade, dentro de suas parcas condições financeiras. Sua mobilidade, quase sempre, era restrita aos territórios que alcançava a pé. Em trecho de *Quarto de Despejo*, Carolina relata o uso do ônibus como um fato esporádico e excepcional: "Era domingo e o povo ficou expantado quando viu os indigentes superlotar o ônibus Bom Retiro. Tivemos sorte. Fomos com um cobrador que aceitava a quantia que nos dávamos" (Idem, p.62).

DA FINANCEIRIZAÇÃO DO CORPO À FINANCEIRIZAÇÃO DA TERRA E DA MORADIA

Vimos, através de Carolina, que o acesso a terra esteve diretamente relacionado com as possibilidades ou restrições de circulação e mobilidade na cidade. A questão da terra vai ser recorrente em sua narrativa, tanto quando fala sobre o campo, quanto sobre a cidade. Ela mesma problematizava a formação das favelas nas grandes cidades, tirando algumas pertinentes conclusões. Em *Diário de Bitita*, afirmava que: "Os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros" (JESUS, 1986, p.171). Ao falar isso, ela transferia as relações de poder que conheceu na infância em Sacramento para a cidade, através de uma conexão que faz sentido. Ela, que nasceu em 1914, livre, mas sem-terra, acompanhou a lenta e dolorosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre, primeiro entre a pequena cidade e as fazendas, e posteriormente na cidade industrial[79]. A escassez de terra, ou a assimetria existente entre os que a possuíam e os que não a possuíam, era a tônica de muitas das suas queixas:

[79] Sabe-se que existe uma disputa no campo do discurso sobre a historiografia do período pós-abolicionista e às quais as questões que apontamos no trabalho não pretendem abarcar. Assim como as diferenças e nuances desse processo no meio rural e no urbano. A opção de tomar mais proximidade com a discussão que incide sobre o meio rural se dá pelo fato dela estar mais intimamente relacionada com o universo vivenciado por Carolina em sua infância e juventude. Destaca-se também o fato de, diante dessa disputa historiográfica, ter sido adotado como referência principal José Martins, "O cativeiro da Terra" (1979). Essa adoção se deveu ao autor explorar as minúcias da questão fundiária no período de transição do séc. XIX para o XX,que são tão caras a Carolina

> - O homem que nasce escravo, nasce chorando, vive chorando e morre chorando. Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente; se nos encostávamos num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam. (JESUS, 1986, p.68)

Em São Paulo, cidade na qual Carolina insistiria em afirmar sua presença, a questão fundiária permaneceria como entrave para seu acesso à "sala de visitas". De acordo com Rolnik (1997), a cidade teve sua construção guiada por uma ordem urbanística que não se realiza a partir de uma "desordem" ou falta de planejamento, como é comumente proferido, mas sim "da formulação de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade" (ROLNIK, 1997, p. 14). As origens desse pacto estariam ancoradas no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ou melhor, da substituição do escravo pela terra enquanto mercadoria.

De acordo com Rolnik (1997), se formos buscar referências históricas dos arranjos formulados em torno da questão da terra e sua relação com a estruturação e constituição das cidades, regressaremos a 1530, quando foi introduzido no Brasil, pela coroa portuguesa, o sistema sesmarial, que permitia ao capitão-mor conceder gratuitamente terras e criar vilas, mediante exigência de ocupação com cultivo, desbravamento da terra e pagamento de dízimo à Ordem de Cristo. Coexistiram com esse sistema as "datas", espécie de sesmaria urbana realizada através da cessão de parcelas de glebas, aforamento, ou simplesmente doação, que seguia a mesma lógica da sesmaria. Nelas, o domínio se estabelecia através do uso e ocupação, diferenciando-se quanto à formalização, que no caso da sesmaria era mediada pela Coroa através da Câmara, enquanto a data era legítima, mas não legal.

Aproximando o recorte temporal, vimos o século XIX surgir dotado de projetos que disputavam o "futuro da nação". É nesse século que o país se torna independente (1822) e também República (1889). O território, assim como a ideia de "raça", ganha centralidade nos discursos que passam a ser formulados. Em 1822 o regime de sesmaria é extinto e passa a vigorar um regime chamado por alguns juristas de "regime de posse de terras devolutas", transformado em costume jurídico oficial, amplamente praticado. Até 1850, a ocupação pura e simples da terra transformou-se em regra (ROLNIK, 1997, p.22) e quando havia coincidências sobre a área ocupada, a carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse (MARTINS, 1979, p. 40). A promulgação, em 18 setembro de 1850, da Lei n. 601, conhecida como Lei de Terras, influiu diretamente na questão da propriedade fundiária. A partir de então, o acesso a terra passou a ser um ponto de conflito e tensão no processo de construção das cidades. Isso porque, em seu primeiro artigo, a lei define a aquisição por meio de compra como única opção de acesso à propriedade[80].

Quando Carolina fala que "O fazendeiro tem uma atenuação: - 'As terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei'. É um ladrão legalizado" (JESUS, 1986, p.172), é esse regime de propriedade, formulado em 1850, que ela expõe. O fato de duas semanas antes de vigorar esse novo regime de propriedade o Brasil declarar a suspensão do tráfico de escravos para o país é um dado importante para compreensão das mudanças em curso. Além de apontar claramente para o início do fim da escravidão – que iria ocorrer em 1888[81]-, estabelecia o que iria acontecer gradualmente até o final do século XIX: a terra substitui o escravo na nova composição da riqueza, transformando-se em um importante instrumento de negociação. O escravo acompanhou, então, esses três movimentos acontecerem simultaneamente.

[80] Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

[81] Vale ressaltar que o Brasil foi o último país do ocidente a banir a escravidão, à altura já condenada pela maioria das nações.

1º: Deixou de ser cativo, perdendo, consequentemente, seu "valor" enquanto mercadoria[82];

2º: Quando estava prestes a ascender à condição de homem livre, viu as regras de acesso a terra mudarem, apartando-a de seu alcance;

3º: Acompanhou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre[83], na qual foi descartado e substituído pelo novo colono que chegava da Europa.

Como relata Carolina

> Eu vi vários pretos que haviam sido agraciados com a Lei Áurea e com a liberdade. Faziam ranchinhos à beira das estradas, porque a beira das estradas públicas pertence ao governo e ninguém falava nada (JESUS, 1986, p.95).

Esses três processos, obviamente, não caminharam juntos por força do acaso. Como afirma Martins (1979),

> O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativeiro da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista (MARTINS, 1979).

---

[82] A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção na economia de tipo colonial, nesse caso particular, deve ser ressaltada. Essa economia não se definia apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria" (MARTINS, J., 1979, p. 29-30)

[83] Martins chama a atenção em suas análises que o fim do trabalho escravo não pressupôs o início do trabalho assalariado, sobretudo nas lavouras de café. Existiu uma diversidade de mediações e determinações das relações de produção que configuraram o regime de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato, sob o qual, durante cerca de um século, até fins dos anos 1950, foi realizada a maior parte das tarefas no interior da fazenda de café (MARTINS, J. 1979, p.26).

Azevedo (1987, pp.64-65) critica o fato de que o tratamento dado pela historiografia sobre o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre minimiza a questão racial, tão central para a efetiva implementação do projeto imigracionista. Para ela, os argumentos liberais e raciais convergiam para que o fim da escravidão fosse explicado tanto em termos do caráter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos.

Ganhou força também, no século XIX, os projetos e ideias oriundos do movimento imigrantista, contribuindo para o fortalecimento dos projetos dos reformadores emancipacionistas endossados pelas teorias científicas que sofisticaram a discussão acerca da inferioridade dos negros. Dentre os críticos à presença dos imigrantes e ao trabalho escravo, destacamos o posicionamento de uma mulher, Nisia Floresta Brasileira Augusta Faria. Nascida no Rio Grande do Norte, estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1838. Proprietária de um colégio para moças, defendia o aproveitamento da mulher no mercado de trabalho, sobretudo, as pobres e as índias. Seu discurso, no entanto, recaía em uma abordagem um tanto quanto conservadora, pautada na necessidade de "moralizar" o trabalho em prol da formação de uma classe operária nacional. Para ela, moralizando e ampliando o acesso das mulheres ao trabalho não seria necessário importar trabalhadores europeus.

Ainda que seja óbvio, é preciso pontuar que, enquanto descendente de negros escravizados, a figura de mulher que circunda não só as lembranças de Carolina, como também as de Conceição e mesmo as de Yasmin, não encontra ressonância nessa defesa. O trabalho, seja forçado ou livre, sempre esteve presente na vida das mulheres de suas famílias. Aliás, é a busca de emprego que vai, em grande parte, definir os deslocamentos que tanto Carolina quanto Conceição vão efetuar em suas vidas.

"Escravos em terreiro de uma fazenda de café", Vale do Paraíba, c. 1882. Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

FIGURA 30

O imigrantismo confirmou-se então como realidade, e São Paulo, sobretudo, destaca-se por ter recebido significativas levas de estrangeiros a partir de 1840. Em sua trajetória na primeira metade do século XX, Carolina vê-se envolta precariamente em um processo de produção no qual sua permanência é sempre instável. Martins define o regime de colonato como "um regime constituído de relações de trabalho que foram historicamente criadas na própria substituição do trabalho escravo, conforme as necessidades do capital, sem que no final viesse a se definir um regime de trabalho assalariado nos cafezais" (MARTINS, 1979, p.19). Entre as idas e vindas, o trabalho na lavoura de café ou em atividades a esta relacionada atravessa a vida de Carolina de forma perturbadora, sem que a escritora encontrasse uma posição confiável a qual pudesse ocupar. Ela acompanha as indagações acerca da presença dos imigrantes na lavoura:

> "E o senhor Nogueira dizia:
>
> - Eles tiraram o São Sebastião da lavoura e colocaram o São Genaro. É mania do brasileiro; tem o remédio no país mas prefere importar da Europa (JESUS, 1986, p.29).



Para que o capitalismo agrário pós-escravista emergisse da forma como os reformadores e imigrantistas previram, foram trazidos mais de 1 milhão e 600 mil imigrantes europeus para o país entre 1881 e 1913 (a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café), de acordo com Martins (1979, p. 37).

Carolina experienciou os desdobramentos desse novo modo de fazer riqueza, que inicialmente pautava-se no velho modo de produzir café. O fazendeiro foi então deslocado para o interior do espaço de reprodução capitalista, tornando-se administrador da riqueza produzida pelo trabalho; a mão de obra livre do colono ocupou o lugar do trabalho escravo dos negros; e os ex-escravos, ao mesmo tempo em que recuperaram sua força de trabalho, foram **descartados** do processo produtivo.

Esse descarte justificou-se pela impossibilidade de alteração na relação trabalhador-trabalho, pautada até então na coerção física, para uma que pudesse se realizar a partir da coerção ideológica. Sendo assim, para que as novas relações de produção se efetuassem, não cabia um trabalhador cuja **herança** fosse a escravidão (MARTINS, 1979).

Enquanto o lugar do negro no pós-escravidão é apontado por alguns estudiosos como o da inevitável marginalização, dada sua própria herança da escravidão[84], aos imigrantes[85] era previsto que alcançassem a liberdade, ainda que esta estivesse vinculada à propriedade, cujo processo de livrar-se da sujeição do fazendeiro custava, aproximadamente, 12 anos de trabalho (DEAN, 1976, apud MARTINS, 1979, p. 90).

Diante desse novo arranjo, a oneração deslocou-se do tráfico de escravos para a conquista efetiva da propriedade privada da terra. Para que fosse efetivamente comprada, esta operação envolvia uma série de procedimentos (lícitos e ilícitos) que incluíam desde já as despesas direcionadas para o pagamento de grileiros. Como implicações imediatas dessa mudança, Rolnik (1997) aponta duas questões: a absolutização da propriedade, desvinculando-se da condição efetiva de ocupação; e a monetarização da terra, ou seja, a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria.

A título de comparação, em 1862 os Estados Unidos também propuseram uma lei que incidia sobre a propriedade de terras, tendo como contexto o fim da escravidão (cuja abolição data de 1865). No entanto, a proposta americana é praticamente oposta à

[84] Azevedo (1987) afirma que existiu um esforço, no que tange à construção da historiografia nacional, na direção de reduzir a participação do negro no período pós-escravidão, mesmo em obras de historiadores conceituados como Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Fernandes incorpora-o com maior densidade nos estudos direcionados para a década de 1920 em diante, no qual o negro, deformado pela escravidão, estaria longe ainda de se integrar à sociedade de classe em formação e por isso caber-lhe-ia apenas o papel residual no sistema social

[85] Cabe ressaltar que a relação entre imigrante e fazendeiro também se mostrou distante da idealizada pelos colonos. Incorporado na economia cafeeira, o trabalhador era uma parte do processo produtivo na qual o fazendeiro investia custeando alimentação, transporte e instalação da família do colono. Esse ônus acabaria por instituir uma relação de servidão por dívida do colono em relação ao fazendeiro, que embora não se reproduzisse da mesma forma que a escravidão, utilizava-se de estratégias como manipulação de taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços extorsivos, protelando assim a quitação da dívida pelo trabalhador

brasileira em relação à dimensão fundiária. O *Homestad Act,* como ficou conhecido, definiu a ocupação de terras livres como forma de esvaziar o escravismo americano, permitindo, através dessa lei, que mesmo os ex-escravizados pudessem se tornar proprietários de terra, sem ônus (MARTINS, 1979, p. 4). Tal medida não foi estabelecida sem conflitos, mas em meio a uma terrível guerra civil que agravaria a já conturbada relação entre negros e brancos, distinguidos não apenas pelas teorias cientificas, mas também por um aparato legislativo que instituía oficialmente a segregação racial no país.

No Brasil, o receio de que a transição para uma sociedade do trabalho livre pudesse ocorrer de forma violenta, como no caso norte-americano, mudou o rumo dos argumentos. O que moveu, no entanto, as duas opções, foi menos uma questão ética, moral ou de civilidade, e mais as formas distintas de inserção/adequação do modo produtivo no capitalismo, sendo este a porta de entrada para o mundo moderno. Não havia, como pode ser percebido no Manifesto Republicano de 1870, qualquer movimento real de emancipação que alterasse a hierarquia social vigente: "Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses de nossa pátria, não é nosso interesse convulsionar a sociedade em que vivemos".

Rio e São Paulo destacam-se como o destino do grande número de escravos libertos após a abolição. O espaço urbano era composto por uma classe média, responsável por uma industrialização incipiente, e por uma classe operária, também incipiente, formada por imigrantes europeus e ex-escravos. No início do século XX, o país permanecia agrário, do ponto de vista de suas atividades econômicas. De acordo com o Censo de 1920, 69,7% da população economicamente ativa desenvolvia atividades relacionadas à agricultura; a indústria era responsável por apenas 13,8% (GERALDI, 2012, p. 84).

Com o crescimento e adensamento da cidade, no entanto, passam a atuar, sobretudo na área de higiene pública e epidemiologia, os médicos higienistas que se debruçavam na descoberta da cura de doenças tropicais, como a febre amarela e o mal de Chagas. Uma concepção alargada da dimensão de doença era adotada, na qual não bastava agir sobre os doentes físicos, sendo também necessárias intervenções mentais e morais (SCHWARCZ , 1994, p. 144). No Rio, a escola carioca de medicina reivindicava independência e autonomia para atuar nas intervenções públicas, como no caso da Revolta da Vacina. Essa revolta popular ocorreu em 1904 em reação à Lei da Vacinação Obrigatória, que autorizava a invasão de casas para vacinação à força.

> O estopim da revolta foi a divulgação, em 9 de novembro de 1904, da legislação que regulamentava a obrigatoriedade da vacina. Deflagrado no dia seguinte, o motim se espalhou pela cidade, alcançando bairros distantes do centro. A cidade foi convulsionada durante seis dias seguidos, onde não faltaram tentativas de golpe militar e ameaças de bombardeio dos redutos ocupados pelos antivacinistas. Em 16 de novembro é decretado o estado de sítio e a revolta é rapidamente debelada, deixando para trás barricadas, prédios, ruas destruídas e um saldo de trinta mortos, 110 feridos, 945 presos, dos quais 461 foram deportados para os seringais do Acre (PONTES, 2010, p. 66).

A revolta também ajudou a consolidar a ideia de que as favelas eram o centro da desordem urbana, principalmente devido à grande participação dos moradores do Morro da Favella nesse conflito. Nas duas décadas seguintes, a união entre higienismo e eugenia ganhou força e, assim, a República institucionaliza o racismo.

Cabe expor alguns apontamentos sobre a questão habitacional. Em São Paulo, a habitação popular muitas vezes coincidia com os cortiços, que eram habitações coletivas, em geral, sem condições de habitabilidade, mas localizadas na área central. No entanto, seus moradores eram reféns do preço do aluguel. De acordo com Bonduki (1994, p.712), as investidas em direção à produção de habitação pela República Velha (1889-1930) foram praticamente nulas.

> A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações de produção capitalista e de criação de mercado de trabalho livre, que corresponde aos primórdios do regime republicano, era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a ostentação de rendimentos pelo investimento na construção e aquisição de casas de aluguel (BONDUKI, 1982, apud BONDUKI, 1994, p.712)..

Das poucas existentes, destaca-se, em 1906, a construção do primeiro grupo de moradias construídas no Brasil pelo poder público: 120 unidades habitacionais na Avenida Salvador de Sá (RJ), movida pela derrubada de milhares de cortiços para abertura da Avenida Central (BONDUKI, 1994, p.714). Em 1924 teria sido criada a Fundação A Casa Operária, em Recife (PE), sendo esta a primeira instituição pública criada especificamente para a produção de habitação de caráter social no país (Idem, ibdem). A valorização imobiliária era uma opção de investimento para reserva de valor.

Na década de 1930, com o início da Era Vargas (1930- 1945) - Vargas era considerado "o pai dos pobres" -, o Estado passa a intervir em todos os âmbitos da atividade econômica, consequentemente, também na habitação e no mercado de aluguel. É deste período a Lei do Inquilinato (1942).

> (...) congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência Social e da Fundação da Casa Popular, que deram início à Produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da produção imobiliária, e o Decreto-Lei nº 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos e prestações (BONDUKI, 1994, p.711).

Até 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus próprios proprietários e quase 90% da população era inquilina (considerando a alta taxa de densidade dos cortiços) (Idem, p.713). As competências administrativas, municipais, estaduais e federal, ainda se ajustavam na década de 1930. Data de 1932 o ano em que a municipalidade começou a coletar o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Até então, embora desde a Constituição imperial de 1824 as câmaras municipais tivessem um papel mais autônomo, foi só a partir da arrecadação desse imposto que a municipalidade obteve alguma autonomia também financeira.

No âmbito das legislações, destacam-se algumas ações, como a promulgação da Constituição de 1934, na qual a função social da propriedade é instituída, assim como a possibilidade de regularização fundiária de áreas ocupadas havia mais de 10 anos. No Rio de Janeiro, foi instituído em 1937 o Código de Obras, apontado como o primeiro texto jurídico a empregar o termo favela. De acordo com Gonçalves (2006), o Código "(...) consolidou a associação sistemática entre favela e ilegalidade, influenciando profundamente as políticas urbanas em relação a estas, durante décadas" (GONÇALVES, 2006). A presença da favela nessa lei foi contraditória. Embora tenha tido explicitamente reconhecida sua presença no espaço urbano, foi negada formalmente a possibilidade de sua existência:

Artigo 349: A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições desde Decreto, não será absolutamente permitida.

§ 1° - Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

§ 2° - A prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.

§ 3° - Verificada pelas Delegacias Fiscais ou pela Diretoria de Engenharia, a infração ao presente artigo, deverá o fato ser levado com urgência ao conhecimento da Diretoria de Engenharia que, depois de obtida a necessária autorização do Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, mandará proceder à demolição sumária, independentemente de intimação e apenas mediante aviso prévio dado com 24 horas de antecedência. [...]

§ 5° - Tratando-se de favela formada ou construída em terreno de propriedade particular, será o respectivo proprietário passível [...] da aplicação da multa correspondente à execução de obra sem licença e com desrespeito ao zoneamento. [...]

§ 7° - Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dôbro. [...]

> § 8° - A construção ou armação de casebres destinados à habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.
>
> § 9° - A Prefeitura providenciará como estabelece o Titulo IV do Capítulo XIV deste decreto a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo.

Dentre tantas alternativas possíveis no que toca ao tratamento da favela no âmbito jurídico, o Código define por legitimar sua irregularidade e relega seu habitante à ilegalidade. Ainda na primeira fase do período getulista, em 1936, é promulgada em São Paulo a primeira lei de anistia geral às construções irregulares. Rolnik (1997) elege esse fato como importante elemento no que tange à construção das bases jurídico-urbanísticas que viabilizaram a existência de um pacto territorial ao qual a cidade está até os dias atuais submetida.

São quase concomitantes à chegada de Carolina a São Paulo as primeiras investidas em direção à produção de habitação de interesse social no Brasil, ainda que tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo intensifique-se, nos anos 1940, o surgimento de favelas, com algumas diferenças:

> As primeiras favelas de São Paulo e a intensificação do crescimento das favelas no Rio de Janeiro ocorrem exatamente nesta conjuntura nos primeiros anos da década de 40, ocupando terrenos públicos e abrigando famílias despejadas ou migrantes recém-chegados. Em São Paulo, no entanto, ao contrário do Rio de Janeiro, as favelas não logram expandir-se em larga escala até a década de 70, tanto em decorrência da sua estigmatização como pelo fato de que, em São Paulo, a alternativa casa própria em loteamentos periféricos tornou-se viável (BONDUKI, 1994, p.729).

Em 1937 são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e as carteiras prediais, dando início à construção em larga escala dos conjuntos habitacionais pelo Estado.

> Efetivamente, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões representou um mecanismo através do qual os imensos recursos que afluíam aos cofres dos IAPs e que não tinham destinação imediata (estes recursos proviam do depósito compulsório de empresas e trabalhadores para o pagamento futuro de aposentadorias e pensões) podiam financiar a construção civil, não só na habitação social (Plano A e B), mas também no Plano C, que financiava a incorporação imobiliária para os setores médios (Farah, 1984; Melo, 1987, apud BONDUKI, 1994, p.725).

As atividades urbano-industriais passam a ser centrais na nova economia, e com elas emergem as massas populares urbanas. Em 1954, devido à baixa rentabilidade do investimento em imóveis de habitação social, os IAPs passam a investir quase que exclusivamente no Plano C[86]. Ainda assim, os IAPs e a Fundação Casa Popular, produziram 140 000 unidades habitacionais (excetuando os financiamentos do Plano C), abrigando mais de 1 milhão de pessoas (BONDUKI, 1994, p.726).

As habitações produzidas pelos IAPs diferenciam-se do que viria a ser produzido, após 1964, pelo BNH, ao menos nos primeiros anos de produção: boa parte localizava-se em zonas urbanas já consolidadas (em São Paulo, os empreendimentos localizavam-se na Moóca, Baixada do Glicério, Santo André, Bela Vista, Tatuapé, etc.), com tipologias variadas (blocos, casas e edifícios), soluções arquitetônicas e construtivas elaboradas e dimensões compatíveis com a necessidade da família (BONDUKI et al., 2003, p.6).

[86] "Para se ter uma noção do impacto dessa intervenção, ressalta-se que apenas o IAPI, Instituto de Aposentadoria dos Industriários, financiou, entre 1937 e 1950, quase 5000 unidades habitacionais para a classe média, promovidas por incorporadoras imobiliárias, 90% das quais no Rio de Janeiro, onde viabilizou a construção de 618 edifícios de apartamento" (BONDUKI, 1994, p. 728).

O que se vê nos anos que se seguem é o agravamento da crise habitacional, como consequência da transferência para o próprio trabalhador e para o Estado dos encargos necessários à edificação da moradia popular, assim como pela emergência de novos empreendimentos imobiliários (BONDUKI, 1994, p.729).

Apesar da década de 1960 ser marcante na vida de Carolina, exatamente pela sua saída da favela, muitos migrantes continuavam a chegar à capital paulista. No documentário *Viramundo* (1964), dirigido por Geraldo Sarno e com fotografia de Thomaz Farkas, a chegada de nordestinos é retratada desde a estação na qual chegava o "trem do norte":

> Diariamente chega a São Paulo, maior cidade industrial do Brasil, o denominado trem do norte. Ele traz algumas centenas de migrantes que vem em busca de trabalho. São assalariados agrícolas, parceiros meeiros, arrendatários e pequenos proprietários que procedem do nordeste. De 1952 a 1962, migraram para São Paulo 1 milhão e 290 mil nordestinos.[87]

O ritmo incompatível da chegada dos migrantes e da construção de habitações populares, e mesmo o redirecionamento do mercado da construção civil e do financiamento para a classe média, resultaram na consolidação e no adensamento indesejável das favelas, que, ao mesmo tempo, forneciam mão de obra barata para o país em processo de industrialização. O aumento do número de moradores nas favelas passou, em dez anos (de 1950 a 1960[88]), de 170 mil para 335 mil (BRUM, 2013).

[87] Transcrição da narração entre 3'52" e 4'21".

[88] Ver Filme "Remoções" de Anderson Quack (Cidade de Deus) e Luiz Antonio Pilar, sobre a remoção de favelas da Zona Sul para a Zona Norte nas décadas de 60 e 70, e que deram origem aos conjuntos habitacionais Vila Aliança, Vila Kennedy e Esperança, e também às Cidades de Deus e Alta.

FAVELA (DES)FAVELA

Hoje é meu grande dia. A tristeza estava residindo comigo há muito tempo. Veio sem convite. Agora a tristeza partiu, porque a alegria chegou. Para onde será que foi a tristeza? Deve estar alojada num barraco da favela.

Carolina Maria de Jesus, 1961, p. 22

5 de julho.... Levantei as 2 horas, fiquei lendo. Pensando na minha vida que está transformando-se. – Enfim vou ter uma casinha e um terreno para findar meus dias. Vou plantar flores, criar galinhas, e assim vou ter um musico para cantar de madrugada: o seu có-có-ró-có!

Carolina Maria de Jesus, 1961, p. 29

O século XX inicia-se com o surgimento de uma classe urbana na qual a sociabilidade se daria em conformidade com códigos e representação exigidos em uma grande e moderna cidade. Proliferaram legislações que apontavam na direção de regular a vida na cidade. O Código de Posturas Municipais da Prefeitura de São Paulo, promulgado em 1886, foi o primeiro dentre as compilações de diretrizes propriamente urbanísticas que surgiu na cidade, seguido, por exemplo, pelo Código Sanitário (SÃO PAULO, 1893) que exigia a demolição dos cortiços existentes e proibia a criação de novos.

A favela do Canindé, onde morava Carolina, surgiu, segundo relatos da escritora, do despejo de um cortiço, promovido pela própria prefeitura, em 1948. Ela teria chegado à margem do Rio Tietê no caminhão de despejo municipal: "Também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo." (JESUS, 1960, p.33)

Lá viveria por mais de uma década e sua desejada saída só seria viabilizada pelo sucesso de vendas do seu primeiro livro, *Quarto de Despejo*, Meihy (1998) afirma que o Canindé foi a "primeira grande favela de São Paulo". Para ele, a favela paulistana, diferentemente da "tradição" carioca, foi definida pelas operações de "limpeza" da cidade, marcadas, sobretudo, pelos festejos do Quarto Centenário.

A saída de Carolina, sob vaias, do Canindé para a "sala de visitas" se deu em 1960, meses após o sucesso do livro. Já a favela passaria, no ano seguinte, por um Plano de Desfavelamento promovido pelo Poder Público Municipal, o mesmo que, ironicamente, teria viabilizado sua formação ao "despejar" lá os moradores removidos de um cortiço. Transcrevemos trecho do primeiro parágrafo do Plano:

> O impacto causado pela publicação do já famoso 'Quarto de Despejo', de Carolina Maria de Jesus, a extinção da Favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a ampla divulgação e interpretação do problema que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), marcaram o despertar da cidade de São Paulo para êsse grave problema humano e social – a favela (SÃO PAULO, 1962).

Carolina é evocada pelo poder público quase como cúmplice de sua ação. Afinal, o cotidiano de miséria e insalubridade da periferia, narrado de forma peculiar por ela, tornou-se objeto de legitimação do discurso da política de aniquilamento promovida pelo poder público. Diferentemente do Rio de Janeiro e da repercussão em torno da tentativa de remoção em Brás de Pina, que aconteceria alguns anos mais tarde, em 1964, às vésperas do Natal, ante moradores mobilizados e com o apoio da igreja Católica, no caso do Canindé, a ação de desfavelamento parece não ter mobilizado resistências. A cobertura midiática que Carolina obteve projetou a favela do Canindé, mas não provocou uma comoção significativa que justificasse, como no caso do Rio, sua permanência. Ao contrário, ao relatar as difíceis condições de vida na favela, Carolina impulsionou, talvez, o próprio processo de erradicação.

Cabe, no entanto, voltar ao que Meihy aponta sobre a distinção do processo de consolidação das favelas no Rio e em São Paulo e, ainda, pensar sobre o que havia, enquanto projeção de futuro, desenhado no imaginário de Carolina. "- Isso e despejo? – Não. Não é despejo, eu que estou saindo do quarto de despejo!" (JESUS, 1961, p.6), teria dito Carolina a alguém que a interrogara quando saía de vez do Canindé. Por tudo que já foi exposto até agora, a trajetória, os deslocamentos e as idealizações de Carolina, fica difícil imaginar que a escritora, que tinha a sala de visitas como referência, pudesse intervir, ou mesmo questionar uma ação que, a princípio, asseguraria a seus atingidos a possibilidade de, como ela, deixar o "lixo" e alojar-se com "dignidade" na cidade. Observamos que a casa de alvenaria tem, no discurso de Carolina, um lugar de relevo que, embora pela própria experiência de vida urbana acumulada, imagina-se que não seja a única demanda expressiva quanto à inserção na cidade idealizada por ela. No entanto, aparenta ser a principal, sobretudo diante das inconstantes oportunidades de conquista apresentadas para ela, desde a fazenda até a cidade grande.

Se, por parte de Carolina, entendemos que seria quase impossível defender um posicionamento distinto daquele favorável ao desfavelamento, no campo do urbanismo, no entanto, o embate sobre a opção de urbanizar as favelas ou erradicá-las estava posto e não havia consenso, embora, na maioria dos casos, a posição oficial do poder público e direcionasse para sua eliminação. O contexto ditatorial colaborava para a intensificação das ações e políticas de "desfavelamento", remoção e aniquilamento das favelas, asseguradas pelo aparato repressor. Os meios de comunicação de massa contribuíam para que essa posição fosse amplamente difundida como a opção mais adequada para o problema. Como se observa no *Jornal do Brasil* de 1966[89], a questão estava tendenciosa e superficialmente presente nos debates promovidos por este veículo, que enquadrava as favelas como um problema "paisagístico" a ser solucionado:

> (...) A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida. (...). Com o retorno do sol, reapareceram também os apologistas da favela com propostas sobre urbanização dos morros localizados nos bairros de maior densidade populacional. A essa mistificação, devemos todos nos opor corajosamente, porque provado ficou que não existe nos terrenos onde se constroem esses arremedos de habitação, o mínimo de segurança para tantas vidas. (...). Não há o que se urbanizar nas favelas, onde tudo é condenado (Apud BRUM, 2013, p. 180).

[89] Matéria "Vitrina da Miséria", Jornal do Brasil, 15/01/1966.

A revista *Debates Sociais*, Órgão do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, traz na publicação nº 7 – Ano IV, de outubro de 1968, na seção "Debates Sociais", uma discussão acerca do tema "Remover ou Urbanizar Favelas". Nela, são expostos os posicionamentos do sociólogo José Artur Rios, os da Equipe do Serviço de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo e os do dr. Victor de Oliveira Pinheiro, pelo secretário de Serviços Sociais do Estado da Guanabara.

Defendendo a urbanização, o sociólogo José Arthur Rios afirma que

> Infelizmente, a ideia da "erradicação" em qualquer hipótese está ganhando terreno na mentalidade dos nossos urbanistas e administradores que imaginam trata-se de operações tão simples como a remoção de uma fita durex. Muitas vezes não tomam consciência sequer dos valores sociais que os levam a adotar essa posição, com ideias de recuperação paisagística, válidos em outros contextos, ou, o que é pior, uma vaga noção puritana de "limpeza" que exclui o convívio de pessoas de diferentes categorias étnicas ou sociais.
>
> (.....) O problema da erradicação sistemática da favela como tal, só interessa a corretores imobiliários e especuladores de imóveis. O eixo do problema não está em substituir o local da favela por edifícios de apartamentos, cujos moradores vão necessitar de maior número de chofers, cozinheiras, ama-sêcas, etc. etc. – portanto de maior número de favelados nos seus serviços – ou, o que é pior, deixar que o local seja invadido por capinzais (RIOS, 1968, pp. 30-31).

Ainda sobre as consequências da remoção, Rios cita uma visita do arquiteto inglês John Turner ao Rio de Janeiro, em 1968. Para o sociólogo

> A idéia de erradicação é onerosa para as cidades e para os favelados e deve ser substituída pela de urbanização, entendida como o conjunto de medidas destinadas a tornar habitáveis essas comunidades. Como diz muito bem o professor John Turner, no ciclo de conferências sobre programação habitacional de favelas que pronunciou este ano no CENPHA: "Até que desapareça a pobreza, os bairros pobres são necessários. O problema não consiste em suprimi-los, mas em torna-los habitáveis" (PINHEIRO, RIOS, SÃO PAULO, 1968, p.31).

Já a equipe do Serviço de Habitação Popular da Prefeitura Municipal de São Paulo apresenta as duas soluções (remoção e urbanização) como possíveis. Além dos costumeiros motivos apontados pelos defensores da remoção, destaca-se um ponto de vista que agrega elementos diferenciados.

> (...) a remoção imporia mais facilmente à sociedade a aceitação dos favelados, como portadores de uma identidade semelhante à sua, elevados de status, por uma melhoria que a nova habitação proporcionou-lhe (PINHEIRO, RIOS, SÃO PAULO, 1968, p.31).

No que tange à urbanização, o texto da equipe destaca que só seria eficaz se suas vantagens, como permanência de vínculos, maior facilidade para a criação de espírito comunitário e o entrosamento de classes, fossem conduzidos pelo poder público, de forma tal que não viessem a se transformar em desvantagens.

Favela do Canindé.
Fonte: Plano de Desfavelamento do Canindé (São Paulo, 1960) FIGURAS 31 a 37

Voltando ao Canindé, o Plano é publicado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 1962, um ano após sua execução. A urgência do Plano justifica-se devido à ocorrência de uma forte chuva, em dezembro de 1960, que teria culminado na inundação da Favela do Canindé. Localizada às margens do Rio Tietê, toda a sua população foi forçada a abandonar seus barracos. Foi considerada a pior enchente daqueles últimos 15 anos, ainda que anualmente o aglomerado sofresse com o transbordamento do Tietê. Há de se considerar também que, no período, estava em execução o projeto de retificação e canalização do Tietê, e a favela encontrava-se no trecho ainda não alcançado pela obra.

O Plano foi executado pela Divisão de Serviço Social (com a colaboração das unidades municipais do Departamento do Patrimônio, Departamento de Obras, Divisão de Limpeza Pública, Divisão de Parques e Jardins, Secção de Plantas, Secção de iconografia e Garage; Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência; Secção de Colocação Familiar do Juizado de Menores; Serviço Social do Estado) e foi considerado um sucesso pela administração municipal em razão da agilidade em sua elaboração e execução e pelo fato de as 230 famílias terem sido deslocadas. Em nenhum momento foi considerada a permanência das pessoas no local ou qualquer possibilidade de urbanização para a área (que hoje abriga o estádio da Portuguesa). Às famílias foram apresentadas como opções a volta para as cidades de origem (a maioria dos moradores da favela era imigrante), aluguel, auxílio financeiro para construção ou melhorias habitacionais em imóveis próprios. Foram elaborados alguns mapas/diagramas com o intuito de entender como se deu a distribuição espacial dessas famílias. Dado os 50 anos que se passaram da elaboração do plano, em alguns casos a identificação exata quanto ao bairro de destino das famílias foi imprecisa, devido às prováveis trocas de nomes de bairros ou mesmo por constarem no plano designando loteamentos que hoje, provavelmente, estão incorporados em outro sistema de partilha e reconhecimento do território.





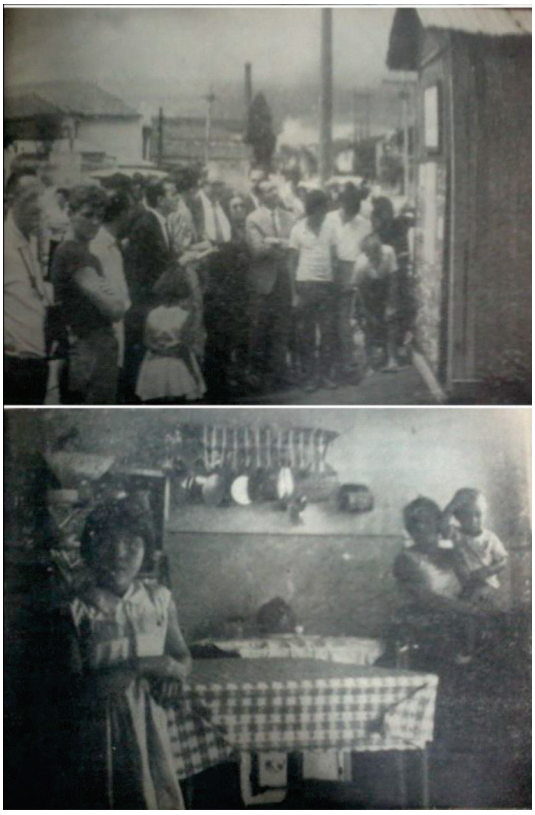




FIGURAS 38 a 41

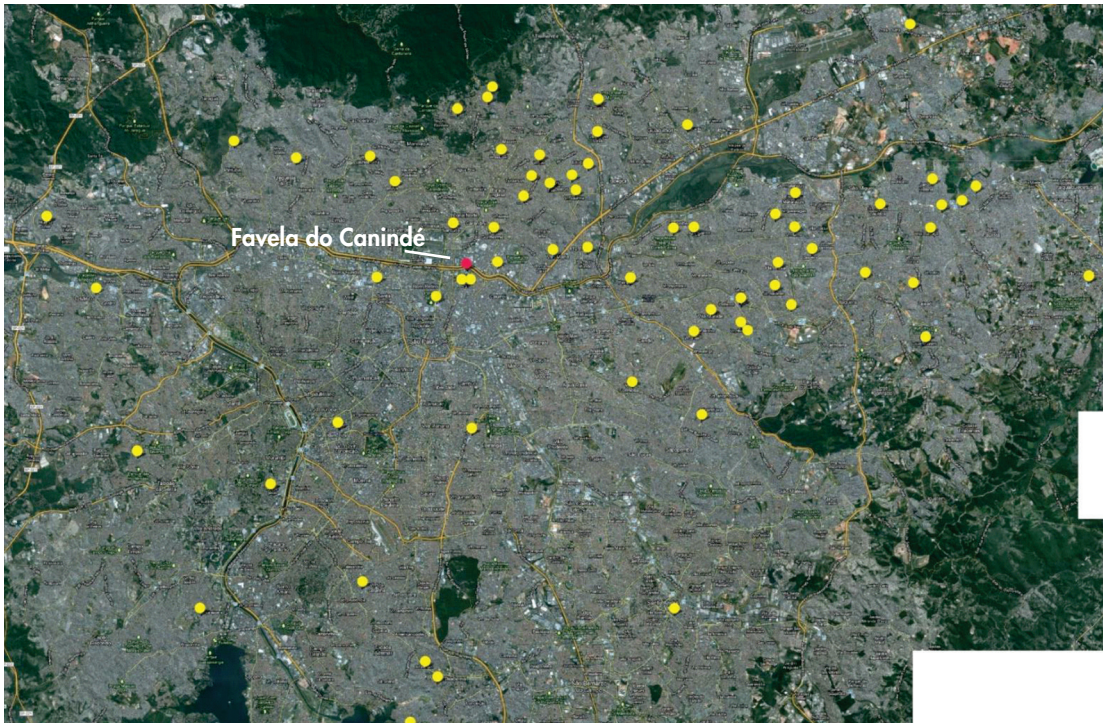
Realocamento de famílias moradoras da favela do Canindé.
Fonte: Plano de Desfavelamento do Canindé (PMSP, 1960)

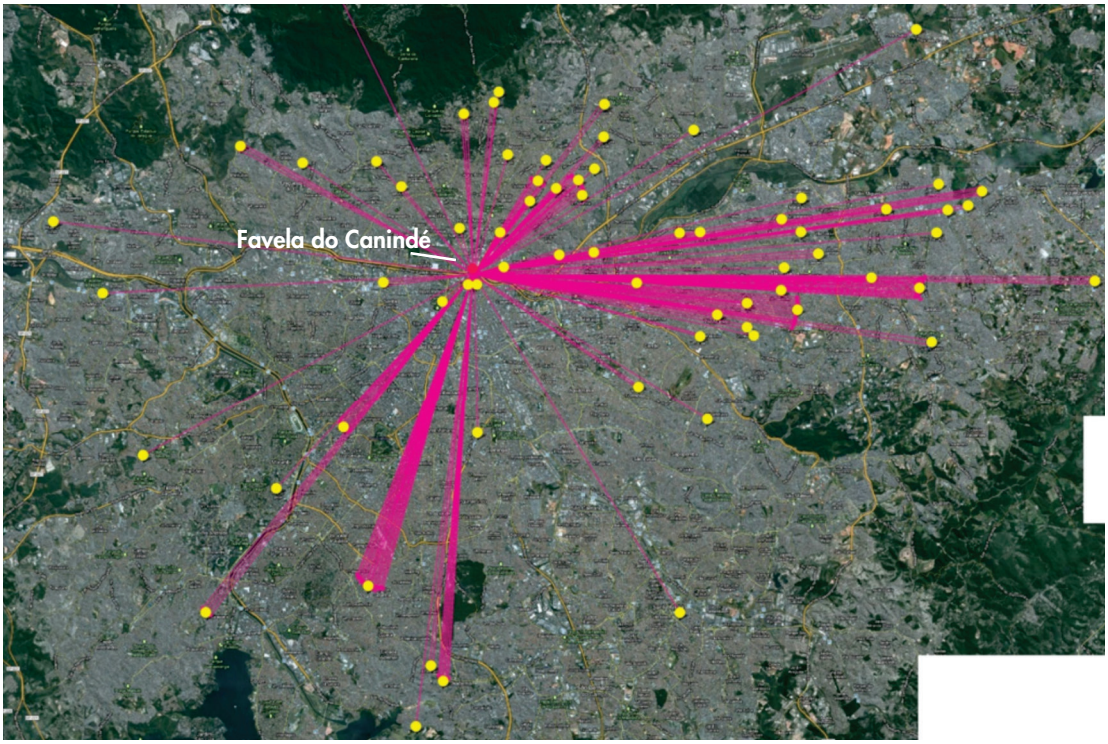




FIGURAS 42 e 43

Destino dos ex-moradores da Favela do Canindé
Fonte: Plano de Desfavelamento do Canindé (PMSP, 1960)/Google Maps


Favela do Canindé


Favela do Canindé

Em 30 de dezembro de 1960, "o Sr. Prefeito derrubou simbolicamente o último barraco da Favela do Canindé" (SÃO PAULO, 1960, p.4).



Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Gerente: GABRIEL GRECO | Diretor: WANDYCK FREITAS | Redator-Secretário: LUCIO BARBOSA

ANO LXXII | SÃO PAULO — QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1962 | NÚMERO 89

"SOLUÇÃO JUSTA E HUMANA PARA A QUESTÃO DA FAVELA DO VERGUEIRO"

Reitera o Governador recomendações nesse sentido à Secretaria da Justiça — Liberação da verba de um milhão de cruzeiros para auxiliar o trabalho do Movimento Universitário de Desfavelamento

O Governador Carvalho Pinto, em memorando encaminhado ontem ao sr. Ruy Pinho, ora respondendo pela Pasta da Justiça, reitera as recomendações no sentido de serem envidados todos os esforços visando a uma solução justa, pacífica e humana na questão da favela do Vergueiro. Afirma o Chefe do Executivo ter autorizado a liberação da verba de um milhão de cruzeiros para o Movimento Universitário de Desfavelamento, a fim de permitir medidas urgentes de amparo aos favelados.

A favela do Vergueiro, que serviu de cenário para a realização do documentário *Favela, vida na pobreza,* de 1971, com Carolina como protagonista, também foi desfavelada. Nas décadas seguintes, a ideia de erradicação permaneceu, ainda que combatidas, mas ressurgiram em ações orquestradas, sobretudo, com o mercado imobiliário. Não cessa a reprodução de discursos que culpabilizam o pobre, ou sua permanência em determinados espaços da cidade, pela degeneração social e pela desordem urbana, apelando, muitas vezes, para máximas elaboradas no século anterior.

Em maio de 2015, utilizando-se dos mesmos argumentos empregados pela Prefeitura de São Paulo em 1961, a Prefeitura Municipal de Salvador e o IPHAN imputaram às fortes chuvas e à ameaça de desabamento dos imóveis a decisão de arrasar trechos históricos nas ladeiras do frontispício que conecta a cidade baixa com a cidade alta. Coincidentemente, a prefeitura anunciou que para a área está previsto um projeto que visa transformar a região em uma "Riviera Baiana", repleta de empreendimentos de alto padrão, para os quais, certamente, os moradores atuais não serão contemplados[90]. O IPHAN publicou uma nota em seu site (http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2318/o-impacto-das-ultimas-chuvas-e-as-acoes-do-iphan-no-centro-historico-de-salvador-ba) onde alega que

> (...) em todo o período de chuvas ininterruptas sobre áreas de encostas, sobre casas sem telhado ou sem um mínimo de proteção para as alvenarias, duas situações mais graves ocorreram na área tombada pelo Iphan e levaram a Defesa Civil a orientar a demolição de imóveis com a qual o Iphan anuiu. As duas situações estão marcadas em vermelho no mapa ao lado: nas proximidades do Elevador Lacerda foi demolido um conjunto de cinco fachadas, com poucos remanescentes do restante das casas, e na Ladeira da Preguiça uma casa foi demolida. Ambos são locais próximos ou junto à falésia, ou seja, à grande falha geológica que atravessa o centro histórico de Salvador, e por isso sua fragilidade, além do risco que oferecem aos imóveis localizados abaixo.

Notícia sobre Desfavelamento da Favela do Vergueiro.
Fonte: Diário Oficial Estado de São Paulo, 1962

FIGURA 44

[90] Dada a recente divulgação, através da mídia, dessa proposta, não foi possível incluí-la em seus detalhes ou pormenores que viessem a colaborar com a construção de uma crítica mais consistente. No entanto, devido ao caráter especulativo do projeto, que se formaliza na expulsão da população que secularmente ocupa a encosta do centro histórico, achou-se por bem pontuar, brevemente, o embate e a assimetria de forças que incidem nas disputas urbanas na cidade, sobretudo quando poder público e mercado atuam articulados, ignorando a população.

Se aproximarmos o mapa das Remoções do Rio de Janeiro, elaborado em 2014 a partir dos impactos durante o período das obras de melhorias para a Copa do Mundo, veremos que em muito se assemelha à lógica de pulverização dos moradores para áreas mais distantes da cidade.

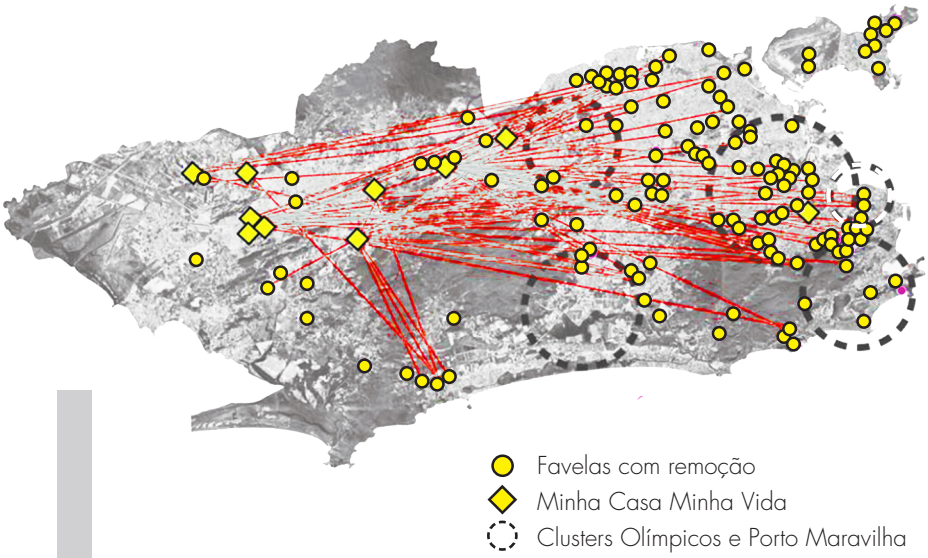


FIGURA 45

Mapa das remoções do Rio de Janeiro, as famílias são retiradas de áreas centrais e turísticas da cidade e são colocadas na extrema periferia.
Fonte: Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas

Acredita-se que existe uma forma de operar a cidade que reproduz, sob a guarda de uma cidade-empresa, movimentos que nem mesmo chegam a assemelhar-se às abordagens dos médicos-higienistas, mais refinados em suas construções e justificativas pautadas nas teorias da degeneração racial, ao propor ações diferenciadas no território. No entanto, é usual que tanto as intervenções contemporâneas quanto as da década de 1960 e mesmo antes têm em comum o fato de incidirem de forma arrasadora em territórios majoritariamente negros. Tais intervenções, quase sempre, contam com o envolvimento da imprensa, que articula discursos do poder público e do mercado (nem sempre distintos) para proliferar argumentos que contribuem para ações que usurpam o direito à cidade.

O aparato policial e as forças armadas também despontam como possíveis "parceiros" nessa forma de operar a cidade e parecem reivindicar (aparentemente com sucesso) a autonomia e independência no agir, tal como os médicos e os legisladores reivindicaram um dia. Geraldi (2012) problematiza essa forma de operar a partir de um projeto executado em 2007 no Morro da Providência (RJ), denominado *Projeto Cimento Social*. Convênio entre os ministérios das Cidades e da Defesa, o projeto, lançado pelo senador Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro, visava realizar melhoras habitacionais em 782 casas, além de obras de urbanização no Morro da Providência. O corpo de engenharia do Exército foi o responsável pela execução da obra, ocupando a favela com um contingente de 200 soldados, necessários para "garantir o andamento da obra". Nesse período, três jovens foram presos por desacato e entregues (pelos militares) para os traficantes do Morro da Mineira, onde foram torturados e mortos. Embora o Comando Militar tenha prendido onze militares envolvidos na ação, saiu em defesa da corporação, alegando que era um fato isolado.

CONCLUSÃO

Sem fechar ou concluir pensamentos estruturados que articulem rigidamente as três dimensões - corpo, discurso e território -, o quarto capítulo encerra a tese deixando suas pontas soltas para futuras novas conexões, entre esses e/ou outros textos-nós e seus dobramentos. Sobre eles, estima-se que novos desdobramentos sejam executados articulando e mobilizando dimensões em movimentos variados, nos quais a cidade-acontecimento se realize. Dessas conexões possíveis, achamos importante trazer para o visível algumas que surgiram durante a feitura da tese, que nos inquietaram e continuam a inquietar.

A primeira, diz respeito ao diálogo intelectual aqui estabelecido. No contexto dessa discussão acerca da disputa por um discurso-cidade, notamos a ausência, não totalmente, mas facilmente maquiada pela presença dos narradores de nossos textos-nós, de um repertório de autores, intelectuais e pensadores que tensionem também, através de uma produção "corporificada", a própria produção intelectual e acadêmica. Especificamente, estão mais ausentes do que presentes em nossas referências os pensadores e pensadoras negro(a)s nesse embate que se debruça sobre a cidade. Se entendemos aqui que as três dimensões, corpo, discurso e território, estão intrinsecamente conectadas, a ausência na bibliografia de autores que apontem para a compreensão da cidade a partir de uma condição de existência cuja produção seja atravessada por essa dimensão, nos parece atual.

Recente pesquisa publicada no site especializado em notícias, o *G1*[91] (03/062015), aponta que em seis dos 10 cursos mais concorridos da FUVEST, o vestibular mais disputado do país, não havia "calouros" negros. O curso de arquitetura e urbanismo está entre eles. Nos é cara essa reflexão exatamente por apontarmos

[91] http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/06/nao-ha-calouros-pretos-em-6-dos-10-cursos-mais-concorridos-da-fuvest.html

incessantemente neste trabalho que tanto o território quanto o discurso são tensionados a partir, também, do corpo. Assim como a discussão sobre gênero, que a partir dos desfiamentos provocados e propostos pela tese aponta a urgência de entrelaçamentos que articulem essa dimensão com a dimensão racial e o acesso, direito, produção e experiência da cidade.

Se voltarmos a Rancière (2005), encontraremos a escrita ocupando um lugar de distinção por seu potencial "destruidor". Para o autor, a literatura estaria imbuída da ideia de destruição das hierarquias das representações por instituir uma comunidade de leitores que se desenha tão somente pela circulação aleatória da letra (RANCIÈRE, 2005, pp 17 e 19). O caráter transgressor da palavra, apontado por este autor, obviamente encontra barreiras. Para que essa "irrestrita circulação" aconteça é preciso acessar e compreender os códigos de letramento comuns, assim como ter acesso à própria produção literária.

Nesse sentido, trazer para junto e problematizar a cidade a partir da produção literária cujo recorte encontra-se também marginal às grandes produções, é simbólico. Apontar que a marginalização do outro, do pobre, do negro, se realiza enquanto cidade, tendo como insumo o sistema escravocrata, a manutenção secular dos privilégios de determinados grupos sociais, a coerção pela força, a concentração fundiária e a modernização forjada faz-se urgente. Problematizar as relações políticas, econômicas e sociais que incidem sobre as cidades contemporâneas, amarrando e conectando tais formulações às operações que pretendiam "excluir, e sempre que possível, exterminar os que ameaçavam a paz burguesa ou o projeto eugênico de progresso que dominava o país" (PATTO, 1999), é indispensável.

Sobre Carolina e sua incrível trajetória, lembrá-la e atravessar com ela e com seus pares "forjados" a cidade, é revirar ao avesso um processo de ação que incide sobre a produção de conhecimento, tensionando o lugar dos autorizados, aproximando e legitimando os discursos de cidadãos marginalizados e de "não cidadãos" - uma vez que não lhes é permitido nem o acesso, nem o direito à cidadania. Que discurso de cidade proferem aqueles cujas falas são silenciadas?

Acumulamos com Carolina, ao atravessar as fazendas, as pequenas e médias cidades, ao cruzar São Paulo, tanto pelo "quarto de despejo" quanto pela "sala de visitas", uma densidade de registros e construções que ajudam na difícil, mas necessária, tarefa de repensar as leituras e projeções de mundo e de cidade, incorporando nesse processo aquilo que dobramos a partir de suas experiências. Pensar no modo de agir sobre o território a partir de Carolina está atrelado a pensar suas projeções. Ainda que distante da literatura canônica ocidental, na qual sociedades imaginárias são narradas para servirem de negação ou correção às existentes (CÂNDIDO, 2010, p. 11), Carolina, em seus escritos, produziu utopias que atravessam não só sua produção literária, mas sua vida. Trata-se de mover-se projetando-se em uma busca constante por novos espaços, por sua "lugaridade". Para Milton Santos

> É o espaço geográfico que transforma em existência a sociedade global, este ser que é um todo, mas um todo em potência. O existir, ser em ato, oferece essa ideia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos (SANTOS, 1996, p.14).

A relação senzala-cidade foi sendo atualizada na obra de Carolina a partir de expectativas variadas: a casa do "patrimônio", o retorno ao campo, o quarto de empregada, o barraco na favela, o desfavelamento, a casa de alvenaria e o sítio na periferia. Todas essas tentativas de fixação no território e seus desdobramentos gravitaram em torno do terreno da incerteza, da insegurança e do mito da ilegitimidade. Quase sempre tais tentativas eram acompanhadas por processos que visavam legitimar a criminalização do território em questão e, consequentemente, de seu ocupante, que expropriado de seus direitos encontrava poucas brechas para se impor diante das prematuras investidas em direção sua condenação.

Vimos, na pesquisa, fragmentos do processo de consolidação de um modo de produção de cidade pautado na negação de direitos, cuja construção da exclusão e da segregação foi legitimamente respaldada por aparato normativo, políticas e projetos que tornaram, se não inviável, ilegítima e ilegal a presença do pobre na cidade. Ao seguir Carolina, seguimos o fio da memória da constituição dessa cidade, sobretudo de suas rasuras, através da conexão do passado escravocrata com as desigualdades que ainda hoje estruturam nossos territórios.

Ao unirmos Conceição, Faustini, Yasmin e as Mães de Maio, não o fizemos com o intuito de explorar até que ponto tais diálogos se faziam, ou não, pertinentes. Até que pontos seus territórios se tocavam, suas referências eram comuns, suas diferentes condições e temporalidades de experimentação influenciavam a realização de uma cidade? Pois, mais do que reforçar a ideia de que existe no território um acúmulo dos processos vivenciados por um modo de inserção marginalizado na cidade, julgamos importante dar relevo à existência, à vibração e à construção desse trânsito intertemporal a partir da apropriação e criação que emerge potente sobre as memórias, mazelas e riquezas acumuladas.

Um movimento que Conceição torna bem visível quando seu narrador onipresente no livro *Beco da Memória*, alça Maria-Nova à condição de arconte: "Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo" (EVARISTO, 1986, p.4). Conceição projeta Maria-Nova para um futuro além do arrasamento de sua favela. Desloca-a para outro espaço-tempo onde sua reterritorialização implica na continuidade da história e daquele território, que se multiplica e se atualiza em Carolina, em Faustini, em Yasmin, nas Mães de Maio e na própria Conceição.

Destacamos ainda que talvez essa apropriação da cidade que apontamos na tese como fértil, potente, criadora e urgente, por "tomar as rédeas" da narrativa produzida sobre os territórios e sujeitos "marginais" e "periféricos", só seja possível, da forma como entendemos sua realização, hoje. Apesar de Carolina ter publicado em 1960 o seu principal livro, os relatos feitos por ela sobre a precariedade da vida na favela e as várias passagens nas quais reafirma a necessidade de sua extinção, possivelmente tornaram seu discurso de difícil incorporação aos movimentos urbanos que lutavam contra as remoções e reivindicavam uma política de urbanização das favelas. No entanto, hoje, a leitura que os narradores contemporâneos fazem de sua obra, preza e reverencia o lugar ocupado pela escritora nesse universo literário tão pouco poroso. Seu lugar de fala, seu lugar de origem, sua escrevivência. Os debates sobre o urbano formulados tanto por Conceição quanto pela geração "2.0" não apontam para as mesmas "soluções" defendidas por Carolina. No entanto, não invalidam, por isso, sua abordagem, sua construção ou sua potência. O tempo é outro, as estratégias de sobrevivência são outras e as demandas sobre o urbano, sobre seus territórios atualizam-se em suas narrativas sem refutar as contribuições passadas e as respostas dadas por cada tempo.

Por fim, encerramos com a certeza de que pensar a atualidade do direito à cidade está diretamente relacionado com as dobras que se realizam entre narrativas, cidades, manifestações estéticas e mobilização social e como a produção acadêmica dialoga com tudo isso. Acreditamos que não há como pensar em uma produção que não pressuponha comprometimento. "É preciso comprometer a vida com a escrita, ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?" (EVARISTO, 2005)

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. – Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDREATTA, Barbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A voz e a Memória dos Escravos: Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. – São Leopoldo: Identidade! v. 18, n.2, jul/dez 2013, p.194-200. Disponível em http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/952/1114.

ANTOUN, H.; MALINI, F. A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais. – Porto Alegre: Sulinas, 2013.

AZEVEDO, C. M. M. de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALBINO, J. Traficando Conhecimento. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

BAMBOZZI, Lucas; BEIGUELMAN, Giselle; BASTOS, Marcus; MINELLI, Rodrigo (orgs.). Apropriações do [in] Comum: espaço público e privado em tempos de mobilidade. Caderno do Simpósio Vivo arte.mov – Festival Internacional de Mídias Móveis. Instituto Sergio Moura, Secretaria de Estado da Cultura do Governo de São Paulo: 2008.

BARROS, Manuel de. Gramática expositiva do Chão. São Paulo: Editora Leya, 1990.

BEIGUELMAN, Giselle. O livro depois do livro. – São Paulo: Petrópolis, 2003.

BENJAMIN, Walter. (1993) Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

BERNARDO, Gustavo. Prefácio in FLUSSER, Vilém. Língua e Realidade. Coimbra: Ed. Annablume, 2012.

BLOCH, Ernst. O Princípio Esperança. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005

BRAGA, Ruy. A política do precariado. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da Classe Média: Desigualdade, Heterogeneidade e Diversidade. Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da Classe Média: É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. Brasília, DF, 2012b.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da [nova] Classe Média: Empreendedorismo & classe média. Brasília, DF. 2013a.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vozes da [nova] Classe Média: Classe Média e Emprego Assalariado. Brasília, DF, 2013b.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo: ontem e hoje da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: O Social em Questão – Ano XVI – nº 29, 2013.

CAIRO, Alberto. El Arte Funcional: Infografia y vizualización de información. – Madrid: Alamut, 2011.

CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPELLO, Eliane. A tessitura da escrita: do mito à expressão pela arte. In: Revista Interdisciplinar, Ano 3, v. 7, nº 7. Edição Especial. Jul./Dez 2008. p. 43 – 47.

CÂNDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. Da Bola Família ao levante da multidão. Revista Global, n. 17 – Ruas e Redes: Edição Especial, 2013.

DANTAS, Audálio. Prefácio. In: JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.

_____. Quarto de Despejo - Carolina Maria de Jesus cantando suas composições. LP Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus. Gravadora RCA Victor, 1961, 1 disco sonoro.

DELEUZE, Gilles. A dobra: Leibiniz e o barroco. Tradução Luiz B. L. Orlandi. – Campinas, SP: Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo: uma impressão freudiana. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. A nova abolição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 1, Abril. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100017&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 Dec. 2014.

_____. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

DUARTE, Fábio. Pensar o espaço tecnológico. Arquitextos, São Paulo, ano 04, n. 045.05, Vitruvius, fev. 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/609>

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. – Belo Horizonte: Mazza, 2006

_____ . "Conceição Evaristo". – Literafro, 2009. Disponível em www.letras.ufmg.br/literafro

_____. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escritaIn Representações Performáticas Brasileiras: teórias, práticas e suas interfaces. (org) Marcos Antônio Alexandre, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007, p 16-21.

_____. Poemas de recordação e outros movimentos. (Coleção Vozes da Diáspora Negra, Volume 1) – Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FAVELA: a vida na pobreza. Direção: Christa Gottmann-Eller. Produção: Landesfilmdienst Rheinland-Platz Ev. Alemanha: Fundação Adenauer, 1971. Documentário (17 min)

FERREIRA, Carolina. Ensaio sobre os Crespos, julho 2010. Disponível em <http://omenelick2ato.com/teatro/ensaio-sobre-os-crespos/>

FIGUEIREDO, A. D., A Geração 2.0 e os Novos Saberes. Sensos, vol. 2, pp. 79-91, 2012.

GERALDI, Juliano. E assim nasceu a favela: cidadania de segunda classe no início da República Brasileira. Cabo dos Trabalhos, n. 7, 2012. Revista Eletrônica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n7/ensaios.php.> Acessado em 05/05/2014.

GIDDENS, Anthony. O mundo na era da globalização. – Lisboa: Editora Presença, 5ª Ed., 2005.

GOMES, Christiane. A literatura de Bitita: Para além dos Quartos de Despejo e das Casas de Alvenaria, janeiro 2015. Disponível em < http://omenelick2ato.com/literatura/CAROLINA-MARIA-DE-JESUS/>

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas no Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. São Paulo, 2006. ANAIS.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Resumo apresentado na SEGUNDA CONFERÊNCIA ANUAL DO AFRICAN HERITAGE STUDES ASSOTIATION. April 26-29, 1979. Painel sobre: The Politcal Economy of Structural Unemployment in Black Comunitiy, . Pittsburgh, 1979.

_____. Cidadania de Segunda Classe. Transcrição disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, da aula proferida no curso Cidadania e Racismo. Promoção do Programa de Direitos Humanos e Civis/ SOS Racismo, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN. Rio de Janeiro – RJ. Junho, 1988.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

IBGE. As favelas do Distrito Federal e o Senso Demográfico de 1950. – Documentos Censitários. Série C – Número 9. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1963.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008 <http://www.vitruvius.com.br/ revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em

JESUS, Carolina Maria de, Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Francisco Alves. 1960.

_____. Casa de Alvenaria. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1961.

_____. Manuscritos (s/d)

LARA, Silvia Hunold. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. In: Revista Brasileira de História, Volume 8, nº 16. São Paulo, março 1988. pp 269–284.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. O Comum: um ensaio sobre a revolução no século 21. Tenda, Rede Universidade Nômade, 2016

MÃES DE MAIO. Mães de Maio, Mães do Cárcere. São Paulo, 2012.

MALINI, Fabio. Fermento de Linguagens. In: Princípios Inconctantes. Itaú Cultural, 2010.

MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. – São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Leda. Performances da Oralitura: corpo, lugar da memória. In: Lingua e Literatura: Limites e Fronteiras. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. N.26, Jun. 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. Revista USP, n.37. São Paulo. Março / maio 1998. p.83-81.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n.50, Abril 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext >. Acessado em 02 Junho 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 17, n. 2, Aug. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 de Abril de 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estudos Avançados. V. 13, n. 35, São Paulo, 1999.

POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira, São Paulo: Boitempo, 2012.

PONTES, Carlos Fidélis. O Brasil no Microscópio In: PONTES, Carlos Fidélis (org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde o fio da história. – Rio de Janeiro: Fiocruz/ COC; Fiocruz/ EPSJV, 2010, pp. 49-75.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política; tradução de Mônica Costa Netto. –São Paulo: Ed. 34, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Sociabilidade, Hoje: leitura da experiência urbana". Salvador: Caderno CRH, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

SANTIAGO, Sidney. 1960 + 2010: Os 50 anos de Quarto de Despejo. Novembro 2010. Disponível em < http://omenelick2ato.com/literatura/quarto-de-despejo/>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª d. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Por uma Geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In: Boletim Gaúcho. Porto Alegre, RS, n. 21, Ago. 1996.

_____. Ser negro no Brasil hoje: Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. Caderno Mais, Folha de São Paulo, 7 de maio de 2000. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Mangueira e Império. A carnavalização do poder pela escola de samba. In ALTIVO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.) Um Século de Favela. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.115-144.

SÃO PAULO. Desfavelamento do Canindé. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1961.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. Estudos Avançados, [S.l.], v. 8, n. 20, Abr. 1994, p. 137-152. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652/11222>. Acesso em: 24 Jan. 2015.

_____. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. – São Paulo: Claro Enigma, 2012, pp. 94-108.

SILVA, Fernanda Felisberto. Escrevivência na diáspora: escritoras negras, produção editorial e suas escolhas afetivas, uma leitura de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maya Angelous e Zora Neale Hurston. Teses de Doutorado. Rio de Janeiro, 2011.

SORKIN, Michael. "Critical Measure. Why Criticism Matters". In Architectural Review. Jun 2014, vol 235, issue 1408, p.91-99.

SOUZA E SILVA, Jailson de. Por que uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para universidade. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

THAYNA, Yasmin. Mc K-Bela. In: Flupp Pensa - 43 Novos Autores. – Rio de Janeiro, 2012.

TIBLE, Jean. Lulismo e o fazer-se de uma nova classe média. Editorial. Revista Lugar Comum, n. 40. 2013. pp.21-34.

TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. Tramas feministas na arte contemporânea brasileira e argentina : Rosana Paulino e Claudia Contreras. In: Número 5 .(c) Artelogie, n° 5, Outubro 2013. <Disponível em: http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article246>.

VALENÇA, Marcio Moraes. Globalização e Marginalidade: Transformações urbanas – uma apresentação. In VALENÇA, Marcio Moraes; CAVALCANTE, Gislene Moura (orgs.). Transformações Urbanas. – Natal, RN: EDUFRN, 2008.

VALLADARES, Licia. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, nº 44, outubro 2000.

VAZ, Sergio. COOPERIFA: Antropofagia Periférica. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

_____. O Colecionador de Pedras. – São Paulo: Literatura Periférica, 2007.

VIRAMUNDO. Direção: Geraldo S. Produção: Thomas Farkas, 1965 (37 min.). Documentário

SOBRE A AUTORA

Gabriela Leandro Pereira é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo, com mestrado e doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Em seus trabalhos de pós-graduação abordou distintos processos da produção urbana, tomando sempre como fio condutor a interlocução com sujeitos, coletivos e movimentos sociais vinculados aos territórios marginalizados, indagando a partir deles sobre a formulação do arcabouço teórico e epistemológico mobilizado para leitura, compreensão e proposição sobre a cidade. Neles, a arquiteta produz provocações que apontam, histórica e politicamente, para as limitações e insuficiências do campo, assim como denuncia sua negligência no que tange a questão racial.

Entre 2007 e 2015 atuou na área de consultoria em Planejamento Urbano e Regional, com elaboração e revisão de planos diretores, planos de habitação e requalificação urbana; foi investigadora em instituição de pesquisa com em torno de temas como caracterização e tipologias de assentamentos precários; lecionou em instituições públicas e privadas.

Em 2017 foi vencedora do Prêmio de Teses da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), com o trabalho intitulado "Corpo, discurso e território: Cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus", aqui publicado, no qual articula, a partir da narrativa da escritora, diferentes momentos e processos da migração dos descendentes de escravizados para a cidade grande na transição do século XIX para o XX, a realização do cortiço e da favela como lócus possíveis da vida urbana na primeira metade do século XX, os despejos e des-favelamentos que se seguiram, e as reverberações, dobras e desdobramentos contemporâneos tanto da narrativa, quanto dos territórios atualizados e seus velhos-novos narradores.

Atualmente, é professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, e Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum - cujos principais projetos articulam distintas dimensões da política, democracia e direito á cidade, produzidos em interlocução com movimentos sociais de Salvador; e coordenadora do Programa de Extensão Curiar - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA. Leciona alternadamente as disciplinas de Introdução à Arquitetura e Urbanismo, Historia e Teoria da Arquitetura Brasileira, Planejamento Urbano e Audio-visual e Dirieto à Cidade. Seus trabalhos e pesquisa atuais tem focado em construir aproximações e abordagens que articulam o campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano do debate étnico-racial a partir do tensionamento sobre as narrativas, histórias, memórias, políticas e epistemologias produzidas sobre a cidade e seus apagamentos.

índice de figuras

capa_ Carolina em dezembro de 1961, antes de embarcar para o Uruguai para lançar Quarto de Despejo. Acervo/Estadão

p.18_ Uma Carta para Carolina

[1] "Carolina Maria de Jesus (escritora). Poestisa Negra" (1952) Texto escrito no verso da fotografia. Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

[2] Registro do período de lançamento de Quarto de Despejo (1960-1961). Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

[3] "Carolina Maria de Jesus (escritora-favelada)" (1963). Texto escrito no verso da fotografia. Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

[4] Registro do período de lançamento de Quarto de Despejo (1960-1961). Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

[5] Carolina Maria e seus filhos nos bastidores de programa de TV não identificado (1962). Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

[6] Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, entre 1952-1960. Acervo Fotográfico online do Jornal Última Hora.

p.53_ **FIGURA 1** Capa de algumas publicações da Coleção Tramas Urbanas

p.57_ **FIGURA 2** Capas dos livros "Quarto de Despejo" (1960); "Casa de Alvenaria" (1961); "Journal de Bitita" (1982); Diário de Bitia (1986)

p.63_ **FIGURA 3** Conexões visuais 01.1/ Encontrar Carolina [fragmentos]

p.84_ **FIGURA 4** Esquema do conjunto de temas que atravessam a tríade corpo - discurso – território, acionados para acessar diferentes situações

p.85_ **FIGURA 5** Conexão textos-nós [fragmentos 01] - acúmulo/repetição

p.93_ **FIGURA 6** Esquema da conexão das quatro narrativas com os temas encontrados nas narrativas de Carolina Maria de Jesus.

p.95_ **FIGURA 7** Conexões em processo. Brainstorm dos elementos passíveis de serem conectados a partir do agenciamento dos cinco narradores e suas narrativas.

p.99_ **FIGURA 8** Esquema cronológico da trajetória dos narradores-guias da tese, suas narrativas e indicações quanto aos seus territórios. Em azul, os acontecimentos relacionados à Carlina Maria de Jesus; em rosa à Conceição Evaristo; em verde claro à Marcus Faustini; em laranja, às Mães de Maio; em verde escuro à Yasmin Thayna; e em cinza à Rosana Paulino.

p.112_ **FIGURA 9** Conexões visuais 01.3/ Espiral do Tempo [fragmentos]

p.128_ **FIGURA 10** Obras de Rosana Paulino a partir da imagem da mulher anônima retratada na Expedição Thayer, realizada entre 1865 e 1866, no Brasil. Exposição Assentamento, 2014. "A costura que não se encaixa. Como se refazer após o trauma da escravização?"

p.140_ **FIGURA 11** Conexões Visuais 02.1 / Assentamentos e Degeneração [fragmentos]

p.149_ **FIGURA 12** Infográfico da reportagem "Grifes mantêm forte presença na periferia, mas não assumem classe C" (06/02/2014).

p.153_ **FIGURA 13** Conexões Visuais 02.2 / Inserção e Regeneração [fragmentos]

p.155_ **FIGURA 14** Imagem da exposição "Memória" de Rosana Paulino, na exposiçao coletiva "nós", no Museu da República. Rio de Janeiro, 2007.

p.164_ **FIGURA 15** Conexões Visuais 02.3 / Aprop., Desmonte e Criação [fragmentos]

p.166_ **FIGURA 16** Conexão textos-nós [fragmentos 03] - história/discurso

p.190_ **FIGURA 17** Montagem a partir de cenas do filme "Cidade Ameaçada", de Roberto Faria (1960), com Reginaldo Faria e Eva Wilma como atores principais, que teve a favela do Canindé como uma de suas locações.

p.193_ **FIGURA 18** Reprodução dos tweets do perfil @vozdacomunidade de novembro de 2010, quando aconteceu a ocupação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

p.198_ **FIGURA 19** Crítica feita por Enderson Araujo, do jornal Midia Periférica (Salvador - BA), ao programa "Esquenta" após assassinato do dançarino DG, em seu perfil na rede social facebook (abril, 2014).

p.198_ **FIGURA 20** Crítica feita pelo rapper Fiell, ao programa "Esquenta" após assassinato do dançarino DG, em seu perfil na rede social facebook (abril, 2014).

p.213_ **FIGURA 21** Conexões visuais 03.2 / A construção do lugar [fragmentos]

p.216_ **FIGURA 22** [1] Jornal O Globo, 11 de Outubro de 1960; [2] Jornal O Globo, 25 de Outubro de 1960; [3] Jornal O Globo, 07 de Novembro de 1960.

p.223_ **FIGURA 23** Desfile de bloco Ilu Obá de Min, no carnaval de rua de São Paulo, 2015. O tema do desfile era "Salve ela, ô, Salve ela!", em homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus.

p.231_ **FIGURA 24** Montagem a partir do vídeo realizado para instalação "Iphone Me Iphone You"

p.235_ **FIGURA 25** Conexões visuais 03.3A / A construção do lugar [fragmentos]

p.237_ **FIGURA 26** Conexões visuais 03.3B / Reinventando o discurso [fragmentos]

p. 240_ **FIGURA 27** Conexão textos-nós [fragmentos 04a] - favela/ (des)favela

p.241_ **FIGURA 28** Conexão textos-nós [fragmentos 04b] - vida na cidade

p.247_ **FIGURA 29** [1] Jornal O Globo, 10 de Agosto de 1960; [2] Jornal O Globo, 31 de Agosto de 1960; [3] Jornal O Globo, Agosto de 1960.

p.265_ **FIGURA 30** "Escravos em terreiro de uma fazenda de café", Vale do Paraíba, c. 1882.

p.283_ **FIGURAS 31 a 37** Favela do Canindé.

p.284_ **FIGURAS 38 a 41** Realocamento de famílias moradoras da favela do Canindé.

p.285_ **FIGURAS 42 e 43** Destino dos ex-moradores da Favela do Canindé

p.286_ **FIGURA 44** Notícia sobre Desfavelamento da Favela do Vergueiro.

p.288_ **FIGURA 45** Mapa das remoções do Rio de Janeiro, as famílias são retiradas de áreas centrais e turísticas da cidade e são colocadas na extrema periferia.

miolo Pólen soft 75g/m²
capa Linha F CARD Scuro Vermelho - Fedrigoni
tiragem 100 exemplares

corpo texto Garamond, VTypewriter Royal
títulos / número de página Josefin Sans
figuras / legendas Futura Std

"É preciso escrever e dizer só a verdade"

Carolina Maria de Jesus

ISBN 978-65-80485-01-7